A crise da sociologia é um tema que surge sempre de novo há muitas décadas e, a despeito de sombrios diagnósticos que profetizam regularmente o crepúsculo da disciplina, esta goza sempre de boa saúde. Não é certo, em primeiro lugar, que a existência de um pluralismo explicativo seja sinal de bancarrota epistemológica. A diversidade das teorias pode, ao contrário, ser apreendida como penhor de vitalidade. A recomposição das fronteiras disciplinares e a abertura para novos territórios são, além disso, condições propícias a um novo impulso.

www.vozes.com.br

EDITORA VOZES
Uma vida pelo bom livro
vendas@vozes.com.br



ISBN 978-85-326-2957-9

HISTÓRIA DAS IDÉIAS SOCIOLÓGICAS Michel Lallement



Michel Lallement

HISTÓRIA DAS IDÉIAS SOCIOLÓGICAS

DE PARSONS AOS CONTEMPORÂNEOS

3ª Edição

EDITORA VOZES



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lallement, Michel

História das idéias sociológicas : de Parsons aos contemporâneos / Michel Lallement ; tradução de Ephraim F. Alves. 3. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

ISBN 978-85-326-2957-9

Título original : Histoire des idées sociologiques

Bibliografia.

1. Sociologia – História 2. Sociólogos – História 3. Vida intelectual – História I. Título.

03-6474 CDD-301.09

Índices para catálogo sistemático:

1. Idéias sociológicas : História 301.09

Michel Lallement

História das idéias sociológicas

De Parsons aos contemporâneos

Tradução de Ephraim F. Alves

EDITORA VOZES
Petrópolis

Título original francês: *Histoire des idées sociologiques – De Parsons aux contemporains*
publiée par Editions Nathan, pour la première édition

Direitos de publicação em língua portuguesa:
2004, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Internet: http://www.vozes.com.br
Brasil

Editoração e org. literária: Sheila Ferreira Neiva
Capa: Marta Braiman

ISBN 978-85-326-2957-9 (edição brasileira)
ISBN 2-0919113-5 (edição francesa)

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

Sumário

Introdução

Consagrado à gênese da sociologia como disciplina e sistemas de pensamentos constituídos, o primeiro volume desta obra procurou seguir um fio genealógico. E no decurso da obra se pôde perceber que esse fio estava longe de ser contínuo e uniforme. Desde a experiência da democracia grega, o "viver juntos" dos seres humanos foi com efeito objeto de reflexão e esta foi evoluindo com o recurso às categorias de cidade, nação, contrato, mercado... No crepúsculo do século XIX, quando se levanta a "questão social", alguns homens (analistas e homens de ação) se declaram sociólogos e formalizam, de maneira nova, graças à oposição comunidade/sociedade, sobretudo, as relações sociais. Nasce, deste modo, a sociologia, disciplina que conheceu desde então uma verdadeira explosão institucional. A despeito desse sucesso, o processo de consolidação não apresenta um caráter linear, neutro e estritamente cumulativo. Com efeito, assim como os abalos industriais e políticos do século passado haviam sido determinantes para que se levantasse a "questão social", as vicissitudes da história contemporânea (as duas guerras mundiais e os conflitos recorrentes, a transformação dos regimes políticos, as crises econômicas e sociais, a globalização, a evolução dos valores...) contribuíram diretamente para moldar a face da sociologia contemporânea.

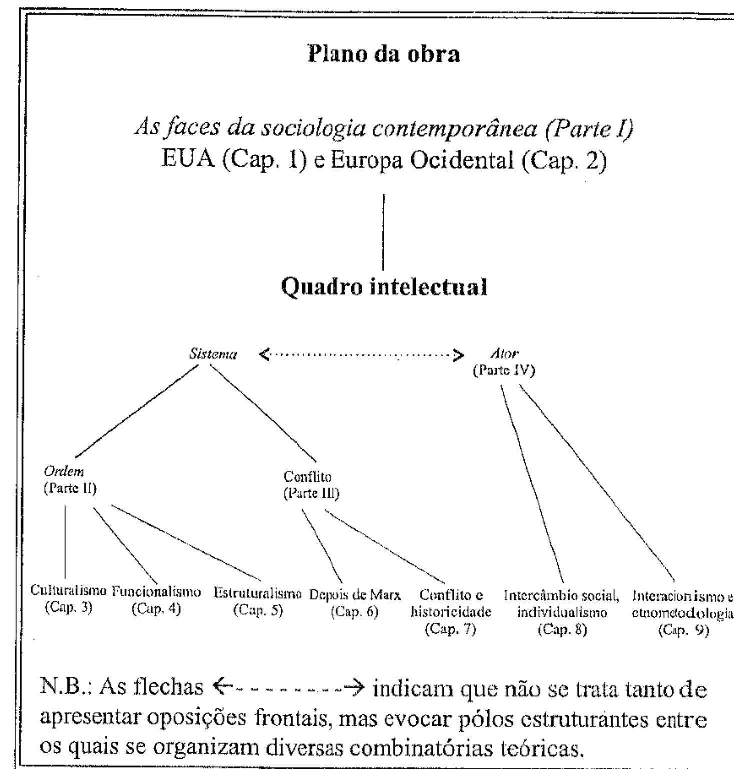
No momento presente, há dois traços principais – a extensão e a fragmentação – que permitem caracterizar sumariamente esta disciplina: extensão, na medida em que a sociologia não é mais um

assunto estritamente europeu, mas conquistou uma grande parte dos cinco continentes, e fragmentação, pois o aumento do número de sociólogos profissionais foi acompanhado por um esmigalhamento dos campos de especialização bem como pela manutenção de paradigmas concorrentes. Há também um dado que não escapa à história, a sociologia vive ao ritmo de suas próprias pulsações teóricas e institucionais. Os conflitos e as relações competitivas entre escolas, a luta pelo poder (no seio das universidades, das revistas especializadas...), as alianças com as autoridades políticas ou movimentos de contestação... são igualmente fatores determinantes da configuração do campo intelectual contemporâneo.

1. Uma empreitada...

Por este duplo motivo, o segundo volume deste manual se inicia com uma parte consagrada às fundações e evoluções institucionais da sociologia do século XX. O exame do seu devir nos Estados Unidos da América (EUA) (Capítulo 1) e na Europa Ocidental (Capítulo 2), as duas terras nutrícias da disciplina, há de pôr em evidência não só uma grande diversidade de pontos de vista e de análises, mas também destacará enfaticamente o papel decisivo do contexto institucional e da estratégia dos atores (em primeiro lugar, os próprios sociólogos) na estruturação da disciplina. As três outras partes querem esboçar o quadro intelectual da sociologia contemporânea. Observe o(a) leitor(a), desde o ponto de partida, que os critérios de demarcação aqui adotados não têm valor absoluto, mas somente uma função indicativa. Para desenhar o mapa das grandes teorias sociológicas (Baliza 1), convém efetivamente evocar conjuntos não rígidos com variáveis que se entrecortam e não tanto territórios rigorosamente delimitados: deste modo, muitos atores podem inscrever os seus trabalhos no entrecruzamento de alguns dos paradigmas aqui apresentados. Da mesma forma, úteis para efetuar uma classifica-

Baliza 1



ção sugestiva, as oposições ordem/conflito e sistema/ator devem ser imediatamente relativizadas no seu alcance científico. Com efeito, como observou, por exemplo, Georg Simmel, o conflito constitui um modo de integração social particularmente eficaz. Para exprimi-lo com outras palavras ainda, existem formas de luta que implicam o consenso a respeito dos desafios envolvidos na luta (P. Bourdieu. *Questions de sociologie*, 1980). Da mesma maneira, poucos sociólogos negam em nossos dias o caráter circular da relação indivíduo-sociedade: produtos da sociedade, os seres

humanos também contribuem para produzir esta última. Pretender que haja uma precedência ontológica (e não metodológica) de um destes dois pólos raiaria no limite ao absurdo.

Dentro dos limites que acabamos de indicar, é possível delimitar três grandes tipos de correntes. A primeira corrente (objeto da Parte II) se caracteriza por dedicar uma atenção preferencial à integração e à lógica do sistema social. Nessa corrente podem inserir-se o culturalismo (Capítulo 3), o funcionalismo (Capítulo 4) e o estruturalismo (Capítulo 5). A segunda corrente (Parte III) prefere sempre examinar o social a partir de um ponto de vista macroscópico, pondo no entanto a ênfase sobre as contradições e os conflitos que o perpassam e o estruturam. As teorias pós-marxistas (Capítulo 6) e os diagramas sociológicos ligados ao caráter central da historicidade (Capítulo 7) podem ser, em sua grande maioria, reunidos neste quadro. Quanto ao último conjunto (Parte IV), enfeixa análises que têm em comum o fato de tomarem os indivíduos como ponto de partida das suas investigações. Sem necessariamente romper com a noção de sistema, estas análises dão lugar preferencial ao ator (Capítulo 8) ou às interações entre estes últimos (Capítulo 9).

2. ...com desafios epistemológicos

Além da apresentação – que não se poderia, evidentemente, considerar exaustiva – das grandes abordagens teóricas da sociologia contemporânea, o segundo objetivo desta obra é militar (como aconteceu no volume anterior) em prol de uma epistemologia histórica e crítica no seio das ciências sociais.

O que importa com efeito, assim como demos a entender anteriormente, é frisar até que ponto as condições sócio-históricas são determinantes da emergência e do sucesso das análises sociológicas. Mas esta posição não é coisa evidente. Ao recusar assim toda desconexão sistemática entre verdade e história, entre teoria sociológica e desafios sociais..., não se correria com efeito o risco de

cair em um historicismo que enfraquece consideravelmente o alcance heurístico dos paradigmas que propomos examinar? Ou dizendo o mesmo em outros termos, o retorno reflexivo da sociologia sobre si mesma não leva a se adotar uma postura relativista no mínimo perigosa (H. Putnam. *Raison, vérité et histoire*, 1981): dado que a produção teórica depende de interesses sociais, todo enunciado sociológico não será necessariamente relativo e, portanto, incapaz por definição de participar na construção de um saber universal e cumulativo sobre as sociedades humanas? A esta objeção fundamental importa responder com duas observações.

Em primeiro lugar, observe-se que é necessário reconhecer que há interesses puros do conhecimento. Este é em todos os casos o partido tomado por Jürgen Habermas (*Conhecimento e interesse*, 1968), cuja opção partilhamos de bom grado. Habermas distingue mais explicitamente três tipos ideais de ciência:

- As ciências empírico-analíticas (como por ex. a Física), cujo interesse cognitivo é de ordem técnica (poder dispor das coisas da natureza).
- As ciências histórico-hermenêuticas (as ciências morais e do espírito) que têm um interesse prático: ciências da interpretação, elas ajudam a compreender e a estabelecer um consenso entre sujeitos em ação.
- As ciências praxeológicas e críticas (psicanálise, economia, sociologia...), cujo interesse se inscreve no registro da emancipação: ajudam os seres humanos a se libertar de inúmeras formas de dominação e de ilusão.

Como será possível constatar lendo as páginas a seguir, a sociologia participa, de fato, destes três interesses cognitivos.

Pode-se compreender melhor deste modo, e aí está a nossa segunda observação, que a sociologia pode acomodar-se a um pluralismo explicativo que de modo algum é prejudicial à sua validade epistemológica. A existência duradoura dos paradigmas rivais (cu-

jas oposições são muitas vezes artificialmente acentuadas pelos próprios sociólogos, a fim de melhorar suas visibilidades e suas originalidades respectivas no campo intelectual que lhes é próprio) não quer dizer portanto que a sociologia esteja sofrendo uma crise crônica e permanente. A multiplicidade dos seus interesses de investigação, o esclarecimento complementar que esquemas diversos de inteligibilidade aportam, sobre um mesmo objeto (J.M. Berthelot. *L'intelligence du social*, 1990), as conexões desconhecidas entre correntes analíticas que de bom grado se considerariam radicalmente opostas... são outros tantos argumentos que levam a crer que a situação "normal" da sociologia não é aquela em que predomina em grande escala um paradigma único, mas, acima de tudo, aquela em que não cessam de se encontrar lado a lado, ou mesmo se combater, abordagens do social de cromatismos teóricos bem diferentes uns dos outros.

PARTE I
As faces da sociologia contemporânea



Sociologias e sociólogos americanos no século XX

Nascida na Europa Ocidental, a sociologia levanta, no decorrer da primeira metade do século XX, o seu mais alto vôo institucional nos EUA. Esta constatação nada tem de paradoxal, visto que desde os anos vinte, no outro lado do Atlântico, o progresso da sociologia está, em primeiro lugar, ligado ao afluxo inesperado de pesquisadores do mais alto nível que fogem de uma Europa assolada pelas guerras e em parte dominada pelo totalitarismo. Em vista disso, os EUA rapidamente se tornam os novos "líderes" da sociologia mundial. Durante o século, a seguir, os sociólogos americanos colaboram muitas vezes estreitamente com o processo de estabelecimento de políticas sociais, de técnicas de avaliação e de intervenção..., um conjunto de instrumentos que eles acreditam adequados a solucionar os problemas da sua sociedade e cujo uso contribui para legitimar, para além do estreito círculo dos especialistas em ciências sociais, a legitimidade da empreitada sociológica. No decurso das décadas, dificilmente se poderá separar de uma sociedade americana em movimento, como já se terá compreendido, as tomadas de posição teóricas e metodológicas dominantes que se vão sucedendo, não sem choques, no seio da comunidade dos sociólogos (Texto 1).

1. Dos estudos de comunidades à ascensão dos peritos

1.1. Chicago, Columbia, Harvard

A Primeira Guerra Mundial representa um verdadeiro choque para os sociólogos americanos. Ela enfraquece consideravelmente a sua convicção em um possível trabalho racional da sociedade sobre si mesma, trabalho que, à luz dos preceitos promulgados pelas ciências sociais, poderia ter evitado acontecimentos históricos tão cruéis. Sendo assim, longe de toda tentação profética e tendo trabalhado o luto das teorias gerais, os sociólogos americanos consagram uma atenção particular às comunidades ecológicas, objeto mais circunscrito e diretamente atingido pelos fenômenos de industrialização e urbanização. As comunidades ocupam assim o centro dos trabalhos da escola de Chicago (cf. Volume I, Capítulo 4), escola que alcança o seu zênite nos anos vinte, graças aos estudos sobre a desorganização social realizados através do prisma da cidade (L. Wirth. *The Ghetto*, 1928. – H. Zorbaugh. *The Gold Coast and the Slum*, 1929), da juventude (F. Trasher. *The Gang*, 1927. – P. Cressey. *The Taxi Dance Hall*, 1932), da delinqüência (C. Shaw. *The Jack Roller*, 1930), do nomadismo operário (N. Anderson. *The Hobo*, 1923)... A colaboração desses sociólogos para a execução de projetos destinados a prevenir o desvio social (delinqüência urbana, luta contra o alcoolismo e as drogas) marca com toda a nitidez o vínculo entre sociologia e intervencionismo social.

Texto 1

Herpin – O fim da Grass Root Society

Pode-se mostrar que o surgimento dos institutos de sondagem corresponde também a uma crise profunda da sociedade americana: o fim da comunidade tradicional (*Grass Root Society*).

Originalmente, com efeito, a organização política dos EUA se caracteriza pela democracia na base. Tocqueville, em *Da democracia na América*, descreve uma pequena comunidade da

Nova Inglaterra: "Na comuna, como em toda a parte aliás, o povo é a fonte dos poderes sociais, mas em parte alguma exerce o seu poder mais imediatamente". Em cada comuna, com efeito, "as funções públicas são extremamente numerosas". Para que todo mundo possa exercê-las, "elas são retribuídas, a fim de que os cidadãos pobres possam lhes consagrar o seu tempo sem sofrer prejuízo". Graças a essa fragmentação do poder administrativo, "o próprio Estado tem somente uma importância secundária; a sua existência é obscura e tranqüila". A grande autonomia das coletividades locais, a igualdade profunda no acesso às posições oficiais, tudo isto não implica evidentemente a ausência total da distinção entre ricos e pobres, proprietários do capital e proprietários somente da própria força de trabalho. Mas esta diversidade se equilibra na unidade em que se concentra a maioria dos poderes: a comuna. Ora, o desenvolvimento da grande indústria quebra, entre 1880 e 1930, este tipo de organização social: as grandes cidades vêem diversificar-se os bairros segundo a pertença de classe; comunas socialmente homogêneas se constituem: tanto os bairros burgueses como as cidades operárias. A classe social tende a se tornar a unidade política.

As análises mais lúcidas deste fenômeno talvez sejam as que se encontram em *Middletown em transição*, de Robert Lynd. Em Muncie, nos anos de 1930, torna-se impossível para um jovem das classes trabalhadoras esperar penetrar na classe média: "Somos testemunhas, aqui, de uma alteração fundamental na escala americana das oportunidades, escala tão elogiada, dado que ela supunha que todo o mundo poderia 'subir', melhorar a própria sorte".

Na escola de Middletown, na geração precedente, o futuro patrão e o futuro trabalhador haviam sentado lado a lado. Agora, os filhos dos ricos proprietários de Muncie vão estudar em colégios da costa Leste, freqüentados por outros filhos de patrões. E Lynd conclui: se esta "tendência se mantém [...], um dos elementos mais característicos da coesão social na cultura de Middletown pode ser suplantado pelo aparecimento de um sistema de organização social que ninguém, em Middletown, está hoje disposto a chamar de 'americana'".

Se, a essas transformações estruturais nacionais se acrescenta a situação internacional, onde as democracias burguesas sofrem o abalo da ascensão do fascismo por um lado, e as primeiras experiências das democracias populares pelo outro, pode-se dizer, em hipótese, que o sistema político americano poderia sentir a necessidade de técnicas de propaganda, ou pelo menos de previsão, para preservar suas instituições políticas tradicionais. Neste sentido, as sondagens de opinião, que permitem seguir as transformações das intenções de voto sob o impacto dos *media*, ofereciam meios para enfrentar essa crise (N. Herpin. *Les sociologues américains et le siècle*. PUF, 1973, p. 60-61).

Se uma Escola de Chicago (cf. Capítulo 9) sucede à primeira, o centro de gravidade da sociologia americana se desloca progressivamente no decorrer da década de 1930 para Columbia, um dos berços mais ativos da corrente culturalista. Os trabalhos dos sociólogos culturalistas registram as ondas múltiplas de uma nova forma de sismo que toca profundamente a sociedade americana. A industrialização, o desaparecimento da pequena comunidade tradicional, a acentuação das clivagens entre as classes sociais – e até entre castas (brancos e negros), o desenvolvimento das técnicas de propaganda e dos institutos de opinião pública e, com toda a certeza, as conseqüências da quebra da Bolsa em 1929, tudo isto vai ocupar o centro das novas preocupações.

Enquanto cresce a legitimidade de Columbia, ao mesmo tempo a universidade de Harvard (Baliza 2) se distingue graças aos trabalhos de Elton Mayo (*The Human Problems of an Industrial Civilization*, 1933). Por ocasião de experiências efetuadas de 1927 a 1933 na unidade de Hawthorne (Chicago) da Western Electric Company, Mayo e sua equipe tiram, em oposição à doutrina tayloriana dominante, uma conclusão forte: longe de ser determinada por simples estímulos financeiros, a ação dos indivíduos se acha presa em uma rede multidimensional de lógicas (dos sentimentos,

do custo, da eficiência, da ideologia) que não se reduz à pura e simples racionalidade econômica (Texto 2). Fundadores da sociologia industrial, bem como pioneiros das atividades de peritos junto às empresas, esses trabalhos sofrem, no entanto, de grandes limitações. A oposição entre lógica racional imputada à direção e lógica não racional, que seria a característica própria dos trabalhadores, é por exemplo uma dicotomia tão simplista como contestável.

Baliza 2

Um imigrante russo em Harvard

Em 1929, Pitirim Sorokim (1889-1968) conquista a primeira cátedra de sociologia de Harvard e ali funda o departamento de sociologia que vai dirigir até 1944. Natural da Rússia, Sorokim participa ativamente, quando jovem, da Revolução de 1917 e chega a integrar o governo provisório de Kerenski. Lançado na prisão pelos bolcheviques, é posto em liberdade por ordem de Lenine e emigra para os Estados Unidos em outubro de 1923. Pesquisador prolixo (*Sociology of Revolution*, 1925. – *Social Mobility*, 1927. – *Society, Culture and Personality*, 1947...), Sorokim é também o autor de *Social and Cultural Dynamics* (1937-1941), obra composta de quatro volumes onde ele se insurge contra os pontos de vista sócio-históricos evolucionistas. Em contraponto, Sorokim analisa a oscilação de variáveis (arte, religião etc.) cuja composição permite descrever três tipos de mentalidade (sensualista, espiritualista e idealista) que constituem igualmente fases recorrentes nos ciclos históricos. Segundo Sorokim, as sociedades dominadas pelo primeiro tipo de mentalidade privilegiam os sentidos como modo de apreensão da realidade; as do segundo tipo valorizam formas de pensamento religioso; ao passo que as sociedades "idealistas" estão situadas a meio caminho entre os dois pólos precedentes. O motor da mudança social se encontra na lógica interna de cada um desses sistemas: todos tendem, com efeito, a forçar o uso dos seus modos de pensamento até solapar os seus próprios fundamentos.

Texto 2

ROETHLISBERGER – Organização informal da fábrica

Todos os estudos experimentais demonstram que existe algo mais no seio da organização social do que aquilo que é formalmente observado. Numerosos modelos de interação humana, que existem na realidade, não se encontram na organização formal, ao passo que outros se acham inadequadamente representados. [...] Os organogramas de uma companhia descrevem as relações funcionais entre as unidades de trabalho, mas não exprimem as distinções sociais, o movimento ou o equilíbrio previamente descritos. A hierarquia dos valores, no que tange ao prestígio, e que tende a tornar o trabalho dos homens mais importante que aquele dos trabalhadores na cadeia de produção, é muito pouco representada na organização formal; um organograma não permite, habitualmente, que se vejam também os grupos primários, isto é, os grupos que surgem das relações interpessoais cotidianas nos locais de trabalho. As linhas lógicas de coordenações horizontal e vertical das funções substituem os modelos de interação que atualmente existem entre as pessoas de posições sociais diferentes. A organização formal não é capaz de levar em consideração os sentimentos e os valores presentes na organização social, mediante os quais os indivíduos e os grupos de indivíduos se diferenciam, são dirigidos e se integram informalmente. Os indivíduos, por suas associações dentro da fábrica, estabelecem relações pessoais. Formam grupos informais, dentro dos quais cada posição adquire uma certa posição e um *status*. A natureza desses grupos informais é muito importante, como foi mostrado na peça experimental do *Relay Assembly Test Room* (RATR) e na peça de observação do *Bank Wiring Observation Room* [...]. A experiência do RATR mostra que quando as inovações são introduzidas prudentemente e em função dos sentimentos reais dos trabalhadores, estes últimos desenvolvem geralmente um tipo espontâneo de organização informal que vai exprimir não somente os seus valores mais adequadamente e suas significações próprias, mas estará também provavelmente mais em harmonia com as metas da direção.

Embora os estudos da organização informal da fábrica Hawthorne se refiram aos empregados, não seria exato pensar que este fenômeno só se produz neste nível. A organização informal se manifesta em todos os níveis, desde a base ao vértice. A organização informal, tanto no nível da direção como no da base, pode ou facilitar ou bloquear a cooperação e a comunicação. Nesses dois casos, em todos os níveis da organização, existem organizações informais como condição necessária para a colaboração. Sem estas, a organização formal não poderia sobreviver por muito tempo. As organizações formal e informal são, portanto, aspectos interdependentes da interação social (F.J. Roethlisberger, W.J. Dickson. *Management and the Worker*. Cambridge, Harvard University Press, 1979, cap. XXIV [traduzido em: F. Seguin, J.F. Chanlat. *L'analyse des organisations*. T.I.G. Morin, 1983, p. 139 e 141-142).

1.2. Fragmentação e implicações

No limiar dos anos 1930, o balanço do crescimento da jovem sociologia norte-americana é relativamente satisfatório: a *American Sociological Society*, que contava 852 membros em 1919, em 1929 já contava 1812. Quanto ao fluxo de doutores em sociologia, quadruplica no período que vai de 1920 a 1930 (P. Desmarez. *La Sociologie industrielle aux États-Unis*, 1986). Sinal de sucesso e de notoriedade, quando sobrevém a grande crise de 1929 (a quebra da Bolsa), os sociólogos são cortejados pelo Príncipe a fim de dar conselhos e aplicar remédios. Diante dessas solicitações, a comunidade se divide em duas correntes. A primeira, herdeira da história ainda recente da disciplina, preconiza um engajamento moral a fim de ajudar a sociedade a enveredar pelos caminhos sociais mais promissores. Ao contrário, sob a batuta de Willam F. Ogburn, presidente da American Sociological Society, aqueles que trazem em germe a nova sociologia americana defendem uma concepção muito mais neutralista. Como ciência, a sociologia pode e deve certamente contribuir para a compreensão e a gestão dos fenôme-

nos sociais, mas tem igualmente o dever de se manter livre de todo entrave ideológico e político.

A divergência tem como primeiro resultado pôr um termo à hegemonia do departamento de sociologia de Chicago. Essa fratura, que se esboça pelos meados dos anos 1930, traduz-se já no plano institucional pelo lançamento de uma nova revista (*The American Sociological Review*), que destrona o *American Journal of Sociology* do título de publicação oficial da Associação Americana de Sociologia. Por outro lado, ganhando progressivamente influência no seio das instituições que monitoram a pesquisa em ciências sociais, os turiferários de uma "sociologia científica" – sociologia que se deseja afastada de toda preocupação política reformadora e liberal (no sentido americano do termo) – consagram um novo modelo de sociólogo: o do perito profissional dotado de um conhecimento técnico neutro.

Esta inflexão é amplamente confirmada pela atitude dos sociólogos norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial. O conflito estimula com efeito a pesquisa social e os sociólogos de bom grado se colocam a serviço da administração e das empresas. Samuel Stouffer realiza deste modo, com a colaboração de Robert K. Merton, um estudo sobre a psicossociologia do soldado americano (*The American Soldier. Studies in Psychology in World War II*, 1949). Este monumental estudo, publicado em quatro volumes, é dedicado aos problemas da vida militar. Passa no pente fino as reações e os comportamentos dos soldados no contexto bélico daquele momento. A fim de destacar o perfil sociopolítico das nações inimigas, o *Office of Strategic Studies* (futura CIA) garante, por outro lado, o concurso de personalidades tão diferentes como Herbert Marcuse e Paul Lazarsfeld. Os sociólogos se consagram também ao estudo dos métodos de propaganda, de maneira a facilitar a venda de ações de apoio ao esforço de guerra; afinam os seus instrumentos de análise sobre a administração do pessoal na indústria e se beneficiam a este título do financiamento oficial do *War Production Board* etc. (P. Desmarez. *Op. cit.*). Em suma, por vezes qualificada de laboratório social em razão das múltiplas e, às vezes, desastradas experiências que suscita, a guerra terá aqui selado o *status* de um novo cientista, o perito sociólogo.

2. Os anos gloriosos do pós-guerra

Enquanto vai indo bastante mal na Europa, a sociologia americana confirma o seu bom estado de saúde nos anos do pós–guerra. Durante as duas décadas que se seguem à queda do regime nazista, os EUA conhecem a prosperidade econômica, a paz social e impõem a sua hegemonia política no plano internacional. Em uma atmosfera totalmente impregnada pelo frenesi anticomunista (o maccarthysmo) e marcada pela guerra fria, os sociólogos moderam mais que nunca o seu ardor reformista. Mesmo assim, a maioria alimenta a certeza que um amplo movimento de convergência designa o modelo norte-americano como o horizonte das sociedades industriais.

2.1. Novos campos de estudos, novos métodos de investigação

O tempo após a Segunda Guerra Mundial é rico em transformações que diretamente questionam a teoria sociológica. O crescimento da classe média e a burocratização oferecem material de estudos que favorecem um retorno crítico às teses de Marx e de Weber (Baliza 3). Da mesma forma, em uma sociedade que valoriza ao extremo a igualdade formal das oportunidades e o sucesso individual, os cientistas procuram compreender, para melhor eliminá-los, os obstáculos que separam o ideal democrático de uma realidade social única. A mobilidade social, por esse motivo, constitui um tema privilegiado. Seymour Lipset e Reinhard Bendix (*Social Mobility in Industrial Society*, 1958) afirmam assim que, a despeito de tipos de estratificação e de sistemas educacionais muito diferentes, as taxas de mobilidade são muito próximas nas grandes so-

ciedades industriais. O estudo dos comportamentos individuais está na dependência de uma mesma necessidade: enfrentar uma situação social inédita. Curiosos para compreender o impacto dos novos modos de comunicação social que se desenvolvem no pós-guerra, Paul Lazarsfeld e seus colaboradores procuram mensurar, por exemplo, o papel dos meios de comunicação de massa sobre os comportamentos políticos.

Baliza 3

As análises americanas da burocracia

As análises sociológicas da burocracia, desenvolvidas nos EUA sob a orientação da escola funcionalista no decorrer das décadas de 1950 e 1960, têm isto em comum: romper com o esquema weberiano clássico. Enquanto Weber conjuga burocracia com eficiência e regularidade, os sociólogos americanos destacam as dificuldades inerentes às organizações burocráticas a fim de conseguirem tais performances. E enquanto Max Weber relaciona o fenômeno burocrático com as grandes tendências evolutivas das sociedades ocidentais modernas, os sociólogos americanos se dedicam, acima de tudo, ao minucioso exame das (dis)funções internas das burocracias. Desde 1940, Robert K. Merton oferece um primeiro quadro de interpretação (Bureaucratic structure and personnality. *Social Forces*, 1940): a seu ver, a regularidade de comportamento e a conformidade com as ações prescritas pode, em primeiro lugar, transformar o burocrata em "um ser rígido e incapaz de adaptação rápida", de sorte que a conformidade mata a flexibilidade organizacional. Em segundo lugar, como a promoção se faz por antigüidade, os funcionários que trabalham juntos não competem entre si, mas possuem um *esprit de corps* (*corporativismo*) que os leva a defender os seus interesses acima dos do cliente ou do seu responsável hierárquico. Enfim, este *esprit de corps*, que se acentua com a despersonalização das relações face a face, dificulta enormemente os contatos com uma clientela que não tem a possibilidade, no caso de burocracias na posição de monopólio, de se dirigir a organizações concorrentes. O estudo de Philip Selznick sobre a Tennessee Valley Authority (*TVA and the Grass Roots*, 1949) oferece um exemplo de pesquisa aplicada sobre essas disfunções burocráticas. Órgão público federal, criado em 1933 com o objetivo de distribuir terras aos camponeses arruinados pela grande crise, a TVA só cumpriu parcialmente a sua missão. Quando Selznick realiza a sua investigação, em 1943, descobre que apenas 35% das terras distribuídas foram de fato para o benefício dos camponeses necessitados. Selznick explica essa derrapagem pela presença, no seio da instituição, de forças locais (políticos, negociantes, serviços administrativos...) que, por estarem integrados na TVA, permitiram que fossem instalados ali certos projetos de porte (eletrificação, venda de fertilizantes...) mas, em contrapartida, fizeram redundar em seu favor outros projetos (o auxílio aos camponeses pobres). No que tange à pesquisa de Alvin Gouldner (*Patterns of Industrial Bureaucracy*, 1954) sobre uma mina e uma indústria de beneficiamento de gesso, permite destacar o papel ambivalente das regras em uma organização (legitimam as sanções em caso de transgressão, mas protegem igualmente os assalariados aos quais não se pode pedir mais que regra). Mostra o estudo, em segundo lugar, que o sistema burocrático pode ter qualidades, contanto que seja aplicado em um universo tecnoeconômico estável (por ex., em uma mina se exige um mínimo de flexibilidade para enfrentar as mudanças físicas do terreno, não se pode esperar que todas as decisões venham do alto da pirâmide organizacional antes de modificar as regras do trabalho).

As inflexões dos programas de pesquisa não dizem respeito apenas aos objetos de estudo, mas igualmente aos métodos de investigação. Alguns, como por exemplo Gunnar Myrdall (*An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*, 1944), perpetuam certamente a técnica das sondagens empíricas, mas a moda agora é a da acumulação e do tratamento estatístico dos dados. Paul Lazarsfeld (1901-1976) é o verdadeiro arauto desse empirismo quantificador. Nascido em Viena, Lazarsfeld faz estudos de direito, de economia e de matemática. Jovem militante socialista, rapidamente se distingue por trabalhos de psicologia

aplicada ao domínio social. Ele participa, deste modo, em uma das primeiras pesquisas de sociologia do desemprego (*Les Chômeurs de Marienthal*, 1932). Quando emigra para os EUA, em 1934 (Texto 3), Lazarsfeld se consagra inicialmente no estudo da comunicação de massa e ganha uma cátedra de sociologia na universidade de Columbia. Nesta mesma cidade se torna diretor do recém-criado *Bureau of Applied Social Research*, instituto que vai servir de modelo para numerosos centros de pesquisas americanos e europeus.

Texto 3

POLLACK – A chegada de Lazarsfeld aos EUA

A chegada de Lazarsfeld aos EUA corresponde a um primeiro surto da pesquisa social aplicada desde meados dos anos 1920. A administração norte-americana, primeiro sob a presidência de Herbert Hoover e, mais tarde, de Franklin D. Roosevelt, começa a utilizar sistematicamente a pesquisa social surgida nos meios de negócios em torno de problemas de gestão, de organização do trabalho e de marketing, para a formulação de estratégias políticas. Com o crescimento exponencial dos meios consagrados à pesquisa social aplicada, os anos 1930 são o período-chave de transformação das ciências sociais americanas, mas também do estilo político. A "política" (*Politics*) como atividade de argumentação e de mobilização das massas é progressivamente abandonada e substituída pela *policy making*, a elaboração "científica" e a escolha entre soluções alternativas para problemas isolados, atividade apresentada como técnica e, portanto, reservada à elite. A reorganização e a profissionalização das ciências sociais durante essa época tiveram por conseqüência uma ligação muito íntima entre política e pesquisa, e em longo prazo um alinhamento ideológico dos universitários com o sistema político dominante, que destruiu os resíduos da desconfiança que caracteriza em geral as relações entre os intelectuais e o poder. A manifestação mais forte dessa transformação é a

emergência, a partir desses anos, de um novo tipo de pesquisa que tem a pretensão de abolir os limites entre a atividade política e a atividade científica, as *policy sciences*. Fiéis à tradição tipicamente puritana de associações de caridade e filantrópicas, as fundações privadas desempenharam um papel muito ativo nessa política de reorientação das ciências sociais. Interessadas na "reforma social", elas contribuíam para o financiamento dos programas sociais governamentais do *New Deal* e apoiavam pesquisas aplicadas aos "problemas sociais". De fato, essa preferência se traduzia pela prioridade concedida às atividades de coleta de dados e de tradução das pesquisas empíricas em receitas administrativas (M. Pollack. Paul F. Lazarsfeld, fondateur d'une multinationale scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 25, 1979, p. 43).

Amplamente influenciado, em matéria de teoria comportamental, pelos grandes pensadores do seu país de origem (A. Adler, S. Freud, E. Fromm, Círculo de Viena...), Lazarsfeld acredita que a sociologia deve enriquecer-se com os instrumentos aptos a favorecer uma abordagem pertinente dos dados estatísticos. Este desejo não tem nada de mera veleidade piedosa, pois Lazarsfeld é o primeiro a se lançar a essa empreitada, desenvolvendo uma rica reflexão metodológica sobre a análise multivariada, os painéis, os índices... (*The Language of Social Research*, 1955. – *Continuities in the Language of Social Research*, 1962. – *Mathematical Thinking in the Social Sciences*, 1958. – *Latent Structure Analysis*, 1968). E ele não se acha sozinho: depois da guerra, os sociólogos americanos desenvolvem todo um arsenal de métodos e técnicas que pretendem testar a validade das suas hipóteses em confronto com a realidade social. As entrevistas em profundidade, os questionários e diálogos, a técnica das escalas de classificação de atitudes e de opiniões, os testes, as correlações... dão nova base "científica" a uma sociologia que, funcionando sempre mais em cima de contratos de pesquisa, quer garantir o caráter operacional de suas investi-

gações e a credibilidade de seus resultados. De fato, até o fim da década de 1960, a sociologia americana tem o patrocínio de múltiplas fontes públicas e privadas de financiamento, que asseguram o seu desenvolvimento institucional. Comprovam-no a multiplicação das revistas e das associações, o desenvolvimento de centros privados de pesquisa ou ainda o crescimento do número de sociólogos profissionais.

2.2. *Grandeza e decadência do funcionalismo*

No seio da comunidade dos sociólogos norte-americanos, o operacionalismo à Lazarsfeld, cujo ponto culminante se deve situar no começo dos anos 1960, está no entanto longe de obter unanimidade. Pitirim Sorokin (*Tendências e decepções da sociologia americana*, 1956), por exemplo, não poupa palavras de dura crítica para denunciar a mania quantofrênica desse movimento (Texto 4). Quanto aos funcionalistas como Talcott Parsons (Professor na Universidade de Harvard e eleito Presidente da *American Sociological Society* em 1949) ou Robert K. Merton (nomeado em 1940 para Columbia), fazem de tudo para forjar um verdadeiro contraponto teórico à sociologia empírica, tal como se pratica em Columbia. Suas pesquisas vão com efeito mais no sentido de complementar do que de concorrer com aquela de Lazarsfeld. Por isso, Merton quase não sente dificuldade em aderir, no início da década de 1940, ao *Bureau of Applied Social Research* de Lazarsfeld.

As fases de triunfo e de declínio do funcionalismo, o de Parsons essencialmente, correspondem bastante bem à evolução interna da sociedade americana, mas também à sua movimentação no tabuleiro internacional (G. Huaco. Ideologia e teoria geral – O caso do funcionalismo sociológico. *Comparative Studies in Society and History*, 1986). O funcionalismo se acha em fase com a sociedade de duas maneiras. Reflexo dos interesses internos dos EUA, insiste em primeiro lugar sobre as virtudes do equilíbrio, sobre os benefícios de um ótimo que reduz a mudança social ao imo-

Texto 4

SOROKIN – A quantofrenia das Ciências Sociais

Esta mania da quantificação, no decurso das últimas décadas, e para detrimento das ciências psicossociais, conheceu um desenvolvimento considerável. Ameaça desqualificar numerosas pesquisas não quantitativas ou até pesquisas quantitativas dignas deste nome. É tão forte a corrente neste sentido, que se poderia descrever o estado presente das ciências psicossociais como *a época da quantofrenia e da numerologia*.

Essa doença se manifesta sob formas diversas e em todos os domínios da sociologia, da psicologia, da psiquiatria e da antropologia.

a) Um número sempre maior de estudos "quanto" ou "metrofrênicos" ganha espaço nas revistas especializadas. Para os maníacos da quantificação, somente os artigos que comportam mensurações são válidos cientificamente. Considera-se todo estudo quantitativo como um sinal do progresso das ciências sociais rumo a uma fase "objetiva", "exata" e "matemática" do seu desenvolvimento e a um amadurecimento que as aproxima das ciências físicas.

b) O que precede se aplica da mesma forma aos livros, manuais e monografias consagrados aos fenômenos psicossociais. Essas obras trazem cada vez mais a obsessão da quantificação.

c) O prestígio da pesquisa realmente quantitativa ou mesmo daquela subordinada à metrofrenia é tal que um número sem cessar crescente de pesquisadores consideram que a pesquisa quantitativa em psicossociologia é a única cientificamente válida e que todos os estudos não quantitativos estão subordinados ou às "filosofias de escritório" ou à especulação subjetiva, ou melhor ainda ao exercício literário inexato, superficial e inverificável.

d) Uma ilusão da mesma espécie reina também entre os organismos que fornecem créditos para essas pesquisas (organismos governamentais ou subvencionados pelas empresas privadas, fundações, universidades etc.). Nesses organismos é cada vez

mais freqüente que as personalidades que vão decidir sobre a atribuição de fundos destinados às pesquisas sejam recrutadas entre os estatísticos e os numerologistas, considerados como os especialistas mais qualificados em ciências psicossociais.

e) Essa tendência afeta igualmente os jornalistas, os críticos e até o clero e o grande público.

f) Por conseguinte, o prestígio do estatístico, do especialista em sondagem de opinião pública, do construtor de modelos ou de robôs matemáticos, do numerologista e do maníaco da manipulação dos números é muito superior ao dos sábios que se consagram à pesquisa qualitativa. No ensino das ciências psicossociais, acontece muitas vezes que somente é obrigatório na grade curricular o curso de estatística. [...] Estas disciplinas se tornaram territórios hoje dominados por um exército ocupante constituído por estatísticos, contabilistas, numerologistas e metromaníacos (P. Sorokin. *Tendances et déboires de la sociologie américaine* (1956). Ed. Montaigne, 1959, p. 132-133).

bilismo. O ponto de vista funcionalista, e de modo todo particular o neo-evolucionismo adotado por Parsons em suas últimas obras, contribui igualmente, à sua maneira, para celebrar a dominação internacional do gigante americano. Quando os EUA chegam à situação de dominação, a partir de 1945, a teoria estrutural-funcionalista de Parsons ocupa uma posição hegemônica na sociologia americana. Não é portanto por acaso que o declínio da sociologia parsoniana coincide com o enfraquecimento dos EUA no decurso da década de 1970.

Já detrator do operacionalismo à Lazarsfeld, C. Wright Mills (1916-1962), sociólogo de origem texana e professor em Columbia desde 1945, é um dos primeiros que põem em xeque o imperialismo parsoniano (*A imaginação sociológica*, 1959). No início dos anos de 1960, outros destacam ainda mais os pontos fracos da análise funcionalista: aqueles, por exemplo, do conflito (L. Coser), do

poder (R. Dahl, G. Lenski, J. Himes) (Baliza 4) ou ainda da lógica microssocial (G. Homans). De fato, as críticas contra o funcionalismo não ganham, na verdade, força a não ser com o surgimento de perturbações no seio da sociedade norte-americana: o fracasso dos programas de combate à pobreza, a revolução cubana, a guerra do Vietnã, os novos movimentos sociais (dos negros, das feministas e dos estudantes), os primeiros efeitos da crise econômica... constituem outras perturbações que também enfraquecem um funcionalismo cujo alcance era, em parte, garantido pelo crescimento econômico e a tranqüilidade política. Deste modo, é graças a esses acontecimentos sociais que uma alternativa teórica e institucional mais sólida começa a ganhar corpo no final da década de 1960.

A ofensiva é lançada inicialmente por liberais de sensibilidades teóricas diferentes, mas todos eles denunciam a pretensão dominadora dos tecnocratas à qual sucumbe a sociologia americana. O "Projeto Camelot", projeto explicitamente anti-revolucionário, é a ocasião em que vai aparecer com toda a clareza esse desvio de uma eficiência científica em matéria social que evacuou toda dimensão moral na avaliação de suas intervenções (Texto 5). A contestação

Baliza 4

Os enfoques sociológicos do poder

Na teoria sociológica contemporânea é possível distinguir duas grandes famílias de análise do poder (cf. J. Goetschky. As teorias do poder. *Sociologie du travail*, n. 4/81. – F. Chazel. Poder. *In*: R. Boudon. *Traité de Sociologie*, 1992). As teorias substanciais ou estruturais, em primeiro lugar, insistem sobre o fato de que o poder é uma substância que se possui e destacam principalmente a capacidade de um sistema para realizar os seus fins graças à gestão do poder. Para os marxistas, por exemplo, o poder se acha em mãos de uma classe que o utiliza como instrumento de dominação a fim de reprimir as classes dominadas. Parsons define o poder como "uma capacidade geral que permite assegurar que as unidades de um sistema de orga-

nização coletiva satisfaçam certas obrigações, quando estas últimas são legítimas, tendo em vista os fins coletivos, e quando, em caso de recusa, se pode esperar a aplicação de sanções negativas tangíveis, seja qual for aliás a modalidade que se empregue para infligir essas sanções" (T. Parsons. Sobre o conceito de poder político. *Politics and Social Structure*, 1969).

As teorias relacionais do poder, agora a segunda família, inspiram-se em Weber. Observa assim Robert Dahl que "A exerce poder sobre B na medida em que pode obter que B faça alguma coisa que B não faria sem a intervenção de A" (Sobre o conceito de poder. *Behavioural Science*, 1957). Diante deste mesmo pano de fundo problemático, J. French e B. Raven vão definir o poder como "a capacidade potencial de que dispõe um grupo ou uma pessoa para com ela influenciar uma outra em um dado sistema" (As bases do poder social. *In*: D. Cartwright, A. Zander. *Group Dynamics: Research and Theory*, 2 ed., 1960). A esse enfoque se objetou que apresenta o poder como a propriedade dos atores em relação e não como a propriedade de uma relação (M. Crozier, E. Friedberg, *L'acteur et le systéme*, 1977) ou ainda que exclui da definição do poder as não decisões dos indivíduos dominantes (M. Bachrach, M. Baratz. As duas faces do poder. *American Political Science Review*, n. 56, 1962). O debate sobre a dimensão latente do poder também se enriqueceu graças aos trabalhos sobre a reputação de D. Wrong (Alguns problemas na definição do poder social. *American Journal of Sociology*, maio de 1968) ou de F. Hunter. Assim, diversamente de Dahl (*Qui gouverne?*, 1961), que se interessa exclusivamente pelas decisões efetivamente tomadas pelos notáveis na vida política em New Haven (EUA), F. Hunter (*Community Power Structures*, 1953) procura mostrar que a reputação de que desfrutam as personalidades regionais supostamente influentes participa igualmente da realidade do poder.

se verifica igualmente em jovens sociólogos críticos diante de uma sociedade americana não igualitária, mas também diante de uma teoria ortodoxa considerada demasiadamente conservadora. Esses jovens se congregam sob a bandeira de uma sociologia radical tão

dispostos a reabilitar Marx como a exaltar as virtudes epistemológicas de uma sociologia da sociologia.

Texto 5

HERPIN – A virada radical da sociologia americana

Em 1963, alguns oficiais do Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento das Forças Armadas americanas concebem o seguinte projeto: enviar pesquisadores em ciências sociais à América Latina, ao Oriente Médio, ao Extremo Oriente, à África e à Europa Ocidental, para: 1) identificar sistematicamente os sintomas de mau funcionamento das nações dessas regiões; 2) determinar as ações que sejam capazes de erradicar as deteriorações constatadas. Essas investigações recebem o nome de "Projeto Camelot". Antropólogos, economistas, psicólogos, politólogos e sociólogos – e a este grupo se juntaram muitas vezes os nomes mais prestigiosos de cada uma dessas disciplinas – se encontram, portanto, engajados na luta contra-revolucionária. A execução desse projeto no Chile fez vir à tona o escândalo político. Universitários chilenos, convocados para tomarem parte nesses trabalhos, avisam os partidos de esquerda. O embaixador dos EUA no Chile recebe moções de censura do governo chileno. É criada uma comissão de inquérito do Senado americano, dirigida por Fulbright, Morse e Eugene McCarthy. Em agosto de 1965, o Exército dos EUA anula esse projeto que já atingira o montante de alguns milhões de dólares.

Em novembro de 1965, I.L. Horowitz escreve em *Transaction Magasine* um artigo que provoca profundas repercussões na profissão. Mostra o autor claramente em que contradição se encontra o profissional da sociologia: aceitando não se questionar sobre os objetivos definidos pelo seu cliente, "ele não funciona somente como um profissional das pesquisas aplicadas, mas simplesmente como um espião que fornece informações". E, algo ainda mais grave, como eles mesmos não fixam os seus próprios objetivos, alguns sociólogos fazem profissionalmente aquilo que condenam em termos políticos [...].

Em agosto de 1968, em Boston, o Congresso da *American Sociological Association* (ASA) foi palco de violentas altercações: sociólogos mais moços, "radicais", deslocaram-se das universidades – de Columbia, principalmente – para irem contestar a sociologia instituída no coração de sua associação profissional. Um dos porta-vozes dos sociólogos radicais, Martin Nicolaus, se dirigiu aos congressistas nestes termos: "Esta assembléia (de sociólogos) é um conclave onde estão reunidos os sumos sacerdotes e o baixo clero, os escribas, os valetes intelectuais e as vítimas inocentes, todos mutuamente engajados na celebração da falsidade [...]. O olho do sociólogo profissional olha o povo de cima para baixo e sua mão afaga os poderosos... O sociólogo é um 'Pai Tomás' não somente para este governo e para esta classe dirigente, mas para todo governo e para toda classe dirigente" [citado por Gouldner]. Martin Nicolaus desenvolveu a sua crítica do *establishment* dos sociólogos em um artigo publicado pela *Antioch Review*: tendo passado de 1.600 membros em 1946 para 12.000 em 1969, a *American Sociological Association* conseguiu manter um representante (*lobista*), com o salário de 20.000 dólares, em Washington. No seio da ASA, uma estrutura hierárquica permite aos membros proeminentes manter o poder e, deste modo, a livre atribuição dos postos, dos créditos para a pesquisa e o controle das publicações (N. Herpin. *Op. cit.*, p. 148-149 e 153).

3. Rumo à construção de uma Babel teórica?

Eficaz no trabalho de desestabilização de um funcionalismo preso aos laços múltiplos da crítica, a sociologia radical se mostra menos convincente enquanto fórmula de investigação apta a mobilizar, imediatamente e em grande escala, a comunidade dos sociólogos norte-americanos. Nesse início dos anos 1970, em que a sociologia jamais gozou de tantos recursos financeiros nem congregou tantos profissionais, o interacionismo se impõe como a alternativa mais digna de crédito. Este novo paradigma conquista certamente a convicção de um grande número, mas não consegue uma

total unanimidade. Assim, a reabilitação da observação participante, tão cara aos interacionistas, não perturba de modo algum o desenvolvimento de trabalhos estatísticos com o auxílio de métodos sempre mais sofisticados, como a regressão múltipla (*path analysis*). Da mesma forma, se o interacionismo privilegia o olhar microssocial, as novas questões que se impõem na virada do século marcam nitidamente os limites dessa empreitada quando se trata de apreender, tomando distância maior, as transformações estruturais que agitam a sociedade americana.

3.1. Interacionistas e etnometodólogos: alcance e contrapontos

A análise interacionista já ocupava o lugar central nos trabalhos da primeira escola de Chicago. Everett Hughes (1897-1983), professor em Chicago e mais tarde em Montreal, é um dos grandes artífices da segunda geração: aquela que se associa de bom grado ao "interacionismo simbólico". Não apenas autor de obras de referência (*Men and their Work*, 1958; *The Sociological Eyes*, 1971), Hughes soube impulsionar e inspirar um sem-número de trabalhos monográficos que fizeram história no domínio do trabalho (D. Roy. Efficiency and the Fix: informal intergroup relations in a piecework machine shop. *American Journal of Sociology*, n. 60, 1954), das profissões (E. Freidson. *Medical Profession*, 1971), do comportamento desviante (*Human Deviance*, 1967. – D. Matza. *Becoming Deviant*, 1969. – H. Becker, *Outsiders*, 1963) ou ainda da doença (B. Glaser, A. Strauss. *Awareness of Dying*, 1965). O interacionismo toma enfim uma forma original e mais personalizada com a sociologia dramatúrgica de Ervin Goffman (1922-1982), antigo aluno de Hughes e que teve como uma de suas maiores ambições responder ao desafio dos fundamentos microssociológicos da ordem social.

A etnometodologia constitui a variante mais recente, mas também a mais radical do interacionismo simbólico (Texto 6). Para o seu fundador, Harold Garfinkel, a realidade social é uma constru-

ção permanente que não tem nada de exterior aos indivíduos. Garfinkel se inscreve assim em uma perspectiva fenomenológica que o põe em sintonia com trabalhos, como os de Alfred Schütz, refugiado austríaco que leciona na *New York School for Social Research* (Nova Iorque), e de seus alunos Peter Berger e Thomas Luckmann (*A construção social da realidade*, 1967). Quando, ao terminar a década de 1960, diminui o peso institucional das universidades de Harvard, Columbia e Chicago, a etnometodologia, até então confinada a um pequeno grupo de californianos, faz o seu primeiro vôo institucional. Multiplicam-se então trabalhos sobre a justiça, a escola, o hospital, as organizações, a ciência, os grupos de encontro ou ainda a criminalidade. Mas o número de etnometodólogos recenseados em 1972 mal e mal chega a uns cinqüenta (A. Coulon. *A etnometodologia*, 1987). Somente a partir dos meados da década de 1970 é que as teses da etnometodologia ganham maior difusão, mas de maneira desigual, fora da Califórnia e fora dos EUA.

Texto 6

LAPASSADE – Gênese da etnometodologia

A atividade de formação e de recrutamento da corrente etnometodológica em seus primórdios começa desde 1955, de maneira ainda informal, com a organização por Harold Garfinkel de um Seminário de mestrado em colaboração com Aaron Cicourel, que publica uma das obras importantes da etnometodologia desde 1964, com o título de *Método e medida em sociologia*. No início dos anos 1960, a escola etnometodológica está ainda limitada ao pequeno grupo daqueles que trabalham em torno de Garfinkel e Cicourel.

Deve-se compreender o lento desenvolvimento da etnometodologia no início dos anos 1960 à luz do estado da *instituição sociológica universitária* naqueles anos: esta instituição está dominada em 1950 e até os anos 1960 pelos centros de Harvard, Columbia, Chicago onde se realizam pesquisas importantes bem

como se preparam teses de doutorado bem cotadas. Nesse contexto em que as universidades americanas concorrem entre si, a Califórnia não se acha, a esta altura, bem situada para atrair estudantes-pesquisadores.

A partir de 1964, uma "rede" de comunicações e de trabalho se acha instalada em torno de Garfinkel e de Cicourel, seu organizador. Estudantes em número cada vez maior fazem o seu doutorado sob a direção dos dois líderes e conseguem empregos, particularmente na universidade. Em torno deles vamos encontrar pessoas como Schegloff, Speier, Sudnow, Turner, que se tornarão mais tarde famosos na etnometodologia. Esses estudantes pioneiros fazem depois a ponte de ligação entre Berkeley, onde lecionam Cicourel e Goffman, e Los Angeles, onde seguem as lições de Garfinkel.

É nesse momento igualmente que se instala o programa da etnometodologia: trata-se da exploração, que muito deve à fenomenologia, das raízes da racionalidade nas práticas correntes da vida e nas sondagens profanas. Garfinkel ainda não publicou os seus *Studies in Ethnomethodology*, mas, já, os estudos que serão reunidos e publicados em 1967 estão xerocados e circulam sob esta forma. Este é, aliás, um dos traços importantes e permanentes da atividade etnometodológica. Esta forma de trabalho objetivo nasceu do ostracismo da instituição sociológica norte-americana para com os etnometodólogos que encontram melhor acolhida em algumas revistas de lingüística.

Entre 1967 e 1971, a Escola vai conhecer um certo desenvolvimento. Cicourel encoraja alguns estudantes a efetuar pesquisas etnometodológicas para o doutorado a partir das suas atividades sociais. Anima igualmente a realização de pesquisas em escolas de Santa Bárbara, e depois na Argentina, com a participação de estudantes. Zimmermann ensina na Universidade Irvine, sempre na Califórnia, e ali se junta a ele Sudnow em 1968, depois Craig Mac-Andrex em 1970. Irvine se torna, deste modo, um terceiro pólo de desenvolvimento da corrente etnometodológica. Forma-se outro grupo na Universidade Columbia, em torno de Peter McHugh, que se associa a Schegloff. O domínio, por Cicourel e

outros, de certos métodos quantitativos (a informática, particularmente) tende então a pôr fim ao boato segundo o qual "os etnometodólogos não seriam senão sociólogos que teriam fracassado nos exames em metodologia sociológica" (G. Lapassade. *L'ethnosociologie*. Paris, Meridiens Klincksieck, 1991, p. 73-74).

Sempre muito em voga no continente europeu, os diagramas interacionistas e etnometodologistas sofrem a concorrência nos EUA de uma sociologia que se pretende explicitamente crítica. A criação de revistas sociológicas (*Theory and Society, Telos, Marxist Studies*) em perspectivas marxistas e o reconhecimento, em 1977, no seio da *American Sociological Association*, de uma seção denominada "Marxist Sociology" atestam a consolidação institucional de um paradigma que, até então, tinha conquistado seu título de nobreza nos campos circunscritos da sociologia econômica, da sociologia do trabalho e, mais recentemente, da sociologia histórica. O estruturalismo francês em suas múltiplas versões (B. Smart. *Foucault, Marxism and Critique*, 1983), o neofuncionalismo (J. Alexander. *Neofunctionalism*, 1985. – M. Faia. *Dynamic Functionalism*, 1986), o existencialismo (J. Kotarba, A. Fontana. *The Existential Self in Society*, 1984)... constituem não apenas contrapontos teóricos ao interacionismo, mas servem igualmente para alimentar uma reflexão particularmente em moda no decurso da década de 1980: a da articulação entre o micro e o macrossocial (R. Collins. On the Micro-foundations of Macrosociology. *American Journal of Sociology*, 1981. – J. Alexander *et alii*. *The Micro-Macro Link*, 1987).

3.2. A renovação da sociologia americana na virada do século

No balanço feito, nos meados dos anos 1980, por Randall Collins (Is 1980s Sociology in the Doldrums? *American Journal of Sociology*, vol. 91, n. 6, maio/1986), claramente se percebe a sua

sensação de mal-estar diante do pequeno progresso teórico, da fragmentação dos saberes e do fraco impacto das pesquisas efetuadas. Mesmo que ela não deixe de se refletir sobre o campo intelectual, essa crise da sociologia é antes de tudo de ordem institucional. A restrição das oportunidades no mercado de empregos a partir dos meados dos anos 1970 explica em princípio o fato de os sociólogos que se beneficiam menos do sistema universitário não terem os meios para desenvolver um contradiscurso crítico sobre a sociedade. No quadro de empregos extra-universitários, usam antes de tudo a sociologia de forma puramente instrumental. O crescimento do número dos sociólogos americanos (entre 2.000 e 3.000 em 1970 para mais de 10.000 vinte anos mais tarde) explica em segundo lugar, em virtude do mecanismo posto em evidência por Spencer e Durkheim, que tenha ocorrido especialização dos campos de estudo. Essa pulverização, que alimenta as infinitas disputas de igrejinhas, reforça as dificuldades para fazer carreira e oferece uma imagem fragmentária da disciplina.

No limiar do século XXI, o quadro pessimista que acaba de ser esboçado deve ser duplamente matizado. Como aliás, em primeiro lugar, os debates teóricos talvez tenham perdido em intensidade, mas as diferenças intelectuais continuam muito, felizmente, alimentando e renovando as reflexões (Sociologie et sociétés. *Le second souffle de la sociologie*, vol. XXX, n. 1, 1998). Além disso, os novos campos de investigações privilegiados fazem descortinar perspectivas inéditas. Além da sociologia dos gêneros já mais antiga, a sociologia histórica e mais tarde a sociologia econômica (Baliza 5) se impuseram sucessivamente como outros cadinhos favoráveis à produção de problemáticas e novas teses (teoria das redes, buracos estruturais etc.). O mesmo se passa com a sociologia das ciências ou ainda com a dos sentimentos. Mas a inflexão mais notável é a que se refere ao fato de terem voltado a gozar de boa cotação, a partir da década de 1990, as pesquisas sobre a cultura (P. Smith. *The New American Cultural Sociology*, 1998). Depois de

um longo período de desconfiança em relação aos programas de pesquisa culturalista, a sociologia americana redescobre com efeito toda a importância dos fatos culturais para fatos sociais tão importantes como o urbano (M. Davis. *City of Quartz*, 1992) ou as organizações (P. DiMaggio, W. Powell. *The New Institutionalism in Organizational Analysis*, 1991).

Baliza 5

Dinâmica da pesquisa americana contemporânea

A sociologia dos gêneros: expressão de um combate já antigo (nos EUA, o direito de voto para as mulheres é conquistado já em 1920), o estudo das relações sociais de gênero (*gender*) se beneficia ainda hoje da atmosfera crítica e militante dos anos 1960 e de trabalhos pioneiros como os de Jessie Bernard (de *American Family Behavior*, publicado em 1942, a *The Female World in a Global Perspective*, publicado em 1987). Os temas desta sociologia se acham diretamente ligados às experiências de discriminação vividas pelas mulheres (P. Lengermann, R. Wallace. *Gender in America: Social Control and Social Change*, 1985). As pesquisas podem contar com o apoio de publicações múltiplas – como as revistas *Signs, Feminist Studies, Sociological Inquiry* ou ainda *Gender and Society* – e ainda com o dinamismo de uma associação profissional (*Sociologists for Women in Society*). Longe de o objeto constituir em si o ponto de vista, os sociólogos especialistas das relações sociais de gênero se dividem atualmente em três grandes correntes: teorias da diferença (as diferenças homem-mulher são explicadas por fatores biossociais), teorias da desigualdade (não se trata tanto de enfatizar as diferenças, mas sobretudo as desigualdades socialmente construídas), e teorias da opressão das mulheres pelos homens.

A sociologia histórica: mesmo sem conseguir fornecer as chaves de uma recomposição global e unificadora, a história e a macro-sociologia se impõem, no decurso dos anos 1980, como peças novas no *patchwork* da teoria sociológica americana (D. Smith. *The Rise of Historical Sociology*, 1991). No século XX, a sociologia histórica havia perdido toda a vitalidade, particularmente durante os períodos de totalitarismo, debaixo da pressão de censores preocupados em abafar qualquer ponto de vista crítico sobre a mudança social. No pós-guerra, é difícil o renascimento, mas o progresso da sociologia histórica se confirma de repente: entre 1958 e 1978, o número de teses americanas em história social se multiplica por quatro e no início dos anos 1980 quase um quarto dos artigos das principais revistas sociológicas anglo-saxônicas tem um conteúdo histórico.

A sociologia econômica: ramo em plena expansão, a sociologia econômica tem a seu favor o aporte cruzado de múltiplas correntes da sociologia americana (teoria da escolha racional, das redes, das instituições...). (N. Smelser, R. Swedberg. *The Handbook of Economic Sociology*, 1994). Esta subdisciplina conhece igualmente um sucesso internacional por intermédio de revistas e associações científicas entre as quais ocupa um papel de destaque a *Society for Advancement of Socio-Economics* que, a partir do final dos anos 1980, contribui ativamente para o intercâmbio científico sobre este tema em todo o mundo. A maior originalidade da sociologia econômica consiste em considerar os mercados (do trabalho, da moeda, dos bens de consumo...) como exemplos de construções sociais estabelecidas pela história, as redes de atores ou ainda as instituições e as culturas nacionais.



A reconstrução da sociologia européia

No período que medeia entre as duas guerras mundiais, a sociologia européia sofre uma forte erosão institucional (declínio da escola durkheimiana na França, pulverização da escola alemã, ascensão dos totalitarismos e emigração dos sociólogos (Baliza 6, etc.), que obriga, depois de 1945, a um autêntico renascimento da disciplina. Mas, de maneira diferente do século anterior, a desconfiança diante da "grande" teoria predomina imediatamente na maioria dos países europeus e dá-se agora a primazia aos trabalhos empíricos especializados. Se, ulteriormente, a balança se inclina de novo para o pólo teórico, a sociologia não escapa à história. Tanto no seu arranjo institucional como nas pressuposições teóricas e metodológicas dominantes, a sociologia européia se forja ao sabor dos acontecimentos marcantes das décadas do pós-guerra (desenvolvimentismo, guerra fria, emergência de novos movimentos sociais, implosão do comunismo da Europa Oriental...).

Baliza 6

A grande emigração

No período entre as duas guerras mundiais, a sociologia européia se vê sensivelmente prejudicada com o grande número de expatriações de sociólogos que fugiam dos países atingidos pelas ondas



revolucionárias e totalitárias. Na Rússia, a sociologia, em princípio bem acolhida pelo novo regime instalado em 1917, é condenada ao cabo de alguns anos por causa do seu pretenso caráter burguês. Por essa razão, Pitirim Sorokim e Georges Gurvitch fogem da terra natal e vão, um para os EUA, e o outro para a França. Na Áustria, Viena – capital intelectual da Europa no começo do século – perde Paul Lazarsfeld. Na Tcheco-Eslováquia, os lingüistas do "Círculo de Praga" (entre os quais R. Jakobson, um dos pais do Estruturalismo) cruzam também o Atlântico. Na Polônia, Floran Znaniecki parte em direção aos EUA onde, em colaboração com William Thomas, produz um trabalho fundador sobre os camponeses poloneses. Bronislaw Malinowski, etnólogo pioneiro do funcionalismo, acha asilo na Inglaterra. Na Europa Oriental, a Romênia perde o psiquiatra Jacob L. Moreno (1892-1974). Formado em Viena e mais tarde refugiado nos EUA, este último inventa o "sociodrama" (técnica de tratamento que consiste, para um doente, em representar de novo com outros uma situação particularmente traumática) e a "sociometria" (técnica de mensuração e de análise das relações sociais no círculo de um grupo pequeno). Na Alemanha, enfim, com a ascensão do nazismo, grandes nomes fogem do país: é o caso de Theodor Adorno e de Max Horkheimer (que emigram para os EUA), Theodor Geiger (Dinamarca), Karl Mannheim (Inglaterra), Franz Oppenheimer (EUA), Norbert Elias (Inglaterra), René König (exilado temporário) ou ainda dos austríacos Alfred Schütz e Joseph Schumpeter (EUA), que se exilou a partir de 1932, por motivos pessoais.

1. As sociologias francesa e alemã no entre-duas-guerras

Os acontecimentos socioeconômicos e políticos que abalam a Europa depois da grande carniçaria de 1914 a 1918 afetam diretamente a organização da disciplina. O que se passa precisamente na França e na Alemanha, terras natais da sociologia? Na França, o período entre as duas guerras registra a morte da escola durkheimiana. Na Alemanha, a situação é menos brilhante ainda, visto que o nazismo provoca a fuga de muitos intelectuais e transforma radicalmente a face da sociologia.



1.1. O fim da escola durkheimiana

Enquanto detinha praticamente o monopólio da legitimidade científica no campo da sociologia francesa, o grupo dos durkheimianos se encontra dizimado ao final da Primeira Guerra Mundial. Depois de 1918, a coerência mínima do grupo se acha garantida graças ao Instituto Francês de Sociologia e ao relançamento do periódico *Année Sociologique*, revista inicialmente criada por Durkheim. Sob a direção de Mauss, o primeiro volume da nova série aparece em 1925. No entanto, a aventura fracassa logo, dado que o segundo volume (1927) é também o último. Os *Annales sociologiques* (1934-1942) perpetuam certamente a tradição, mas, sintoma da progressiva decadência da "escola francesa", esta publicação é pouco prestigiada pelos "veteranos" do grupo durkheimiano.

Uma espécie de cisma no estado prático, para usar uma expressão de Johan Heilbron, divide o grupo: de um lado, os universitários (como Bouglé, Fauconnet, Lapie, Parodi...), que fazem carreira na administração da educação nacional; do outro, os que se consagram à pesquisa (Mauss, Simiand, Halbwachs...). As opções políticas (radicalismo republicano para os primeiros, socialismo para os segundos) bem como a interpretação de Durkheim (uns insistindo sobre o alcance filosófico e as implicações morais da sociologia durkheimiana e outros sobre as inovações científicas) logo fizeram crescer as oposições bastante nítidas. Significativo, a este propósito, é o debate que se segue à introdução, no programa das escolas normais primárias, de "noções de sociologia aplicada à moral e ao ensino". Instituído em 1920 por Paul Lapie, então Diretor do ensino primário, este curso se vê contestado a partir de 1923 pelo Ministro da Pública Instrução (L. Bérard). Intervindo um pouco mais tarde (1931) no conflito, os durkheimianos não dão razão a nenhum dos partidos. Sua conclusão é clara: mais interessados em cultivar os seus acanhados domínios de pesquisa, eles não mais acreditam na sociologia como fermento científico apto a fecundar uma moral leiga, moral que Durkheim preconizava, no entanto, com firmeza.

Da mesma forma que os leplaysianos (Texto 7), os durkheimianos não conseguem resistir à erosão do tempo. Com os anos 1930, o grupo se dilacera sem conseguir fixar bases institucionais que começam a "fazer água" por todos os lados. A evolução média de idade dos colaboradores e a degradação da imagem social da sociologia trazem essa perda de velocidade. O declínio é ainda mais espantoso quando se vêem outras disciplinas aproveitando a herança de Durkheim. Este é o caso, por exemplo, da Escola dos Anais (Marc Bloch, Lucien Febvre) em história, de Maximilien Sorre em geografia ou ainda do politólogo André Siegfried (*Tableau politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République*, 1913) que se instrui do ponto de vista sociológico para fundar a análise ecológica dos comportamentos eleitorais.

Quanto à nova geração de sociólogos franceses, esta não se preocupa muito em aprofundar o sulco aberto por Durkheim e os seus. Um efêmero "Colégio de Sociologia" (1937-1939), fundado por Georges Bataille, Jules Monnerot, Roger Caillois e Michel Leiris, tenta, ao contrário, sair dos caminhos batidos da sociologia positivista lançando novas pontes para a literatura e o sagrado. Mas, já faz muito tempo que a verdadeira alternância ao durkheimismo se exerce em outro lugar: no Centro de Documentação Social (CDS), centro de informação sobre a atualidade política e social financiada no começo por um banqueiro (A. Kahn).

Texto 7

CUIN – Os leplaysianos no período entre-guerras

O período entre-guerras não é [...] favorável nem aos leplaysianos nem tampouco aos durkheimianos, cuja oposição aos primeiros assumiu mais a figura de ostracismo que de conflito aberto (como foi o caso com relação a Tarde). As sociedades científicas e as revistas que são os órgãos oficiais desta escola (*La réforme sociale, La science sociale* e *Le mouvement social*) vêem a sua ativi-

dade e a sua audiência declinar por causa da diminuição das encomendas por parte do Estado e, de modo mais geral, da crise do cristianismo social, consecutiva à ascensão do movimento operário. Todavia, a sua produção continua sendo considerável. Os trabalhos de Paul Bureau, Joseph Wilbois e Paul Descamps comprovam a vitalidade do programa de pesquisa leplaysiano, cujo objetivo continua intacto (o estudo direto dos fatos sociais no intuito de esclarecer as iniciativas reformadoras da ação política e social), mas que, de agora em diante, se abre à dimensão psíquica dos fatos sociais e ambiciona situá-los de novo na perspectiva mais totalizante da sociedade global, aproximando-se assim do durkheimismo (Bureau, 1923). Esta superação do método monográfico por uma forma de produção mais sintética é particularmente perceptível em Descamps (1924, 1930), cuja contribuição para a construção da sociologia portuguesa e do salazarismo é por outro lado notável (1935), bem como em Wilbois ((1934), que representa o papel de precursor da sociologia das organizações (1937). No entanto, malgrado um esforço para mobilizar seus recursos (*La réforme sociale* e *La science sociale* se fundem em 1935 para formarem *Les études sociales*, órgão único da Sociedade de Economia Social e da Sociedade Internacional da Ciência Social), é insignificante o papel do movimento leplaysiano na reorganização institucional da sociologia francesa às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Este não mantém com efeito a sua influência a não ser graças às relações estreitas que mantém com os meios dirigentes do mundo agrícola, que se aliarão nos anos 1940 ao regime de Vichy e que afetarão mais tarde a sua imagem.

No plano teórico, no entanto, um reconhecimento tanto simbólico como tardio lhe vem do *establishment* sociológico francês: o próprio C. Bouglé, em 1937, recomenda "casar a tradição de Le Play com a de Durkheim". Deste modo, é sem dúvida a influência que ela teve entre numerosas escolas estrangeiras (nos EUA, na Inglaterra, até na Turquia e na Romênia), e que em sua maioria ignoraram durante muito tempo o durkheimismo, que a sociologia leplaysiana deve o essencial do seu papel histórico (C.H. Cuin, F. Gresle. *Histoire de la sociologie*. T. 2, a partir de 1918 [La découverte, Col. "Repères", 1992, p. 14-15]).

Dirigido por Celestin Bouglé, durkheimiano "herético", o CDS encontra refúgio de 1920 a 1940 no seio da Escola Normal Superior da rua de Ulm. Entre seus membros, inclui jovens assistentes ou assíduos como Georges Friedmann (assistente de 1932 a 1935), Raymond Aron (secretário do centro de 1934 a 1939), Jean Stoetzel... todos eles alimentam um soberano desprezo pelo durkheimismo e mostram, ao contrário, uma particular atenção aos sociólogos americanos (E. Mayo, T. Parsons), ou alemães (K. Mannheim, N. Elias). Apoiadas pela fundação Rockfeller, as pesquisas que se desenvolvem no CDS a contar dos anos 1930 (G. Friedmann. *Problèmes du machinisme en URSS et dans les pays capitalistes*, 1934. – R. Marjolin. *L'evolution du syndicalisme aux États-Unis*, 1936. – G. Le Bras. As transformações religiosas das regiões rurais francesas a partir do fim do século XVII. *Annales sociologiques*, 1937...) se inscrevem geralmente em uma produção empírica que não é estranha nem à demanda social do momento nem à onda do planejamentismo de antes da guerra (J. Heilbron. As metamorfoses do durkheimismo. *Revue Française de Sociologie*, abr.-jun./1985, XXVI-2).

1.2. A impossível comunidade dos sociólogos alemães

Do outro lado do Reno, durante a década de 1920, muitos indicadores mostram um vigor institucional que mal consegue esconder um certo mal-estar teórico. A sociologia conquista em princípio um número substancial de postos de ensino na universidade. Ao mesmo tempo, multiplicam-se as revistas profissionais. Entram assim em circulação os *Kölner Vierteljahrshefte für Soziologie* (lançados em 1921 por L. von Wiese), a *Zeitschrift für Völkerpsychologie und Soziologie* de R. Thurnwald (1925), o *Archiv für angewandte Soziologie* (1928), o *Jahrbuch für Soziologie* (1925-1927), a *Zeitschrift für Sozialforschung* (1932-1933)... Uma nova geração de sociólogos (T. Geiger, A. Salomon, K. Mannheim, M. Horkheimer e seus colegas de Frankfurt (Texto 8), H. Freyer, R. Michels...) se prepara enfim para assumir o posto dos veteranos.

Texto 8

ASSOUN – Na origem da escola de Frankfurt

A escola de Frankfurt, dir-se-á, é a corrente que tomou corpo em Frankfurt, ao ensejo da criação, por um decreto do Ministério da Educação, no dia 3 de fevereiro de 1923, por um acordo com a "Gesellschaft für Sozialforschung", de um *Institut für Sozialforschung* (Instituto de Pesquisas Sociais), cuja criação já fora proposta por Gerlach em 1922. Eis portanto ao menos o local e a data fixados com precisão, e a Escola poderia mostrar a sua certidão de batismo: Frankfurt, 1923.

Cabe a Felix J. Weil, filho de um negociante atacadista de cereais, que fizera fortuna na Argentina, a iniciativa da origem do Instituto. Weil, doutorado em ciências políticas, organizou a "Primeira Semana Marxista de Trabalho" (*Erste Marxistische Arbeitswoche*), no verão de 1922 em Ilmenau (Turíngia), na qual tomaram parte destacada Lukács, Korsch, Pollock, Wittfogel, e que devia enfatizar a noção de um marxismo "verdadeiro" ou "puro". Ali nasceu a idéia de uma instituição permanente sob a forma de um Instituto de Pesquisa independente, que teve o apoio material graças a uma doação de Hermann Weil e de um contrato com o Ministério da Educação, e cujo diretor deveria ser o titular de uma cátedra na universidade. O Instituto de Pesquisa Social (que deveria ter o nome de "Instituto para o Marxismo", e depois, "Instituto Felix Weil de Pesquisa Social") foi assim criado oficialmente por um decreto do Ministério da Educação no dia 3 de fevereiro de 1923, com base em um acordo entre o Ministério e a "Associação para a Pesquisa Social" e suas instalações foram oficialmente inauguradas em 22 de junho de 1924 (depois de uma estada no Museu Senckenberg de Ciências Naturais). Como o diretor previsto, Kurt Albert Gerlach, havia falecido em outubro de 1923, Carl Grünberg passou a desempenhar essa função até 1930. O Instituto estava instalado na Victoria-Allee, n. 17, perto da esquina de Bockenheimer Landstrasse, no *campus* universitário de Frankfurt. Sua revista era o *Archiv*, que seria substituído pela *Zeitschrift* somente em 1932.

Com efeito, a partir de 1931 é criado um anexo do Instituto em Genebra, por sugestão de Albert Thomas, Diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), enquanto os fundos do Instituto são transferidos para uma sociedade instalada nos Países Baixos. Em fevereiro de 1933, instalava-se em Genebra um escritório de vinte e um membros que se tornou o centro administrativo do Instituto, pois este fora fechado pelos nazistas. Paralelamente, dois outros anexos menores foram abertos em Paris, onde a revista do Instituto continuou a aparecer (Edições Alcan) e em Londres, sob o patrocínio da *Sociological Review*. A partir de setembro de 1933, a "Escola de Frankfurt" deixa de ser francofortense, pois sua revista começa a circular na França e o seu editorial instalado em solo suíço. Essa expatriação durou até agosto de 1950, data em que o Instituto reiniciou os seus trabalhos nas instalações do *Kuratorium* na *Senkenberganlage* e naquilo que restava do Instituto, depois em novembro, em um outro edifício, de novo merecendo, mas com *dezessete anos de interrupção*, a sua qualificação francofortense. Nesse meio-tempo, com efeito, o Instituto se tinha ligado aos EUA: seus fundos se tinham transferido para ali em 1941, e o Instituto ficara agregado à Columbia University (a 429 West 117th Street) por sugestão de Butler, a partir de 1934. Mesmo depois do retorno a Frankfurt, foi mantido o ramo nova-iorquino do Instituto (P.L. Assoun. *L'école de Francfort*. Paris, PUF [Col. "Que sais-je?", n. 2354, p. 5-6]).

Apesar de tudo, a retaguarda (W. Sombart, A. Vierkandt, A. Weber, F. Oppenheimer e L. von Wiese) não abdica. E se mantém no centro dos principais debates. Desde os anos 1910 até 1930, as jornadas de estudos sociológicos ficam assim marcadas por fortes oposições entre os adeptos de uma sociologia empírica, herdeira, a seu jeito, das ciências naturais (L. von Wiese), os partidários de uma sociologia da cultura (A. Weber) e os que preconizavam uma

teoria sociológica do conhecimento (K. Mannheim). Até o ano de 1934, data do último colóquio da Associação Alemã de Sociologia, a Alemanha dá, por outro lado, muito mais a impressão de organizar uma rede fragmentada de sociólogos com identidade profissional incerta em vez de gerir uma verdadeira comunidade científica diretamente às voltas com os problemas sociais da sua época. Deste modo, em uma República de Weimar dilacerada pelos conflitos políticos, os sociólogos alemães, muitas vezes embaraçados em debates tão esotéricos quanto estéreis, estão longe de possuir uma credibilidade comparável àquela que lhe poderia conceder, na França, a Terceira República.

O balanço não é, no entanto, tão sombrio como poderia parecer à primeira vista. No limiar dos anos 1930, os sociólogos alemães podem com efeito orgulhar-se de toda uma série de trabalhos importantes. No plano teórico, além das pesquisas de Karl Mannheim e de Norbert Elias, deve-se ao austríaco Alfred Schütz uma releitura fenomenológica da obra de Max Weber (cf. Capítulo 9). As transformações da sociedade alemã constituem por outro lado o objeto de numerosas investigações empíricas. As conseqüências sociais da industrialização (R. Woldt. *Die Lebenswelt des Industriearbeiters*, 1926. – P. Lazarsfeld. *Jugend und Beruf*, 1931). A evolução das classes sociais e da mobilidade (S. Kracauer. *Die Angestellten*, 1930. – T. Geiger. *Die soziale Schichtung des deutschen Volkes*, 1932. – J. Schumpeter. *Impérialisme et classes sociales*, 1951...), o político e a ação coletiva enfim (R. Michels. *Les Partis politiques*, 1911. – R. Thurnwald. *Partei und Klassen im Lebenpsychologie und Soziologie*, 1926. – T. Geiger. *Die Massen und ihre Aktion*, 1926...) compõem na essência o quadro da pesquisa alemã.

Em seguida, em pouco tempo, a sombra do nazismo escurece os horizontes da sociologia alemã: de 1933 a 1945 abre-se um demorado e doloroso parênteses. Antes de 1933, a racionalização da sociedade moderna e o conflito militar de 1914-1918 rondam já os escritos sociológicos que reativam o romantismo e as filosofias vitalistas a fim de exaltar olvidados modos de vida comunitários e opor uma Alemanha impregnada de nobres ideais culturais a países anglo-saxões materialistas e igualitaristas. Em 1933, quando morre uma República de Weimar que não tivera senão, entre os sociólogos, o apoio explícito de um punhado deles (como A. e M. Weber ou F. Tönnies), atropelam-se os acontecimentos. E então, no mesmo momento em que se fazem o estranho eco do seu acontecimento, as ciências sociais são as primeiras a sofrer com o nacional-socialismo. Com a subida de Hitler ao poder, os grandes nomes da sociologia emigram, o ensino fica decapitado (dois terços do corpo docente fogem) e a grande maioria das revistas de sociologia pára de circular.

No entando, a disciplina não se dissolve. Alguns sociólogos mantêm sua atividade no solo natal e, à semelhança de um Alfred Grunsky, que denuncia uma sociologia por demais ligada, no seu entender, ao marxismo (*Carta ao Ministro da Cultura da Baviera*, 5 de maio de 1933), eles propõem que se atue no sentido de uma ciência com sugestiva denominação: a ciência da comunidade nacional. Liderados por Hans Freyer e Othmar Spann, esses sociólogos não fazem mistério da sua aversão por uma sociedade industrial burguesa que condenam pelo seu estilo confuso, pelos valores individualistas que veicula, pela separação Estado/economia que promove, pelos conflitos de classe que atiça ou ainda pela falta de fibra da "metafísica burguesa" (uma ingênua e passiva crença no progresso...), considerada como predominante no seu seio. Até 1936, data em que a sociologia se torna definitivamente uma arma de propaganda ao serviço do regime nazista, esses intelectuais conservam ainda algumas ambições científicas, alimentadas porém com o auxílio de noções, tais como povo (*Volk*) ou líder carismático (*Führer*).

Exemplar, nesta perspectiva, é o percurso de Freyer, professor de sociologia em Leipzig quando Hitler sobe ao poder: simpático aos nazistas, este sociólogo não foi nunca membro do Partido Nacional-Socialista e foi aos poucos se afastando dele. Mesmo assim, a análise de Freyer se assemelha bastante a uma forma de legitimação ideológica. Cooptado para as causas do anti-racionalismo do romantismo clássico, Freyer proclama as virtudes da revolução de direita (*Revolution von Recht*, 1931) e se faz o arauto de um Estado forte (*Herrschaft und Plannung*, 1933). Mantém-se fiel, no entanto, a uma sociologia, ciência das realidades, à qual atribui orientações repletas de sentido: descobrir aquilo que a modernidade usurpou ao corpo social (as regulações comunitárias em primeiro lugar), investir pela investigação os objetos que resistiram à erosão da sociedade industrial (a população rural, por exemplo), dar a devida ênfase aos níveis de coesão locais e regionais, designar claramente quais são os inimigos do povo alemão... eis algumas das entradas temáticas privilegiadas por Freyer (Tarefas atuais da sociologia alemã. *In*: *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, 1935).

2. As novas fundações do pós-guerra

2.1. O renascimento da sociologia francesa

Com a libertação, a reconstrução da França é uma preocupação suprema que surge diretamente nas orientações da política científica. O avanço das ciências sociais é, em primeiro lugar, corroborado pelo estabelecimento de instituições de pesquisa e de ensino (Ined, FNSP, Insee...), que escapam do território habitualmente controlado pelos universitários. Contando com menos apoio que outras disciplinas (por exemplo, a economia), a sociologia toma o seu primeiro impulso acadêmico em 1946, quando é fundado, sob a batuta do CNRS e a direção de Georges Gurvitch, o Centro de Estudos Sociológicos, que ele dirige até 1949. Na seqüência, os historiadores da Escola dos Anais dão o impulso para a criação de

uma seção de ciências sociais, a Sexta, na Escola Prática dos Altos Estudos. Quanto à universidade francesa, ainda vai levar muito tempo até escancarar suas portas à sociologia. Desde os anos 1920, esta última disciplina é lecionada, muitas vezes por filósofos, no quadro da licenciatura de filosofia. O número de cátedras entregues aos sociólogos ainda continua portanto bastante restrito: até os anos 1950, excetuando o Collège de France, somente quatro cátedras universitárias possuem o título de sociologia (Bordéus, Estrasburgo, e dois na Sorbonne) (Baliza 7).

Baliza 7

Os grandes expoentes da sociologia francesa do pós-guerra

Georges Gurvitch (1894-1965): filósofo de formação, Gurvitch foge de sua Rússia natal em 1920, depois de ter tomado parte na Revolução de 1917. O caminho do exílio o leva finalmente à França (em 1925), onde redige uma tese de literatura sobre *A idéia de direito social*. De volta à França depois de uma nova partida precipitada pela guerra, funda os *Cahiers internationaux de sociologie* (1945), lança a "Biblioteca de Sociologia Contemporânea" pelas Presses Universitaires de France-PUF (1950) e funda, com Henri Janne (Reitor da Universidade Livre de Bruxelas), a Associação Internacional dos Sociólogos de Língua Francesa (Aislf), em 1958. Em 1948, Gurvitch é eleito para a Sorbonne e para a École Pratique des Hautes Études. Autor fecundo com múltiplos pólos de interesses (que abrangem os tempos sociais, o conhecimento, a vida moral, a técnica, as sociedades globais...), este apóstolo dos direitos sociais quer ser o promotor de um "hiperempirismo dialético". Embora não faça realmente escola, Gurvitch conserva alguns discípulos como Jean Duvignaud ou Georges Balandier.

Georges Friedmann (1902-1977): depois dos estudos de Química, Friedmann regressa para a ENS em 1923, onde obtém uma agregação em Filosofia. Depois de ter exercido as funções de assistente no CDS e realizado uma aprendizagem em mecânica de máquinas-ferramentas, efetua numerosas sondagens em questões industriais em numerosos países, entre estes a Rússia. Resistente,

vê-se nomeado no pós-guerra Inspetor Geral do Ensino Técnico e mais tarde professor no CNAM, diretor de estudos na Ephe e professor no IEP de Paris. Sociólogo, cuja reputação ultrapassa as fronteiras da França (ocupa o cargo de Presidente da Associação Internacional de Sociologia entre 1956 e 1959), Friedmann estuda em primeiro lugar o trabalho como forma privilegiada de relação do ser humano com o mundo e com o coletivo social. Lamenta então as conseqüências da divisão do trabalho da forma como acabou se objetivando com o taylorismo (*Problemas humanos do maquinismo industrial*, 1946. – *Aonde vai o trabalho humano?*, 1950. – *O trabalho em migalhas*, 1956. – *Tratado de sociologia do trabalho*, 1961 e 1962, com Pierre Naville) e expressa sua confiança nas virtudes emancipadoras das novas técnicas. No ocaso da vida, Friedmann lança um olhar bastante mais pessimista sobre a evolução da sociedade: ao fundar o Centro de Estudo das Comunicações de Massa, acredita que os trabalhadores trocaram o seu papel prometeico pelo amor ao lazer e ao consumismo.

Raymond Aron (1905-1983): normalista, filósofo de formação, Raymond Aron ocupa uma posição original no campo da sociologia. Símbolo da consciência intelectual do liberalismo francês, ele é não apenas um professor de sociologia especialista em relações internacionais, mas também um jornalista de acentuado gosto pela política. Fino conhecedor do pensamento sociológico (*A Sociologia alemã*, 1935. – *As etapas do pensamento sociológico*, 1967), os cursos por ele ministrados na Sorbonne entre 1955 e 1958 mostram muito bem a evolução das sociedades industriais e das suas estruturas sociais (*Dezoito lições sobre a sociedade industrial, A Luta das classes*). Suas reflexões políticas sobre os Estados constitucionais-pluralistas (*Democracia e totalitarismo*, 1965), que se devem nortear, segundo ele, pelos princípios do respeito à lei e pelo sentido do compromisso, também lhe oferecem o ensejo para comentar ao vivo o fim da IV República. De fato, assim como Gurvitch, Aron atuou principalmente a serviço da institucionalização da sociologia. Na origem da criação da licenciatura em sociologia, Aron dirige o Centro de Sociologia Européia e é membro da direção da Aislf. Também se encontra entre os membros do comitê diretor dos *Cahiers Internationaux de sociologie.*

No limiar dos anos 1950, amplamente depreciada pelos intelectuais em moda (marxistas, existencialistas ou personalistas), a sociologia goza de muitos estímulos do Estado diretamente ligados a preocupações planejadoras. Recebe igualmente o apoio de instituições internacionais como a Unesco, e de empresas e fundações (Ford, Rockfeller, Kodak) que estimulam e favorecem uma nova safra de pesquisadores. Nesses anos do pós-guerra, a crença nos benefícios do progresso técnico e o interesse pela pesquisa de novas formas de integração social são convicções amplamente compartilhadas pela maioria dos sociólogos franceses. A fim de cimentar cientificamente essas convicções, as referências teóricas e técnicas mobilizadas são aquelas que dominam do outro lado do Atlântico (o funcionalismo de Parsons e Merton). Nessa matéria não faltam os transportadores: Jean Stoezel (1910-1987), fundador do Ifop (Instituto privado de pesquisas de opinião) e autor de uma *Teoria das opiniões* (1943), reside nos Estados Unidos nos anos 1937-1938 e dali regressa convencido dos méritos do positivismo instrumental, da importância do trabalho de campo bem como da necessidade do domínio das técnicas quantitativas de pesquisa. Durante o seu período de exílio nos EUA, Gurvitch se mostra por seu turno sensível a outras searas teóricas. No princípio dos anos 1950, François Bourricaud, Michel Crozier, Éric de Dampierre, Henri Mendras, Jean-René Tréanton... todos eles cruzam o Atlântico.

Se a segunda fundação da sociologia francesa tem lugar devido a uma forte inspiração metodológica americana, não se poderia apesar disso falar de puro e simples decalque. Assim como o comprovam os trabalhos sobre o fenômeno urbano (P.H. de Chombart de Law), o trabalho e os sindicatos na indústria (G. Friemann, P. Naville, M. Guilbert, A. Touraine, J.D. Reynaud, M. Crozier...) ou ainda as comunicações de massa (G. Friemann), os franceses se mostram muito críticos quanto a uma "civilização industrial tão decantada no além-mar. Mais tarde, os sociólogos franceses – e este é um dos seus traços específicos – se deixam fascinar por um

objeto privilegiado: a classe operária (J.M. Chapoulie. A segunda fundação. *Revue Française de Sociologie*, jul.-set./1991).

Deve-se destacar, depois de 1955, a ocorrência de duas rupturas. No plano metodológico, em primeiro lugar, a monografia dá lugar a técnicas de investigação mais americanas e, portanto, mais direcionadas para o uso da estatística e da formalização. A tese de Raymond Aron, que faz um estágio nos EUA sob a direção de Lazarsfeld, atesta essa primeira inflexão (*A análise matemática dos fatos sociais*, 1967). Em segundo lugar, sob o impulso de Aron, criam-se enfim em 1958, nas novas faculdades de letras e ciências humanas, uma licenciatura e um doutorado em sociologia. Neste mesmo ano começa a circular o primeiro tomo do *Tratado de Sociologia* editado sob a direção de Gurvitch (Texto 9). É, portanto, mais de treze anos depois da assinatura do armistício que a sociologia francesa renasce completamente das cinzas. No plano acadêmico, esse novo nascimento se traduz pelo lançamento de três novas revistas (*Sociologie du Travail*, 1959. – *Revue Française de Sociologie*, 1960. – *Archives Européennes de Sociologie*, 1960) e a criação da Sociedade Francesa de Sociologia que vai substituir, em 1962, o Instituto Francês de Sociologia.

Texto 9

BOSSERMAN – A sociologia gurvitchiana

1) O pluralismo: Gurvitch vai tirar o conceito de pluralismo de diversas fontes, em particular, das suas leituras de Saint-Simon, A. Comte e J. Proudhon. Este conceito ganha todo o seu sentido durante os anos sombrios e profundamente conturbados da França do pós-guerra. O pluralismo gurvitchiano fazia *tábula rasa* de todas as percepções simplistas da realidade social [...]. A noção de pluralismo implica admitir que não existe apenas uma única via de análise de uma situação, uma única teoria válida para todos os tempos, uma só maneira de apreender a realidade

social [...]. O pluralismo implica a necessidade de construir um grande número de tipologias e múltiplos quadros. A sociologia profunda, ou representação vertical da realidade social, assim como Gurvitch a expõe, apresenta dez níveis ou patamares, embora este número para ele não seja limitativo.

2) A sociedade dialética: [...] Gurvitch está de acordo com Marx e Hegel que, segundo eles, as sociedades estão em perpétua mudança e que a fonte dessa mudança é a dialética. [...] Existem ao menos – segundo Gurvitch – cinco dialéticas: de complementaridade, de ambigüidade, de implicação e de influência mútua, de reciprocidade, de perspectiva, de polarização.

3) A sociologia profunda: Paralelamente ao movimento desencadeado por Freud em psicologia, Gurvitch considerava a realidade social como um edifício de muitos níveis. Deu a esta abordagem o nome de sociologia profunda. E eis novamente uma imagem "de forte apelo". Sob a superfície das manifestações organizadas, regularizadas da vida social, por trás das máscaras dos papéis sociais e das atitudes coletivas palpitam outras realidades, mais difíceis de se discernir, mas que constituem também importantes aspectos de cada grupo social, de cada ligação social [...].

4) A gestalt-sociologia ou sociologia da totalidade: [...] Gurvitch combinou o "fenômeno social total" de Mauss com a idéia de *Gestalt* desenvolvida por Kohler e Lewin (entre outros). As dialéticas são essenciais para apreender os fenômenos sociais totais em sua plena "instantaneidade", pois estes dizem respeito tanto a grupos tão restritos, como a díade, quanto a conjuntos tão amplos, como as classes sociais ou as sociedades globais. Essa tarefa da sociologia exige uma colaboração permanente com a história, a psicologia, a etnologia [...] etc.

5) A descontinuidade da mudança: A sociologia gurvitchiana põe ênfase sobre o caráter descontínuo da vida social. Os quadros sociais em que os fenômenos sociais totais se encontram incorporados são, de um ponto de vista sociológico, sempre descontínuos. A história põe em evidência a sua continuidade. Quanto à sociologia, esta considera a descontinuidade na continuidade, embora reconheça que a história esteja com a razão, no seu

próprio ponto de vista, quando insiste na continuidade no seio da descontinuidade. Uma nova realidade social não surge do nada, não é criada *ex nihilo*. Na terminologia hegeliana, o novo se prepara para nascer no ventre do antigo (P. Bosserman. Georges Gurvitch e os durkheimianos na França, antes e depois da Segunda Guerra Mundial. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXX, 1981, p. 120-123).

2.2. *A segunda gênese das sociologias alemã e italiana*

Embora agonizante no pós-guerra, a sociologia alemã se reconstitui bastante rápido. Leopold von Wiese reata rapidamente as atividades da Sociedade Alemã de Sociologia (que compreende cerca de cinqüenta membros), associação que vai presidir até 1955. Surge em 1948 uma nova revista: a *Koelner Zeitschrift fuer Soziologie*. Nesses anos do imediato pós-guerra, o poder se acha ainda nas mãos dos "velhos" sociólogos nascidos entre 1865 e 1885, aqueles que têm suas raízes na tradição liberal dos anos 1920 e que conheceram e refletiram, todos eles, sobre a guerra e o nacional-socialismo. A mudança, apesar de tudo, já se acha a caminho. No plano teórico, em primeiríssimo lugar, e a despeito da vontade persistente dos "sociólogos de Heidelberg" em pensar a evolução da sociedade com o auxílio de vastos painéis sócio-históricos e culturais (A. Weber. *Abschied von der bisherigen Geschichte*, 1946), a desilusão e a desconfiança em face das grandes teorias gerais levam ampla vantagem. Essa tendência se acentua nitidamente nos anos 1950, quando morrem ou se aposentam os sociólogos mais velhos e quando, simultaneamente, se afirma a nova geração. Então, começa a se desenvolver uma sociologia de corte americano, preocupada com o aspecto empírico, mas ao mesmo tempo caracterizada também por um certo idealismo humanitário. Nesta perspectiva, a empresa, o trabalho, a família, a estratificação social, a mobilidade, a religião... são os terrenos em que os pesquisadores mais se aplicam.

Neste período, "em quase todas as camadas da sociedade se procura, por motivos diversos, recalcar o passado. A atividade econômica, por causa disso, leva a melhor sobre o político, o social e o cultural na produção simbólica. Na literatura sociológica desta época sublinha-se muitas vezes a importância dessas orientações para o consumo, o bem-estar e a constituição dos patrimônios. No meio popular – alguns autores não se cansam de afirmá-lo – a luta de classes não ganha mais destaque. Este é em particular o tema de dois livros, muito comentados, o de Helmut Schelsky, *Die skeptische Generation* (*A geração cética*) e o de Karl Bednarik, *Der junge Arbeiter von Heute* (*O jovem operário de hoje*) (J.M. Vincent. *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. CVII, 1999).

Mas a tese do fim das classes sociais está muito longe de obter a unanimidade. Os livros mais importantes de Georges Friedmann são, por exemplo, logo traduzidos e, assim como na França, sua obra orienta uma grande parte dos trabalhos de sociologia do trabalho que sustenta a existência de visões e de relações conflituosas no seio da sociedade industrial (cf. de modo todo particular H.P. Bahrdt *et alii*. *Das Gesellschaftsbild des Arbeiters*, 1957).

Beneficiando-se de um número de criações de postos que vai crescendo até a década de 1970, a sociologia universitária se organiza, à imagem do federalismo político germânico, por grandes centros regionais. Além de Berlim (O. Stammer) e Friburgo (A. Bergstraesser), três centros ocupam o alto da pirâmide. Em Colônia, em primeiro lugar, René König (1905-1992) – emigrante suíço e aluno de Thurnwald e Vierkandt –, em 1949, sucede na cátedra a von Wiese, que se aposentara. Ainda confiante na tradição sociológica, preocupado em reconhecer as implicações morais ligadas à prática dessa disciplina, König dá preferência à investigação social empírica (ele mesmo trabalha sobre a família). Não poupa tampouco esforços para abrir seu país de acolhida às obras es-

trangeiras e para favorecer os contatos internacionais. Sustenta assim a fundação da *International Sociological Association* que preside de 1962 a 1986. Edita finalmente a célebre *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie.*

Em Hamburgo, Helmut Schelsky (1912-1984) desenvolve trabalhos que se envolvem diretamente com os problemas da sociedade alemã do pós-guerra: desemprego, novas formas familiares, conseqüências da automação, sexualidade (Texto 10), ceticismo social ambiente da jovem geração alemã... No círculo da comunidade dos sociólogos, ele é aliás um daqueles que conseguem os mais belos sucessos de venda. Mas, tendo-se mais tarde enfronhado na metodologia matemática, este ex-aluno de Max Freyer se torna jurista e afinal anti-sociólogo (*Rückblicke eines "Anti-Soziologen"*, 1981). Max Horkheimer, Friedrich Pollock e Theodor Adorno vão finalmente para Frankfurt, último santuário da sociologia alemã. Marcados pelo traumatismo do nacional-socialismo, os trabalhos da nova escola de Frankfurt se orientam de agora em diante para uma reflexão mais geral sobre os fenômenos políticos e socioculturais. Pouco simpatizantes com a tradição americana, criticam vivamente a investigação positivista e preferem recorrer a Marx e Freud para pensar a sociedade.

Texto 10

SCHELSKY – A sexualidade como produto de consumo

As características do comportamento sexual atual provêm do fato de que este caiu na armadilha dos hábitos de consumo que influenciam uma tão grande parte do tempo livre de que dispomos em nossa existência atual. Esta assimilação do hábito sexual-erótico às formas de comportamento características do consumo moderno não foi possível a não ser uma vez preenchidas certas condições, como a extensão dos meios contraceptivos ou a realização de progressos médicos na luta contra as doenças sexu-

almente transmissíveis e outros riscos análogos. São inegáveis as conseqüências dessas evoluções sobre as relações sociais: uma liberdade maior em face das tradicionais pressões da esfera doméstica privada, exigência de igualdade dos sexos reivindicada pelas mulheres, inclusive no terreno da erótica, neutralização das diferenças de sexo e concorrência entre homens e mulheres no mundo do trabalho industrial e burocrático.

Quando uma relação sexual entre duas pessoas está desprovida de qualquer risco de gravidez, esta perde o seu caráter social primeiro e se torna uma relação privada no sentido que lhe atribui, por exemplo, a moderna psicologia do amor e da sexualidade. Diminuindo o perigo e o sofrimento ligados às relações sexuais, esses progressos da medicina alteraram o caráter dual da sexualidade tradicional: o puro prazer passa agora a predominar sobre os temores existenciais. Com certeza, assim se pode explicar a fraca pregnância da moral sobre os comportamentos sexuais. O domínio sobre as possíveis conseqüências desses atos torna caducas as formas de pressão (vergonha, sanções...) anteriores. Subsistem, quando muito, crenças meramente éticas que mal contam com algum apoio de práticas e hábitos marcados com o selo da opressão. Este é um dos grandes traços do modo de consumo em matéria de sexualidade. "Prazer sem pesar" – eis o *slogan* publicitário de uma marca de cigarros com filtro que levava em conta, combinando-os astuciosamente, os escrúpulos dos indivíduos quanto à saúde e a sua necessidade de excitação nervosa. Sem dúvida alguma, esse *slogan* caracteriza igualmente o ideal coletivo e a prática das relações sexuais na moderna civilização ocidental. A exigência de segurança e a exclusiva procura do prazer são indissociáveis uma da outra (H. Schelsky. *Soziologie der Sexualität – Über die Beziehungen zwischen Geschlecht, Morale und Gesellschaft*. Hamburg, Rowohlt Taschenbuch Verlag, 1955, p. 120-121).

Na Itália, onde o período mussoliniano causou tantos danos, como o nazismo na Alemanha, a sociologia tenta se reconstituir

em um universo intelectual pouco favorável às ciências sociais. Ela encontra no entanto em Milão, e sobretudo em Turim, pólos de resistência onde se desenvolve uma sociologia empírica preocupada com os problemas do mundo industrial e livre das amarras universitárias tradicionais. A primeira revista de sociologia do pós-guerra, *Quaterni di Sociologia*, vem a lume em 1951. De 1956 a 1960, a crise aberta do marxismo permite que a sociologia ganhe muito mais terreno (criação da Associação Italiana das Ciências Sociais em 1957) e centre o seu questionamento na problemática social da tecnologia (F. Ferrarotti, *Sindicalismo autonomo*, 1958. – L. Gallino. *Progresso tecnologico ed evoluzione organizzativa negli stabilimenti Olivetti*, 1960. – A. Pizzorno. *Comunità e razionalizzazione*, 1960).

3. Profissionalização, divisões e abertura

3.1. A virada dos anos 1960

Dos anos 1960 em diante a sociologia se beneficia em quase toda a Europa de uma vigorosa consolidação institucional. O exemplo mais espetacular de todos talvez seja o da Holanda: entre 1945 e 1985 o número de sociólogos diplomados passa de algumas dezenas a cerca de cinco mil. Essa multiplicação dos estudantes e o reconhecimento do título de sociólogo se alimentam com o crescimento do *Welfare State*. Na Itália, enquanto se diversificam os objetos de pesquisa (migração, comportamento político local, cultura de massa), a sociologia também se profissionaliza desde os primeiros anos da década de sessenta: é o que se pode comprovar pela intensificação da pesquisa institucional, pela criação de duas cátedras de sociologia na universidade (para F. Ferrarotti, em Roma, e para A. Pizzorno, em Ancona), bem como pelo lançamento de novas revistas profissionais (*Rassegna italiana di sociologia*, 1960. – *Studi di Sociologia*, 1961) (Texto 11).

Texto 11

PINTO – A sociologia italiana dos anos 1960 e 1970

A crise da sociologia entre reformismo e contestação social (1966-1972)

Esta etapa da sociologia se caracterizou por um grande desconcerto intelectual, institucional e político, provocado sobretudo pelo fato de que o "milagre" econômico sobre o qual estavam assentadas as esperanças de modernização não durou muito. A implantação de estruturas profissionais, a penetração na universidade, o desenvolvimento de um ensino sociológico, que se deram nesses anos, são os fatores positivos na consolidação de uma disciplina. Mas tudo isso coexiste com uma crise temática, uma intensa contestação política, o nascimento de uma sociologia "paralela", de referencial marxista e intervencionista que recusa qualquer vocação "profissional", numa palavra, o fim das ilusões harmoniosas da centro-esquerda.

No nível institucional, a colaboração dos sociólogos com os centros regionais de pesquisa (IRE e Ilses) chega ao fim porque os poderes públicos que os financiam querem respostas sociológicas em curtíssimo prazo para questões que são muitas vezes de ordem puramente política. Os sociólogos não podem trabalhar sobre suas pesquisas com um suficiente distanciamento; e como não podem apresentar respostas "políticas", são cada vez menos consultados [...].

Novos temas e consolidação da disciplina (1972-1980)

Os novos temas sociológicos da década de 1970 se desenvolvem em estreita relação com as contestações políticas e sociais italianas. O vínculo é ainda mais forte tendo em vista que a terceira geração de sociólogos que se forma nos institutos Cospos, em Milão, Turim, Ancona e Nápoles não aceita a imagem do sociólogo como homem de ciência distante para esposar a do intelectual engajado na renovação social e política italiana que se esboça como reação contra os fracassos da centro-esquerda.

Não se pode compreender a sociologia italiana dos anos 1970 sem que se dê conta do fato de que ela tem como pano de fundo a procura de um ator coletivo que poderia afinal efetuar as reformas estruturais de que a sociedade italiana tem necessidade para sair do seu estado de crise. A evolução dos temas de pesquisa teria interesse apenas relativo para um leitor não italiano, de sorte que analisando a sua sociedade, os sociólogos italianos tiveram de analisar a interpenetração dos setores desenvolvidos e subdesenvolvidos, a ambigüidade dos setores tradicionais no seu papel produtivo, as conseqüências diretas da modernização sobre o vínculo Norte-Sul. Mais intensamente que outros países, a Itália viveu esses problemas que podem parecer como que o microcosmo de um planeta que se acha, justamente, dividido em Norte-Sul.

As lutas operárias e os movimentos coletivos do final da década de 1960 são evidentemente o grande tema de pesquisa dos sociólogos da Itália do Norte no princípio dos anos 1970. Em Milão, em torno de Pizzorno, cria-se uma equipe que realiza uma longa pesquisa sobre os conflitos industriais e a relação entre a classe operária e o sindicato nos anos 1968 e 1972. Em Turim, em torno de Gallino, multiplicam-se os estudos sociológicos sobre as grandes indústrias, os empresários, os problemas de organização, dado que Turim é a cidade da mais intensa atividade industrial (D. Pinto. A sociologia na Itália do pós-guerra. *Revue Française de Sociologie*, vol. XXI, 1980, p. 241 e 245).

Na França, confirma-se o ressurgimento que já se esboçara no fim da década de 1950. A vontade de modernização de um Estado gaullista alimenta uma forte demanda social e a sociologia desfruta diretamente desse estado de graça: o aumento do número de pesquisadores, a diversificação dos objetos de pesquisa (escola, organizações, tempo livre, comunicação, agricultores...), o crescimento do público estudantil, o reconhecimento da mídia... marcam esses anos gloriosos da sociologia francesa. Na Alemanha, enfim, verifica-se também o fortalecimento institucional da disciplina. Os

primeiros diplomas em sociologia são conferidos em 1955, em Frankfurt, e mais tarde em Berlim, em 1956. Em 1960, os sociólogos só dispõem de 25 cátedras na universidade, mas a curva de crescimento do número de estudantes e de professores ganha rapidamente uma forma quase exponencial. Sob a ação de universitários, como por exemplo o especialista do trabalho Burkart Lutz, desenvolvem-se por outro lado programas de cooperação entre sociólogos, ministérios e fundações privadas.

3.2. As tribulações do ator

Pulverização metodológica e abalo teórico (eclipse e retorno das teorias do ator) são as duas grandes características da evolução da sociologia européia a partir da década de 1960. O refinamento e o uso variado das técnicas quantitativas e formalizadas (desenvolvimento da estatística, uso cada vez mais freqüente da teoria dos jogos...) se somaram, em primeiro lugar, a um sucesso crescente de abordagens muito mais qualitativas (observação participante, histórias de vida, análise de conteúdo...). No plano teórico, mais tarde, algumas correntes dominantes se impuseram por ondas. Se é verdade que as conjunturas intelectuais e os objetos privilegiados nunca são exatamente os mesmos de um espaço nacional para o outro, é possível, apesar de tudo, destacar algumas grandes viradas teóricas.

Os anos 1960 e o começo da década de 1970 são em princípio dominados por uma "sociologia da suspeita", sociologia que traduz antes de tudo o declínio do impulso modernizante do pós-guerra. Enquanto se enfraquece a fé na igualdade das oportunidades e se esgotam as garantias de uma coesão social pela simples mágica do crescimento econômico, começa a pesar a suspeita sobre instituições como a escola, a fábrica, a prisão... por se pressentir que a sua lógica integrativa fica subordinada aos riscos do poder e da dominação. Esse ponto de vista alimenta de modo todo particular o estruturalismo de perspectiva francesa. Fora do hexágono, aplicada aos temas das classes, das desigualdades e dos conflitos, esta pers-

pectiva favorece, de maneira diferente, a volta a Marx. Na Alemanha, por exemplo, esse novo despertar de interesse crítico pelo pensamento marxista vai desembocar em novas teorias dos papéis e dos conflitos (R. Dahrendorf, *Soziale Klassen und Klassenkonflikt*, 1957). Na Inglaterra, os sociólogos (re)visitam com Marx e Weber temas igualmente reveladores: os conflitos sociais (J. Rex, R. Moore. *Race, Community and Conflict*, 1967), as desigualdades (W.G. Runciman. *Relative Deprivation and Social Justice*, 1966), as elites (T. Bottomore. *Élites et société*, 1964) ou ainda o aburguesamento da classe operária (J.H. Goldthorpe *et alii The Affluent Worker*, 1968-1969) (Baliza 8).

Baliza 8

A sociologia na Inglaterra

Na Inglaterra, nos anos do imediato pós-guerra, o trabalho de pesquisa é altamente apreciado, a fim de se estudar o modo de vida da classe operária (T. Harrison, C. Madge. *First Year's Work*, 1938). Mas se essas pesquisas ampliam o leque do campo da investigação tradicional (para se interessar pelos sem-trabalho), o trabalho é ainda muito descritivo e desprovido de referenciais teóricos sólidos. Com efeito, nas duas décadas do pós-guerra, a sociologia britânica não se destaca nem pela sua vivacidade institucional nem pela sua originalidade teórica. Em 1945, existe apenas um departamento de sociologia em todo o país (na *London School of Economics*) e uma só cátedra, ocupada por Morris Ginsberg. Muito tempo depois dos seus colegas europeus, os sociólogos ingleses encontram enfim os seus marcos institucionais e profissionais com a criação do *British Journal of Sociology* (1950) e da Associação Britânica de Sociologia (1951). Os progressos teóricos são mais fracos ainda, dado que o evolucionismo moderado e a sociologia comparada de Hobhouse – e mais tarde do seu discípulo e sucessor Ginsberg – servem como referência principal.

Até os anos 1960, portanto, temos uma sociologia pouco aparelhada teoricamente que se dedica ao exame de fenômenos centrais

da sociedade britânica, com destaque, em primeiro lugar, para o crescimento do Welfare State (M. Albrow. Sociologia no Reino Unido depois da Segunda Guerra Mundial. *In*: N. Genov. *National Traditions in Sociology*, 1989). A família (M. Young, P. Willmott. *Family and Kinship in East London*, 1957), o movimento operário, os comportamentos políticos (W.G. Runciman. *Social Science and Political Theory*, 1963), a mobilidade social e as classes sociais (com os trabalhos de T.H. Marshall, R. Hoggart ou T.B. Bottomore) constituem os campos de estudo com melhores resultados nessa matéria. A contar dos anos de 1970, a influência conjunta da fenomenologia, do neomarxismo e do estruturalismo de corte francês transforma o campo da sociologia inglesa em um verdadeiro calidoscópio cujos fragmentos, em parte, estão hoje integrados na ampla síntese teórica tentada por Anthony Giddens. Embora as lições de Karl Popper gozem de ampla aceitação, o trabalho empírico, assim mesmo, ainda se acha muito desenvolvido (A.H. Alsey. Uma mudança da maré? *The British Journal of Sociology*, vol. 40, n. 3, set./1989). Além do controle social das classes dominantes (tema impulsionado sobretudo pelo trabalho pioneiro de Basil Bernstein em *Class, Codes and Control*, 1971/1972), encontram-se entre os eixos de reflexões recentes o das novas formas de diferenciação étnica e social (R.E. Pahl. *Change in British Society*, 1986) ou ainda o da evolução e da articulação entre sistema educacional e sistema de emprego (D. Gallie. *Employment in Britain*, 1988).

Na década de 1980 vai aparecer, enfim, a escola "pós-moderna", corrente cuja difusão é hoje internacional. Sob a etiqueta "pós-moderna" se pode inserir comodamente todo um conjunto de grandes trabalhos macrossociológicos que defendem a tese de uma transformação radical das sociedades contemporâneas (Z. Bauman. *Institutions of Postmodernity*, 1992. – D. Harvey. *The Condition of Postmodernity*, 1989. – S. Lash. *Sociology of Postmodernism*, 1990. – B. Smart. *Modern Conditions, Postmodern Controversies*, 1992).

Com os anos 1980 e 1990, as variantes múltiplas do funcionalismo e da sociologia crítica dão sérios sinais de esgotamento. Todo um conjunto de novos objetos é em princípio passado no crivo fino

da análise sociológica. A sociedade multicultural, as conseqüências das novas tecnologias, os novos riscos ou ainda a globalização mobilizam a atenção dos sociólogos alemães. Quanto aos seus colegas italianos, estes se entregam a trabalhos originais sobre o mercado de trabalho, o desenvolvimento regional, os comportamentos políticos... Figura italiana agora internacionalmente reconhecida, Alessandro Pizzorno faz assim evoluir os seus questionamentos da ação coletiva para aquelas da corrupção e do modo de organização política característica do seu país: o "consociativismo" (acordo na cúpula da sociedade entre grupos rivais, para evitar, na base, conflitos destruidores) (*Le Radici della politica assoluta*, 1993. – *Il potere dei giudici*, 1998).

A Europa se converte ao mesmo tempo às perspectivas fenomenológicas e interacionistas, desenvolvidas no outro lado do Atlântico. As inflexões têm com certeza dimensões desiguais. Os sociólogos ingleses logo trataram de adotar esses programas de pesquisas antifuncionalistas. Mas é também nessas mesmas terras que nasce que, nos anos 1980, nasce a escola "pós-moderna". Na França, ainda que o campo sociológico permaneça estruturado por referências dominantes (R. Boudon, P. Bourdieu, M. Crozier e A. Touraine), percebe-se a influência da sociologia interacionista americana em um sem-número de pesquisas empíricas. A escola de Chicago e a etnometodologia se tornaram, deste modo, referências correntes. Em filiação e em ruptura ao mesmo tempo com os pólos evocados acima, trabalhos de cunho teórico e empírico alimentam por outro lado abordagens originais. Tal é o caso da sociologia da legitimação, perspectiva que tende a privilegiar a análise dos discursos com menor ênfase sobre a prática social (L. Boltanski, L. Thévenot. *De la justification*, 1991), ou ainda da sociologia da experiência que focaliza a atenção sobre a maneira como as pessoas combinam diferentes lógicas de ação (F. Dubet. *Sociologie de l'expérience*, 1994). Deve-se ressaltar, enfim, a existência de uma escola fecunda no domínio da ciência e das técnicas (B. Latour. *La Science en action*, 1987. – *Nous n'avons jamais été modernes*, 1997).

Entre outras inovações, esta perspectiva relativiza a hegemonia dos atores humanos na prática social e dá maior importância aos objetos no seio da análise sociológica.

3.3. A mundialização da sociologia

Passados mais de cem anos desde que surgiram as primeiras grandes obras de sociologia na Inglaterra, na França e na Alemanha, o balanço da sociologia é o de uma disciplina que, no ritmo da própria história de cada sociedade, conseguiu germinar e prosperar um pouco em todo o mundo. Mas, como comprova antes de tudo a experiência dos antigos "países da Europa Oriental", o exercício da sociologia é inseparável de um quadro político propício ao livre exame da sociedade sobre si mesma. Tardiamente autorizada (em 1956 na Polônia; em 1958 na antiga União Soviética, em 1964 na RDA...), ao passo que já fora criada no início do século XX, a sociologia muitas vezes se submetera, na Europa Oriental, a um molde ideológico estreitamente controlado pelas autoridades políticas e destinado, antes de tudo, a clarear o caminho para o socialismo real (ver, por exemplo, F. Bafoil. Para que servia a sociologia na República Democrática Alemã? *In*: *Revue Française de Sociologie*, vol. XXXII-2, 1991 (Texto 12).

No resto do mundo, os sobressaltos da história deste último meio século foram também determinantes: na América do Sul, por exemplo, os sociólogos tiveram de se confrontar diretamente com numerosas questões ligadas ao desenvolvimento, à economia informal e às ditaduras militares (A. Gunder-Frank. *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina*, 1968. – G. Germani. *Authoritarinism, national-populism and Fascism*, 1977). O mesmo vale para a África, de modo todo particular no Oeste, onde dificilmente se pode separar a história recente da sociologia de um passado colonial ainda influente e de situações de urgência que têm por nome guerra civil e subnutrição (A. Akiwowo. Construindo uma tradição sociológica nacional em uma sub-região africana. *In*: N.

Texto 12

MANDEVILLE – Ser sociólogo na URSS

Em sua recente análise dos fatores determinantes do exercício da profissão de sociólogo no Leste Europeu, Georges Mink se interroga sobre o sistema de identificação do sociólogo europeu oriental. Entre os quatro critérios que ele põe em evidência – estar a serviço do príncipe, a serviço da carreira, a serviço da ciência, a serviço da sociedade – o primeiro nos parece corresponder ao perfil tradicional do sociólogo soviético. Este último se acha, assim o vimos, a serviço do Estado-Partido e da ideologia soviética. Ele é um "conselheiro teleológico membro do Partido, ou mesmo de suas altas instâncias [...]. A ciência é um meio para se atingir o objetivo ideológico com o qual se identifica, a sociologia deve permitir que se administrem as dificuldades transitórias, sem excluir a manipulação da opinião pública".

Em compensação, contrariamente ao que se dá em países como a Polônia ou a Hungria, a URSS sofreu durante muito tempo de uma quase ausência de tradição sociológica: ainda é difícil falar de uma comunidade de sociólogos constituída ou de um código de deontologia. O serviço da ciência continua sendo dificilmente conciliável com o serviço do príncipe, ainda que esta questão esteja no âmago dos debates dos "novos sociólogos". Parece igualmente um tanto fora de propósito falar de serviço da carreira na medida em que a sociologia ainda continua sendo por enquanto uma perspectiva de carreira sem grande prestígio. Quanto ao serviço da sociedade, ele "rima" por ora com o serviço do poder e da *perestroika*. Parece que os sociólogos soviéticos jamais tomaram parte no movimento de oposição orquestrado por uma facção da *intelligentsia* diante do poder político [...].

Um dos traços mais impressionantes da sociologia na URSS é a falta de uniformidade dos seus representantes. Um estudo americano sobre a composição da Associação Sociológica Soviética mostrou a diversidade das origens profissionais dos seus membros: 43,8% eram filósofos, 15,4% economistas, 11,6% juristas, 7,6% pedagogos, 2,6% arquitetos, 2,2% técnicos, 0,4% filólogos, 0,3% militares e 0,1% psicólogos.

Quanto aos psicólogos de segunda linha – os *sociólogos de empresa* – a eles é dedicada a maior parte dos debates sobre a profissão. Confrontados com tarefas concretas, mas desprovidos de adequada formação sociológica, tornam-se "drogados da informação", e vão amontoando dados sem valor operacional imediato. A revista *Investigações sociológicas* se acha abarrotada de artigos vingadores que denunciam "os ignorantes e os impostores que trabalham sob a etiqueta de sociólogos. Desprovidos de técnicas de pesquisa e de método, utilizam questionários primitivos que servem somente para distrair as pessoas do seu trabalho [...]. Quanto a suas recomendações, limitam-se a repetir as ordens dos diretores e as decisões dos comitês do Partido" (*Kommunist*, 1980).

O perfil que se destaca dessas análises é externamente negativo: a condição social do sociólogo é medíocre e pouco definida; o conteúdo da sua atividade, considerado como pouco sério e pouco sofisticado. Apesar de sua má reputação em termos de competência profissional, o sociólogo se vê assoberbado de trabalho. Percebido como "pau para toda a obra", é sempre muito solicitado (L. Mandeville. A sociologia na URSS – Realismo sociológico ou terreno privilegiado da política de abertura?" *In*: *Revue Française de Sociologie*, vol. XXX, 1989, p. 148-149).

Genov. *National Traditions in Sociology*, 1989). Na Índia, os trabalhos destes últimos trinta anos sobre as castas, as relações religiosas e étnicas, a família, a industrialização e a urbanização... (R. Mukherjee. Sociologia indiana ou sociologia na Índia? *In*: N. Genov. *Op. cit.*) alimentam da mesma forma uma reflexão sobre a pertinência do conceito de modernização e revelam, de modo mais geral, o vigor de uma sociologia mundial que cada vez menos se satisfaz, nos dias de hoje, com os tradicionais quadros norte-americanos e europeus.

PARTE II
Ordenamento do social

3.

O ponto de vista culturalista

A universidade americana de Columbia é muitas vezes designada como o lar intelectual a partir do qual se difunde, a contar dos anos de 1930, uma nova abordagem sociológica: o culturalismo. Este não pode reivindicar – é verdade – uma base local tão forte como a escola de Chicago, visto que certos sociólogos que atuam vigorosamente no sentido culturalista ensinam em outros lugares que não em Columbia (em Harvard, em Princeton, na universidade de Michigan). A coerência das pesquisas culturalistas que se desenvolvem até os anos 1950 também se vê consolidada: inicialmente produto de trabalhos de psicanalistas (A. Kardiner) e de antropólogos (R. Benedict, R. Linton, M. Mead), essas análises têm a pretensão de conceder à cultura o estatuto de elemento explicativo primordial no funcionamento das sociedades. Com base neste simples postulado, diversos sociólogos se empenham em dar conta da coerência das sociedades e de certos segmentos precisos em seu seio (cidades, bandos de jovens...), outros testam o papel efetivo dos meios na formação das opiniões individuais. Por vezes, posto no *index* da teoria sociológica em nome de um determinismo considerado demasiadamente excessivo, o culturalismo é muitas vezes utilizado como um coadjuvante para outras tradições (marxista ou funcionalista), a fim de esclarecer as condições da estabilidade dos sistemas sociais mas também o sentido da sua evolução.

1. Os fundamentos teóricos do culturalismo

Dotada de uma longa história (Texto 13), a noção de cultura não veicula as mesmas significações segundo os espaços nacionais de referências. Na França, por exemplo, a cultura é tradicionalmente associada às obras do espírito ao passo que o termo "civilização" foi mantido durante muito tempo a fim de traçar uma fronteira entre o território do civilizado e o dos bárbaros. Na tradição alemã, assim como o mostra Norbert Elias em seu *Processo de civilização* (Texto 14), cultura designa as obras ao passo que civilização remete às civilidades e a outras boas maneiras específicas a nações ou a grupos sociais. Em sociologia, o culturalismo vai haurir sua inspiração em uma terceira tradição, a da antropologia cultural anglo-saxã, tradição enriquecida pelas achegas da psicanálise freudiana.

Texto 13

ROCHER – Nas fontes do conceito de cultura

É na Alemanha que se pode rastrear a origem do conceito, onde começou a ser utilizado no fim do século XVIII nos estudos que podem ser denominados de "história universal". Esses estudos tinham por escopo reconstituir uma história geral da humanidade e das sociedades a partir das origens, em grandes quadros que lhe fariam a síntese. Mas essas histórias se interessavam menos pela história política e militar do que pela dos costumes, das instituições, das idéias, das artes e das ciências. Os pesquisadores eram movidos por uma notável curiosidade pela diversidade das sociedades e das civilizações, acumulando ampla e rica documentação sobre todos os períodos históricos e sobre todas as sociedades conhecidas. Mas estavam ao mesmo tempo convencidos de que a história humana é também a história do progresso da humanidade e de que o estudo comparado das sociedades e das civilizações revelava o percurso desse progresso. De modo particular, a história comparada deveria permitir discernir os períodos da história e as sociedades que representaram diferentes etapas do progresso humano. Tratava-se, para tanto, de determinar os momen-

tos da história marcados por uma extensão dos conhecimentos, uma elevação das artes, um refinamento dos costumes, um aperfeiçoamento das instituições sociais. Podia-se então considerar que se tratara de uma fase mais avançada no progresso.

O termo cultura foi empregado precisamente para descrever essa evolução no progresso. Assim, por exemplo, um dos mais célebres desses historiadores, Johann Christoph Adelung (1732-1806), publicou, no ano de 1782, um *Ensaio sobre a história da cultura da espécie humana*, no qual distinguia, desde as origens da humanidade, oito períodos históricos que ele identificava comparando-os às idades da vida humana individual [...].

Parece bastante seguro afirmar que esses historiadores tomaram o termo emprestado do francês onde, no entanto, não tinha esse sentido. Escreviam aliás "Cultur" e foi somente no fim do século que se começou a escrevê-lo como "Kultur". Na língua francesa da Idade Média, o termo "culture" designava o culto religioso. Usava-se "couture" ou "coture" para designar um terreno lavrado e semeado; tinha-se o verbo "culturer" e também "couturer" para indicar a ação de cultivar a terra. Os termos "coutiveure", "cultiveure", "cultivure", "cultivoure", "cultivoison" eram empregados no sentido de cultivo do solo. Seria aparentemente só no século XVIII que "cultura" acabaria por significar o trabalho da terra e, por extensão ou por analogia, foi também empregado em expressões como a "cultura das letras", a "cultura das ciências"; somente no século XVIII alguns escritores começaram a usá-lo para designar de maneira geral a formação do espírito. Naquela época, o termo "cultura" acabara então por designar *o progresso intelectual de uma pessoa* ou ainda o trabalho necessário para se alcançar esse progresso. Traduzido em alemão por von Irwing, Adelung e seus colegas, o termo cultura ganhou um sentido mais amplo, por analogia ainda outra vez, para designar *o progresso intelectual e social do ser humano em geral, das coletividades, da humanidade*. Recebeu então, pela primeira vez, uma conotação coletiva. Mas continuou comunicando a idéia de um movimento para a frente, de uma melhora, de um devir (G. Rocher. *Introduction à la sociologie générale – I: L'action sociale*. Paris, Éd. du Seuil, 1968, p. 104-106 [Coll. Points]).

1.1. No entrecruzamento da antropologia cultural e da psicanálise freudiana

Na tradição anglo-saxã a cultura não se distingue da civilização. Edward B. Tylor, o primeiro a assimilar as duas noções, observa:

> A cultura, ou a civilização, tomada em sentido etnográfico amplo, é o conjunto complexo que abrange os conhecimentos, as crenças, a arte, a moral, os costumes e todas as outras atitudes e os hábitos que o ser humano adquire enquanto membro de uma sociedade (Edward B. Tylor. *Primitive Culture*. Vol. I, 1871).

Esta abordagem global, que confunde a cultura com o conjunto dos valores fundamentais próprios de uma sociedade dada, abre a porta para um sem-número de definições que, pela sua profusão crescente, acabaram diluindo o alcance heurístico desse conceito (A.L. Kroeber, C. Kluckhohn. O conceito de cultura: uma resenha crítica das definições. *Papers of the Peabody Museum*. Vol. XLI. Harvard University, 1950). Promotores deste enfoque, os antropólogos anglo-saxões estão de acordo, apesar de tudo, em reconhecer oito características fundamentais da cultura: 1) ela é fruto de uma aprendizagem; 2) é o precipitado do ambiente biológico, ambiental, psicológico e histórico da sociedade humana; 3) é estruturada; 4) comporta diversas facetas; 5) é dinâmica; 6) é variável; 7) é o suporte de regularidades que se podem analisar cientificamente; 8) é no fim das contas o instrumento que permite ajustar os comportamentos à ordem social global (M.J. Herskovits. *Man and his Works – The Science of Cultural Anthropology*, 1948).

Esses traços constitutivos servem igualmente como argumento em favor de um estudo científico da cultura, programa de estudos sobre o qual estão de acordo igualmente os funcionalistas (a começar por Malinowski).

Texto 14

ELIAS – Cultura e civilização

A "civilização"não assume a mesma significação para todas as nações do Ocidente. Observa-se, sobretudo, uma enorme diferença do uso desta palavra entre os ingleses e os franceses de uma parte, e os alemães da outra: entre os primeiros, resume em um só conceito temas como o orgulho nacional, os progressos do Ocidente e da humanidade em geral; entre os segundos, isto é, no uso alemão, o termo "civilização" designa uma coisa que, mesmo tendo com certeza grande utilidade, é, no entanto, de importância secundária: aquilo que constitui o lado exterior do ser humano, a superfície da existência humana. Quando o alemão quer se definir a si mesmo, quando quer exprimir o orgulho por suas próprias realizações e sua própria natureza, emprega a palavra "cultura" (*Kultur*) [...].

Não se explicaria como, na Alemanha, a oposição entre a formação (*Bildung*) e a cultura autênticas de uma parte e a civilização exterior (*Zivilisiertheit*), da outra, pôde perder o seu caráter de antagonismo social interno para exprimir um antagonismo de predominância nacional, se a evolução da burguesia francesa não houvesse percorrido, em certo sentido, um itinerário inverso.

Na França, os intelectuais burgueses e, de forma geral, os círculos evoluídos da classe média foram em boa hora integrados nos meios palacianos [...]. Já no século XVII não havia mais, pelo menos, entre os grupos evoluídos da burguesia e a aristocracia da corte notáveis diferenças de costumes.

Na Alemanha, a classe em plena ascensão dos intelectuais burgueses criou, no século XVII, sob a égide de universidades altamente especializadas, a sua própria linguagem artística e científica, a sua própria cultura. Na França, a burguesia era muito mais evoluída e mais próspera. Os intelectuais franceses dispunham, além de uma audiência aristocrática, de um vasto público burguês. Achavam-se, com outros segmentos da classe média, assimilados pela nobreza da corte. Assim se explica o fato de que a classe média alemã, que desaprovava mais ou menos um com-

portamento que ela mesma, no decurso de sua lenta ascensão para a nação, primeiramente observara nas cortes alemãs e havia considerado desprezível ou rejeitara como contrário a suas disposições afetivas, acabou por ver nisso um caráter nacional dos países vizinhos. [...]

A noção francesa de "civilização" teve origem, bem como a noção alemã correspondente de "cultura", desse movimento de oposição da segunda metade do século XVIII. As diferenças de processo de formação, de função e de significado entre o conceito francês e o conceito alemão correspondente refletem as diferenças de situação e de comportamento das classes médias nos dois países (N. Elias. *La civilisation des moeurs* (1939). Paris, Pocket, 1989, p. 12, 53-56 [Coleção Agora]).

Mas a especificidade analítica do culturalismo nem por isso diminuiu. Esta provém antes de qualquer coisa da sua relação com o freudismo. Desembaraçada do seu biologismo, a temática freudiana inspira diretamente as análises pioneiras do psicanalista Abram Kardiner (1891-1981) que, durante dois anos, se aproveita diretamente dos contatos e dos conselhos do fundador da psicanálise. Explorador do psiquismo humano, Sigmund Freud (1856-1939) é o primeiro que lhe desenha o mapa: neste se projetam três instâncias que apresentam partes ligadas entre si, o Ego que é o elemento mediador entre o Id (reservatório das pulsões libidinais) e o Superego (lugar da interiorização de uma moral definida socialmente). A. Kardiner (*O indivíduo em sua sociedade*, 1939) cola o culturalismo nesta matriz intelectual e define a personalidade (equivalente do Ego) como a expressão socializada de uma natureza humana universal (= Id), modelada por valores, por normas, por instituições... característicos de uma cultura particular (= Superego).

Kardiner acredita mais precisamente ainda que toda sociedade possui um conjunto de instituições perenes que tem por função socializar os indivíduos. Tendo por base um material natural idêntico

para todos os seres humanos (instintos), essas instituições imprimem uma marca específica, a de uma personalidade comum que é partilhada de maneira exclusiva pelos membros de uma dada sociedade e na qual vêm depois se enxertar as variações individuais. Segundo Kardiner, convém finalmente distinguir (Baliza 9):

- As instituições primárias (estrutura familiar, modo de alimentação, desmame dos filhos pequenos, educação para a limpeza e tabus sexuais), que contribuem diretamente para a produção de uma "personalidade de base" (*basic personality*) e definem a relação entre filhos e pais.

- As instituições secundárias (religiões, mitos, sistema político, econômico, cognitivo...), que são o produto de frustrações engendradas pelas instituições precedentes e podem ser analisadas como projeções simbólicas compensatórias.

1.2. Cultura e personalidade de base

Se a cultura desempenha o papel preeminente, que com boa razão se lhe quer conceder, então é lógico que se aplique uma atenção extrema não mais ao ambiente, como acontecia com os sociólogos de Chicago, mas aos processos de socialização. As normas, costumes, instituições... formam com efeito um sistema cultural específico e relativo (de sorte que nenhuma poderia ser valorizada em detrimento das outras), que forja a personalidade de base dos indivíduos. Em uma estrutura que continua sendo deliberadamente macrossocial, pode-se levar em conta duas óticas complementares, a fim de pôr em evidência os traços dessas personalidades de base. A primeira é o enfoque habitual da antropologia cultural: estudando povos "sem história", procura-se tipificar a cultura de uma dada sociedade e, eventualmente, confrontá-la com a de culturas comparáveis. Esta maneira de proceder é bem ilustrada pelos trabalhos de Margaret Mead (1901-1978) e de Ruth Benedict (1887-1948). As pesquisas de Mead (*Costumes e sexualidade na Oceania*, 1928 e 1935) mostram muito claramente a plasticidade da natureza hu-

Baliza 9

Instituições e personalidade entre os habitantes das Ilhas Marquesas

Instituições primárias	**Estrutura da personalidade de base**	**Instituições secundárias**
Proporções homem-mulher: 2 1/2 = 1 — Falta de cuidados maternos — Ciúme dos homens — expresso — recalcado Relação dos sexos — homens — mulheres	Angústia. Medo de ser devorado. Somente quando são safados. Segurança nos homens. Medo de exploração pelas mulheres. Insatisfação sexual. Hostilidade interfeminina. Medo de que roubem os filhos.	Representação hostil da mulher, *Vehini-hai*. Suicídios e assassínios por amor. Solidariedade masculina. Tabus contra as mulheres. Homossexualidade. *Vehini-hai*. *Fanuaua* e espíritos familiares. Feitiçaria contra as mulheres, *fanaua*. Pseudociese (gravidez nervosa).
Falta de alimentos — Técnicas de subsistência	Métodos racionais. Angústia da carestia. Medos hipocondríacos. Medos da desintegração. Medo de ser devorado. O alimento como meio de exaltação do ego.	Nomes múltiplos. Tabus alimentares. Embalsamamento. Antropofagia. Técnica da deificação.
Disciplinas de base Ausência de restrições sexuais e de insistência na imposição da obediência.	Livre evolução da sexualidade. Superego: sentimento de vergonha.	Ausência de disfunções sexuais (impotência). Ausência de hipertrofia dos pais. Facilidade das relações com a divindade. Precocidade. Bandos de crianças, *Kaioi*.
Mobilidade social Primogenitura Grau	Não há angústia da exploração pelos homens. Conflitos de prestígio atenuados.	Solidariedade masculina: troca dos bens. Controles sobre o prestígio.
Propriedade Comunitária Pessoal	Não há angústia: a propriedade não é um meio de realizar o ego.	Não há furtos, salvo de alimentos. Prestígio: quem está bem alimentado.

A. Kardiner. *L'individu dans sa société* (1939). Paris, Gallimard, 1969, p. 300-301.

mana e mais particularmente o caráter redundante das oposições biológicas de sexo em face do condicionamento social e cultural (Texto 15). Em sua obra *Échantillons de civilisation* (1934), Benedict se inspira em uma mesma problemática para abordar o estudo de etnias indígenas. Ela põe em confronto, uma espelhando-se na outra, duas sociedades – os Zuñis e os Kwakiutl – de traços culturais opostos. Os Zuñis são dotados de uma personalidade "apolínea", que valoriza a contemplação, a sabedoria bem como a harmonia entre o ser humano e a natureza. Ao contrário, a personalidade "dionisíaca" dos Kwakiutl os impele à competição, à oposição, à agressividade e à dominação.

Texto 15

MEAD – Sexo e temperamento

Esta investigação nos levou a examinar em pormenor os traços característicos que três povos primitivos atribuem normalmente à personalidade de cada sexo. Nos Arapesh, tanto homens como mulheres, diríamos que os traços, vistos pelo ângulo familiar, nos parecem de tipo materno, e que são femininos caso considerados do ponto de vista sexual. Rapazes e moças aprendem, desde a mais tenra idade, a adquirir o sentido da solidariedade, a evitar as atitudes agressivas, a consagrar a atenção às necessidades e aos desejos dos outros. Nem os homens nem as mulheres sentem a sexualidade como se fosse uma força poderosa da qual seriam escravos. Quanto aos Mundugumor, ao contrário, mostraram-se, não importa o sexo a que pertençam, de um temperamento brutal e agressivo, de uma sexualidade exigente: nada, neles, de carinhoso e de maternal. É um tipo de temperamento que associaríamos, entre nós, a um caráter obstinado e violento. Nem os Arapesh nem os Mundugumor sentiram a necessidade de instituir uma diferença entre os sexos. O ideal dos Arapesh é o de um homem carinhoso e sensível, casado com uma mulher igualmente carinhosa e sensível. Quanto aos Mundugumor, o ideal é o

de um homem violento e agressivo, casado com uma mulher igualmente violenta e agressiva. Os Chambuli, em compensação, nos deram uma imagem inversa daquilo que ocorre em nossa sociedade. Aí, a mulher é o parceiro dominante; tem a cabeça fria, e é ela que pilota a barca; quanto ao homem, é, dos dois, o menos capaz e o mais emotivo. De tal confronto se destacam conclusões bem precisas. Se algumas atitudes que consideramos como tradicionalmente associadas ao temperamento feminino, tais como a passividade, a sensibilidade, o amor aos filhos, podem tão facilmente ser típicas dos homens de uma tribo, e numa outra, ao contrário, ser recusadas pela maioria dos homens como também das mulheres, não temos já razão nenhuma para crer que sejam irrevogavelmente determinadas pelo sexo do indivíduo. E esta conclusão se impõe com tanto mais força quando se vê como os Chambuli inverteram os papéis, embora conservem oficialmente instituições patrilineares.

Podemos agora afirmar que muitos dos traços de caráter que qualificamos como masculinos ou femininos são em boa parte, se não na totalidade, determinados pelo sexo de uma maneira tão superficial como o são as roupas, os modos, ou o penteado que uma época fixa para este ou aquele sexo. Quando contrapomos o comportamento típico do homem ou da mulher Arapesh àquele, não menos típico, do homem ou da mulher Mundugumor, tanto um como o outro parecem com toda a clareza ser o resultado de um condicionamento social. Como explicar então, de outra maneira, que as crianças Arapesh se tornem quase uniformemente adultos pacíficos, passivos e confiantes, enquanto os jovens Mundugumor, de maneira igualmente característica, se tornem seres violentos, agressivos e irrequietos? Somente a sociedade, impondo à criança toda a sua carga pesada, pode ser o artífice de tamanhos contrastes. Não seria possível haver outra explicação, quer se invoque a raça, a alimentação ou a seleção natural. Somos forçados a concluir que a natureza humana é sumamente maleável, obedece fielmente aos impulsos que o corpo social lhe comunica (M. Mead. *Costumes e sexualidade na Oceania* (1928-1935). Paris, Plon, 1963, p. 251-252).

Adotada de preferência pelos sociólogos, a segunda perspectiva possível consiste em abraçar uma perspectiva histórica para descrever as grandes etapas que marcaram a dinâmica cultural de uma sociedade determinada. Este filão é explorado com bons resultados por David Riesman, professor de Ciências Sociais em Harvard. No livro *A multidão solitária* (1950), ele estuda a evolução do "caráter social" do homem ocidental da Idade Média aos dias de hoje. Constata Riesman que se pode representar a evolução demográfica no Ocidente com o auxílio de uma curva em S. Antes do Renascimento (barra horizontal na base do S), as gerações vão rapidamente sucedendo-se uma à outra. Nessa época, então, se impõe uma forma tradicional de viver (*tradition-directed*), tendo por base a família e o clã. Os rituais estão prenhes de sentido e a mudança é relativamente lenta. Uma primeira revolução, desencadeada com o Renascimento, é acompanhada por uma explosão demográfica (barra vertical do S). Esta última desenvolve nos membros típicos da sociedade um caráter social cuja conformidade é assegurada pela valorização de metas subordinadas à vida interior. Riesman dá o nome de intradeterminado (*inner-directed*) ao tipo de indivíduo que, com o afrouxamento progressivo do controle dos grupos primários e a fragmentação da tradição, se torna "capaz de conservar um delicado equilíbrio entre as exigências da meta que se fixou na vida e os contratempos que o mundo exterior lhe inflige" (*A multidão solitária. Op. cit.*).

Com o aumento da pressão exercida pelo crescimento demográfico (barra horizontal superior do S), explode uma segunda revolução nos países ocidentais modernos. Na opinião de Riesman, esta revolução teria sido o fruto de um caráter social marcado pela receptividade às esperanças e às preferências dos outros. Encarnados pela "nova" classe média (burocratas, empregados do comércio etc.), estes indivíduos extradeterminados (*other-directed*) vivem numa sociedade onde os conhecimentos próximos e as comunicações de massa têm uma influência crescente sobre o comportamento dos indivíduos. A preocupação com o contato e a busca de

aprovação do próprio comportamento por outrem se traduzem por uma estrita conformidade de comportamento não tanto por uma disciplina consciente, mas, sobretudo, por uma excepcional sensibilidade aos atos e aos desejos dos outros" (*ibidem*).

2. A sociologia culturalista no crivo dos estudos de campo

2.1. Os Lynd em Middletown

A despeito do que possa sugerir o estudo de Riesman, o culturalismo revelou de modo todo particular a sua fecundidade quando, derrubando as barreiras tradicionais entre antropologia e sociologia, serviu de pano de fundo intelectual para os inúmeros estudos de sociedades locais realizados nos EUA e na Europa. Os sociólogos culturalistas norte-americanos foram os primeiros a apostar que, resgatando à maneira dos antropólogos os traços fundamentais de uma comunidade cultural determinada (bairro, aldeia, cidade pequena...), seria possível esclarecer a lógica de funcionamento da sociedade em seu conjunto. A primeira investigação importante realizada neste sentido se deve a Robert e Helen Lynd (*Middletown – Estudo sobre a moderna cultura americana*, 1929). Quando decidem, em 1924, estudar uma cidade de porte médio do Estado de Indiana, os dois sociólogos estão certos de que esta comunidade reflete corretamente a América industrial e urbana do começo do século. Com o auxílio das técnicas mais variadas (estatísticas, observação, coleta de documentos, diálogos, questionários...), os Lynd dissecam o modo de vida típico dos americanos interrogando, alternativamente, como é que eles ganham a vida, constituem família, educam os filhos, aproveitam o tempo livre, vivem os seus compromissos religiosos (Texto 16) ou administram a sua rede de relações sociais.

Em 1935, Robert Lund (que, nesse entrementes, sucede a Giddings na cátedra de sociologia de Columbia) volta a Middletown e ali efetua uma segunda investigação de campo comparável à precedente. O relatório desta segunda pesquisa (*Middletown em transi-*

ção. *Estudo sobre conflitos culturais*, 1937) põe em evidência os sulcos profundos provocados pela grande crise da década de 1930. Mas Lynd destaca, sobretudo, um conjunto de valores e de opiniões amplamente compartilhados por toda a população. Ele constata a firme crença desses cidadãos americanos nas virtudes do progresso, no sagrado caráter da família e do trabalho, na superioridade do cristianismo e da democracia de estilo americano, no papel determinante do "business" americano em todo o mundo, na inferioridade dos negros e na imoralidade das relações sexuais antes do casamento, na perenidade da pobreza e nas virtudes da caridade... todo um conjunto de convicções fundantes da cultura americana.

Texto 16

LYND – As crenças religiosas em Middletown

Além dos objetivos que perseguem na vida cotidiana, os moradores de Middletown estão engajados em outra atividade, a prática religiosa, graças à qual procuram compreender e entrar em harmonia com a complexidade da vida. Os sinais mais evidentes dessa prática são o tempo – um dia por semana – e os lugares – cerca de quarenta, espalhados pela cidade – consagrados às cerimônias religiosas. No sétimo dia da semana, e ocasionalmente nos dias úteis da semana, esses locais ficam abertos e aí são oferecidos serviços religiosos por padres ou pastores, que ganham a vida como responsáveis por grupos que constituem, cada um, uma igreja. A inserção em um desses grupos religiosos é considerada, de modo todo particular no círculo da "business class", natural e normal. Assim a pergunta: "Qual é a igreja que o senhor freqüenta?" é habitual quando se entra em contato com um recém-chegado.

Em Middletown a pessoa se depara com um amplo leque de crenças religiosas. Estas, no entanto, na sua grande maioria, se apóiam sobre os escritos enfeixados na Bíblia. Com algumas poucas exceções, em particular a sinagoga dos judeus, as igrejas de Middletown seguem sempre uma forma de cristianismo. Quando se pergunta a um morador de Middletown: "Em que é que crê um cristão?", ele tem a tendência a pensar antes de mais nada que o entrevistado está brincando, o que ilustra o fato de que aceitam, quase todos, que "ser cristão" é sinônimo de ser "civilizado", ser "uma pessoa de bem" ou no fim das contas ser "um cidadão respeitável". [...] Em torno desse núcleo rígido ganhou corpo um sistema elaborado de crenças, proibições e comportamentos sancionados pelo grupo.

A confiança na superioridade da própria religião é um elemento particularmente importante neste conjunto de crenças. Entre os 241 rapazes e as 315 moças dos dois últimos anos da *High School*, 83% e 92% respectivamente consideravam verdadeiro o seguinte enunciado: "O cristianismo é a única religião verdadeira, e todos os povos deveriam converter-se a ele", enquanto 9% e 3% o consideravam falso; os demais declaravam não ter certeza ou nem responderam. Segundo o pastor da maior igreja protestante da cidade, "o cristianismo não pode ser suplantado por nenhum outro sistema na medida em que é perfeito". Num sermão dominical em Middletown Chautaqua, já o pastor da segunda igreja protestante explicava que "os ensinamentos de Cristo são claros... Vinte séculos de experiência humana nada mais acrescentaram e os séculos futuros também não lhe acrescentarão nada mais, pois são os ensinamentos de Deus feito homem. O mesmo vale para todas as filosofias que são produto da razão humana; tudo isso vale tanto quanto o jornal matutino que só tem valor e interesse momentaneamente. Mas a Bíblia, ao contrário, mesmo lida como a leria uma criança, vale para toda a eternidade. Profecia, ciência, filosofia, credo, catecismo... tudo vai um dia à falência. Somente o Verbo permanece" (R.S. Lynd, H.M. Lynd. *A Study in American Culture* (1929). New York/Harcourt, Brace/World, 1956, p. 315-316.

Fora dos EUA, os estudos de comunidades obtiveram também um relativo sucesso. Na França, por exemplo, pode-se destacar os trabalhos de Lucien Bernot e René Blancart (*Nouville, um vilarejo francês*, 1953), de Laurence Wylie (*Um vilarejo do Vaucluse*, 1957)

ou enfim de Edgar Morin (*Comuna na França. A metamorfose de Plodemet*, 1967).

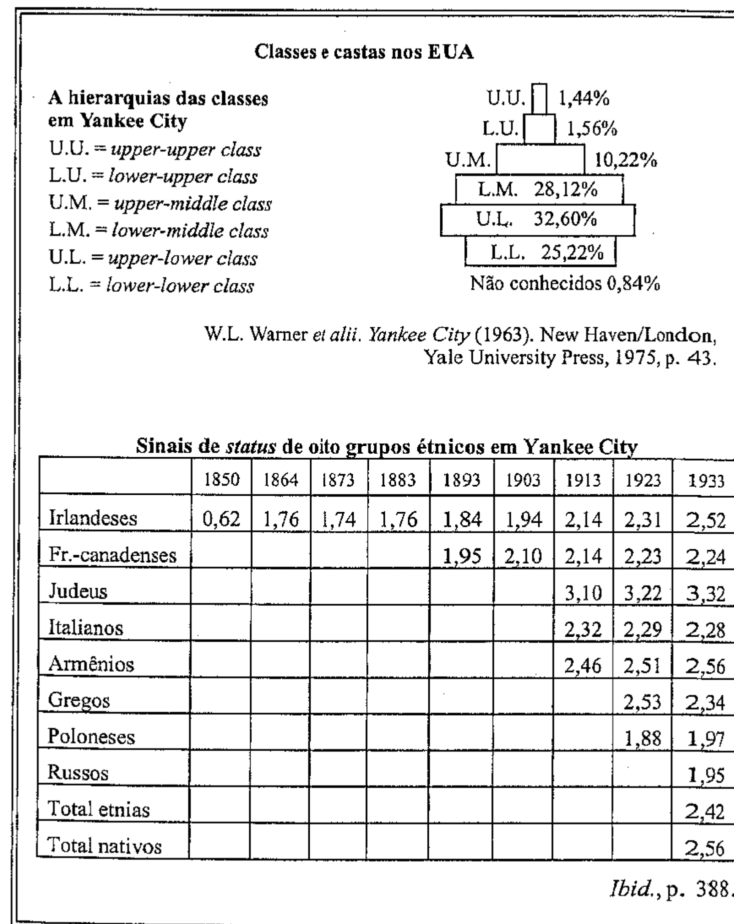
2.2. Da cultura às subculturas: classes, castas e gangues

A procura culturalista de uma personalidade de base não correria o risco de eludir a existência de diferenças sociais e étnicas no seio de uma mesma sociedade? A fim de se dedicar a esta questão, que põe à mostra sem dúvida alguma um sério calcanhar de Aquiles do culturalismo, o estudo dos vários modos de socialização segundo as castas ou as classes constitui um poderoso antídoto. Os estudos de Lloyd Warner (1898-1970) e de seus colaboradores dão um comprovante disso de primeira categoria. Antropólogo que faz suas pesquisas em uma sociedade industrializada, Warner inova primeiro teoricamente considerando que há em toda sociedade uma "estrutura integrativa", uma espécie de chave de abóbada social que sobredetermina os destinos pessoais. Assim, por exemplo, na tribo dos Murgins, que Warner estudara na Austrália, o sistema de parentesco desempenha esse papel. Na sociedade americana, não ocorre exatamente o mesmo, dado que é a hierarquia das classes que define a condição e a trajetória social dos indivíduos. Inovadora, ela o é ainda mais por se chocar frontalmente contra as crenças dominantes, impregnadas que estão da certeza do igualitarismo da sociedade americana.

Aceitando o princípio de uma diferenciação cultural intrínseca à sociedade, Warner precisa em um segundo momento que as classes sociais existem tendo em vista que há desigualdades, diferenças de direitos e privilégios entre grupos e, sobretudo, dado que cada grupo pode ser identificado e haver consenso quanto ao lugar que ocupa na hierarquia social. A partir do estudo de Yankee City (Newburyport, Massachusetts), realizado entre 1930 e 1935 – e cujos resultados são acessíveis nos cinco volumes publicados entre 1941 e 1959 – Warner estabelece com mais precisão um esquema que enumera seis classes (Baliza 10). A desigualdade de renda e o *status* profissional não bastam para explicar corretamente a

hierarquia que ordena a pirâmide social. A estes dois elementos Warner acrescenta outros que também são determinantes, como por exemplo a pertença a um grupo étnico, o estilo de vida, o lugar de residência ou ainda as redes de relações.

Baliza 10



Classes e castas nos EUA

A hierarquias das classes em Yankee City
U.U. = *upper-upper class*
L.U. = *lower-upper class*
U.M. = *upper-middle class*
L.M. = *lower-middle class*
U.L. = *upper-lower class*
L.L. = *lower-lower class*

W.L. Warner *et alii*. *Yankee City* (1963). New Haven/London, Yale University Press, 1975, p. 43.

Sinais de *status* de oito grupos étnicos em Yankee City

	1850	1864	1873	1883	1893	1903	1913	1923	1933
Irlandeses	0,62	1,76	1,74	1,76	1,84	1,94	2,14	2,31	2,52
Fr.-canadenses					1,95	2,10	2,14	2,23	2,24
Judeus							3,10	3,22	3,32
Italianos							2,32	2,29	2,28
Armênios							2,46	2,51	2,56
Gregos								2,53	2,34
Poloneses								1,88	1,97
Russos									1,95
Total etnias									2,42
Total nativos									2,56

Ibid., p. 388.

O estudo consagrado a Old City (1934-1936) (A. Davis, B.B. Gardner, M.R. Gardner. *O Extremo Sul,* 1941) oferece o ensejo para se enfrentar diretamente outro problema da sociedade americana: o das relações raciais. Para sublinhar o caráter socialmente construído das diferenças e fugir assim ao problema, insolúvel e arriscado, das definições biológicas, os sociólogos substituem o termo casta pelo termo raça. A noção de casta se mostra adequada na medida em que a regra da endogamia marca a impossibilidade radical de passar do grupo dos negros para o dos brancos. Cada casta possui a sua própria estrutura de classe, mas, com toda a evidência, a correspondência não é a mesma (Baliza 11). Na introdução que elaborou para a obra de Davis, Gardner e Gardner, Warner examina a dinâmica histórica dessas clivagens e afirma que a linha divisória, que marca a separação das castas (AcB), tenderia a passar de uma posição horizontal para uma posição vertical.

Armando peça por peça o quebra-cabeças de uma cultura global cuja heterogeneidade os sociólogos vão percebendo cada vez melhor, os estudos vão portanto progressivamente pondo ênfase sobre a diversidade dos modos de socialização conforme as classes e as castas (J. Dollar. *Classe e casta em Southerntown*, 1937). Colaborador de A. Kardiner, Ralph Linton formaliza essa percepção da heterogeneidade dos modos de socialização nas sociedades de classes forjando os conceitos de *status* e de papel:

• *Status* é o conceito que designa o conjunto das funções ocupadas por um indivíduo em um sistema social determinado e que permite situá-lo na hierarquia de um grupo. Como observa Linton, "o *status* do Senhor Dupont como membro de sua comunidade decorre de uma combinação de todos os tipos de *status* que ele detém como cidadão, advogado, franco-maçon, católico, marido da Senhora Dupont, e assim por diante" (*Do homem*, 1936).

• Já o *papel* representa a face dinâmica do *status*. Quando exerce os direitos e deveres ligados ao seu *status*, o indivíduo está representando um papel.

Baliza 11

Classes e castas no Sul dos EUA

Brancos sup. = antigas famílias aristocráticas

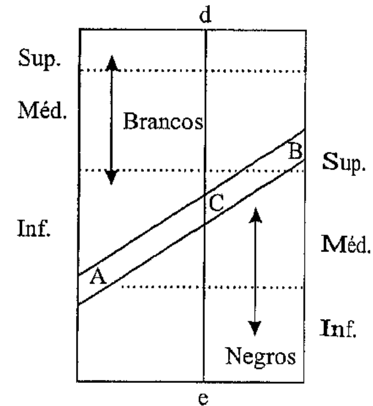
Brancos méd. = empregados e profissões liberais

Brancos inf. = operários de baixa renda

Negros sup. = empregados de escritórios, professores

Negros méd. = taxistas, pequenos comerciantes

Negros inf. = operários, empregadas domésticas



W.L. Warner. Introdução a A. Davis, B.B. Gardner, H.R. Gardner. *Deep South*. Chicago, 1941.

O interesse dessas duas noções inseparáveis consiste em mostrar com toda a clareza a existência de modelos ideais que servem também como "guias próprios para organizar as atitudes e o comportamento do indivíduo, de tal sorte que possam compatibilizar-se com os dos outros indivíduos" (*ibidem*). Neste quadro ganham sentido as noções de "personalidade estatutária de classe", de personalidade de base própria do proletário ou do pequeno-burguês (W.B. Miller. Cultura da classe baixa como um meio gerador da delinqüência de gangue. *Journal of Social Issues*, 1958) e de "subcultura". Esta última temática estrutura, aliás, muitos dos estudos consagrados a segmentos precisos da sociedade americana.

Este é o caso dos trabalhos de Allison Davis e John Dollar *(Children of Bondage*, 1940), de William Foote White (*Street Corner Society*, 1943) ou, de modo mais geral ainda, daqueles que, à maneira de Albert Cohen, se interessam pela delinqüência.

Ainda que constitua um dos temas centrais da sociologia americana do pós-guerra, o problema da delinqüência já fora submetido à sagacidade dos sociólogos. Partindo da paradoxal constatação que os bairros de Chicago com os mais altos índices de delinqüência entre 1900 e 1906 eram sempre os detentores desse triste recorde entre 1917 e 1923 (e isto ainda que a composição étnica dessas zonas urbanas houvesse variado enormemente), Clifford Shaw e Henry McKay (*Fatores sociais na delinqüência juvenil*, 1931), haviam, por exemplo, concluído que a delinqüência se tornara um aspecto mais ou menos tradicional da vida social, uma forma de cultura transmitida por contato entre os diversos grupos que tinham sucessivamente ocupado esses lugares "sensíveis". Abordando explicitamente a questão do desvio social em termos de subcultura, Albert Cohen (*Jovens delinqüentes – A cultura da gangue*, 1955) afina consideravelmente a análise. Cohen procura compreender por que a delinqüência alcança índices mais altos nos jovens das classes populares. Resume a resposta numa palavra: aculturação (choque de duas culturas). Numa sociedade como a americana, onde predominam os valores próprios da classe média, os jovens das classes populares têm um *handicap*, na corrida ao sucesso, pela sua cultura social de origem. Presos numa tenaz, na escola de modo todo particular, entre dois sistemas de valores dificilmente conciliáveis, esses jovens resolvem o problema refugiando-se em uma subcultura que lhes é própria: uma subcultura da delinqüência, com a marca da maldade pura, da negatividade e da oposição sistemática.

3. Influência, dominação e transformação dos valores

Estreitamente associada às análises sobre os modos de socialização, a abordagem culturalista se impõe também quando, com a propaganda de guerra e a seguir com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa (jornais, rádios, cinema e televisão), se levantam novas questões: qual é o impacto dos meios de comunicação de massa sobre os comportamentos dos indivíduos? Os jornais ou o rádio se tornaram um dos meios privilegiados para transmitir, para melhor impô-los, os valores dominantes? E outras. Se os pesquisadores de Chicago (W. Thomas, F. Znaniecki, R. Park) já se haviam questionado a este respeito, é Harold Laswell *(Técnica de propaganda na Guerra Mundial*, 1927) o legítimo iniciador da sociologia da comunicação moderna. Esta disciplina realiza rápidos progressos dinamitando vigorosamente teses tão simplistas como a de um Serguei Tchakotine (*A violação das massas pela propaganda política*, 1939), persuadido de que a propaganda intensa é capaz de criar reflexos quase pavlovianos ou ainda de um Vance Packard (*A persuasão clandestina*, 1958), muito rápido em fazer da publicidade o pérfido comandante da opção dos consumidores.

3.1. Os líderes de opinião na comunicação de massa

Os trabalhos empíricos não demoram a invalidar a tese de uma manipulação geral governada por uma espécie de demiurgo mediático. Em 1957, o sociólogo inglês Richard Hoggart descreve com precisão a maneira como as classes populares inglesas se apropriam, tendo por base um fundo cultural próprio, dos produtos divulgados pelos novos meios de comunicação (*A cultura do pobre*, 1957) (Texto 17). Mas a mais magistral das demonstrações nesta matéria é, sem dúvida, a que vem dos EUA: no estudo que desenvolvem com o auxílio da técnica dos painéis (série de diálogos travados repetidas vezes com um mesmo conjunto de indivíduos), ao ensejo da eleição presidencial de 1940, Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson e Hazel Gaudet provam que as opiniões e os comportamentos políticos são muito menos determinados pela propaganda dos meios de massa (rádio e jornais) que pelo perfil social dos eleitores (*A escolha do povo*, 1944).

Texto 17

HOGGART – Cultura popular e cultura de massa

Viver num meio popular é, ainda nos dias de hoje, pertencer a uma cultura difusa, não menos coercitiva e elaborada que aquela que caracteriza as classes superiores. Um operário pagaria com certeza muitos "micos" e acumularia gafe atrás de gafe se tivesse de tomar parte num banquete do *jet society*; mas, se tivesse de viver no meio de pessoas do povo, um grande burguês trairia com certeza a sua falta de jeito por suas maneiras de falar – isto é, tanto por seu modo de falar como pelos temas de conversa ou pelo seu fraseado –, pela sua maneira de se servir das mãos, por seu jeito de andar ou ficar em pé, e até na sua maneira de encomendar as bebidas ou propor uma rodada de bebida. Para se persuadir da especificidade da cultura popular, basta pensar nos milhares de detalhes que tipificam um estilo de vida, por exemplo os modelos de comportamento que regem os costumes do vestuário. [...]

Também se estabeleceu, já faz quase um meio século, o costume de enviar aos amigos cartões postais – geralmente cômicos – quando se está "a passeio" num cruzeiro marítimo, e este costume tem todas as características de uma instituição: num período normal, a gente "bem" acharia bastante chocante a comicidade licenciosa desses cartões, mas de férias tem-se o direito de "relaxar um pouco" e enviar aos colegas ou aos pais esses cartões que mostram gordas sogras ou guardas volumosos, homenzinhos magros ridiculamente vestidos na companhia de mulheres com o traseiro avantajado ou a sempiterna garrafa de cerveja e o eterno urinol, tudo isto, regra geral, obedecendo a um humor banal com odor de cerveja e de WC.

Vê-se que a maioria das mensagens divulgadas pelos modernos meios de comunicação de massa não afetam tão profundamente os comportamentos e as atitudes das classes populares como se poderia ser tentado a acreditar, dada a multiplicidade e a insistência dos novos órgãos de difusão cultural. Pode-se, para a felicidade da ficção sociológica, conceder um valor de hipótese

ou de antecipação às análises que nos apresentam as classes populares como "gigantesca massa anônima dotada de respostas condicionadas", mas tal imagem pertence mais à fantasia literária ou apocalíptica que à descrição realista: se a maior parte dos membros das classes populares não se reduz ao estado de consumidores passivos da cultura de massa, é bem simplesmente porque se acham "ausentes", porque vivem em outro universo onde podem permanecer fiéis a suas certezas concretas, a seus hábitos e a seus rituais cotidianos bem como à sua linguagem costumeira feita de locuções proverbiais e ditos tradicionais. Se essa defesa arcaica os protege bastante bem das solicitações mais agressivas da cultura moderna, a própria ingenuidade de sua atitude os torna, é verdade, presa fácil para certas empresas de publicidade. Em todos os casos, se as classes populares mudaram sob a influência dos modernos meios de comunicação de massa, isto se dá em direções e sob formas cujo princípio já se encontra implicitamente nos valores da cultura tradicional (R. Hoggart. *A cultura do pobre* (1957). Paris, Éd. du Minuit, 1970, p. 63-65).

Os sociólogos apresentam um segundo resultado mais interessante ainda: as informações não alcançam nunca o conjunto da população, mas são sempre veiculadas por "líderes de opinião". Nos grupos primários (família, vizinhança, círculos de amizades...) dos diversos estratos sociais existem indivíduos (20% dos membros da amostra estudada) que servem de relê entre os meios e eleitores menos receptivos do que se poderia pensar *a priori*. Na medida em que são também fontes de pressão (que impelem os outros a conformar-se a maneiras de pensar e agir), esses líderes exercem portanto uma influência sobre os comportamentos individuais muito mais importante que aquela dos meios somente. Esta hipótese dos "dois andares da comunicação" inspira rapidamente outros trabalhos americanos e as conclusões se confirmam, a começar pelos pesquisadores acima citados, por ocasião da nova sondagem que estes últimos realizam no momento da campanha presidencial de 1948 (B. Berelson, P. Lazarsfeld, W. Mac Phee. *Voting*, 1955).

Que as interações face a face possam desempenhar um papel determinante no estabelecimento das opiniões individuais é uma idéia que constitui o axioma fundante deste modelo do "fluxo a dois tempos" (*two-step flow*) (Texto 18). A intuição é de novo estudada por Elihu Katz e Paul Lazarsfeld em *Influência Pessoal* (1955). Baseando-se em entrevistas com pequenos grupos e explorando os resultados de um questionário respondido por 704 mulheres de uma pequena cidade do meio oeste americano, os dois pesquisadores tentam afinar o seu conhecimento dos processos sociais com o fundamento dos fenômenos de influência. Quatro objetos capacitados a suscitar opiniões diversas e, portanto, a dar origem a redes de influência são levados em conta pelos sociólogos: a moda de se vestir e o penteado, a compra de alimentos e objetos de uso doméstico, as questões cívicas e políticas e, enfim, o cinema. As principais conclusões do estudo são as seguintes: em primeiro lugar, o impacto dos meios, se não é nulo, é sempre fraco. As interações no interior de um estrato social parecem, em segundo, mais determinantes que a influência social vertical.

Texto 18

KATZ – A hipótese dos dois andares da comunicação

A despeito da diversidade de assuntos a que se referem, os estudos aqui examinados* constituem um exemplo da continuidade e do enriquecimento trazidos tanto para o plano da pesquisa como para o engajamento teórico. Reunindo os resultados destes últimos estudos e examinando-os à luz da primeira formulação da hipótese dos dois andares da comunicação, obtém-se a imagem seguinte: os líderes de opinião se assemelham muito às pessoas que influenciam e pertencem, particularmente, aos mesmos grupos primários (família, amigos e colaboradores). Os líderes de opinião podem manifestar um interesse muito maior por certos domínios nos quais exercem influência, mas é muito pouco provável que as pessoas influenciadas manifestem, quanto a elas, um interesse muito menor. As pessoas influentes e as pessoas influenciadas podem trocar os papéis conforme os domínios. Na maioria dos casos, estas questões concentram a atenção do grupo sobre alguma parte do mundo exterior ao grupo, e cabe então ao líder de opinião manter os contatos entre o grupo e essa parte do seu meio circunstante, com o auxílio de quaisquer meios. Já se constatou, em todos os casos, que essas pessoas influentes eram as mais expostas a esses pontos de contato com o mundo exterior. Sempre é verdade, no entanto, que a despeito da sua exposição mais freqüente aos meios, os líderes de opinião são os primeiros a sofrer a influência, não dos meios de comunicação de massa, mas das outras pessoas.

A hipótese dos dois andares da comunicação parece que insiste apenas sobre um só aspecto das relações interpessoais – as relações interpessoais enquanto canais da comunicação. Mas se pode inferir desses diferentes estudos que estas mesmas relações interpessoais influenciam a formação das decisões de ao menos duas maneiras suplementares. Além do fato de que servem como redes de comunicação, as relações interpessoais constituem também fontes de pressão para se conformar às maneiras de pensar e agir do grupo, como também como fontes de suporte social. O trabalho da pressão de grupo aparece nitidamente na homogeneidade de opiniões e de ação observadas nos votantes e nos médicos em situações perturbadoras e incertas. O apoio social proporcionado pela integração à comunidade médica pode dar ao médico a confiança desejada para se decidir a adotar o novo medicamento. As relações interpessoais são, portanto, canais da informação, fontes de pressão social e de suporte social; cada uma destas três definições liga de maneira um tanto quanto diferente as relações interpessoais à formação das decisões (E. Katz. *Interpersonal Relations and Mass Communications: Studies in the*

---

* P. Lazarsfeld, B. Berelson, H. Gaudet. *The People's Choice*. New York, Columbia University Press, 1944. – R. Merton. Pattern of influence local and cosmopolitan influentials. *Social Theory and Social Structure*. Glencoe, The Free Press, 1953. – E. Katz, P. Lazarsfeld. *Personal Influence*. Glencoe, The Free Press, 1955. – H. Menzel, E. Katz. Social Relations and Innovation. *The Medical Profession* [Public Opinion Quarterly, vol. 19, 1955].

Flow of Influence. Columbia University (1956) [Trad. francesa em F. Balle, J.-G. Padioleau. *Sociologie de l'information*. Paris, Larousse, 1973, p. 302-303).

Três variáveis (idade, grau de sociabilidade e condição social) permitem, em último lugar, definir tipos ideais de mulher influente, cujos traços característicos variam segundo o objeto. No caso da compra de produtos alimentícios e de utilidades domésticas, as mulheres influentes são casadas, têm um número de filhos acima da média, situam-se num ponto relativamente elevado na escala da sociabilidade, mas não pertencem a um grupo social particular. Nota-se ainda que, ao se levar em conta a idade, são as mulheres maduras que influenciam as mais novas. As "líderes", no que se refere à moda (vestuário, penteado), são, ao contrário, mulheres mais jovens fortemente inseridas em redes sociais. Se a variável idade leva aqui uma ampla vantagem sobre a da condição social, esta última tem sempre o seu efeito: as mulheres dos estratos sociais inferiores sofrem, mais do que exercem, as influências determinantes da sua maneira de consumir.

O esquema guarda simetria com os assuntos públicos: o ponto de vista das mulheres de condição social mais alta (muitas vezes engajadas na vida associativa) é decisivo na formação das opiniões das outras. Mas, quando a idade é levada em conta, são as mais experientes que se mostram boas conselheiras. Em matéria de cinema, enfim, as mulheres mais moças constituem o pólo de referência explícita: a sociabilidade e a condição social não entram absolutamente em consideração. No total, constatam os pesquisadores, as mulheres influentes em três domínios simultaneamente são raras (3% da mostra) e a combinação entre os conjuntos de pessoas que exercem influência em dois domínios não é tampouco mais elevada (10%). A conclusão se impõe por si mesma: "cada campo do social possui um conjunto de pessoas influentes que lhe é próprio" (E. Katz, P. Lazarsfeld. *Personal Influence*, 1955).

3.2. Poder, dominação e violência simbólica

Ao lado da comunicação de massa, a ação das elites que detêm as rédeas da sociedade constitui um segundo tema de investigação diretamente ligado à problemática culturalista. As elites se mostram incapazes, com efeito, de produzir e gerir uma cultura dominante, capaz de legitimar a ordem social vigente? Esta questão pervade um conjunto de reflexões sociológicas que ultrapassam o estrito campo do culturalismo para invadir as terras do funcionalismo, da sociologia crítica... Assim ocorre, por exemplo, com os trabalhos de C. Wright Mills (*A elite do poder*, 1956). Estabelecendo uma diferença entre classes sociais e elites, Mills elenca três componentes constitutivos da elite do poder americano da década de 1950: elite política, elite econômica, elite militar. Segundo Mills, a despeito dos conflitos internos que não os poupam, estes três grupos têm interesse em se pôr de acordo para manter um sistema que lhes traz vantagens enquanto a base, mais impotente que nunca, se transforma progressivamente em sociedade de massa.

Ativada por outros sociólogos neomarxistas (K. Mannheim, R. Miliband) ou funcionalistas (S. Keller. *Beyond the Ruling Class*, 1963), a teoria das elites se viu relativizada de diversas maneiras. O estudo empírico da estrutura do poder na municipalidade de New Haven (R. Dahl. *Who Govern?*, 1961) põe em evidência, em primeiro lugar, um fenômeno de poliarquia: longe de estar, como o sugerem os teóricos das elites, concentrado nas mãos de uma minoria, o poder está de fato pulverizado entre pessoas ou grupos especializados que preparam as decisões sancionadas afinal pelo prefeito da cidade. Dedicando mais atenção à influência do que ao poder. Já Merton mostra o interesse em distinguir pelo menos três tipos de personalidade (Pattern of Influence Local and Cosmopolitan Influentials. *Social Theory and Social Structure*, 1953). A partir de uma análise fundada sobre 86 colóquios com homens e mulheres de uma cidade de onze mil habitantes da costa Leste dos EUA (Rovère), Merton destrói a imagem prototípica de uma elite

senhora dos diversos níveis da sociedade. Opõe então o perfil do "local", interessado pelo microcosmo que forma o seu universo ao do "cosmopolita", o qual "mantém um mínimo de relações com seus concidadãos dado que tem influência sobre eles, mas se preocupa, sobretudo, com o mundo exterior do qual se considera membro" (*Social Theory and Social Structure*, 1953).

A despeito das críticas e dos limites inerentes ao ponto de vista culturalista (Texto 19), a tese de uma manipulação desconhecida por aqueles que a sofrem, em primeiro lugar, conhece outro sucesso com os trabalhos críticos do francês Pierre Bourdieu. Embora não use o conceito de elite e prefira este ao de classe dominante, Bourdieu nem por isso deixa de ser fiel às intuições culturalistas. Segundo este último, a dominação repousa muito menos sobre o poder ou a influência de alguns do que sobre o jogo difuso de uma violência simbólica, multiforme e desconhecida. Administrada no seio da escola, em primeira instância, essa violência permite ao sistema social reproduzir suas divisões e suas classificações (P. Bourdieu, J.-C. Passeron. *Les Héritiers*, 1964. – *La reproduction*, 1970). A violência simbólica designa aqui "todo poder que consegue impor significações como legítimas, dissimulando as relações de força que estão no fundamento da sua força". E é por esse motivo que a ação pedagógica dos professores "é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de uma arbitrariedade cultural" (*La reproduction. Op. cit.*).

Texto 19

BOUDON – Os limites do culturalismo

Não se trata de negar os aportes do culturalismo às ciências sociais. Mas importa igualmente ver os seus limites estreitos. A primeira objeção, sem dúvida a mais evidente, é que, nas sociedades complexas pelo menos, é apenas ao preço de uma supersimplificação que se pode admitir a noção de valores comuns e

supor que esses valores são mais ou menos ministrados a todos pela via da socialização. De fato, os indivíduos não se acham jamais expostos à cultura de uma sociedade como tal. Esta "cultura" em boa parte é apenas uma simplificação e uma racionalização produzida por certos atores sociais, sacerdotes, intelectuais ou, segundo os casos, estas ou aquelas frações das elites. Quanto aos indivíduos, estes se acham submetidos a complexos processos de aprendizagem, cujo conteúdo depende do ambiente deles, e este é variável. Por isso, os culturalistas se vêem levados a introduzir a noção de subculturas para caracterizar os sistemas de valores próprios desses subgrupos. [...]

O culturalismo tem, por outro lado, a tendência a usar uma representação contestável dos mecanismos da socialização: ele supõe que os valores e outros elementos do "sistema cultural" são fielmente internalizados pelo indivíduo e constituem uma espécie de programa que seria capaz de lhe regular mecanicamente o comportamento (cf. verbete *socialização*). Assim admite McClelland que, em uma sociedade onde o *achievement* é um valor fundamental, os indivíduos sentem normalmente uma *need for achievement*. Ao *valor* cultural corresponderia então uma necessidade individual. A cultura seria, deste modo, capaz de prolongar a natureza e produzir comportamentos quase instintivos, que escapariam em larga medida ao controle da pessoa. Mas a isto pode-se objetar que muitos comportamentos devem ser analisados não como o produto de um condicionamento, mas como o resultado de uma intencionalidade. E mais, mesmo quando os comportamentos são inspirados pela internalização dos valores, estes fornecem somente no caso geral indicações vagas suscetíveis de interpretações múltiplas. Além disso, deve-se conceber a socialização, não apenas como um mecanismo de internalização, mas como um processo de adaptação a situações mutáveis e variadas, processo balizado por arbitragens e compromissos efetuado pela pessoa entre as normas que se impõem e ele, os valores e as crenças que ele endossa, e os seus interesses assim como ele os concebe. Eis porque, assim como o indica Durkheim em páginas célebres das *Regras*, o desvio em relação às normas e aos valores coletivos é em qualquer sociedade um fenômeno

normal. Falando em termos ainda mais gerais, inúmeras observações atestam que é perigoso exagerar a influência dos valores transmitidos pela socialização sobre o comportamento. Quando se modifica o ambiente de um sistema, constata-se muitas vezes uma rápida adaptação dos comportamentos às novas circunstâncias (R. Boudon, F. Bourricaud. Culturalismo e cultura. *Dictionnaire Critique de la Sociologie*. Paris, PUF, 1982, p. 135-136).

A escola é, portanto, uma engrenagem central de uma máquina de reproduzir desigualdades. Ela camufla uma verdadeira aristocracia social e a enfeita com os adornos da meritocracia. A obtenção de um *status* privilegiado depende, com efeito, estreitamente da posse de títulos acadêmicos. Ora, esses títulos são tanto mais acessíveis quanto mais os agentes são dotados de uma cultura legítima que a escola veicula e valoriza: a cultura das classes dominantes (Texto 20). E a escola conseguiria tanto mais facilmente convencer os deserdados de que eles devem o seu destino escolar e social à sua ausência de talentos ou de méritos quanto, precisamente, a ausência de cultura legítima exclui a possibilidade de tomar consciência desse processo de dominação simbólica.

Texto 20

BOURDIEU – Cultura livre e desigualdades escolares

Os estudantes mais favorecidos não devem somente ao seu meio de origem hábitos, treinamentos e atitudes que os auxiliam diretamente em seus deveres escolares; herdam também saberes e um *savoir-faire*, gostos e um "bom gosto" cuja rentabilidade, mesmo sendo indireta, nem por isso é menos certa. A cultura "livre", condição implícita do sucesso universitário em certas disciplinas, acha-se repartida muito desigualmente entre os estudantes oriundos de meios diferentes, sem que a desigualdade das rendas possa explicar as distâncias constatadas. O privilégio cul-

tural é manifesto quando se trata da familiaridade com as obras que somente se pode adquirir com a freqüência regular do teatro, do museu ou do concerto (freqüência que não é organizada pela escola, ou somente de modo esporádico). Torna-se ainda mais manifesto, no caso das obras geralmente mais modernas, que são as menos "escolares".

Em qualquer domínio cultural em que sejam medidos, teatro, música, pintura, jazz ou cinema, os estudantes têm conhecimentos tanto mais ricos e mais amplos quanto mais elevada for a sua origem social. Se a forte variação da prática de um instrumento de música, do conhecimento das peças pelo espetáculo ou da música clássica através do concerto não tem nada que possa causar admiração, dado que os hábitos culturais de classe e os fatores econômicos somam aqui os seus efeitos, é digno de nota que os estudantes se distinguem ainda nitidamente, segundo a sua origem social, no que tange às visitas aos museus e até ao conhecimento da história do jazz ou do cinema, muitas vezes apresentados como "artes de massa".

[...] Vê-se, evidentemente, que uma cultura puramente escolar não é apenas uma cultura parcial ou uma parte da cultura, mas uma cultura inferior porque os próprios elementos que a compõem não têm o sentido que teriam em um conjunto mais amplo. A escola não exalta, na "cultura geral", exatamente o contrário daquilo que ela denuncia como prática escolar da cultura daqueles que a sua origem social condena a não ter outra cultura a não ser a que devem à escola? Cada conhecimento deve, portanto, ser percebido ao mesmo tempo como um elemento de uma constelação e um momento do itinerário cultural na sua totalidade, cada ponto da curva contendo toda a curva. Enfim, é a maneira pessoal de realizar os atos culturais que lhes confere a qualidade propriamente cultural: assim, a desenvoltura irônica, a elegância preciosa ou a segurança da própria condição que permite a semcerimônia ou a afetação de prosperidade são quase sempre o apanágio de estudantes provenientes das classes altas onde essas maneiras desempenham o papel de um sinal de pertença à elite (P. Bourdieu, J.-C. Passeron. *Les héritiers*. Paris, Éd. de Minuit, 1964, p. 30-34).

3.3. Perenidade e evolução dos sistemas de valor

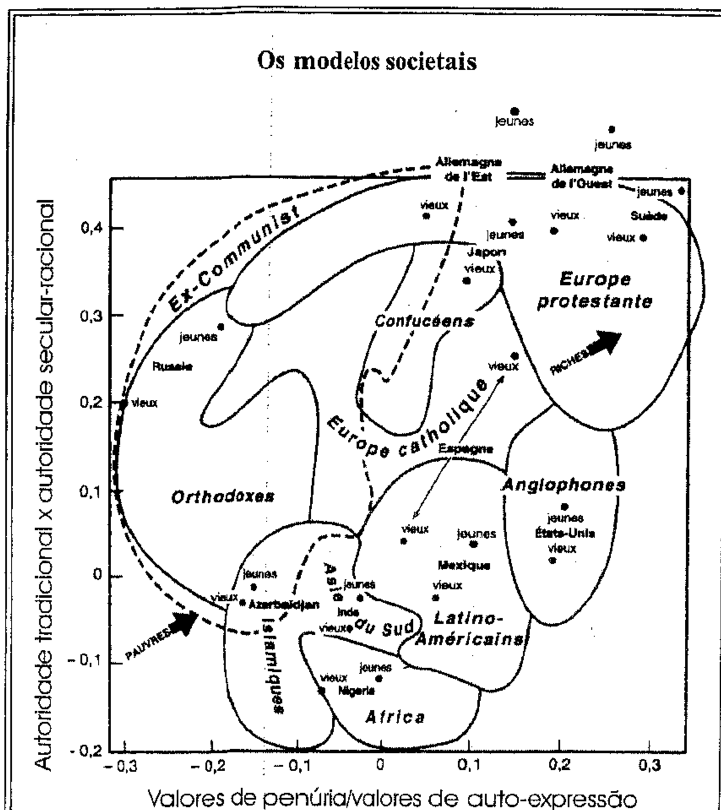
Depois de um longo período dominado pela suspeita contra ele e pela crítica radical, o culturalismo serve bastante bem, a partir dos anos 1980 e 1990, como referente analítico explícito. É o que acontece, por exemplo, em numerosos trabalhos anglo-saxões de sociologia econômica (P. DiMaggio. Culture and Economy. *In*: N. Smelser, R. Swedberg. *The Handbook of Economic Sociology*, 1994). Na França, o livro famoso de Philippe d'Iribarne (*La Logique de l'honneur*, 1989) ilustra bem o alcance desta volta ao culturalismo. Segundo d'Iribarne, produtos de uma história de longuíssimo prazo, as culturas nacionais continuam a determinar mais do que nunca as crenças, as regras e os comportamentos. Assim, a França estaria sempre vivendo na hora do *Ancien Régime*: a preocupação com a honra e com o respeito pelos graus hierárquicos que se pode observar nas empresas não revela a permanência de uma cultura baseada sobre a oposição entre o vil e o nobre? Sobre o modelo dos comerciantes piedosos que faziam um contrato na presença de Deus para estabelecer uma sociedade no século XVII, os EUA continuariam da mesma forma a promover uma lógica com base no individualismo e no intercâmbio entre iguais. Na Holanda, o consenso e o respeito pelos particularismos individuais constituiriam, por razões históricas também, os fundamentos da cultura nacional.

Outra maneira de questionar as culturas consiste agora não em testar a sua permanência, mas em medir, ao contrário, a realidade e o alcance das transformações que sofre. Este é o objetivo de todos aqueles que avaliam empiricamente a evolução dos sistemas de valores contemporâneos. Os trabalhos de Ronald Inglehart, professor de ciências políticas na Universidade de Michigan, obedecem tipicamente a esse tipo de ambição. Autor de três livros notáveis (*The Silent Revolution*, 1977. – *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, 1990. – *Modernization and Postmodernization*, 1997), Inglehart sustenta a tese de uma evolução de fundo rumo a valores "pós-materialistas". Antes de 1945, observa este último, os

habitantes dos países ocidentais viviam em uma situação de mínimo vital e as suas preocupações centrais eram marcadas por preocupações de ordem material (alimentação, moradia etc.). A prosperidade econômica que caracteriza o período do pós-guerra muda radicalmente esse dado, visto que o crescimento econômico favorece o desenvolvimento de um "pós-materialismo": a qualidade de vida, a defesa do meio ambiente, a autonomia política, a igualdade das raças e dos sexos... passam a dianteira em confronto com os antigos valores.

Com base em enquetes e sondagens de opinião de âmbito mundial, os trabalhos de Inglehart levam a suas conclusões principais. Primeiro resultado: o índice de pós-materialismo aumenta quando se passa dos contingentes mais idosos para aquelas que reúnem os indivíduos mais jovens. É portanto a data de nascimento que determina o sistema de valores e, pondo de parte os efeitos conjunturais, este não se transforma à medida que o tempo vai passando. Noutras palavras, o envelhecimento de um contingente dado não tem efeito algum sobre o seu nível de pós-materialismo. Segundo resultado: o desenvolvimento econômico avança no mesmo ritmo da democratização e da mudança cultural. No período 1981-1997, a maioria dos países estudados por Inglehart aumentam a riqueza (aumento do PIB) e tendem todos ao mesmo tempo para sistemas de valores pós-materialistas. Tendem assim as sociedades a caminhar no mesmo ritmo na mesma direção. Apesar de tudo, não se pode evocar nenhum tipo de convergência, pois como o indica o mapa da Baliza 12, nenhum modelo societal se impõe aos outros. Se os trabalhos de Inglehart constituem o objeto de acalorados debates (cf. o Forum da *American Political Science Review*, vol. 93, n. 3, set./1999) e de críticas sérias (não é na verdade pertinente, por exemplo, colocar as crenças religiosas no registro dos valores materialistas), nem por isso deixam de oferecer, como se pode constatar, um enfoque e um tratamento deveras originais dos fatos culturais contemporâneos.

Baliza 12



Comentários

O mapa situa as sociedades contemporâneas sobre um duplo eixo:

1) O eixo "autoridade tradicional/autoridade secular-racional" marca a importância de Deus na vida, o fato de que o divórcio seja considerado como justificável ou não, a força do sentimento nacional, a necessidade afirmada ou não de maior respeito à autoridade, a freqüência das discussões políticas entre amigos.

2) O eixo "valores de penúria/valores de bem-estar" situa os países com relação ao sentimento de satisfação dos indivíduos em sua vida atual, o fato de se sentir feliz ou infeliz, o índice de pós-materialismo, a atitude diante da homossexualidade, o grau de confiança no próximo.

A categoria "jovens" abrange pessoas dos 18 aos 39 anos e a dos "idosos" as pessoas de 40 a 79 anos (R. Inglehart.Choque das civilizações ou modernização cultural do mundo? *Le Débat*, n. 105, mai.-ago./1999, p. 43).

4.

Funcionalismos e teorias dos sistemas

Como a sociologia americana se distinguiu no começo do século XX pela proliferação de sondagens empíricas muitas vezes fragmentadas, houve quem perguntasse em que medida elas poderiam, por acumulação, concorrer para o estabelecimento de uma verdadeira ciência. Por isso, a preocupação em forjar um quadro analítico integrador constituiu a fonte, a partir dos anos 1930, de novas fecundações teóricas, em primeiro lugar o funcionalismo. Mesmo que encontre algumas inspirações entre os pais fundadores da disciplina, o funcionalismo rompe com as filosofias evolucionistas da história que caracterizavam, explicitamente ou não, as primeiras grandes obras de sociologia. Devedora da antropologia e da sociologia européia (o organicismo de Spencer em particular), a análise funcionalista é igualmente devedora da biologia e das ciências da organização.

Como numerosas teorias seminais em ciências sociais, o funcionalismo possui a sua própria história, seus pais fundadores, suas correntes derivadas... A fim de seriar esses desenvolvimentos, é costume agora distinguir ao menos três formas de funcionalismo: o funcionalismo absoluto que conheceu o maior sucesso em antropologia (com B. Malinowski, A.R., Radcliffe-Brown, C. Kluckhohn...) (Balizas 13 e 14), o estrutural-funcionalismo de Talcott

Parsons e o funcionalismo moderado de Robert K. Merton. A teoria dos sistemas, fundada por Ludwig von Bertalanffy (*Teoria Geral dos Sistemas*, 1968), foi por vezes associada a esses raciocínios funcionalistas. Assim, como o calor de uma peça é regulado graças a um aparelho termostático, o social pode com efeito ser concebido como um sistema dotado de anéis de retroação que ligam e regulam variáveis de saída e variáveis de entrada. Este modelo encon-

Baliza 13

Das necessidades à cultura (Bronislaw Malinowski)

Em antropologia, o funcionalismo adquire seu título de nobreza graças a Bronislaw Malinowski (1884-1942). Austríaco de nascença, inglês por adoção, Malinowski está fazendo pesquisas na Austrália quando explode a Primeira Guerra Mundial. Embora sob suspeita de estar mancomunado com o inimigo, Malinowski consegue que o enviem em missão de pesquisa em terras controladas pela Austrália, mas que ele mal conhecia. O antropólogo permanece assim algum tempo na Nova Guiné, e mais tarde nas Ilhas Trobriand. Suas observações fornecem material para o famoso livro *Os argonautas do Pacífico Ocidental* (1922). De volta à Europa, Malinowski segue uma carreira universitária que o leva, por uma parte, a desenvolver, em uma original perspectiva freudiana, os primeiros lineamentos de uma antropologia do sexo e a defender, por outro lado, a observação participante.

Malinowski desempenha um papel de pioneiro na medida em que ultrapassa os dois enfoques dominantes em etnologia: o evolucionismo e o difusionismo. A primeira teoria supõe que todas as sociedades humanas se desenvolvem segundo um mesmo esquema evolutivo preestabelecido. A segunda, ao contrário, explica as transformações societais pela difusão de inovações locais, inovações que, por contato cultural, se transmitiriam de uma sociedade para a outra. No verbete "Anthropology", que ele redige para a *Enciclopédia Britânica* (edição de 1936), Malinowski se opõe a essas duas teses e defende as virtudes do método funcionalista. Renunciando à história como o princípio primeiro de explicação, Malinowski postula que

uma sociedade forma um todo cujas partes desempenham uma função necessária para o equilíbrio do conjunto.

Nesta perspectiva, o estudo dos fatos sociais se reduz ao estudo das suas funções. Com este intuito, Malinowski efetua uma constatação: como a natureza humana é feita de tal modo que "todo ser humano deve comer, respirar, dormir, reproduzir-se, eliminar seus detritos, onde quer que esteja, e seja qual for a sua civilização" (*Uma teoria científica da cultura*, 1944 [ed. francesa, 1968, p. 86]), as sociedades devem, em primeiro lugar, satisfazer as necessidades naturais dos membros. Daí decorre logicamente que todo objeto, toda prática, toda crença, toda instituição... existem apenas porque cumprem uma função vital. "Sendo assim, a função significa sempre satisfação de uma necessidade, desde a simples ação de comer até a celebração sacramental, onde o fato de receber a comunhão se inscreve em todo um sistema de crenças, determinadas pela necessidade cultural de formar uma só coisa com o Deus vivo" (*Ibidem,* p. 134). Se as necessidades comuns a todos os seres humanos formam invariantes naturais, cada sociedade organiza a seu jeito o seu tratamento cultural. Os critérios do bom, do belo, da excelência sexual... são portanto definidos de diferentes maneiras de uma sociedade para outra. Esse jeito de organizar a vida social gera necessidades e atividades derivadas (educação, pesquisa, artes, religião, direito, moral...) que, embora sejam irremediavelmente específicos a cada cultura, estão sempre ligados por uma relação instrumental aos imperativos orgânicos (necessidade de sobreviver, de se manter bem de saúde...).

Baliza 14

Estrutura e função nas sociedades primitivas
(Alfred Reginald Radcliffe-Brown)

Amplamente influenciado por Durkheim e Mauss, Alfred Reginald Radclifre-Brown (1881-1955) é o segundo antropólogo que deixa uma duradoura marca pessoal sobre as primeiras teses funcionalistas e estruturalistas. Paradoxalmente pouco inclinado ao trabalho de campo, este britânico que leciona em muitos países é apesar de tudo o

autor de importantes estudos sobre o tabu, as relações de gracejo, a noção de estrutura social, os sistemas de parentesco... Os escritos principais de Radcliffe-Brown se acham coligidos em *Estrutura e função na sociedade primitiva*, cuja introdução ele redige em 1952.

A ambição teórica de Radcliffe-Brown é contribuir para a fundação de uma antropologia social que ele define explicitamente como teoria comparativa das formas da vida social nos "primitivos". Ramo particular da sociologia comparada, tem esta por missão analisar as mudanças e permanências das sociedades. Das sociedades primitivas, Radcliffe-Brown procura facilitar a inteligência avaliando, na esteira de Durkheim, a lógica do totemismo ou ainda a dos mitos. Neste último caso, a chave hermenêutica que se oferece é simples: como as relações de oposição forjam a arquitetura elementar de todo pensamento humano, os mitos e os ritos devem assim ser lidos como expressão da socialização do mundo natural. Tal como Spencer, Radcliffe-Brown defende igualmente uma forma de evolucionismo adaptativo. A seu ver, há três processos que dominam a regulação da sociedade: a adaptação ecológica ao meio ambiente, a adaptação institucional (manutenção de uma ordem social) e a adaptação cultural (socialização dos indivíduos). Esta análise encontra o seu pleno desenvolvimento com a importação para o campo do social de problemáticas utilizadas pelas ciências do vivente. À biologia Radcliffe-Brown vai pedir de empréstimo, por exemplo, a metodologia classificatória, a vontade de compreender os traços específicos de cada sistema e a convicção de ser possível encontrar leis gerais relativas às sociedades humanas. Enfim, e acima de tudo, Radcliffe-Brown encampa as noções de estrutura e função.

A estrutura social designa uma disposição ordenada de partes ou elementos que compõem um todo, um conjunto relativamente permanente de relações que ligam as pessoas umas às outras (as estruturas de parentesco, por exemplo) e diferenciam ao mesmo tempo indivíduos e classes pelo seu papel social. Quanto à função, não é senão "a contribuição que uma atividade parcial dá à atividade total de que é parte. A função de um dado uso social consiste na contribuição que traz à vida social total, isto é, ao funcionamento do sistema social total"*. Embora considere esses conceitos como centrais, Radcliffe-Brown não está convicto dos enfoque hiperfuncionalistas da

sociedade: para ele, nem todo elemento possui necessariamente uma função e, ainda por cima, costumes sociais idênticos podem assumir funções diferentes de uma sociedade para outra.

* O conceito de função nas ciências sociais. *Structure et fonction dans la société primitive*. Paris, Éd. le Minuit, 1968, p. 281.

trou algumas aplicações diretas em sociologia política (K. Deutsch. *The Nerves of Government*, 1963. – D. Easton. *Analyse du système politique*, 1974) ou ainda no campo da cultura e dos *mass media* (A. Moles. *Socio-dynamique de la culture*, 1967). Revigorada no plano teórico pelos trabalhos de biólogos como Francisco Varela, a contribuição da teoria dos sistemas é novamente apreciada quando, no começo dos anos 1980, um neofuncionalismo se impõe no cenário intelectual americano e europeu.

1. O funcionalismo de Talcott Parsons

Inicialmente trabalhada em uma perspectiva antropológica, a noção de funcionalismo só mais tarde é açambarcada por sociólogos desejosos de torná-la um dos centros de gravidade de seu arsenal teórico. Esta é a ambição do americano Talcott Parsons (1902-1979), doutor pela Universidade de Heidelberg, professor na Universidade de Harvard a contar de 1937 e tradutor de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Max Weber em 1930. Empenhado em um grande projeto teórico que pretende opor-se ao empirismo característico da sociologia americana, Parsons é o autor de um conjunto de trabalhos complexos e evolutivos. Assim o termo "estrutural-funcionalismo" (*structural-functional analysis*), que serve em geral para comodamente qualificar os trabalhos de Parsons, não permite com todo o rigor designar senão um dos momentos da obra.

Esta pode efetivamente ser lida como um tríptico cuja primeira parte, que tem como eixo a fundação de uma teoria da ação, termina com *The Structure of Social Action* (1937). Privilegiando progressivamente a noção de sistema e diminuindo o acento sobre a estrutura, o segundo momento (*The Social System*, 1951. – *Working Papers in the Theory of Action*, 1953. – *Toward a General Theory of Action*, 1957) vai desaguar em uma teoria mais geral da ação que destaca particularmente a existência de quatro funções primárias na base de todo sistema social. A última parte, enfim, é consagrada à extensão do paradigma para novos campos (econômico, político e psicológico) assim bem como à compreensão da evolução histórica das sociedades (*Societies-Evolutionary and Comparative Perspectives*, 1966. – *The System of Modern Societies*, 1971).

1.1. A sociologia, ciência da ação

Leitor atento do economista neoclássico Alfred Marshall e dos três "pais fundadores" da sociologia, Max Weber, Vilfredo Pareto e Emile Durkheim, Parsons procura em primeiro lugar explicar a ação como uma construção intencional. Ele pensa a ação como produto de um ator dotado de recursos, que efetua escolhas finalizadas e usa para realizá-lo meios materiais e simbólicos (Texto 21). Deve-se insistir aqui com vigor sobre o fato de que a análise parsoniana nada tem de individualista nem de utilitarista. Ela supõe certamente que a ação social é o produto de opções individuais que têm sentido para o ator. Mas essas opções se acham ligadas a um conjunto global de valores comuns (expressão simbólica das preferências coletivas) e se inscrevem em uma rede de normas constitutiva da estrutura da sociedade, elementos coercitivos da ação individual.

Texto 21

PARSONS – A estrutura da ação social

A unidade de base pode receber o nome de "ação elementar" (*unit act*). Da mesma forma que na mecânica clássica, as unidades de um sistema, as partículas no caso, podem ser caracterizadas por suas propriedades – massa, velocidade, situação no espaço, direção do deslocamento... – as unidades dos sistemas de ação possuem também propriedades de base, mesmo que pareça impossível conceber a existência efetiva de tais unidades. [...] Uma "ação" implica logicamente os elementos seguintes: 1) ela supõe um agente, um "ator"; 2) uma ação deve ter um "fim", deve estar voltada para um estado futuro de coisas que oriente o seu processo de se desenrolar; 3) deve ter lugar em um quadro que difere, no todo ou em parte, do estado de coisas para o qual está tendendo a realização desse ato. Esta situação pode ser analisada a partir de dois tipos de elementos: os elementos sobre os quais o ator não exerce controle (isto é, que ele não pode modificar ou impedir que sejam modificados na perspectiva da realização do seu objetivo) e aqueles sobre os quais ele tem controle. Pode-se dar ao primeiro tipo de elementos o nome de "condições da ação", ao segundo, "meios"; 4) finalmente, esta concepção analítica da ação pressupõe relações entre todos esses elementos: a escolha de meios alternativos destinados a atingir um fim, na medida em que a situação autoriza uma escolha dessas, revela uma "orientação normativa" da ação. No campo controlado pelo ator, os meios empregados não podem ser concebidos, de modo geral, nem como escolhas efetuadas ao acaso nem como puros produtos das condições da ação. São submetidos à influência de um fator independente, determinante e seletivo: o conhecimento do que é necessário à compreensão da realização concreta da ação. [...] A primeira implicação importante é que uma ação é sempre um processo temporal. A categoria de tempo é fundamental neste esquema. O conceito de fim implica sempre uma referência futura, um estado que ou ainda não existe – e que não viria se nada fosse feito pelo ator para alcançá-lo – ou já existe, mas não permaneceria no estado. Este processo, analisado primeiramente em termos de relação afins, é denominado de maneira variável obtenção de fins (*attaintment*), realização (*realization*) ou ainda execução (*achievement*).

Em segundo lugar, combinado com o conceito de orientação normativa da ação, o fato de que o ator dispõe de um leque de opções relativo aos fins e aos meios implica a possibilidade de "erros", de fracassos para atingir os fins ou na maneira de fazer a escolha boa nos meios. As diferentes formas de erros e os diferentes fatores a que se pode atribuir esses fracassos constituem um dos grandes temas a discutir. Em terceiro lugar, o quadro de referência deste esquema é, em um sentido particular, subjetivo. É construído a partir dos fenômenos, das coisas e dos acontecimentos *assim como são percebidos pelo ator* cuja ação é analisada e considerada. É claro que "o mundo exterior" desempenha um papel dos mais importantes na determinação da ação. Mas tanto quanto é possível no quadro deste esquema de análise teórica, é necessário levar em conta os elementos subjetivos. Isto é de importância primordial para compreender algumas das particularidades das estruturas teóricas aqui evocadas (T. Parsons. *The Structure of Social Action* (1937). 2. ed. New York, The Free Press, 1949, p. 44-46).

Compreende-se então o alcance da definição elaborada por Parsons em 1937, que compreende a sociologia como "a ciência que tenta construir uma teoria analítica dos sistemas de ação social na medida em que é possível compreender esses sistemas a partir da natureza da integração com base em valores comuns" (*The Structure of Social Action*). Estudar a estrutura da ação social significa, portanto, tentar pôr em evidência relações e modalidades de troca estáveis entre os atores. O conjunto, enfim, pode fazer sentido aos olhos do sociólogo sob uma única condição: este último deve ser capaz de apreender as conexões entre a estrutura estudada e a totalidade social para cujo bom funcionamento concorre essa estrutura.

Parsons ilustra bem este ponto ao estudar a família americana contemporânea. Esta última possui três características: é um sistema aberto, multilinear e conjugal. É aberto na medida em que o sistema de casamento preferencial com base no parentesco não é mais visado: o amor e a atitude romântica ocupam agora um lugar de primeira importância na formação dos casais. O sistema é multilinear porque, se excetuarmos o princípio de transmissão paterna do nome de família, os avós, tios e tias são percebidos de maneira equivalente tanto do lado materno como paterno. O sistema é conjugal, enfim, visto que o núcleo familiar, enquanto unidade de residência e unidade doméstica, é constituído somente pelos esposos e descendentes diretos. Os filhos são portanto fortemente dependentes da sua família inicial (família de orientação). A independência progressiva diante dos pais (momento da adolescência em primeira instância) constitui deste modo uma passagem tão delicada como também decisiva.

Em consonância com suas intenções iniciais, Parsons estabelece a existência de uma relação entre estrutura de parentesco e estrutura profissional. Nos EUA, os modelos e ideais que orientam o comportamento dos atores repousam sobre o valor que se atribui ao sucesso pessoal, à igualdade de oportunidades para todos, à mobilidade profissional. Como a lógica da competição individual é tão forte, importa por isso que as origens familiares e o sistema de parentesco tenham pouca influência sobre a atribuição de um *status*. E este é efetivamente o caso. Da mesma forma, a mobilidade é facilitada pelo fato de a família se restringir ao núcleo casal/filhos. Daí provém, aliás, em parte, a grande importância conferida à emancipação dos filhos (casamento) e à sua independência (conquista de uma profissão).

O sistema não é perfeito, apesar de tudo, e Parsons distingue ao menos duas síndromes patológicas. Em primeiro lugar, na medida em que um só membro da unidade doméstica (o esposo) exerce uma profissão determinante para a condição social familiar, segue-se daí que a mãe e/ou esposa se vê relegada à função de dona-de-casa. Em segundo lugar, como os valores da sociedade norte-americana convêm melhor aos jovens, as pessoas idosas se vêem amplamente marginalizadas.

1.2. Sistema social e variáveis de configuração

Ao redigir *The Social System,* Parsons focaliza sempre a atenção sobre a ação, mas para desembocar agora em uma definição do sistema social enquanto "pluralidade de atores individuais incluídos em um processo de interação que se desenrola em uma situação afetada por propriedades físicas. Esses atores são motivados, segundo uma tendência, a procurar um '*optimum* de satisfação', e a sua situação é definida e mediatizada por um sistema de símbolos, organizados pela cultura da qual participam" (F. Bourricaud. Introdução à obra de T. Parsons. *Elementos para uma sociologia da ação*, 1955). Orientando assim a pesquisa, Parsons resgata por conta própria o tríptico "personalidade, cultura e sociedade", tripartição banal no campo da sociologia norte-americana, mas capaz de fecundar verdadeiramente a noção de sistema de ação no enfoque parsoniano. Apreende-se a personalidade, em primeiro lugar, de um ponto de vista sociológico, através da noção de papel. Sistema de expectativas e de antecipações recíprocas, o papel social (o papel de pai, de filho, de médico...) fixa mais ou menos rigorosamente os critérios de comportamento e de avaliação que regem as interações em um contexto dado. A cultura se diferencia por outro lado da sociedade pelo fato de constituir um conjunto de valores e de símbolos comuns aos atores, conjunto que não se reduz às interações efetivas entre estes últimos.

Em *O sistema social*, bem como nos seus trabalhos em parceria com Robert F. Bales e Edward A. Shils, Parsons acredita que existem cinco dicotomias que, à semelhança de modelos de valores, são subjacentes ao sistema de ação. Estas "variáveis de configuração" (*pattern variables*), que na convicção de Parsons têm caráter

exaustivo e universal, se impõem ao ator que deve escolher os seus termos. A ação social oscila, assim:

• Em primeiro lugar, entre afetividade e neutralidade afetiva: o ator pode se deixar guiar abertamente pelos seus sentimentos ou, ao contrário, reprimir todas as manifestações de afeto.

• Em segundo lugar, entre a coletividade e a postura autocentrada: a ação pode ser motivada por fins partilhados em comum com outros atores ou, ao contrário, por metas estritamente pessoais.

• Em terceiro lugar, entre universalismo e particularismo: o ator julga o seu ambiente com o auxílio de critérios gerais aplicáveis de modo universal ou, ao contrário, com a ajuda de critérios específicos aos atores e às coisas... que ele avalia.

• Em quarto lugar, entre qualidade e performance: a avaliação do outro repousa ou sobre suas qualidades individuais (aquilo que o outro é) ou sobre suas performances, avaliadas no crivo dos resultados da sua ação.

• Em quinto lugar, enfim, entre especificidade e difusão: o ator pode interessar-se por uma parte da personalidade e da ação dos outros atores ou apreendê-los em sua globalidade.

O sistema social contém vários exemplos de aplicação deste modelo analítico. Parsons mostra interesse, por exemplo, pela interação médico-paciente. Para que essa relação se torne funcional, o médico deve inscrever o seu papel sob os auspícios da performance (ele possui, para tanto, competências que foram socialmente validadas), do universalismo (os sentimentos e relações particulares que o médico pode por outro lado ter com seu paciente não devem interferir no tratamento), da especificidade (ele é especialista apenas da saúde) e da neutralidade (o médico não deve sucumbir à sedução do seu paciente sob o risco de não poder exigir-lhe os sacrifícios às vezes necessários ao tratamento). Diversamente do que se dá com os homens de negócios, sua ação, enfim, é orientada para a coletividade (o médico atua em prol de um interesse que não é puramente pessoal). Quanto ao enfermo, cabem-lhe um papel e expectativas diferentes, de maneira quase simétrica, pela afetividade, a qualidade e o particularismo.

Combinando, em nível macrossocial, dois pares determinantes da orientação para os valores (universalismo/particularismo, qualidade/performance), Parsons caracteriza, por outro lado, diversas sociedades. Assim, a sociedade industrial americana, em cujo seio a atividade profissional é fortemente valorizada, seria bem definida pela predominância do universalismo e da performance; a Alemanha do período anterior ao nazismo pelo par universalismo/qualidade; a civilização chinesa pela combinação entre performance e particularismo; e as sociedades da América Latina pela combinação de particularismo e qualidade. Aplicado em um nível mais local, esse tipo de classificação foi utilizado também por Florence Kluckhohn e Fred Strodtbeck (*Variations in Value-Orientation*, 1961), a fim de analisar a dinâmica e as diferenças culturais entre comunidades étnicas do sudoeste dos EUA.

1.3. Agil: as quatro funções comuns a todo sistema de ação

Ao estudar o funcionamento dos pequenos grupos, Robert Bales chegara à conclusão que estes últimos têm de resolver quatro problemas para poderem funcionar corretamente: responder às pressões e aos problemas com os quais o grupo se defronta ao encarar o meio exterior (fase adaptativa), assumir uma tarefa em comum (fase instrumental), exprimir os sentimentos uns em relação aos outros no interior do grupo (fase expressiva) e, em último lugar, garantir a conservação ou a mudança das normas que fundamentam a solidariedade do grupo e orientam os comportamentos. Inspirando-se, embora com pequenas modificações, nesta tipologia, Parsons postula por seu turno em seus *Working Papers in the Theory of Action* (obra publicada em colaboração com R. Bales e E. Shils), que é possível decompor a ação humana em quatro subsistemas: o organismo, a personalidade, o sistema social e o sistema cultural.

Correspondem a esses sistemas quatro categorias funcionais (A, G, I, L) que garantem a perpetuidade e o funcionamento eficaz de todo sistema de ação. Parsons declina essas categorias sob os termos de:

• A adaptação (*Adaptation*) às condições globais do meio circunstante: esta função responde à necessidade para o sistema de haurir recursos no seu meio circunstante para sobreviver.

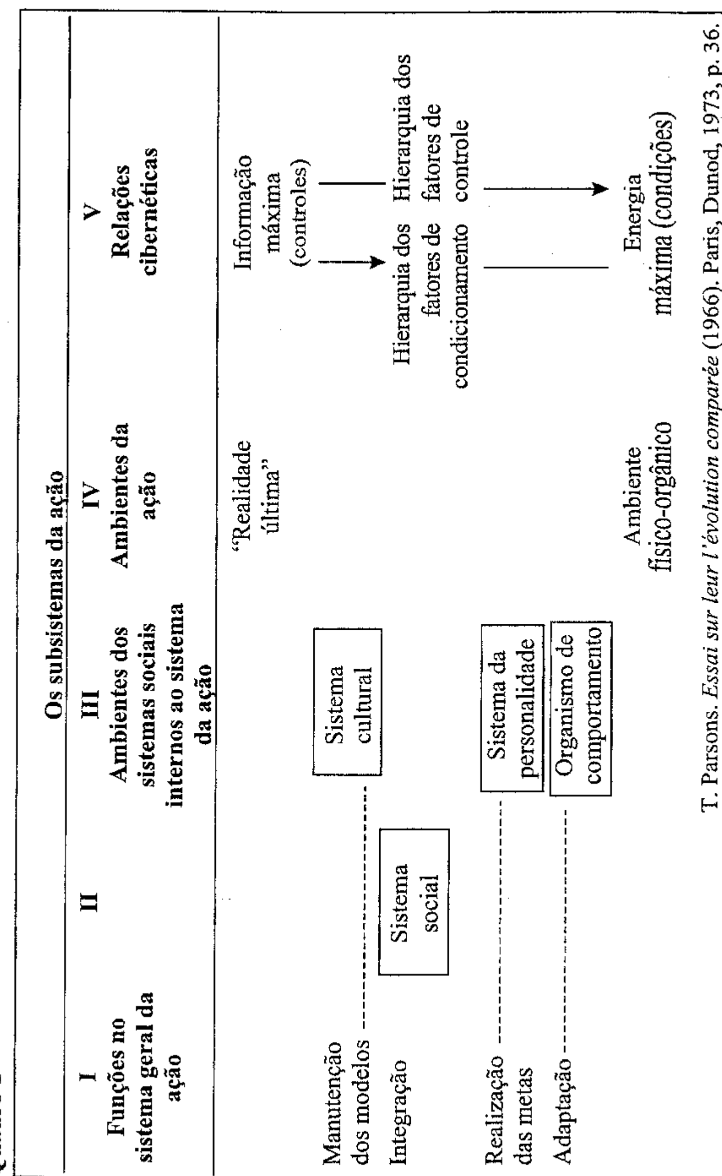
• A orientação para a realização das metas (*Goal attainment*): um sistema só pode subsistir quando se fixa objetivos e se municia com os meios para alcançá-los.

• A integração interna do sistema (*Integration*): trata-se de coordenar e integrar as diferentes partes do sistema de modo a estabilizá-lo.

• A manutenção dos modelos de controle (*Latent pattern maintenance*): esta função corresponde à produção, à manutenção e à reprodução coerente de um conjunto de valores comuns que fornecem as motivações necessárias à ação individual.

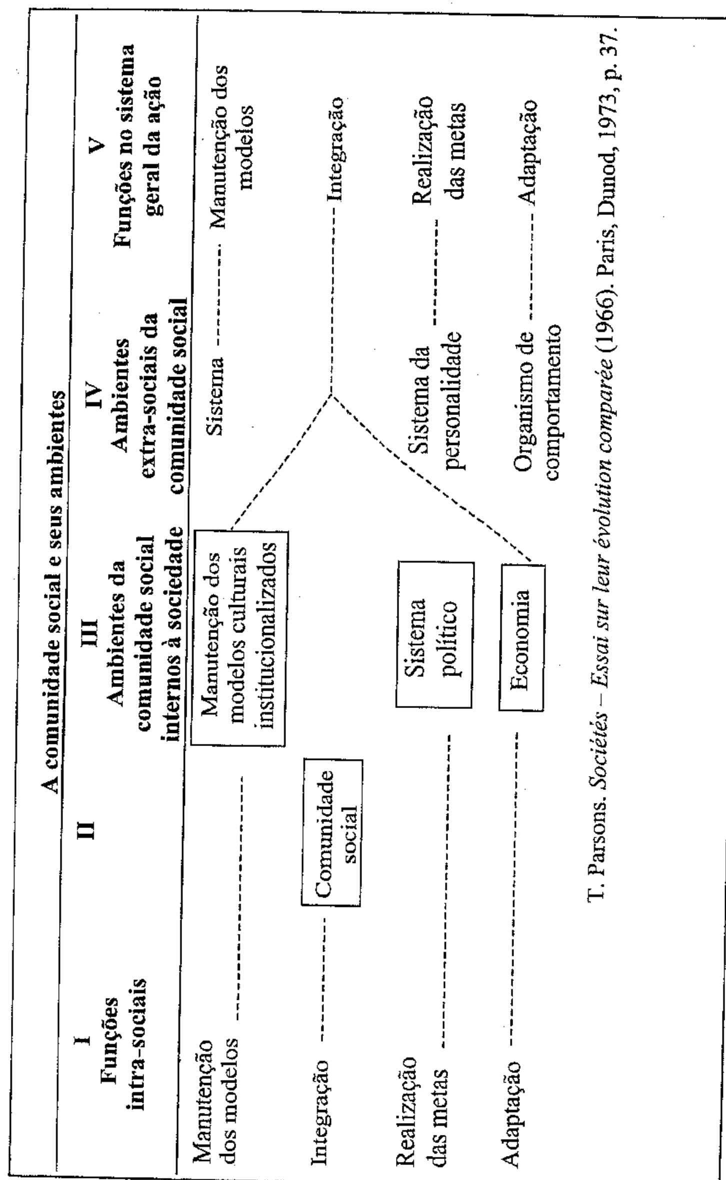
Munido com esta grade analítica que lhe fornece o material de construção para uma grande parte dos seus escritos ulteriores, Parsons focaliza a atenção no sistema social, subsistema de base do sistema humano da ação, para o qual o sistema cultural, a personalidade e o organismo constituem o ambiente externo. O enfoque sistêmico ganha aqui todo o seu sentido na medida em que se pensa o sistema social como um conjunto de trocas (analogia econômica) regulado pela interação entre um meio e seu ambiente (analogia biológica). O controle social pelos símbolos e pela informação se situa enfim no coração do processo (analogia cibernética). Seguindo, neste campo, Norbert Wiener, Parsons hierarquiza com efeito os diferentes sistemas (Quadro 1) colocando no vértice os sistemas ricamente dotados de informação e aptos a controlar os sistemas inferiores. Estes últimos são sem dúvida menos ricos em informações, mas possuem, em contrapartida, mais energia, condição necessária para a ação.

Quadro 1



T. Parsons. *Essai sur leur l'évolution comparée* (1966). Paris, Dunod, 1973, p. 36.

Quadro 2



I Funções intra-sociais	II	III Ambientes da comunidade social internos à sociedade	IV Ambientes extra-sociais da comunidade social	V Funções no sistema geral da ação
	A comunidade social e seus ambientes			
Manutenção dos modelos		Manutenção dos modelos culturais institucionalizados	Sistema	Manutenção dos modelos
Integração	Comunidade social			Integração
Realização das metas		Sistema político	Sistema da personalidade	Realização das metas
Adaptação		Economia	Organismo de comportamento	Adaptação

T. Parsons. *Sociétés – Essai sur leur évolution comparée* (1966). Paris, Dunod, 1973, p. 37.

Quanto à sociedade, "tipo de sistema social, não importa em que universo de sistemas sociais, que atinge o nível mais elevado de autonomia, enquanto sistema em relação com o seu meio ambiente" (*Sociedades*, ed. francesa, 1973), ela mesma é constituída de subsistemas que respondem ao quádruplo imperativo funcional descrito anteriormente (Quadro 2). Com o auxílio de *inputs*, cada subsistema produz *outputs* que são postos a serviço dos outros subsistemas.

A comunidade societal, primeiro subsistema da sociedade, é a coisa mais importantes aos olhos de Parsons. Ela tem por função a integração social, noutras palavras, a definição das "obrigações de *lealismo* à coletividade societal, simultaneamente aqueles que decorrem da pertença global à sociedade e aqueles que tangem às diferentes categorias de *status* e papéis diferenciados no interior da sociedade" (*O sistema das sociedades modernas*; ed. francesa, 1973). O *lealismo* que leva, por exemplo, os homens a prestar o serviço militar em nome do interesse geral se acomoda cada vez mais nas sociedades modernas com uma pluralidade de papéis. E tudo repousa sobre um conjunto institucionalizado de valores e de normas que circunscrevem os direitos e deveres das coletividades humanas (famílias, empresas, igrejas...) e configuram a escala da estratificação e do prestígio social.

Quanto ao subsistema de manutenção dos modelos culturais, ele tem por função assegurar a formação dos valores e das orientações culturais. As sociedades modernas possuem a seguinte particularidade: gerir simultaneamente uma generalização dos sistemas de valores e uma certa difração do sistema cultural: moral, religião, arte, ciência ganham autonomia e se diferenciam. A dimensão política caracteriza o terceiro subsistema. Parsons acredita que um fenômeno é político "na medida em que se relaciona com a organização e a mobilização dos recursos necessários para realizar as metas de uma coletividade particular" (*ibidem*). A proteção da integridade da comunidade societal, a defesa do território, a manutenção da ordem pública... definem essas missões que necessitam

para o seu cumprimento da aplicação de sanções (polícia, exército) e da interpretação das regras (sistema judiciário). O subsistema econômico é, enfim, a expressão da especialização funcional ligada à adaptação (produção de bens e serviços). Em colaboração com Neil Smelser, Parsons (*Economy and Society*, 1956) mostra que às quatro funções AGIL correspondem outras tantas formas determinantes da gestão dos recursos: o capital e os investimentos (A), a produção (G), a organização (papel e função da classe empresarial) (I) e os compromissos de ordem econômica (L).

Parsons associa enfim a cada subsistema um meio de troca, um meio simbólico de comunicação que lhe é específico: a influência (capacidade de motivar decisões intencionais da parte de outras unidades sociais) é o meio próprio do primeiro subsistema; o compromisso em face dos valores (*value commitment*) o do segundo; o poder ("capacidade de tomar – e manter – decisões que são vinculantes para a coletividade de referência e para os seus membros, na medida em que seu *status* comporta a obrigação de se submeter a suas decisões") o do terceiro; o dinheiro, bem simbólico que facilita a troca de bens e serviços, o do quarto.

1.4. Mudança social e evolução das sociedades

Embora tivesse inaugurado a sua obra por uma severa crítica da teoria evolucionista, o próprio Parsons se vê tentado, em seus últimos escritos, por esta concepção da história (cf. o dítico *Sociedades* e *O sistema das sociedades modernas*). Mas, complexo e refinado, este evolucionismo não hesita em reconhecer a pluralidade das trajetórias, a existência de estados societais variados, a multiplicidade das causas históricas... Buscando ainda recursos, pelas necessidades da analogia, na ciência biológica, Parsons procura mapear as grandes etapas que marcam a evolução das sociedades. A seu ver, uma capacidade de adaptação sempre mais importante adquirida, por exemplo, graças a processos de diferenciação e de segmentação, dá sentido a este devir histórico. Da cibernética, Parsons vai reter, igualmente, uma outra idéia importante: a idéia da evolução para um tipo de sociedade que gerencia cada vez mais informações.

Na sua teoria da mudança social, Parsons concede um posto central a quatro processos que correspondem, termo a termo, às funções básicas elencadas acima: trata-se da melhora adaptativa (A), da diferenciação (G), da inclusão (I) e da generalização dos valores (L). A melhora adaptativa é, em primeiro lugar, um processo que põe à disposição das unidades sociais um campo maior de recursos: assim, a produção econômica se mostra mais eficaz na fábrica do que no seio do lar (Texto 22).

Texto 22

PARSONS – Um paradigma da mudança evolutiva

Entre os processos de mudança, o tipo mais importante em uma perspectiva evolutiva é *o aumento da capacidade de adaptação*, quer no seio de uma sociedade que cria um novo tipo de estrutura quer, graças à difusão cultural e à implicação de outros fatores combinados com o novo tipo de estrutura, em outras sociedades e talvez em períodos ulteriores. [...] Os desenvolvimentos provenientes de uma matriz e os casos de aumento adaptativo mais imediato (como por exemplo o surgimento de organizações burocráticas em grande escala em certos impérios) ao que parece podem ser analisados em termos de um paradigma comum [...].

Há em primeiro lugar o processo de *diferenciação*. Uma unidade, um subsistema ou uma categoria de unidades ou de subsistemas que tenha um lugar único e relativamente bem definido em uma sociedade se divide em unidades ou em sistemas (ordinariamente dois) que diferem *ao mesmo tempo* estrutural e funcionalmente em seu papel diante do sistema geral. Para dar um exemplo familiar já citado, o lar organizado em função dos laços de parentesco tal como existe nas sociedades camponesas é ao mesmo tempo a unidade de residência e a unidade primária da

produção agrícola. Em certas sociedades, no entanto, a maior parte do trabalho produtivo é efetuada por unidades especializadas, oficinas, fábricas ou escritórios, onde trabalham pessoas que são *igualmente* membros de núcleos familiares. Assim, dois grupos de papéis e de coletividades se diferenciaram e suas funções se separaram. Deve também haver uma diferenciação no nível das normas e uma certa especialização dos modelos de valores para adaptá-los às duas situações [...].

Os processos de diferenciação, portanto, apresentam novos problemas de *integração* para o sistema. As operações de duas ou diversas categorias de unidades estruturais devem ser coordenadas onde antes só existia uma única categoria. Assim, no que diz respeito aos papéis de empregos produtivos, o pai de família não pode mais supervisionar a produção em nome do seu papel doméstico. Daí resulta que a organização produtiva deve criar um sistema de autoridade que não esteja ligado ao sistema de parentesco e as coletividades domésticas e produtivas devam ser coordenadas com relação ao sistema geral – isto é, é necessário mudar certas estruturas da comunidade local.

Uma melhora adaptativa exige, portanto, que as capacidades funcionais especializadas sejam liberadas dos seus vínculos com as unidades estruturais mais difusas. Apela-se então a recursos mais gerais que são independentes das fontes de onde provêm. Por essas razões, os processos de diferenciação e de melhora podem exigir a *inclusão*, com o *status* de membro de pleno direito no seio da comunidade, de grupos, até então excluídos, que adquiriram capacidades legítimas para dar sua contribuição ao funcionamento do sistema [...].

Um último aspecto do processo de mudança é o que diz respeito às suas relações com o sistema de valores da sociedade. Não importa qual seja o tipo de sistema de valores, ele é sempre caracterizado por um modelo particular, de tal sorte que, quando institucionalizado, estabelece uma preferência certa por um tipo geral de sistema social. Por meio daquilo que denominamos a especificação, uma valorização tão geral é "soletrada" em todas as suas implicações para os diferentes subsistemas (T. Parsons. *Sociétés... Op. cit.*, p. 28-29).

A diferenciação, processo que Parsons considera central, corresponde, em segundo lugar, a um fenômeno de multiplicação dos papéis que vai culminar, com mais eficácia que antes, na realização da mesma função. A diferenciação vem a ser, noutras palavras, a marca de um mecanismo que produz sempre maior adaptabilidade e complexidade da organização social. A progressiva diferenciação entre papel doméstico e papel profissional (passagem de um trabalho familiar à realização do trabalho produtivo em unidades especializadas como a fábrica ou os escritórios), a progressiva diferenciação entre propriedade dos meios de produção e poder de decisão (cisão entre o papel de acionário e o papel de administrador) constituem dois exemplos particularmente significativos aos olhos de Parsons. A inclusão designa, em terceiro lugar, o processo mediante o qual grupos primitivamente excluídos passam a ser membros autênticos da sociedade comunitária (a aquisição, por exemplo, de direitos jurídicos, políticos ou sociais). A generalização do sistema dos valores, enfim, corresponde à necessidade de adaptar e elevar os valores ao novo tipo de sistema (mais complexo que o precedente) que se forma.

Quando aborda empiricamente o problema, Parsons distingue três estádios na evolução das sociedades: primitivo, intermediário e moderno. A ponte entre o primeiro e o segundo estádios é forjada graças à escrita, forma de expressão que dá aos seres humanos os meios para conservar e difundir os conteúdos da sua cultura. Assim armadas, as sociedades estão capacitadas a escrever a própria história. Depois de examinar sociedades primitivas (aborígenes da Austrália, shilluks do Alto Nilo sudanês), sociedades arcaicas (como o Antigo Egito ou os impérios da Mesopotâmia), impérios intermediários "históricos" (China, Índia, Roma, impérios muçulmanos) incapazes de aceder definitivamente à modernidade em vista de sua dificuldade para integrar os valores ao conjunto de uma sociedade complexa, Parsons conclui que "de maneira geral, quanto mais baixo se acha um sistema na escala da evolução socio-

cultural, tanto mais os seus sistemas social e cultural se articulam empiricamente e tanto menos são independentes um do outro" (*Sociedades. Op. cit.*). Israel (berço do judaísmo) e a Grécia (que fecundou uma cultura secular importante) constituem, por este motivo, duas formas mais evoluídas que as precedentes, na medida em que, enquanto "sociedades-matrizes", foram capazes de difundir as suas culturas e contribuir assim para a evolução futura.

Com efeito, para Parsons, a origem comum das sociedades modernas se encontra verdadeiramente nas sociedades da Europa Ocidental que se desenvolveram tendo por base a sociedade medieval, que surgiu depois da queda do Império Romano do Ocidente. Este acesso ao terceiro estádio é inaugurado pelo estabelecimento de um direito institucionalizado que fixa princípios universais estranhos a todo compromisso de ordem religiosa. A emergência de quadros constitucionais, o desenvolvimento da cidadania bem como o crescimento de três tipos de organizações (os mercados, a burocracia e as associações) vêm coroar esse desabrochar da modernidade. As sociedades industrializadas (os EUA em primeiro lugar), onde prevalecem os valores do sucesso individual, onde se desenvolvem as profissões científicas e técnicas, onde se sacralizam a família nuclear e a neutralidade afetiva, onde impera a economia de mercado... constituem uma forma de construção social – não a última palavra neste caso – marcada por fortíssima diferenciação funcional. Constituem por este motivo, na opinião de Parsons, "a vanguarda da última fase da modernização" (*O sistema das sociedades modernas. Op. cit.*).

2. Para uma teoria funcionalista de médio alcance

2.1. Merton, crítico e renovador do funcionalismo

Educado na Harvard de Pitirim Sorokin, de Talcott Parsons e do biólogo-sociólogo Lawrence J. Henderson, Robert K. Merton é o artífice de uma salutar renovação do enfoque funcionalista em

sociologia. Para este espírito eclético que reflete sobre as condições sociais da produção científica, sobre a burocracia e as comunicações de massa, sobre a medicina... a teoria sociológica não deve ter em mira a grandiloqüência conceptual do sistema parsoniano, mas deve restringir-se a um conjunto de "concepções logicamente ligadas entre si, e de alcance não universal, mas voluntariamente limitado" (*Social Theory and Social Structure*, 1953 [Trad. francesa: *Éléments de théorie et de méthode sociologique*, 1965]). Nesse manual com notas programáticas, Merton define com clareza a direção que pretende dar à investigação sociológica. A esta última cabe a missão de construir teorias de médio alcance, "teorias intermediárias entre as hipóteses menores que brotam cada dia em profusão no cotidiano trabalho da pesquisa, e as amplas especulações que partem de um grande esquema conceitual de onde se espera tirar um grande número de regularidades de comportamentos sociais acessíveis ao observador" (*ibidem*).

Mesmo não rompendo as amarras com o método funcionalista, Merton é o primeiro a desenvolver um ponto de vista crítico a seu respeito e a propor, em contraponto, pistas analíticas novas. Ele se mostra indisposto, em primeiro lugar, com a flutuação semântica que leva a empregar ora uma só palavra, função, para representar conceitos diferentes, ora diversas palavras (uso, utilidade, desígnio, motivo, intenção, meta) para traduzir o mesmo conceito de função (Texto 23).

Texto 22

Merton – Função: uma palavra, muitos conceitos

A linguagem popular e diversas disciplinas se apropriaram da palavra função. Daí naturalmente acabou resultando uma certa obscuridade sobre o seu significado sociológico. Vamos aqui nos restringir a cinco significados geralmente admitidos e negligenciar muitos outros.

Temos em primeiro lugar o uso popular em que a palavra função suscita a idéia de reuniões públicas ou celebrações festivas mais ou menos solenes. Neste sentido aparece nesta manchete de jornal: "O prefeito Tobin negligencia suas 'funções' sociais". O artigo explica com efeito que "o prefeito Tobin anunciou hoje que não se interessava por nenhuma 'função' social e não autorizava ninguém a vender bilhetes ou prospectos para qualquer espécie de manifestação". Este uso da palavra é muito vulgar para ganhar o direito de cidadania na literatura científica, e ainda corre o risco de contribuir para o caos terminológico.

Um segundo modo de usar torna a palavra função quase sinônimo de profissão. Por exemplo, Max Weber define assim a profissão: "O modo de especialização, de especificação e de combinação das funções de um indivíduo, na medida em que constitui para ele uma fonte de renda e de lucro". Eis aí um emprego freqüente e quase típico da palavra em certos economistas que falam da "análise funcional de um grupo", quando estudam a divisão das profissões neste grupo [...].

Um terceiro modo de usar a palavra é quase um caso particular do precedente: vamos encontrá-lo na linguagem comum e na ciência política. A palavra função designa muitas vezes as atividades imputadas ao beneficiário de um *status* social determinado, e mais particularmente ao titular de um cargo administrativo ou de uma situação política. Esta é a origem do vocábulo "funcionário". Nesta acepção, a palavra função abrange uma parte do sentido mais amplo que lhe é atribuído em sociologia e em etnologia. É melhor no entanto excluí-lo, por desviar a atenção do fato de que as funções subentendem, para uma sociedade determinada, não apenas cargos definidos mas também uma extensa gama de atividades padronizadas, de processos sociais, de *patterns* culturais e de sistemas de crenças.

O sentido mais preciso da palavra "função" é o que se acha evidentemente nas matemáticas. Designa aí uma variável estudada em relação com uma ou com diversas outras variáveis em função das quais pode ser expressa ou das quais depende o seu próprio valor. Tomada em sentido mais amplo, e geralmente menos preciso, esta concepção vai aparecer nas seguintes frases:

"interdependência funcional" ou "relações funcionais", que os sociólogos empregam com freqüência [...].

O quinto sentido é o que serve de fundamento para a análise funcional tal como foi usada em sociologia e em etnologia. Procedente em parte do seu sentido matemático original, a palavra é muitas vezes utilizada pelas ciências biológicas onde o termo função se refere aos "processos vitais ou orgânicos na medida em que contribuem para a manutenção do organismo". Com as modificações que se fizeram necessárias pelo estudo da sociedade humana, este conceito corresponde mais ou menos ao conceito-chave de função tal como o compreendem os etnólogos funcionalistas, tanto os puros como os moderados (R. Merton. *Éléments de théorie et de méthode sociologiques* (1953). Paris, Plon, 1965, p. 66-68).

Merton censura em seguida o funcionalismo dos antropólogos, como Malinowski em primeiro lugar, por repousar sobre três postulados interdependentes, postulados que Merton considera tão discutíveis como inúteis:

• Trata-se antes de tudo do postulado da unidade funcional da sociedade. Segundo este princípio, os elementos culturais e as atividades sociais padronizadas são funcionais para o sistema como um todo. Ora, observa com razão Merton, no seio de uma mesma sociedade, costumes e sentimentos podem ser funcionais para certos grupos e não ser funcionais para outros. Assim, religiões que coexistem em um dado espaço social podem ser fontes de conflitos.

• Merton não aceita, em segundo lugar, o postulado do funcionalismo universal em virtude do qual todos os elementos sociais ou culturais padronizados têm necessariamente funções positivas.

• Merton nega, por fim, adesão ao postulado de necessidade que significa que 1) certas funções são necessárias à vida da sociedade (ou de um grupo, de um indivíduo) e que 2) certas formas so-

ciais ou culturais são necessárias (portanto insubstituíveis) para a realização dessas funções. Para Merton existem, ao contrário, equivalentes ou substitutos funcionais: uma instituição pode substituir outra a fim de realizar a mesma função.

Como reformador do enfoque funcionalista, Merton oferece uma contribuição pessoal para a codificação da análise sociológica. Ele amola para este fim todo um conjunto de ferramentas que se mostram, até hoje, muito valiosas para o sociólogo. O primeiro par conceitual proposto se inspira diretamente em uma distinção freudiana. Merton opõe as funções manifestas – funções cujas conseqüências objetivas são queridas em plena consciência pelos indivíduos, pelos grupos ou pela sociedade – às funções latentes que, ao contrário, têm caráter involuntário e inconsciente (Texto 24).

Texto 24

MERTON – As funções do consumo

O objetivo manifesto da compra de bens de consumo é evidentemente a satisfação das necessidades a que respondem. Deste modo, alguém compra um automóvel para se locomover, velas para iluminar a casa, gêneros alimentícios seletos para se nutrir, objetos preciosos de arte pelo prazer de contemplá-los. Tendo em vista que esses produtos *têm praticamente* esses usos, geralmente se admitia que estes compreendiam toda a gama das funções socialmente significativas. E é precisamente o que Veblen sugere como sendo o ponto de vista geralmente admitido (antes da época vebleniana, sem dúvida alguma): "O objetivo da aquisição e da acumulação de bens é – há quem pense assim – o seu consumo. É ao menos o fim considerado como economicamente legítimo, o único que a teoria deveria levar em conta" (cf. T. Veblen. *Theory of Leisure Class*. New York, Vanguard Press, 1923, p. 25).

No entanto, diz Veblen, nós sociólogos devemos ir mais longe e levar em consideração as funções latentes da compra, da acumulação e do consumo, que se mostram muito diferentes das funções

manifestas. "Mas somente quando se toma em um sentido muito distante do seu sentido ingênuo [função manifesta] é que se pode dizer do consumo de bens que fornece o estímulo invariável da acumulação". E entre estas funções latentes, que ajudam a explicar a persistência e o papel social do consumo ostentatório, encontra-se aquela de simbolizar "o poder pecuniário e, através deste, a compra e a manutenção do prestígio". A busca meticulosa da qualidade "nos gêneros alimentícios e na bebida, na moradia e nos serviços, nos enfeites, no vestuário e nos divertimentos" tem por resultado não somente proporcionar a satisfação de consumir artigos "selecionados", mas também, diz Veblen, e eis aqui um ponto mais importante, elevar ou confirmar a posição social.

O paradoxo vebleniano consiste em dizer que as pessoas compram coisas caras, menos pelo fato de serem melhores, mas, sobretudo, por serem caras. Pois é a equação latente ("preço alto = sinal de posição social mais elevada") que ele sublinha em sua análise funcional e não tanto a equação manifesta ("preço alto = produto de excelente qualidade"). Não que ele negue redondamente qualquer lugar às funções manifestas em sua argumentação sobre o consumo ostentatório. Estas são também funções. "O que se disse acima não deve ser tomado no sentido de que a aquisição e a acumulação não tenham outras motivações senão o desejo de realçar a sua posição pecuniária e assim provocar o apreço e a inveja do público. O desejo de um conforto superior e de garantia contra a necessidade é um motivo presente em todos os níveis [...]". Ou ainda: "seria arriscado afirmar que esteja sempre ausente um fim utilitário em toda procura de um artigo ou de um serviço, ainda que seja evidente que o seu objetivo primário e o seu elemento principal seja o desperdício ostentatório" com o apreço social que daí deriva" (*ibidem*, p. 32, 101). Mas *essas funções diretas e manifestas não explicam completamente certos tipos de consumo dominantes*. Noutras palavras, se retirássemos as funções latentes de exaltação e de confirmação da posição social dos tipos de consumo ostentatório, estes sofreriam sérias mudanças que o economista "clássico" não seria capaz de prever (R. Merton. *Éléments de théorie et de méthode sociologique*. *Op. cit.*, p. 122-123).

Para ilustrar o alcance desta dicotomia, Merton desenvolve o exemplo do *boss* na máquina política americana. Ainda que sua forma de atuar seja muitas vezes condenada abertamente (*racket* político), o *boss* ocupa uma função-chave necessária ao bom andamento da sociedade americana. Consiste em primeiro lugar em centralizar parcelas de poder esparramadas a fim de responder a necessidades que a administração está, muitas vezes, incapacitada legalmente para satisfazer. Assentada em um terreno local, a máquina política fornece, portanto, mais eficazmente e de modo mais humano, auxílio e apoio às categorias desfavorecidas. Da mesma forma, com o auxílio de meios moralmente reprováveis (propinas, jeitinho para obter uma autorização administrativa, privilégios especiais...), o *boss* distribui favores aos homens de negócios e lhes garante lucros rápidos e substanciais. A máquina política serve ainda de caminho para a mobilidade social àqueles que, sem ela, se veriam excluídos das vias convencionais da ascensão (os grupos deserdados)... Como se pode constatar, são múltiplas as funções latentes. Do ponto de vista de Merton, bastam para justificar, a despeito de muitas irregularidades que suscita, a conservação dessa instituição no seio da sociedade americana.

2.2. Frustração relativa, grupo de pertença e grupo de referência

Além do fenômeno da predição criadora que ele contribuiu para popularizar em sociologia (Texto 25), Merton coligiu algumas reflexões estimulantes sobre os grupos. Merton se apropria, por exemplo, do material acumulado em *American Soldier* (1949), estudo no qual Stouffer chama a atenção para o fenômeno da frustração relativa. Um amplo estudo empírico realizado entre 1941 e 1945 com 500 mil soldados americanos analisa as atitudes destes últimos nos mais diversos domínios (chances de subir na hierarquia, soldo, leituras...) em função de uma série de variáveis como idade, grau de instrução, raça ou ainda estado civil. Constata-se en-

tão que os comportamentos dos soldados devem ser interpretados a partir dos quadros de referência mobilizados por estes últimos, pois "as pessoas se comparam ou com pessoas que elas conhecem e que se acham na mesma posição, ou com 'outros' que estão em posição similar, em certas facetas, e diferentes, em outras" (R.K. Merton. *Ibidem*). Deste modo é possível explicar por que, nas forças aéreas, promoções rápidas são acompanhadas de uma relativa insatisfação dos aviadores quanto ao sistema de promoções, ao passo que, no exército, promoções mais lentas suscitam maior satisfação. O fenômeno da frustração relativa permite elucidar este paradoxo aparente: uma forte mobilidade faz nascer entre os militares esperanças de promoção, que nem sempre se verão realizadas; os que não tiverem sucesso ficarão relativamente frustrados e, portanto, mais insatisfeitos que os soldados de outras corporações militares em que são mais restritas as esperanças de promoção.

Texto 25

MERTON – A predição criadora

Quando os seres humanos consideram certas situações como reais, elas são reais em suas conseqüências, escrevia o professor Thomas. A idéia segundo a qual ele tocou aqui um ponto capital se impõe cada vez mais quando se percebe que o essencial desse teorema foi admitido por espíritos penetrantes e rigorosos, muito antes de Thomas. [...]. A primeira parte do teorema nos lembra categoricamente que os seres humanos reagem não somente aos caracteres objetivos de uma situação, mas também, e às vezes sobretudo, ao sentido que atribuem a essa situação. E esse sentido, uma vez dado, determina o comportamento que daí resulta com suas conseqüências [...].

A predição criadora principia por uma definição *falsa* da situação; deste modo provoca um comportamento novo que torna *verdadeira* a concepção originariamente falsa. [...] A predição criadora contribui amplamente para explicar a dinâmica dos conflitos étnicos e raciais na América de hoje. Seja qual for o caso,

pelo menos com respeito às relações entre brancos e negros, pode-se percebê-lo lendo as mil e quinhentas páginas de *Um dilema americano*, de Gunnar Myrdall.

Por não compreenderem como funciona a profecia criadora, muitos americanos de boa vontade são levados (muitas vezes a contragosto) a perpetuarem preconceitos étnicos e raciais. Eles consideram essas crenças não como preconceitos ou prevenções, mas como os frutos certos da sua própria experiência. "Os fatos como tais" lhes proíbem qualquer outra conclusão.

Assim, nosso bom cidadão branco sustenta vigorosamente a política que exclui os negros dos sindicatos. Aparentemente o seu modo de ver se baseia não sobre uma prevenção, mas sobre os fatos "brutos e frios". E os fatos parecem suficientemente claros. Os negros "recém-chegados de um Sul ainda não industrializado ignoram a disciplina tradicional dos sindicatos bem como a arte das convenções coletivas". O negro é "um furador de greve". O negro, "com seu nível de vida inferior", aceita sem discutir salários baixíssimos. Em uma palavra, o negro é "um traidor da classe operária", e deve-se portanto excluí-lo dos sindicatos. Eis aí como o nosso sindicalista tolerante, mas cabeçudo, vê os fatos, e isto por não compreender que a predição criadora é um dos processos de base da sociedade. Nosso sindicalista não se dá conta evidentemente de que ele e os seus criaram os "fatos" que ele observa. Pois definindo a situação (os negros se acham em posição irredutivelmente contrária ao princípio do sindicalismo) e excluindo os negros dos sindicatos, ele provoca uma série de conseqüências que dificultam, se não impossibilitam, muitos negros deixarem de ser "amarelos". Sem trabalho depois da Primeira Guerra Mundial e rejeitados dos sindicatos, milhares de negros não puderam resistir aos patrões que, aborrecidos pela greve, insistiam em lhes abrir as portas do mundo do trabalho do qual se viam excluídos. A história verifica por seus próprios testes a teoria da predição criadora. Os fatos mostraram que os negros eram furadores de greve por serem excluídos dos sindicatos (e de toda uma série de trabalhos) e não o contrário: com efeito, jamais representaram o papel de "amarelos" nas indústrias que, nos últimos tempos, os admitiram em seus sindicatos (R. Merton. *Éléments de théorie et de méthode sociologique. Op. cit.*, p. 140-145).

Merton sugere que se retraduza a noção de frustração relativa a partir de outra, tomada de empréstimo à psicologia social, a noção de grupo de referência (termo forjado por Hyman em 1942). Segundo Merton, a frustração relativa é o produto de uma contradição: aquela que conduz um indivíduo a referir-se a um grupo ao qual ele não pertence objetivamente e que segrega normas contraditórias àquelas do grupo de pertença. Essa incongruência não deve ocultar a funcionalidade efetiva dos grupos de referência. Estes produzem regras e referências. Fornecem deste modo pontos de comparação que permitem ao indivíduo avaliar-se a si mesmo e avaliar os outros. Assim, o indivíduo que abraça os valores e as normas de um grupo ao qual pensa em pertencer irá mais facilmente integrar esse grupo. Mas essa socialização antecipadora só tem eficácia no seio das sociedades onde é possível a mobilidade social. Não sendo este o caso, há uma disfunção porque "o indivíduo não pode fazer-se aceitar pelo grupo no qual almeja entrar e corre o risco de se fazer rejeitar pelo seu grupo de pertença" (*Social Theory and Social Structure. Op. cit.*).

O interesse dessa distinção entre grupo de pertença e grupo de referência foi particularmente experimentada no calor dos debates sobre o aburguesamento da classe operária. Depois da Segunda Guerra Mundial, diversos sociólogos famosos diagnosticam uma perda de identidade da classe operária em razão da elevação do nível de vida de que começou a se beneficiar. A pesquisa dos sociólogos ingleses John H. Goldthorpe, David Lockwood, Frank Bechhofer e Jennifer Platt (*The Affluent Worker*, 3 t., 1968-1969) aniquila rapidamente o alcance desse economicismo simplista: os autores estabelecem com efeito que se fazem necessárias três condições para falar de aburguesamento (um nível de vida superior, a apropriação das normas próprias das classes médias e o reconhecimento social). Criam em seguida o modelo de conjunto com o auxílio das categorias de grupo de pertença e de referência (Texto 26). A pesquisa permite constatar que, no fim das contas, apenas 15% dos operários da amostra correspondem ao perfil "aburguesado".

Texto 26

GOLDTHORPE – Aburguesamento da classe operária?

Dado o enriquecimento da classe operária, houve quem dissesse que a estrutura da sociedade britânica se transformara. Muitos autores afirmam que a classe operária, ou pelo menos a sua fração mais próspera, está perdendo a sua identidade e se fundindo à classe média. Caso se interprete em termos de classe, a análise proposta por Merton, da passagem do grupo de pertença para o grupo de referência, indica claramente que o problema do aburguesamento do operário implica um processo complexo de transformação *social*, e não tanto uma reação espontânea do indivíduo a condições econômicas diferentes. É bem possível que um certo nível de conforto material seja uma condição prévia para o aburguesamento da classe operária, dado que este é o meio essencial para garantir o estilo de vida da classe média e aí ocupar o seu lugar. Mas é um erro aderir a um determinismo econômico ingênuo, como parece que fizeram certos autores, e imaginar que a prosperidade da classe operária constitua por si só a condição suficiente do seu aburguesamento. Esta possibilidade não poderia, a nosso ver, ser considerarada como real a não ser sob as condições muito particulares abaixo:

a) Quando os indivíduos da classe operária têm um motivo para rejeitar as normas da classe operária e estão dispostos e são levados a assumir as normas da classe média.

b) Quando, além disso, são capazes de resistir à pressão do conformismo no interior do grupo operário, o seu grupo de pertença, quer se retirem dele, quer este grupo, por uma razão ou outra, perca a sua coesão e, deste modo, a autoridade sobre seus membros.

c) Quando lhes são oferecidas reais possibilidades de se fazerem aceitar pelos grupos da classe média aos quais almejam pertencer.

Pode-se então representar o processo real de transição sob a forma do quadro abaixo, cujos quatro compartimentos resultam

da articulação entre o aspecto relacional e o aspecto normativo da classe:

Assimilação por aspiração

		Grupo de referência (a) Adesão às normas da classe operária	(b) Adesão às normas da classe média
Grupo de pertença	(d) Posição "não integrada"	B Operário cortado do seu meio	(c) Operário aspirando a uma promoção social
	(c) Posição "integrada"	A Operário tradicional	D Operário assimilado

[...] Assim, compreendido com referência a este quadro, o processo de aburguesamento se decompõe em três movimentos: de A a B, de B a C e de C a D.

J.H. Goldthorpe, D. Lockwood. Affluence and the British Class Structure. *The Sociological Review*, vol. XI, n. 2, 1963 [Reproduzido em P. Bourdieu, J.-C. Chamboredon, J.-C. Passeron. *Le métier de sociologue*. Paris, La Haye/Mouton, 1968, p. 134-135.

2.3. Ajustes e disfuncionamentos sociais

Dado que ele sempre fixou como sua meta compreender como é que podem se estabilizar, mas também evoluir as instituições da vida social, Merton desenvolve igualmente reflexões sobre os ajustes e os disfuncionamentos sociais. Para tanto, Merton se inscreve em primeiro lugar, dando-lhe uma direção própria, na linha das reflexões de Linton e define a posição social (*status*) de um indivíduo em um sistema social "por um código de comportamento que responde às expectativas das posições complementares" (*Social Theory and Social Structure. Op. cit.*). Não apenas cada indivíduo ocupa sempre diversas posições sociais, mas, ainda por cima, a cada posição particular correspondem diversos papéis associados. Daí a necessidade de distinguir:

• O "conjunto de papéis" (*role set*): estes papéis estão relacionados com uma posição dada. Para usar o exemplo de Merton, o estudante de medicina tem um papel na presença dos seus professores, mas tem outros na presença dos outros estudantes, das enfermeiras, dos médicos, dos doentes...

• "Os papéis múltiplos" são associados a diversas posições sociais (às vezes em diferentes esferas sociais). Merton evoca, a este propósito, um "conjunto de posições" (*status set*).

Se os indivíduos desfrutam de papéis e de *status* diferentes, como é que se pode então explicar que a vida social não se reduza a um campo de batalha em que cada um procura fazer triunfar os seus próprios valores e anseios? A questão não tem nada de escolástico: na vida cotidiana, os pais de alunos, por exemplo, têm quase sempre em matéria de educação expectativas diferentes daquelas dos professores ou ainda do diretor da escola... Torna-se possível o equilíbrio, explica Merton, porque a intensidade do envolvimento dos indivíduos no seu papel é variável e porque os diferentes parceiros de papéis têm poderes diferentes. Da mesma forma, o caráter relativamente opaco de certos papéis, a tomada de consciência de anseios

contraditórios quanto a um indivíduo, o apoio mútuo entre aqueles que ocupam posições análogas (associações e ordens profissionais)... são igualmente mecanismos que permitem diminuir – sem jamais eliminá-los – as tensões e os conflitos de papéis. Esta análise vale, da mesma forma, para a dinâmica dos *status*.

> As pessoas não são percebidas pelos outros como tendo apenas uma posição: o patrão sabe que seu empregado tem uma família e leva isso em conta quando vem a saber de suas dificuldades familiares. Assim, os parceiros modificam suas expectativas em função da situação de um indivíduo em outro conjunto de posições. Além disso, existe em uma sociedade dada um certo consenso sobre a importância relativa das obrigações que um indivíduo tem em cada um dos seus conjuntos (Robert K. Merton. *Social Theory and Social Structure. Op. cit.*).

O disfuncionamento é a tendência simétrica ao ajustamento social e a anomia constitui sua forma particular. É portanto lógico que Merton se interesse por ele. Merton não é decerto nem o primeiro nem o único americano a utilizar a noção durkheimiana de anomia: Elton Mayo a utiliza desde 1933 para fustigar os estragos provocados pela revolução industrial; Talcott Parsons caracteriza com este vocábulo uma situação em que reina a incerteza quanto às metas da ação e uma dúvida radical quanto à legitimidade dos valores exaltados pela sociedade (a República de Weimar representa, deste ponto de vista, um perfeito exemplo de sociedade anômica... Merton se apropria também do conceito, embora o inscreva em um registro de tipo microssociológico (Estrutura social e anomia. *American Sociological Review*, 1938). Nesse intuito, Merton analisa a prática social no cruzamento de dois elementos determinantes: por um lado, os objetivos legítimos propostos pelas sociedades a seus membros e, pelo outro, a definição e o controle dos meios "legítimos" para atingir esses objetivos. Ora, os dois argumentos nem sempre coincidem. Quando o comportamento dos indivíduos

escapa às prescrições institucionais para se concentrar, sejam quais forem os meios para isso, na realização dos objetivos, ocorre uma derrapagem anômica.

3. O neofuncionalismo contemporâneo

Bombardeado pela crítica e em crescente defasagem com a sociedade americana, o funcionalismo começa a perder crédito em meados da década de 1960 para ganhar novo vigor vinte anos mais tarde. Nesse entrementes, o prestígio de Parsons não se eclipsa completamente: Jeffrey Alexander nos EUA, Niklas Luhmann e Jürgen Habermas na Alemanha, François Bourricaud e François Chazel na França... porventura todos eles não se empenharam com todo o vigor para discutir seriamente o seu aporte à teoria sociológica? A renovação conceitual da análise sistêmica propicia, por outro lado, novas alianças entre biologia e ciências sociais. Na França, por exemplo, Edgar Morin publica um *Método* (cujo primeiro volume é lançado em 1977) cuja grande preocupação consiste em pensar a complexidade do real graças à articulação entre ciências do homem e ciências da natureza. Mas é na Alemanha, com os trabalhos de Luhmann, que o sistemismo (no sentido amplo do termo) se mostrou o meio mais eficaz para reavivar a chama do funcionalismo.

3.1. Reinventar o funcionalismo

A obra de Parsons passou muitas vezes pelo crivo da crítica. Sintetizando os inúmeros julgamentos, por vezes severos, sobre o estrutural-funcionalismo, Paul Colomy (Recentes desenvolvimentos no enfoque funcionalista da mudança. *Sociological Focus*, 19, 1986) enumera três fraquezas crônicas características da sociologia de Parsons: uma abstração teórica demasiadamente acentuada; uma falta de atenção ao funcionamento dos grupos sociais concretos, às relações efetivas de poder e às situações de conflito...; uma tendência, enfim, a superestimar o processo de integração induzido pela mudança social. As pesquisas sobre este último tema social tendem a provar, por outro lado, que a evolução das sociedades é menos linear do que pressuposto por Parsons: a diferenciação não é sempre a regra e pode-se constatar, além disso, ritmos de desenvolvimento desiguais entre as diferentes esferas institucionais que compõem a sociedade.

A despeito dessas críticas de fundo, o funcionalismo ganha novos títulos de nobreza quando, em meados dos anos 1980, Jeffrey Alexander e Paul Colomy, para citar apenas estes, propõem-se a contribuir para o desenvolvimento de um neofuncionalismo. "ramo autocrítico da teoria funcionalista que tem por meta romper com o conjunto do campo intelectual do funcionalismo para conservar apenas o seu núcleo teórico" (Para um neofuncionalismo. *Sociological Theory*, 1985, n. 3).

Alexander (*Theoretical Logic in Sociology*, 1982 – *Neofunctionalism and After*, 1998) dá nova vida ao enfoque funcionalista pensando, em primeiro lugar, a sociedade a partir do modelo de um composto de elementos interativos, sistema diferenciável de seu ambiente e submetido em sua evolução a um jogo de forças múltiplas de modo algum predeterminadas por uma instância superior qualquer. Em segundo lugar, Alexander pretende reabilitar o desvio ao lado da integração, a ação ao lado da ordem. Noutros termos ainda, Alexander pretende ser o arauto de uma sociologia multidimensional que saiba dar o devido espaço tanto à liberdade como à pressão social. Em assim fazendo, o sociólogo é sempre não apenas, e antes de tudo, um teórico, mas continua consagrando a predominância do macrossocial sobre o microssocial. Alexander acredita, com efeito, que a lógica da ordem (coordenação de uma pluralidade de ações) prevalece sobre a lógica da ação (que suscita o problema da norma e da motivação).

3.2. O estruturalismo funcional de Niklas Luhmann

Se os esforços empregados por Alexander para "reinventar Parsons" são bem conseqüentes, o Oscar da renovação funcionalista cabe, apesar de tudo, ao sociólogo alemão Niklas Luhmann (1927-1998). Inicialmente, consultor do Ministério da Cultura e da Educação de Hanover e a seguir bolsista em Harvard (1960-1961), onde freqüenta os seminários de Parsons, Luhmann colabora na Alemanha com Helmut Schelsky e depois se torna professor de sociologia em Bielefeld (1968). Este universitário, que de bom grado reconhece a sua dívida para com o estrutural-funcionalismo de Parsons, possui em comum com este último uma vontade de teorização geral. Jurista de formação, primeiramente especialista em problemas de organização (*Funktionen und Folgen Formaler Organisation*, 1964), Luhmann não demora em estender o seu campo de investigação a outros horizontes temáticos e teóricos.

Em seus primeiros trabalhos, Luhmann procura conciliar uma lógica genética (como é que aparecem as estruturas de papel?) e uma lógica integrativa (como é que um sistema pode incitar os seus membros a contribuir para o seu bom funcionamento?). Pondo de lado o antropocentrismo da sociologia tradicional, Luhmann se interessa não tanto pelos seres humanos e, sim, mais pelos sistemas. Como Yves Barel na França (*O paradoxo e o sistema*, 1979), o sociólogo alemão abraça as teorias dos sistemas auto-referentes, análises que emergem no decorrer dos anos 1970, na articulação da biologia, das teorias da informação e da cibernética. Essas teorias conservam a idéia clássica, segundo a qual um sistema não pode ser concebido independentemente do seu meio ambiente. Mas elas admitem, sobretudo, um novo postulado, aquele em virtude do qual o processo de organização e de adaptação do sistema depende de efeitos aleatórios não programados do meio circunstancial.

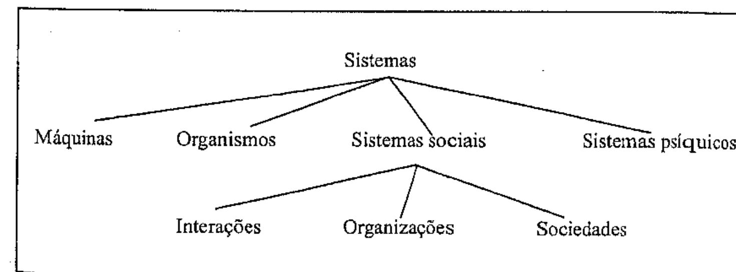
Surgem então, no centro do cenário teórico, os fenômenos de autopoiese. No campo do ser vivo, a teorização mais completa deste tipo de fenômeno é a que se deve ao biólogo Francisco Varela

(*Princípios de Autonomia Biológica*, 1979). Este último quer mostrar que os sistemas vivos autônomos são autogeradores (fala-se então de autopoiese), na medida em que as transformações internas dos sistemas têm maior peso que o efeito mecânico das perturbações ambientais que servem de fio condutor à mudança. Deve-se ler todos os teoremas sociológicos enunciados por Luhmann, a partir do início da década de 1980, à luz desses resultados (cf., de modo particular, Autopoiesis, Handlung und kommunikative Verständigung. *Zeitschrift für Soziologie*, Jg. 11, Heft 4, Oktober 1982). Na sua obra de síntese (*Soziale Systeme*, 1984), Luhmann distingue três tipos de sistemas cuja autonomia repousa sobre princípios diferentes:

- Os sistemas vivos, que se auto-organizam com base nos princípios de vida.
- Os sistemas psíquicos, que geram sua autopoiese graças à consciência.
- Os sistemas sociais, que evoluem graças ao motor da comunicação.

Luhmann segmenta, de modo mais explícito ainda, a sua análise em três níveis distintos (*Soziale Systeme*, 1984, p. 15):

Quadro 3



3.3. Reduzir a complexidade

Em vista dos princípios precedentes, os sistemas sociais (político, econômico, religioso...) são considerados autopoéticos na medida em que, fechados em si mesmos, são capazes de produzir a sua própria estrutura e, sobretudo, moldar a diferença entre eles mesmos e o meio ambiente (Texto 27). Possuem, alguns entre eles, um meio de comunicação próprio (o dinheiro, o poder, a fé...) que funciona graças a um código de base binária (pagar/ficar devendo no caso do dinheiro, legal/ilegal para o poder...). Graças a este conjunto comunicacional, cada subsistema pode observar-se, observar o seu meio ambiente e aperfeiçoar seu modo de funcionar. O aperfeiçoamento exige em particular "reduzir a complexidade". Para Luhmann, considera-se complexo um conjunto de elementos quando o sistema que organiza estes últimos não se mostra mais capaz de organizá-los de maneira ótima. Uma total complexidade é portanto sinônimo de caos. A informação veiculada pelos meios de comunicação de massa é um meio de reduzir essa complexidade. Ela mostra, com efeito, as escolhas de articulação e os modos de regulação que irão se mostrar como os mais eficazes para a organização do sistema (o dinheiro, por exemplo, permite que se coordenem os diversos esforços produtivos em vista do bem-estar material pelo qual responde o subsistema econômico).

Texto 27

Luhmann – A sociedade como forma e como diferença

A teoria dos sistemas propõe que se apreenda a sociedade como um sistema social que se produz e se reproduz a si mesmo. No contexto atual da discussão, isto não quer dizer que a sociedade é um todo constituído de partes e capaz de se impor em face dos interesses particulares das partes. É justamente essa concepção que se abandonou há muito tempo e deu lugar à teoria dos sistemas, embora ainda hoje se continue a debater sobre o "holismo", o "reducionismo" etc. É claro que não se põe em dúvida a existência da diferenciação interna na medida em que ela é por demais aparente tanto nos sistemas vivos como nos sistemas sociais. Mas a abordagem teórica dominante se situa hoje na distinção entre o sistema e o seu meio ambiente e, por conseguinte, em uma diferença produzida pelos próprios sistemas [...].

Será necessário esperar pelos anos 1970 e 1980 para que pareça [...] possível libertar-se da fixação na conservação do sistema em suas características essencialmente estruturais e tomar como objeto, em seu lugar, a reprodução da diferença do sistema e do meio ambiente [...]. O conceito de forma tirado do cálculo das formas de George Spencer Brown constitui, sem dúvida, a possibilidade mais abstrata deste novo modo de descrição [...]. Cada forma é assim construída de maneira assimétrica, é portanto necessariamente uma forma bifronte (como por exemplo texto/contexto, sistema/ambiente). Deste modo, a forma é diferença [...]. Partindo daí, deveria ser fácil conceber a sociedade como forma e portanto como diferença. O programa de pesquisa que aqui se vislumbra pode então ser desenvolvido aplicando a teoria sistêmica. De acordo com esta última, a sociedade seria um sistema capaz em todas as suas operações de distinguir um lado interior (onde se fazem as operações) e um lado exterior. E ainda que o sistema não possa operar a não ser sobre a face interior da sua fronteira, dado que cada tentativa de ultrapassar a fronteira mediante as suas próprias (!) operações só faria estender o sistema, a forma da fronteira mostra portanto claramente, quando se observa, que deve existir uma outra face (um espaço não marcado). Os sistemas capazes de auto-observação deverão portanto obrigatoriamente copiar no interior do sistema a diferença do interior e do exterior [...].

E é aqui que a teoria dos sistemas autopoiéticos encontra seu lugar. Trata-se de sistemas que reproduzem as suas próprias operações através da rede de suas próprias operações. Reproduzir-se significa agora reproduzir a diferença do sistema e do ambiente (N. Luhmann. A sociedade como diferença. *Sociétés*, 61, 3, 1998, p. 27-29).

Mas a informação tem efeitos ambivalentes. Ela pode, às vezes, contribuir para o aumento da complexidade do sistema. Dá-se este caso quando surgem configurações que se consideravam impossíveis e que introduzem a dúvida na forma de se comportar. "Pensava-se que os padres são sempre homens, mas este padre é uma mulher. Deve-se chamá-la de Senhora Vigária (*Pfarrin*), beijar-lhe a mão?" (*Soziale System. Op. cit.*).

A redução da complexidade se refere também ao ambiente da sociedade. Para se adaptar à complexificação, as sociedades contemporâneas se viram forçadas, em virtude do princípio de diferenciação, a trabalhar na multiplicação dos subsistemas (política, economia, arte, religião, ciência...). Justifica-se deste modo a tese defendida por Luhmann diante de Habermas, em 1971: a de uma necessária autonomização do subsistema administrativo diante do resto da sociedade, subsistema que, concentrando meios técnico-científicos de regulação e processamento da informação, poderá igualmente adquirir o monopólio da reflexão sobre os limites da sua própria ação (Baliza 15).

Baliza 15

Tecnologia social *versus* teoria crítica – O debate Luhmann-Habermas

No princípio dos anos 1970, no contexto do seu seminário de pesquisa, N. Luhmann trava um diálogo com outro sociólogo alemão, ele mesmo influenciado pelo enfoque sistêmico de Parsons: Jürgen Habermas. Daí resulta um importante debate sobre os temas da comunicação e da regulação administrativa, debate que irá marcar duradouramente as ciências sociais alemãs (J. Habermas, N. Luhmann. *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie*, 1971).

Para N. Luhmann, primeiramente, as decisões políticas não mais se chocam hoje contra o sistema de valores, de representações e de crenças, na medida em que os progressos no processamento da informação fizeram com que a racionalidade técnico-científica desse

um salto considerável. O subsistema administrativo dispõe agora de uma competência específica e tem meios de regulação tais que detém uma espécie de primado funcional próprio para justificar a desvinculação entre o administrativo e o político. Noutros termos, as decisões e as ações que emanam da administração não devem encontrar obstáculos do lado dos sistemas de representação política. A fim de melhor tratar a complexidade crescente do sistema social, N. Luhmann recomenda por conseguinte a elaboração de um órgão independente da sociedade (o subsistema administrativo) capacitado para dar maior consistência à vontade política, para ela mesma refletir sobre os seus próprios limites e, sobretudo, para prevenir, graças ao casamento entre a ciência e a administração, as falhas da racionalidade do sistema social, e estabelecer um planejamento global... Colocando-se somente do ponto de vista do sistema e da complexidade dos seus efeitos de causalidade, a sociologia se transforma assim, com Luhmann, em uma forma de tecnologia social.

Habermas se opõe firmemente à perspectiva de uma administração que se torne autônoma de qualquer controle político. Não podendo decidir-se a unir poder e verdade sacrificando a autonomia da ciência às exigências da administração, Habermas milita em prol de um planejamento comunicacional, processo mediante o qual "admite por método enunciados que avaliam de maneira crítica o caráter justificável de normas (existentes ou propostas), isto é, o caráter receptível das pretensões normativas à validade. As normas susceptíveis de serem justificadas assemelham-se a proposições verdadeiras: não são nem fatos nem valores" (*Razão e legitimidade*, 1973 [Trad. francesa, 1978]). Não se trata, portanto, como almeja Luhmann, de engrandecer um megassujeito social (a administração) supostamente capaz de pilotar racionalmente a evolução do sistema social, mas de defender, ao contrário, as virtudes da comunicação como princípio de coordenação dos planos de ação individuais, princípio capaz de garantir a validade das normas assim produzidas.

Um ano antes de falecer, Luhmann publica *Die Gesellschaft der Gesellschaft* (1997). Fundamento de uma obra vigorosa, abstrata e extremamente nutrida (mais de quarenta livros e mais de

quatrocentos artigos publicados), este grande mestre ratifica de maneira definitiva uma ruptura epistemológica com a filosofia das Luzes. Sociólogo resolutamente anti-humanista, Luhmann questiona de modo particular o paradoxo de uma produção de conhecimentos que emana do objeto estudado (no caso, a sociedade). Por isso, Luhmann substitui o problema dos critérios de verdade posto pela tradição positivista pelo da recursividade das relações recíprocas de observações. Deste modo, deve-se compreender que nenhum observador (sociólogo, teólogo, psicanalista...) pode reivindicar o monopólio da compreensão científica porque toda observação é uma operação empírica e, a este título, torna-se ela mesma observável, analisável, contestável... À imagem da sociedade moderna, a observação do mundo dos seres humanos é portanto necessariamente pluricontextual. Por isso, conclui então Luhmann, as ciências sociais não podem pretender maior objetividade e certeza de juízo que outros pontos de vista igualmente constituídos sobre a sociedade.

5. A análise estrutural dos fatos sociais

Em muitas disciplinas, quer se trate das matemáticas ou das ciências sociais, a noção de estrutura constituiu o ponto de partida de um sem-número de reflexões e desenvolvimentos. No seio do *corpus* imenso das definições que se propuseram, vamos considerar, para dar uma primeira idéia do tema, a proposição geral do epistemólogo Jean Piaget. Para este último, a estrutura (social, física...) vem a ser o produto de um conjunto de elementos reunidos em uma totalidade. Esta totalidade excede os elementos que a compõem: não só ela tem propriedades que lhe são próprias como totalidade, mas as propriedades dos próprios elementos dependem, integral ou parcialmente, dos caracteres da totalidade (*Elementos de epistemologia genética*. T. II, 1950).

Em sociologia, mesmo tendo sido às vezes recebida, esta definição está longe de cobrir a diversidade de sentidos que a noção veicula. Para recensear os usos do termo e avaliar o interesse da sua aplicação à análise dos fatos sociais, há um enorme conjunto de contornos mal definidos de trabalhos heterogêneos que conviria interrogar (R. Boudon. *Para que serve a noção de estrutura?*, 1968). Seguindo a corrente dos pioneiros das ciências sociais, alguns sociólogos e antropólogos, por exemplo, estabeleceram um

nexo íntimo entre a noção de estrutura e as de coerência social, de durabilidade, de ordem recorrente a um conjunto de sistemas (sistema de parentesco, sistema econômico, político, religioso...) (E.E. Evans-Pritchard. *Antropologia social*, 1950. – G.P. Murdock. *Da estrutura social*, 1972).

Em oposição a este conjunto de análises, por vezes qualificadas como estruturais, este capítulo examina a contribuição mais específica da análise assim chamada estrutural. A França é, a partir dos anos 1960, o epicentro desse sismo teórico. Amplamente confundida com o movimento estruturalista, ela assume o contrapé das doutrinas (fenomenologia, existencialismo) que, para interpretar a prática social, privilegiam a interpretação dos fenômenos, a experiência e o sentido individual da "vivência". Menos uma teoria que um método, a análise estrutural se estende a outros terrenos como a lingüística, a psicanálise, a antropologia (Balizas 16 e 17). Estende seus raios a numerosas outras disciplinas como a história, a ciência das religiões, a biologia, a psicologia, a filosofia e a sociologia. No entanto, e aqui temos um grande paradoxo, nestas duas últimas disciplinas, poucos autores irão reivindicar com todo o vigor a sua pertença ao movimento estruturalista.

Baliza 16

Estrutura, mito e sociologia

A lingüística é, no princípio do século XX, o primeiro campo de aplicação da análise estrutural. Ao fundar a semiologia (a ciência dos signos), Ferdinand de Saussure inaugura um novo método cujas aplicações vão além do estrito domínio da linguagem. Antes de esboçar em grandes traços o quadro da revolução realizada por Saussure na lingüística, convém fazer justiça a George Dumézil e frisar a sua contribuição precoce a um método estrutural no seio das ciências humanas e sociais. Historiador das religiões, Dumézil mostra, antes da Segunda Guerra Mundial, toda a vantagem que o pesquisador

pode tirar comparando não elementos ou termos singulares, mas conjuntos, relações, totalidades. Para possibilitar a compreensão dos mitos, Dumézil pensa ser mais esclarecedor confrontar as suas formas que os seus conteúdos. Nos seus trabalhos sobre os povos indo-europeus, ele elenca assim os papéis atribuídos às diferentes divindades (hindus, romanas, escandinavas...) e demonstra a existência recorrente de uma tríplice função. A soberania (poder), a guerra e a fecundidade constituem, a exemplo da trilogia Júpiter-Marte-Quirino da teologia romana, os três pólos que estruturam todos os mitos estudados pelo pesquisador.

Malgrado o caráter inovador dos trabalhos de Dumézil, cabe a Saussure o mérito de ter iniciado e efetuado realmente a revolução estruturalista. Para este último, e eis a sua maior contribuição, não se pode reduzir uma língua à simples adição de elementos justapostos (sons, palavras...), mas ela constitui um verdadeiro sistema de relações. Saussure ilustra a sua tese comparando a língua a um jogo de xadrez. Nem as regras nem os movimentos e combinações – constata – mudam quando se modifica a matéria ou a forma das peças. Ainda por cima, a análise de uma única peça não tem sentido algum, pois é precisamente a posição relativa quanto às outras peças que importa. Enfim, não há nenhuma necessidade, para estabelecer um diagnóstico, de conhecer a evolução passada do jogo. A análise deve portanto privilegiar não a diacronia (análise dos fatos no decurso do tempo), mas a sincronia (análise dos fatos que formam um sistema em um certo momento do tempo). Saussure, portanto, define o signo como a relação entre um significante (a imagem sonora, o som estruturado) e um significado (o sentido da mensagem, o conceito que representa uma realidade). A relação entre os dois é, segundo ele, arbitrária. Saussure opõe enfim a língua (sistema abstrato de signos) à fala (expressão verbal singular). As duas reunidas, língua e fala, formam a linguagem.

Baliza 17

A antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss

O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss define o objeto das ciências estruturais como o que oferece um caráter de sistema, isto é, todo conjunto no qual um elemento não pode ser modificado sem acarretar uma modificação de todos os outros (*Antropologia estrutural*, 1958). Adotando o ponto de vista estrutural desenvolvido na lingüística, Lévi-Strauss estuda as sociedades selvagens. "Somos com efeito levados a nos perguntar se diversos aspectos da vida social (inclusive a arte e a religião) – cujo estudo já sabemos que pode receber o auxílio de métodos e noções recebidos da lingüística – não consistem em fenômenos cuja natureza tem estreita analogia com a linguagem" (*ibidem*). Para retomar a terminologia saussuriana, poder-se-ia dizer que, com Lévi-Strauss, a língua se faz instituição e a palavra acontecimento. A sociedade é pensada como conjunto de indivíduos e de grupos que se comunicam entre si. Cabe ao antropólogo a tarefa de decifrar o código invariante que se esconde por trás do jogo das aparências sociais. Lévi-Strauss enumera três tipos de troca que permitem tecer o vínculo social: a troca das mulheres, dos bens e das palavras. Pode-se assimilar, por este fato, as regras do casamento e os sistemas de parentesco a uma espécie de linguagem, conjunto de operações destinadas a assegurar, entre os indivíduos e os grupos, uma comunicação. A proibição do incesto, a permuta das mulheres entre linhagens familiares forçam, como a linguagem, a comunicação com o outro e consolidam a integração ao grupo.

Na trilha dos semiólogos aos quais é diretamente devedor (R. Jakobson, F. de Saussure), Lévi-Strauss se propõe como objetivo de investigação o descobrimento das estruturas e a análise das suas leis de transformação. Mas Lévi-Strauss faz questão de sublinhar, ao mesmo tempo, os limites dos antropólogos que, como Radcliffe-Brown, assimilam a estrutura à realidade. Convém, ao contrário, considerar a estrutura social como um princípio cognitivo, um modelo construído a partir da realidade empírica, mas que não poderia ser confundido com ela (*ibidem*). A estrutura, continua Lévi-Strauss, é uma unidade onipresente, inconsciente e as formas culturais são representações suas. Isto se dá, por exemplo, com a culinária e com os mitos que são linguagens pelas quais as sociedades traduzem inconscientemente a sua estrutura ou as contradições que as trabalham. Apostando assim na existência de um código universal, Lévi-Strauss deduz um postulado prenhe de conseqüências: seja qual for a cultura, o espírito humano é fundamentalmente idêntico. Entre mito e ciência elaborada, entre pensamento selvagem e pensamento científico, não ocorre portanto uma ruptura radical, mas apenas diferenças de meios para questionar o mundo (*O pensamento selvagem*, 1962). Aplicadas ao estudo dos mitos, todas essas asserções têm por conseqüência negar a pertinência dos estudos que procuravam decifrar os símbolos que o mito poderia veicular (Frazer, Freud) ou que tinham por alvo circunscrever a função social do mito em um contexto cultural dado (Malinowski). Em 1928, o folclorista russo V. Propp já demonstrara que um mesmo dispositivo mental dá origem a todos os mitos. Como ele mesmo também acredita que os mitos remetem a outros mitos e revelam o espírito que os elabora, Lévi-Strauss estuda, independentemente de todo contexto sociológico e cultural, os modos de transformação de um mito em outro. "Não pretendemos mostrar – escreve ele – como é que os homens pensam nos mitos, mas como os mitos se pensam nos homens e sem que estes o saibam" (*O cru e o cozido*, 1964).

1. Estrutura e fatos sociais

Todas as grandes figuras do estruturalismo à francesa têm como denominador comum não se contentarem com uma apreensão imediata do mundo. Procuram, ao contrário, pôr em evidência uma ordem oculta que estrutura o nosso inconsciente (J. Lacan), a nossa sociedade (L. Althusser) e nosso conhecimento (M. Foucault). Privilegiando uma abordagem diferente, Roland Barthes e Lucien Goldmann adotam por sua vez problemáticas que, mesmo parecendo menos radicais em seu modo de encarar as estruturas, constituíram mesmo assim contribuições notáveis para a análise estrutural. Os mitos modernos (que circulam através da publicidade, das reuniões sociais, do cinema...) são para Barthes, por exemplo,

a oportunidade para se decifrar uma palavra que funciona em segundo grau e que ganha sentido além da sua forma imediata (*Mitologias*, 1957). Na galáxia estruturalista, a plasticidade analítica das diferentes obras é um segundo traço notável. Assim, Michel Foucault desloca gradualmente o seu objeto de investigação da dominação para o governo dos outros e depois de si mesmo. Da mesma forma, com S/Z (1970), Roland Barthes negocia uma virada nietzscheana que o leva a romper progressivamente com as suas posições metodológicas iniciais.

1.1. O marxismo althusseriano e a sua marca sobre a sociologia francesa

Visto que seus escritos não têm impacto direto sobre a análise dos fatos sociais, aqui não importa muito evocar com muitos pormenores os trabalhos de Jacques Lacan. Observemos simplesmente que fazendo um traço de união entre as obras de Ferdinand de Saussure e de Sigmund Freud, Lacan mostra que "o inconsciente está estruturado como uma linguagem". Em assim fazendo, ele reduz o indivíduo ao simples suporte de estruturas inconscientes que o povoam (o Id) e oblitera o papel do Ego na tradicional trilogia freudiana (Superego, Ego e Id). À semelhança de Lacan, Louis Althusser (*Pour Marx*, 1965) propõe uma nova leitura, não de Freud, mas de Karl Marx. Em uma perspectiva similar à do psicanalista parisiense, Althusser elimina o sujeito em favor da totalidade. O filósofo francês funda inicialmente a sua análise sobre o princípio de um "corte" epistemológico no seio da obra do próprio Marx. Esse corte permitiria romper com um "jovem" Marx prisioneiro de uma filosofia idealista de tipo hegeliano. Livre enfim de sua ganga ideológica, a análise do Marx da maturidade propiciaria os meios para fundar uma ciência da história (o materialismo histórico) que, alicerçada sobre uma filosofia (o materialismo dialético) daria à luz um novo princípio de inteligibilidade das relações sociais e da evolução das sociedades.

Althusser pretende, por outro lado, libertar o marxismo de um determinismo econômico demasiadamente redutor: distinguindo três instâncias hierarquizadas na constituição das sociedades (o econômico, o jurídico-político e o ideológico-cultural), o filósofo defende a tese segundo a qual há "efeitos dialéticos" que articulam esses diferentes níveis. Numa lógica gramsciana sujeita a uma ligeira revisão, Althusser retoma assim o problema da dominação. Projetada no campo político, a dominação econômica não assume, a seu ver, uma forma bruta, simples e imediata. Se os marxistas souberam ver corretamente o papel de aparelhos de Estado encarregados da repressão mediante a violência (exército, polícia, tribunais...), convém de fato reconhecer o peso igualmente determinante de aparelhos ideológicos de Estado como a Igreja, a família, a escola, os partidos políticos, os sindicatos, a imprensa... Estes últimos têm igualmente uma vocação coercitiva na medida em que, através da ideologia, da manipulação do simbólico..., asseguram a reprodução das relações de produção existentes "moldando" as consciências (L. Althusser. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. *La Pensée*, 151, junho/1970) (Texto 28). Como se pode destacar, mesmo desbastado de seus simplismos, o marxismo continua marcado neste esquema por uma leitura radical: o indivíduo não tem aqui nenhuma densidade social e se vê reduzido a simples condição de suporte das estruturas fundamentais.

Texto 28

ALTHUSSER – Os aparelhos ideológicos de Estado

Eles não se confundem com o aparelho (repressivo) de Estado. Não se deve esquecer que na teoria marxista o aparelho de Estado (AE) compreende: o governo, a administração pública, o exército, a polícia, os tribunais, os presídios etc., que constituem aquilo que chamaremos daqui para a frente o aparelho repressivo de Estado. Repressivo indica que o aparelho de Estado em pauta "funciona à base da violência" – pelo menos

no limite (pois a repressão, pelo menos a administrativa, pode assumir formas não físicas).

Denominamos aparelhos ideológicos de Estado (AIE) um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Propomos uma lista empírica desses aparelhos, que exigirá naturalmente ser examinada pormenorizadamente, submetida à prova, retificada e retrabalhada. Com todas as ressalvas que essa exigência implica, podemos, por ora, considerar como aparelhos ideológicos de Estado (AIE) as seguintes instituições (a ordem em que as enumeramos não têm nenhum significado particular): o AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas); o AIE escolar (o sistema das diferentes "escolas", públicas e privadas); o AIE jurídico; o AIE político (o sistema político e, nele, os seus diferentes partidos); o AIE sindical; o AIE da informação (imprensa, rádio, televisão etc.); o AIE cultural (literatura, belas-artes, esportes etc.).

O que distingue os AIE do aparelho [repressivo de Estado] é a seguinte diferença fundamental: o aparelho repressivo de Estado "funciona baseado na violência", ao passo que os AIE funcionam "à base de ideologia".

Podemos precisar, retificando esta distinção, e dizer com efeito que todo aparelho de Estado, repressivo ou ideológico, "funciona" ao mesmo tempo à base da violência e à base da ideologia, mas com uma diferença muito importante, que não deixa que se confundam os AIE do aparelho (repressivo) de Estado.

É que por sua conta o aparelho (repressivo) de Estado funciona de maneira quase totalmente predominante à base da repressão (inclusive física), mesmo que funcione secundariamente com base na ideologia. (Não há aparelho puramente repressivo). Exemplos: as forças armadas e a polícia funcionam apelando também à ideologia, ao mesmo tempo para assegurar a sua própria coesão e reprodução, e para propor "valores" ao público externo.

Da mesma maneira, mas ao contrário, deve-se dizer que por sua própria conta os AIE funcionam de modo quase totalmente predominante à base da *ideologia*, mesmo que funcionem secundariamente de modo repressivo, ainda que no limite, mas no limite somente, de modo atenuado, dissimulado ou até simbólico (não existe aparelho puramente ideológico). Assim, a escola e as igrejas "dirigem" por métodos apropriados de sanções, de exclusão, de seleção etc., não apenas seus oficiantes, mas também suas ovelhas. Da mesma forma a família... Da mesma forma o AIE cultural (a censura, para não citar mais que uma) etc. [...].

Ao que sabemos, *nenhuma classe pode duradouramente deter o poder de Estado sem exercer ao mesmo tempo a sua hegemonia sobre e nos aparelhos ideológicos de Estado* (L. Althusser. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. *La Pensée*, 151, mai.-jun./1970, p. 12-15).

Embora no fim da vida tenha alterado e moderado suas posições e pretensões teóricas, Nicos Poulantzas é o exemplo típico de sociólogo althusseriano. Tal como o autor de *Pour Marx*, este francês adotivo não aceita as perspectivas por demais vulgarmente economicistas do marxismo bem como aliás suas múltiplas revisões hegelianas. Contra as análises do capitalismo monopolista de Estado, Poulantzas pensa que não é exato refletir em termos de aliança entre Estado e monopólios, da mesma forma que não importa muito, contrariamente ao que acredita Ralph Milliband (*O Estado na sociedade capitalista*, 1973), preocupar-se com a origem social dos agentes do Estado que, de todos os modos, estão engajados a serviço das classes dominantes. Para Poulantzas, existe uma "relativa autonomia" do Estado diante do econômico. Sem dúvida, o Estado representa bem, em longo prazo, os interesses da burguesia, mas esta burguesia está dividida em frações de classe. O Estado é, portanto, um composto de relações de forças entre classes e frações de classes que concorrem umas com as outras. Por essa razão, a fração reinante não é necessariamente a emanação política da classe dominante.

Essa discrepância é posta igualmente em evidência no campo das classes sociais: para Poulantzas, uma classe se define pelo lugar que ocupa na divisão social do trabalho (*As classes sociais no capitalismo hoje*, 1974). Essa situação independe da vontade dos atores. Mas esse ponto de vista estrutural pede para ser temperado pela posição de classe na conjuntura. Ao enunciar esse princípio, Poulantzas quer sinalizar que uma classe ou fração de classe pode ocupar uma posição que não se coaduna perfeitamente com seus interesses. Este é o caso, por exemplo, da aristocracia operária que, momentaneamente, cerra fileiras com a burguesia (Texto 29).

Texto 29

POULANTZAS – Determinação e posição de classe

O que são as classes na teoria marxista?

As classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados *principalmente*, não porém de modo exclusivo, por seu lugar no *processo de produção*, isto é, na esfera econômica. Com efeito, não se deveria concluir do papel principal do lugar econômico que este basta para a determinação das classes sociais. Para o marxismo, o econômico tem certamente o papel determinante em um modo de produção e em uma formação social; mas o político e o ideológico, em suma, a superestrutura, têm igualmente um papel de grande importância. De fato, todas as vezes que Marx, Engels, Lenin e Mao efetuam uma análise das classes sociais, não se limitam exclusivamente ao critério econômico, mas se referem explicitamente a critérios políticos e ideológicos.

As classes sociais significam para o marxismo, em *um* e *o mesmo* movimento, contradições e *luta de classes*: as classes sociais *em primeira instância*, como tais, para entrar *depois* na luta de classes, o que leva a supor que haveria classes *sem* luta de classes. As classes sociais implicam *práticas de classe*, isto é, a luta de classes, e só se constituem na sua *oposição* [...].

Essa *determinação estrutural* das classes, que só existe assim como luta de classes, deve ser no entanto distinguida da *posição de classe* na *conjuntura*: conjuntura que constitui o lugar onde se concentra a individualidade histórica sempre singular de uma formação social, numa palavra, *a situação concreta* da luta de classes. Com efeito, insistir na importância das relações políticas e ideológicas na determinação das classes, e no fato de que as classes sociais só existem como luta (práticas) de classes, não poderia reduzir, de maneira "voluntarista", a determinação das classes à posição das classes. E isto assume toda a importância nos casos em que se constata uma distância entre a determinação estrutural das classes e as posições de classe na conjuntura [...].

Uma classe social, ou uma fração ou camada de classe, pode não ter uma posição de classe correspondente a seus *interesses*, estes mesmos circunscritos por sua *determinação* de classe como horizonte da sua luta. O exemplo típico, aqui, é o da *aristocracia operária* que tem precisamente, nas conjunturas, *posições de classes burguesas*. Isto não significa mesmo assim que ela se torna, nestes casos, parte da burguesia; ela continua sendo, pelo fato de sua determinação estrutural de classe, parte da classe operária, e constitui uma "camada" da classe operária segundo os próprios termos de Lenin. Noutros termos, sua determinação de classe não se reduz à sua posição de classe (N. Poulantzas. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris, Ed. du Seuil, 1974, p. 16-18).

Inúmeros outros trabalhos de sociologia estão marcados, no decurso dos anos 1970, com este mesmo tom estruturalista (Baliza 18). Christian Baudelot e Roger Establet apreendem assim a instituição escolar. Segundo estes, organizando duas fileiras separadas de escolarização (rede secundária-superior/rede primária-profissional), a escola contribui para reproduzir a divisão da sociedade para o exclusivo benefício da classe dominante (*A escola capitalista na França*, 1971). O estudo das sociedades do "Terceiro Mundo" constitui um outro banco de prova para o marxismo estrutura-

lista. Muitas vezes apoiadas em trabalhos econômicos, essas análises – que conheceram um relativo sucesso nos EUA e na América Latina – privilegiam um raciocínio em termos de trocas assimétricas: a divisão internacional do trabalho manteria as economias da periferia em situação de dependência em face das sociedades capitalistas do centro.

Com as reflexões iniciadas por Manuel Castells (*A questão urbana*, 1972), o urbano se acha investido deste mesmo pensamento crítico, deliberadamente hostil às interpretações em voga que analisam a crise urbana como um descompasso entre necessidades humanas e um quadro de vida abalado pela mudança técnica. Para Castells, o sistema urbano se desenvolve no fogo cruzado e contraditório de um tríplice processo de produção, consumo e troca. Se a luta urbana (pela moradia, pelo transporte...) é sem dúvida a expressão de um novo fator, ela só faz alimentar um combate histórico a serviço da emancipação operária.

Baliza 18

Além do estruturalismo: a sociologia de Henri Lefebvre

Na França, no momento da maior difusão do estruturalismo, H. Lefebvre (1901-1991), filósofo e sociólogo marxista, publica o ensaio *Além do estruturalismo* (1971), que constitui a última parte de uma trilogia teórica consagrada às relações entre lógica e dialética (*Lógica formal e lógica dialética*, 1948. – *Do rural ao urbano*, 1970). Talentoso divulgador do pensamento de Marx (*Para conhecer o pensamento de Marx*, 1948), H. Lefebvre procura não tanto contestar as achegas do estruturalismo, e sim discernir suas contribuições, a fim de traçar as vias de uma superação teórica, que ele se arriscará a denominar, em nome de Marx, historicismo estrutural. Lefebvre ataca porém com grande vigor o "marxismo congelado" de Althusser e denuncia a ideologia do corte epistemológico entre um jovem e um velho Marx. Recusando as barreiras entre história e sociologia, Lefebvre reabilita o tempo em nome de um Marx que soubera casar estrutura formal e devir dialético: "para ele, a contradição

dialética é fundamental, mais fundamental, mais profunda que as tensões, complementaridades, oposições, formas e estruturas. A estruturação é o resultado do desenvolvimento das contradições iniciais e de sua unidade. Ela destaca a sua essência" (H. Lefebvre. *Além do estruturalismo. Op. cit.*).

Neste espírito, Lefebvre se torna o propugnador de um método regressivo-progressivo, que será resgatado por J.-P. Sartre. Este opera a cada passo conexões entre os níveis micro e macrossociais, entre os grandes abalos mundiais e os múltiplos formigamentos da vida cotidiana que ele teoriza em sua *Crítica da vida cotidiana*, em 3 tomos (1947, 1962 e 1981). De início, analista do espaço rural (*O Vale de Campan*, 1963), H. Lefebvre deu, enfim, quando professor de Sociologia em Nanterre, uma contribuição decisiva para a inteligência do fenômeno urbano (*O direito à cidade*, 1968. – *A revolução urbana*, 1970...). Impressionado pela degradação da cidade, vê nesta um suporte ideal para um capitalismo que aí encontra um meio privilegiado (pela especulação fundiária, pelos investimentos imobiliários...) para estender o reino da mercadoria, em detrimento da sociabilidade, à custa de acentuar, em suma, o domínio do valor de troca sobre o valor de uso.

Como confirma em sua análise de Dunquerque (*Monopolville*, 1974), a crítica do capitalismo monopolista de Estado é por isso incontornável: Dunquerque é uma nova forma social (é a cidade dos monopólios), forma urbana característica de nossa época pelo fato de ser o produto da ação conjugada do Estado (que privilegia a lógica da classe dominante) e das grandes empresas.

1.2. Sociologia do conhecimento ou genealogia do saber?

Mesmo que tenha recusado com vigor e razão a etiqueta estruturalista, Michel Foucault não deixa de ser por isso uma figura de proa da análise estrutural no decorrer dos anos 1960 e 1970. A questão fundamental de uma grande parte de sua obra pode ser posta nos termos seguintes: Como é que se pode constituir – em

uma época e um tempo determinados – um saber? Quais as relações que mantêm entre si o pensamento, a verdade e a história? A essas indagações M. Foucault responde em primeiro lugar refutando a doutrina da história tradicional. Deste ponto de vista, com efeito, a história não passa de um fluxo linear de acontecimentos que se vão sucedendo uns aos outros de modo contínuo, cumulativo e transparente. Ora, para Foucault, a história das práticas e das idéias não se desenrola dessa maneira. Foucault postula, ao contrário, que há rupturas radicais na história das idéias. Noutras palavras, os objetos que escolhemos para conhecer e o saber que daí retiramos são relativos. Não existe verdade que transcenda as diversas épocas de nossa história.

Se cada época possui a sua própria verdade, torna-se então possível erigir em objeto de estudo o conjunto dos discursos que unificam, em um momento dado, o saber de uma comunidade humana. Foucault dá o nome de *episteme* às condições desse saber. Em sua obra *As palavras e as coisas* (1966) ele registra – a contar da Idade Média – três grandes momentos na história do pensamento da cultura ocidental. A primeira época é a do Renascimento. A semelhança é a matriz do discurso científico no fundamento do saber característico do século XVI. Nessa época, postula-se, por exemplo, que dado que a noz se assemelha a uma cabeça, a sua casca deve curar "as feridas do pericrânio" e o seu núcleo os males do interior da cabeça. Deste modo, pelo ato científico, que consiste em decodificar os sinais inscritos nas coisas, é possível encontrar os traços da criação divina.

A Idade Clássica (séculos XVII e XVIII) é o momento em que ocorre um primeiro abalo na ordem do saber, dado que surge uma nova relação entre as palavras e as coisas. De agora em diante se distingue o sinal como tal daquilo que ele representa. Numa palavra, os homens separam o significante do significado. Ao mesmo tempo, a Idade Clássica inaugura um novo tipo de representação: a partir das ciências da ordem calculável, a forma do quadro é privi-

legiada para se expor o estado das coisas. No limiar do século XIX emerge um novo patamar epistemológico. Em lugar do discurso, objeto analisado pelas ciências da Idade Clássica, erige-se um novo objeto de conhecimento: o ser humano. Antes ignorado pela ciência, o ser humano como entidade que trabalha, vive e fala, irrompe assim no palco do conhecimento (Texto 30). A ilustração mais convincente dessa tese é a metamorfose da gramática geral, da análise das riquezas e da história natural em novas ciências com objeto novo: a filologia, a biologia e a economia política se tornam ciências do homem. Todo esse trabalho epistemológico vai desembocar, portanto, em uma conclusão maior: as ciências do homem correspondem a um momento dado da história do nosso saber e nada diz que ulteriormente o homem como objeto de conhecimento não se apagará "como no limite do mar um rosto de areia" (*As palavras e as coisas. Op. cit.*).

Texto 30

FOUCAULT – O domínio das ciências do homem

Numa primeira abordagem pode-se dizer que o domínio das ciências do homem é coberto por três "ciências", ou, melhor, por três regiões epistemológicas, todas subdivididas em seu próprio interior e todas se entrecruzando umas com as outras: estas regiões são definidas pela tríplice relação das ciências humanas em geral com a biologia, com a economia, com a filologia. Poder-se-ia assim admitir que a "região psicológica" encontrou o seu lugar ali, onde o ser vivo, no prolongamento das suas funções, dos seus esquemas neuromotores, das suas regulações fisiológicas, mas também na suspensão que os interrompe e os limita, se abre à possibilidade da representação; da mesma maneira a "região sociológica" encontraria o seu lugar ali onde o indivíduo trabalhando, produzindo e consumindo, se dá a representação da sociedade onde se exerce essa atividade, dos grupos e dos indivíduos entre os quais ela se reparte, dos imperativos, das sanções,

dos ritos, das festas e das crenças que a sustentam e escandem; enfim, nesta região onde reinam as leis e as formas de uma linguagem, mas onde no entanto elas permanecem à margem de si mesmas, permitindo ao homem introduzir aí o jogo das suas representações, nascem o estudo das literaturas e dos mitos, a análise de todas as manifestações orais e de todos os documentos escritos, em suma, a análise dos traços verbais que uma cultura ou um indivíduo pode deixar de si mesmo. Essa repartição, embora seja muito sumária, não é sem dúvida muito inexata. Ela, no entanto, levanta dois problemas fundamentais: um diz respeito à forma de positividade própria das ciências humanas (os conceitos em torno dos quais elas se organizam, o tipo de racionalidade a que se referem e pelo qual procuram constituir-se como saber); o outro, sua relação com a representação (e este fato paradoxal que embora ocorra somente ali onde existe representação, elas se dirigem a mecanismos, formas, processos inconscientes, em todo o caso aos limites exteriores da consciência) (M. Foucault. *Les mots et les choses*. Paris, Gallimard, 1966, p. 366-367).

À semelhança de Lacan e Althusser, que postulam a existência de uma estrutura determinante, desconhecida e não dominada pelos indivíduos, Foucault mostra portanto que a razão científica repousa sobre um subsolo que a fundamenta, que ela não conhece e é incapaz de compreender os modos de pensamento que a precederam. Por outro lado, os objetos e processos de conhecimento são precários, dado que inelutavelmente fadados a perecer um dia para serem substituídos por outros. Como se vê, esta forma de análise estrutural reivindica um relativismo que solapa a própria idéia de um espírito humano universal assim como a desenvolvera Claude Lévi-Strauss. Dessa constatação Foucault vai tirar, aliás, novas exigências metodológicas: a de cavar, como um arqueólogo, as camadas que constituem o subsolo do nosso saber, e a de trabalhar, em seguida, numa história do pensamento que tem por base a genealogia. A genealogia preconizada por Foucault faz explícita re-

ferência ao método aplicado por Nietzsche em sua *Genealogia da moral*. O ponto de partida de toda empreitada genealógica é a rejeição das pesquisas da origem, mas, ao contrário, a vontade de detectar com paciência as transformações, deslizamentos que afetam de maneira incessante nossos valores, comportamentos e sistemas de pensamento.

Filósofo que ousou penetrar em domínios pouco convencionais para sua disciplina de origem, Foucault não é considerado propriamente falando como um sociólogo em seu país de origem. Teórico e historiador da sociedade disciplinar (Baliza 19), continua ainda hoje exercendo influência sobre todo um conjunto de trabalhos que, particularmente nos EUA, analisam o lugar do poder e do saber nas relações sociais contemporâneas.

Baliza 19

Michel Foucault, teórico da sociedade

Embora em suas últimas obras, como *A vontade de saber* (1976), *O uso dos prazeres* (1984), *A preocupação consigo mesmo* (1984), tenha moderado consideravelmente as posições que podia defender em *A história da loucura na idade clássica* (1961) ou *Vigiar e punir* (1971), Michel Foucault é muitas vezes apresentado como o teórico de uma sociedade disciplinar que tem no universo carcerário a sua matriz emblemática. M. Foucault porém jamais reivindicou o título de sociólogo. Mas seus questionamentos sobre o poder, a exclusão, o universo prisional, a loucura, a enfermidade... muitas vezes o levaram para fora dos caminhos batidos da filosofia para ir caçar nas terras do historiador, do psicólogo e do sociólogo. Em *Vigiar e punir*, Foucault se questiona assim a que imperativos responde o nascimento das instituições carcerárias (prisões, penitenciárias, fortalezas) que se desenvolvem em larga escala a partir da segunda metade do século XVIII na Europa. Para Foucault, essa data corresponde a um momento crucial na história da punição. Até o século XVIII, com efeito, a punição é apresentada em cena pública: as execuções misturam condenado e população, a tortura e os suplícios são aplica-

dos em praça pública. A seguir, "no fim do século XVIII, malgrado alguns grandes clarões, a sombria festa punitiva vai se extinguindo". Com o Século das Luzes, durante o qual não se cessa de celebrar a razão e a liberdade, vai se estabelecer um esquema de humanização das penas. A punição é progressivamente substituída por um sistema prisional: agora não se trata tanto de supliciar, mas de corrigir, de reintegrar o preso graças a um verdadeiro sistema de "ortopedia social". Mas essa humanização não é o puro produto de uma razão benevolente, mas é acima de tudo a reação a uma incapacidade, a do Ancien Régime que não é mais capaz de enfrentar as profundas mutações que o angustiam, a principiar por um crescimento demográfico que incha as populações de nômades, de alunos, de hospitalizados... Para controlar esse imponderável, o poder se ancora mais solidamente na carne da sociedade graças a um trabalho mais fino sobre o corpo social: percebe-se que é agora mais eficaz vigiar que punir, visto que, produzindo a imagem do delinqüente, é fácil justificar um controle estrito da população. Abre-se deste modo a era da normalização: nas prisões, mas também na caserna, nos hospitais, nas escolas, nas fábricas... forja-se uma nova disciplina que visa distribuir os indivíduos no espaço segundo um princípio de clausura. É o momento do grande enclausuramento. Quer se procure fixar os andarilhos e os mendigos, os militares, a mão-de-obra ou os estudantes, o princípio é sempre o mesmo: é necessário fixar essas massas em movimento em lugares cercados (caserna, prisão, escola...) e depois dividir, funcionalizar o espaço atribuindo a cada indivíduo o seu lugar e o seu nível. Em suma, pela vigilância, a normalização e o confinamento, controla-se o menor, o louco, o delinqüente, o enfermo... Deste modo, o que é de espantar, conclui Foucault, se a prisão se assemelha às fábricas, às escolas, às casernas, aos hospitais, se todos são semelhantes às prisões?

1.3. Semiologia e estruturalismo genético

Ao se decidir a interpretar semiologicamente alguns fatos sociais a partir da sua natureza simbólica, Roland Barthes (*Sistema da moda*, 1967) explora outra face da análise estrutural. A partir de co-

mentários de moda publicados em duas revistas femininas, Barthes decifra um código relativo ao vestuário, código no qual uma classe de significantes (o vestuário) é posta em relação com uma classe de significados (o mundo ou a moda). "Os impressos (significante) triunfam nas corridas (significado): por detrás da funcionalidade aparente do nexo (impressos-corridas) que constitui esse enunciado se esconde, assim como na lingüística, uma relação arbitrária. Mais ainda, para Barthes, a sociedade se diz a si mesma no modo como diz a moda.

> A sociologia da moda – escreve Barthes – está completamente voltada para o vestuário real; a semiologia, para um conjunto de representações coletivas. A escolha da estrutura oral atrai, portanto, não para a sociologia, mas para a sócio-lógica, postulada por Durkheim e Mauss; a descrição de moda não tem somente por função propor um modelo à cópia real, mas também e, sobretudo, difundir amplamente a moda como um sentido (Roland Barthes. *Système de la mode. Op. cit.*).

Em suma, produzir uma análise estrutural do discurso da moda significa apreender a trama do imaginário social contemporâneo que fundamenta esse discurso.

Uma segunda utilização original da análise estrutural se deve a um ex-aluno de Piaget, Lucien Goldmann. Rejeitando a idéia de estruturas permanentes e universais, Goldmann afirma que estas últimas, "constitutivas do comportamento humano, na realidade não são dados universais, mas fatos específicos oriundos de uma gênese passada e que estão sofrendo transformações que esboçam uma evolução futura" (*Marxismo e ciências humanas*, 1970). Pode-se falar, neste sentido, de estruturalismo genético. Para Goldmann, todo fenômeno pertence a um número maior ou menor de estruturas de níveis diferentes (as totalidades relativas) e, em cada um desses níveis, assume uma significação particular. No fim das con-

tas, a noção de estrutura exige um esforço compreensivo (é necessário que se leve em conta a coerência interna de um fenômeno) e explicativo (deve-se inscrever a estrutura descoberta em uma estrutura mais ampla).

Em seus trabalhos de sociologia da criação literária, Goldmann é o primeiro a se submeter a essas injunções metodológicas (Texto 31). Ele rompe então com uma análise marxista "vulgar", que reduz a arte a um reflexo do real. Não se pode tampouco, pensa Goldmann, analisar uma obra literária apoiando-se sobre as intenções conscientes do seu autor. O que importa é descobrir uma estrutura, estrutura tanto mais significativa se o escritor é dotado de gênio.

Texto 31

GOLDMANN – Estruturalismo genético e literário

A sociologia estruturalista genética parte [...] de premissas [...]; gostaríamos de mencionar, aqui, cinco dentre as mais importantes.

1) A relação *essencial* entre a vida social e a criação literária não diz respeito ao conteúdo destes dois setores da realidade humana, mas somente às *estruturas mentais*, coisa que se poderia denominar as categorias que organizam ao mesmo tempo a consciência empírica de um certo grupo social e o universo imaginário criado pelo escritor.

2) A experiência de um único indivíduo é por demais breve e muito limitada para poder criar uma semelhante estrutura mental; esta não pode ser senão o resultado da atividade conjunta de um número considerável de indivíduos que se acham em uma situação análoga, isto é, que constituem um grupo social privilegiado, indivíduos que viveram por muito tempo e de maneira intensiva um conjunto de problemas e se esforçaram para encontrar para estes uma solução significativa. Isto quer dizer que as estruturas mentais ou, para usar um termo mais abstrato, as estruturas categoriais significativas não são fenômenos individuais, mas fenômenos sociais.

3) A relação já mencionada entre a estrutura da consciência de um grupo social e aquela que rege o universo da obra constitui, nos casos mais favoráveis para o pesquisador, uma homologia mais ou menos rigorosa, todavia, muitas vezes, também uma simples relação significativa.

Pode portanto acontecer, nesta perspectiva, e acontece até na maioria das vezes, que *conteúdos inteiramente heterogêneos, e mesmo opostos, sejam estruturalmente homogêneos ou então se encontrem em uma relação funcional no plano das estruturas categoriais.*

Um universo imaginário absolutamente estranho na aparência à experiência empírica, o de um conto de fadas, por exemplo, pode ser rigorosamente homólogo, na sua estrutura, à experiência de um grupo social particular ou, pelo menos, estar ligado a ela de maneira significativa. Não há tampouco nenhuma contradição entre a existência de uma relação íntima da criação literária com a realidade social e histórica e a mais poderosa imaginação criadora.

4) Nesta perspectiva, os pontos culminantes da criação literária podem não apenas ser estudados tão bem como as obras médias, mas se revelam mesmo particularmente acessíveis a investigação positiva. Por outro lado, as estruturas categoriais com as quais opera este gênero de sociologia literária constituem precisamente aquilo que confere à obra a sua unidade, isto é, um dos dois elementos fundamentais do seu caráter especificamente estético e, no caso que nos interessa, da sua qualidade propriamente literária.

5) As estruturas categoriais, que regem a consciência coletiva e são transpostas para o universo imaginário criado pelo artista, não são nem conscientes nem inconscientes no sentido freudiano da palavra que supõe um recalque, mas processos não conscientes do mesmo tipo, sob certos aspectos, daqueles que regem o funcionamento das estruturas musculares ou nervosas e determinam o caráter particular de nossos movimentos e de nossos gestos, sem com isso serem nem conscientes nem recalcados (L. Goldmann. *Marxisme et sciences humaines*. Paris, Gallimard, 1970, p. 57-59 [Coll. Idées]).

> o escritor genial nos parece aquele que consegue realizar a síntese, aquele cuja obra é ao mesmo tempo a mais imediata e a mais refletida, porque a sua sensibilidade coincide com o conjunto do processo e da evolução histórica (Lucien Goldmann. *Recherches dialectiques*, 1959).

Em seus escritos, Goldmann mostra assim a relação entre forma do romance e estrutura do mundo social onde ela se desenvolve, o nexo entre o romance como gênero literário e a sociedade individualista moderna.

2. Além do estruturalismo

Quer se trate de seus fundamentos teóricos ou de suas aplicações empíricas, o estruturalismo forneceu matéria para inúmeras polêmicas e controvérsias. Houve quem pudesse, por exemplo, censurar Claude Lévi-Strauss, em primeiro lugar, por sua ignorância relativa da história, sua incapacidade para integrar corretamente os fenômenos políticos em um quadro analítico etc. Mas, de modo mais fundamental, é por ter muitas vezes anunciado a morte do sujeito caindo em uma certa forma de determinismo, que a análise estrutural sofre os ataques repetidos da crítica (cf., por exemplo, Luc Ferry e A. Renault. *La Pensée 68*, 1985). O declínio progressivo desse modo de pensar o social a contar da segunda metade dos anos 1970 favorece, então, de maneira quase reativa, o retorno vigoroso das diversas teorias do ator.

Como estão persuadidos de que, apesar de tudo, as estruturas pesam seriamente sobre a ação social, mas como não aceitam igualmente fixar-se em uma falsa oposição de tipo individualismo-holismo, muitos sociólogos olham as coisas de modo a não hipertrofiar nem este nem aquele dos dois pólos indivíduo-sociedade. Esta perspectiva se acha amplamente presente na sociologia estrutural de Peter Blau, na teoria da estruturação de Anthony Giddens ou

ainda na obra evolutiva composta por Pierre Bourdieu (estruturalismo genético). Mais recente, a análise das redes mobiliza a energia de numerosos pesquisadores europeus e norte-americanos. Essa abordagem lança sobre o tema uma luz tão original como complementar, dado que permite explicar, também, a densidade sociológica da noção de estrutura.

2.1. Troca, organizações e valores – A sociologia estrutural de Peter Blau

A alquimia teórica do sociólogo americano Peter Blau (*Exchange and Power in Social Life*, 1964) é um composto de dois elementos simples: a microssociologia de George Homans e a integração das estruturas. Homans, voltaremos ainda a ele (ver Capítulo 8), analisa o vínculo social em termos de trocas, trocas restritas a ações contingentes e que emergem, se estabilizam... com a condição de propiciar vantagens aos protagonistas da interação. Blau apodera-se dessa intuição e a estende para um horizonte muito mais macrossocial, o das estruturas (Blau designa sob o termo de estrutura as posições sociais e as relações entre essas posições sociais).

Para esclarecer as modalidades da passagem do micro ao macro, Blau esboça em primeiro lugar uma teoria dos grupos e das organizações: os indivíduos se agregam a um grupo quando calculam que as vantagens dessa adesão são superiores ao custo. Mas para serem aceitos devem oferecer ou, em todos os casos, dar a impressão que estão em condição de também oferecer vantagens aos membros do grupo. Blau reconhece a seguir que o mecanismo de funcionamento dos grandes organismos sociais difere das lógicas microinterativas. O mecanismo de mediação entre o escalão micro e a estrutura social é o das normas. Neste último nível, o processo de troca se torna indireto: o membro de um grupo se conforma com as normas deste grupo e recebe em contrapartida uma aprovação, muitas vezes silenciosa e implícita, do seu comportamento. Assim, enquanto as damas de caridade de antigamente davam aos pobres e

recebiam diretamente, como compensação, gratidão e reconhecimento, os membros da classe superior de nossos dias realizam operações filantrópicas em conformidade com as expectativas normativas da classe a que pertencem. Ganham deste modo a aprovação dos seus pares (troca indireta) e não o reconhecimento imediato das pessoas que se beneficiam com suas dádivas.

O esclarecimento deste tipo de mecanismo permite avançar mais um passo na ascensão para o macrossocial. Blau evoca aqui a possibilidade de trocas entre grupos sociais nos níveis mais elevados. O consenso sobre os valores serve de base a fim de estender o espectro das transações para além dos meros contatos diretos e compreender, sobretudo, como se perpetuam as estruturas sociais. Neste quadro, Blau enumera quatro tipos de valores com funções diferenciadas. Os primeiros se acham a serviço da integração e da solidariedade, unem os membros de um grupo em torno de temas como o patriotismo ou a excelência escolar. Os segundos servem para avaliar certos bens que circulam no modo da troca indireta: se um indivíduo presta serviço a um segmento da comunidade, os valores unanimemente aceitos permitirão então avaliar o alcance dessa contribuição e recompensar esse indivíduo de maneira apropriada (atribuindo-lhe por exemplo um grau social superior). Cabe ao terceiro tipo de valores a função de legitimar a autoridade de certas pessoas (os empregadores, os presidentes...) e justificar por conseguinte o poder que estes últimos detêm. Vetor simétrico, os valores de oposição (ou de revolução), último tipo, favorecem a extensão das vontades de mudança relativamente à ordem estabelecida. Esses valores (socialismo ou anarquismo, por exemplo, em uma sociedade capitalista) dão legitimidade à oposição àqueles cujo poder é estabilizado graças aos valores de autoridade.

2.2. Teoria da estruturação e dualidade do estrutural

Anthony Giddens, nascido em 1938, professor em Cambridge e depois Diretor da *London School of Economics and Political Science*, é uma figura exponencial da sociologia britânica contemporânea. Autor de uma obra abundante e ao mesmo tempo de difícil acesso em vista de sua forte aridez teórica (*New Rules of Sociological Method*, 1976. – *Central Problems in Social Theory*, 1979. – *The Constitution of Society*, 1984. – *Modernity and Self-Identity*, 1991. – *The Transformation of Intimacy*, 1992. – *In Defense of Sociology*, 1996), mas também de um volumoso manual de referência (*Sociology*, 1989), Giddens é enfim o homem que une teoria e ação: conselheiro de Tony Blair, engajou-se na promoção de uma "terceira via" que ambiciona transcender as clivagens políticas tradicionais (*Beyond Left und Right*, 1994).

Além dos trabalhos sobre a sociedade industrial ou sobre a história social do amor e da sexualidade, deve-se a Giddens uma teoria da estruturação que tem por explícita ambição superar a oposição entre subjetivismo e objetivismo. Para isto, Giddens reconhece logo de início que os agentes sociais são dotados de competências: conhecem o mundo em que atuam, são capazes de ações racionais e intencionais, podem explicar os atos realizados... No entanto, essas ações se vêem capturadas nas redes múltiplas e difíceis de dominar do inconsciente e das conseqüências não intencionais da ação. Além disso constata Giddens, a atividade social mais corriqueira de todos os dias é menos determinada por motivações diretas do que pela rotina que é um meio de reduzir as fontes da angústia.

No intuito de articular teoria da ação e processos de reprodução social, Giddens desconstrói o conceito de estrutura distinguindo, por uma parte, o estrutural, "conjunto de regras e de recursos organizados de maneira recursiva" e, por outra, os sistemas sociais (conjuntos estruturais) que são manifestações espácio-temporais situadas (relações entre atores ou coletividades, reproduzidas e organizadas enquanto práticas sociais regulares). Nessa etapa do raciocínio, Giddens evoca um processo de estruturação, a fim de designar as condições que regem a continuidade ou a transformação das estruturas. Insistindo assim sobre a dimensão dinâmica da for-

mação do social, e este é o alcance que ele pretende dar à noção de "dualidade do estrutural" (Texto 32), Giddens quer, sobretudo, significar que as características estruturais dos sistemas sociais são ao mesmo tempo condições e resultados das atividades realizadas pelos agentes que fazem parte desses sistemas, pois, efetivamente, "na reprodução dos sistemas de interação, os atores utilizam modalidades de estruturação e, ao mesmo tempo, reconstituem as propriedades estruturais desses sistemas (*La Constitution de la société*, 1984 [Trad. francesa, 1987]).

Texto 32

GIDDENS – A dualidade do estrutural

O estrutural, as estruturas	**Os sistemas sociais**	**A estruturação**
Regras e recursos, ou conjunto de relações de transformação, organizados enquanto propriedades de sistemas sociais.	Relações entre atores ou coletividades, reproduzidas e organizadas enquanto práticas sociais regulares.	Condições que regem a continuidade ou a transmutação das estruturas e, por via de conseqüência, a reprodução dos sistemas sociais.

Em síntese, o estrutural, enquanto conjunto de regras e recursos organizados de modo recursivo, está fora do tempo e do espaço, à exceção da sua atualização e coordenação sob a forma de traços mnésicos. Além disso, o estrutural se caracteriza por uma "ausência do sujeito". Enfim, está engajado de modo recursivo nos sistemas sociais que, contrariamente ao estrutural, se compõem das atividades espácio-temporalmente situadas dos agentes humanos que reproduzem estas últimas no tempo e no espaço. O estudo da estruturação dos sistemas sociais é o estudo dos modos pelos quais estes sistemas, que se baseiam nas atividades de atores competentes, situados no tempo e no espaço, lançando mão de regras e recursos em uma diversidade de contextos de ação, são produzidos e reproduzidos na interação destes atores, e por ela. No centro da idéia de estruturação encontramos a dualidade do estrutural que, no plano lógico, deriva das afirmações precedentes. A constituição dos agentes e a constituição das estruturas não são dois fenômenos independentes, um dualismo: trata-se antes de uma dualidade. Segundo a dualidade do estrutural, as propriedades estruturais dos sistemas sociais são ao mesmo tempo o *medium* e o resultado das práticas que organizam de modo recursivo. O estrutural não é "exterior" aos agentes: enquanto traços mnésicos e enquanto atualizado nas práticas sociais, é, no sentido durkheimiano, mais "interior" que exterior a suas atividades. O estrutural não é apenas coerção; ele é ao mesmo tempo coercitivo e habilitante. Isso não impede que as propriedades estruturadas dos sistemas sociais se estendam, no tempo e no espaço, muito além do controle que pode exercer aí cada ator. O que precede não impede tampouco que possa haver sistemas sociais reificados em teorias produzidas por atores que, pelas suas atividades, contribuem para a constituição e a reconstituição destes mesmos sistemas. A reificação das relações sociais ou a "naturalização", sob a forma de discurso, das circunstâncias e dos produtos historicamente contingentes da ação humana, constitui uma das principais dimensões da ideologia na vida social (A. Giddens. *La constitution de la société* (1984). Paris, PUF, 1987, p. 74-75 [Coll. Sociologie]).

2.3. O estruturalismo genético de Pierre Bourdieu

Outra figura de proa das ciências sociais contemporâneas, Pierre Bourdieu (1930-2003), foi titular da cátedra de sociologia no Collège de France. Filósofo por formação, Bourdieu se tornou conhecido inicialmente por seus trabalhos de etnologia (*Esboço de*

uma teoria da prática, 1972). Analisa assim o desafio à maneira como Mauss explicava o *potlatch*. Mostra-se por outro lado interessado no parentesco e aponta falhas no estruturalismo clássico ao mostrar que, na sociedade kabyla, o casamento com a prima paralela é o produto de uma estratégia coletiva e não a aplicação sistemática de uma simples regra (Texto 33). Descreve finamente a casa kabyla e mostra claramente como funciona segundo o modelo do mundo invertido etc.

Texto 33

BOURDIEU – O casamento na sociedade kabyla

A estratégia coletiva que conduz a este ou àquele "lance" (no caso do casamento ou em qualquer outro domínio da prática) não é outra coisa senão o produto de uma combinação das estratégias dos agentes interessados que tende a conceder a seus respectivos interesses o peso correspondente à sua posição no momento considerado na estrutura das relações de poder doméstico. É digno de nota, com efeito, que as negociações matrimoniais sejam realmente um assunto tocante a todo o grupo, com cada membro representando seu papel em seu momento e podendo por esse fato contribuir para o bom êxito ou para o fracasso do projeto: são primeiro as mulheres, encarregadas dos contatos oficiosos e revogáveis, que permitem entabular as negociações semi-oficiais, conduzidas pelos homens, sem correr o risco de alguma negativa humilhante; são os notáveis mais representativos da parentela de representação que, agindo como fiadores com expresso *mandato* da vontade do grupo e como porta-vozes explicitamente *autorizados*, trazem a sua mediação e a sua intercessão e ao mesmo tempo um testemunho claríssimo do capital simbólico de uma família capaz de mobilizar homens de tamanho prestígio; são afinal os dois grupos em sua totalidade que intervêm na decisão submetendo a uma discussão acalorada os projetos matrimoniais, os relatórios da acolhida concedida às propostas dos delegados e a orientação que se há de dar às negociações ulteriores. Isto sig-

nifica, de passagem e pensando nos etnólogos que se consideram satisfeitos quando caracterizaram um matrimônio só pela determinação genealógica, que através da representação quase teatral que o parentesco de representação dá por ocasião do matrimônio, os dois grupos efetuam um inquérito sistemático visando estabelecer o universo completo das variáveis características não somente dos dois cônjuges (idade e, sobretudo, diferença de idades, história matrimonial anterior, grau de nascimento, relações de parentesco teórico e prático com o detentor da autoridade na família), mas também do seu grupo, a saber a história econômica e social das famílias que contraem aliança e dos grupos maiores aos quais pertencem, o patrimônio simbólico, e em particular o capital de honra e de homens de honra de que dispõem, a qualidade da rede de alianças com a qual podem contar e dos grupos a que tradicionalmente se opõem, a posição da família no seu grupo – particularmente importante porque a exibição de parentes de prestígio pode dissimular uma posição dominada em um grupo eminente – e o estado das relações que ela mantém com os outros membros do seu grupo, isto é, o grau de integração da família (indivisão etc.), a estrutura das relações de força e de autoridade na unidade doméstica (e, em particular, quando se trata de casar uma filha, no universo feminino), etc. (P. Bourdieu. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève/Paris, Droz, 1972, p. 118-119).

Da análise estrutural Bourdieu vai herdar uma intuição fundamental: a da importância dos sistemas de relação (entre indivíduos, grupos e classes) para compreender os fenômenos sociais. Bourdieu critica e corrige apesar de tudo o método estruturalista de dois modos. Ele critica primeiramente essa análise pelo fato de ignorar o sentido que os agentes conferem a seus atos, sentido que no entanto orienta a sua prática. À noção de regra Bourdieu acrescenta, em segundo lugar, a de estratégia. Isto é importante, caso se queira considerar que os agentes sociais têm capacidade para enfrentar situações imprevistas sem cessar novas. Nos diversos terrenos da

vida social, eles sabem como equilibrar meios e fins para conseguir bens escassos (capitais e legitimidade).

Nesta perspectiva, Bourdieu define a sociedade como um espaço pluridimensional em que se posicionam grupos sociais. O valor discriminante dessas posições relativas aparece no jogo diferenciado das práticas: nem todos os gostos musicais, por exemplo, têm o mesmo valor social, e o fato de ouvir esta ou aquela música contribui para classificar os indivíduos no espaço social. Bourdieu administra a prova empírica a esse propósito quando se interessa pelo número de visitas aos museus ou pela prática da fotografia (*Uma arte média*, 1965. – *O amor à arte*, 1966). Mas é possível também definir a sociedade como um mecanismo que produz dominação (violência simbólica) e cujo funcionamento é amplamente coberto pelo véu da ignorância coletiva. Bourdieu acredita que a missão do sociólogo é pôr em evidência essas estruturas de dominação desconhecidas em primeira instância por aqueles que sofrem debaixo de sua pressão. Por isso, o sociólogo francês se interessa tanto pelos grupos postos à margem da sociedade (*A miséria do mundo*, 1993. – *A dominação masculina*, 1998).

Apesar de introduzir nele notáveis alterações, Bourdieu mantém igualmente do estruturalismo a lição particular de Erwin Panofsky (*Arquitetura gótica e pensamento escolástico*, 1967), autor que pôde mostrar que os arquitetos das catedrais góticas reproduziram os modelos de lógica e de racionalidade típicos da sua educação escolástica. Noutras palavras, uma mesma visão do mundo vai estruturar diferentes esferas sociais, diferentes campos de reflexão e ação; existe uma homologia estrutural que liga discurso escolástico e concepção arquitetural. Para aplicar este tipo de esquema à análise sociológica, Bourdieu decide reativar uma antiga noção de origem filosófica, a noção de *habitus* [*habitus*, palavra latina, conota costume, jeito de ser, aparência corporal] (Texto 34). O *habitus* é um princípio que estrutura a percepção e o modo de agir dos agentes sociais. O *habitus* é

ao mesmo tempo uma forma incorpórea da ação das estruturas e em particular da classe social de pertença. Assim, quanto mais os indivíduos pertencem a grupos sociais semelhantes, tanto mais os seus hábitos se assemelham.

A sociologia do consumo, tal como Bourdieu a desenvolveu, ilustra bem esta afirmação. As práticas de consumo, afirma o sociólogo, são governadas por gostos socialmente definidos por um hábito de classe. As classes populares atestam uma preocupação funcionalista (em oposição ao parecer das classes médias) que se mostra nas opções alimentares.

Texto 34

HÉRAN – A noção de *habitus*: fragmentos genealógicos

O caso que se vai estudar aqui apresenta a particularidade de concentrar em grau extremo todas as questões que se acaba de evocar, isto é, ao mesmo tempo as relações de um autor com seus predecessores, as do sociológico e do pré-sociológico, as do vocabulário sociológico e da linguagem ordinária. Trata-se da noção de *habitus* e de algumas noções a ela estreitamente ligadas, como a de *esquema*, ou que a acompanham, como as de interesse ou de estratégia, no uso que Pierre Bourdieu faz delas há uns vinte anos [...].

Sabe-se que o *habitus* de Santo Tomás e dos escolásticos é o equivalente direto da *hexis* de Aristóteles, segundo a tradição desde o início do século V por Boécio. Mas o que significava *hexis*? A referência a esta noção é dupla na obra de Aristóteles: ela aparece na teoria do juízo, por um lado, e na teoria do movimento, do outro, sem que as duas referências sejam explicitamente articuladas. Com a substância, a qualidade, o agir, o sofrer, etc. a *hexis* tem seu lugar na famosa lista das dez "categorias", que são as maneiras de se falar de uma pessoa, de lhe atribuir predicados. Para ilustrar essa forma de predicação, Aristóteles oferece curiosos exemplos: o homem "está calçado" (*hypodedetai*), o homem

"está armado" (*hoplistai*). Émile Benveniste mostrou que essa categoria correspondia morfologicamente a predicados com a forma de verbos gregos conjugados no *médio* e não no passivo ou no ativo, e que esses verbos estavam ademais no *perfeito*. Ora, essas duas modalidades definem de maneira bastante exata a natureza do *habitus* ou do hábito: o uso da voz média em grego implica que o objeto do verbo não é puramente exterior ao sujeito, mas o atinge pessoalmente; o tempo perfeito significa que a *hexis* é o resultado atual de uma ação no passado (a pessoa "se calçou", "vestiu" o seu equipamento de hoplita etc.).

Esta dupla observação do lingüista destaca aquilo que as categorias filosóficas devem às categorias da linguagem ordinária. A esta altura da investigação, não se pode deixar de perguntar sobre a matriz do *habitus-hexis*: o verbo "ter" (*habere* ou *echein*) que nos parece precisamente o mais ordinário dos verbos, embora esteja longe de existir em todas as línguas. Esse verbo apresenta duas propriedades notáveis que explicam muitas particularidades do *habitus*. A primeira é denotar um processo que não é *nem ativo nem passivo*. [...] A segunda propriedade do verbo "ter" é a sorte que ele conheceu mais tarde como verbo auxiliar na maioria das línguas européias. Seguindo-se a gênese desta "auxiliação", percebe-se que a linguagem usual procurou remotivar todas as implicações do perfeito expondo ao estado operatório o equivalente de uma tese sobre o *habitus*. O passado construído com "ter" designa com muita exatidão a posse de um *habitus* individual constituído no curso das experiências de percepção e de julgamento. Mais tarde, a auxiliação do verbo "ter" se estendeu a todos os outros tipos de experiência: é possível "ter feito" de tudo. Mas o núcleo do *habitus* reside precisamente aí, nesta singular propriedade que permite a cada um estar sempre afetado por suas experiências passadas, tê-las ainda como adquiridas no momento da narrativa. Que maravilha o *habitus*! Graças a ele, pode-se ao mesmo tempo "ser" e "ter sido" (F. Héran. A segunda natureza do habitus. *Revue française de sociologie*, XXVII-3, jul.-set./1987, p. 387-388, 398-399).

> Poder-se-ia, a propósito das classes populares, falar de comida livre tal como se fala de falar livremente. A refeição é posta sob o signo da abundância (sem excluir as restrições e os limites) e, sobretudo, da liberdade: fazem-se pratos "elásticos" que "abundam", como as sopas ou os molhos, as massas ou as batatas (quase sempre associadas aos legumes) e que servidas com a concha ou com a colher, evitam ter de medir muito e contar, ao contrário de tudo aquilo que se corta, como os assados (Pierre Bourdieu. *La distinction*. Paris, Éd. de Minuit, 1979).

Para balizar o espaço social e identificar a diversidade das práticas, percebe-se a necessidade de um padrão. Eis porque, além do *habitus*, Bourdieu leva em conta um segundo vetor determinante: o volume de capital de posse dos agentes sociais. O capital não se reduz, neste esquema, a um conjunto de riquezas materiais. Impõe-se acrescentar-lhe o capital cultural (capacidades intelectuais, bens culturais possuídos e títulos acadêmicos) e o capital social (relações sociais). Munido com esses instrumentos, pode então o sociólogo retornar à questão das classes sociais. Para Bourdieu, as classes dominantes se distinguem hoje por uma rica dotação de capital. Em seu seio, os dominantes-dominantes (burguesia de Estado) são providos de um enorme patrimônio de capital econômico, cultural e social. Os dominantes-dominados (profissionais liberais...) se acham melhor equipados em termos de capital cultural, porém menos ricos de capital econômico. Essas classes dominantes sabem usar habilmente a distinção para afirmar uma identidade própria e impor a todos, legitimando-a, uma certa visão do mundo social. Quanto às classes dominadas, estas possuem um magro capital econômico acumulado através da ascese e do sacrifício (pequenos-burgueses) ou, quando desprovidas de tudo, mostram-se capazes de se reproduzir perpetuando os seus valores (operários). Na extremidade da escala social, enfim, os excluídos (os bóias-frias,

por exemplo) não possuem nenhuma forma de capital exigível no mundo urbano.

Da mesma forma que a sociologia bourdieusiana dos anos 1970 se apresenta inscrita sob o selo da reprodução e de um determinismo rígido, assim também os anos 1980 assinalam uma inflexão notável que marca uma certa convergência com o individualismo metodológico. Bourdieu desenvolve, com efeito, uma teoria da prática que pode resumir-se, como o próprio autor sugere em *La distinction*, em uma fórmula lapidar: prática = (habitus x capital) + campo. Assim, como o atesta o uso do conceito de campo, Bourdieu raciocina de modo preferencial em termos de lutas de classificação e não tanto em termos de luta de classes. Mas o que vem a ser um campo? O campo é a projeção, sobre um espaço social localizado, da oposição entre dominantes e dominados. Diretamente devedor, neste ponto, a Max Weber e a Norbert Elias, Bourdieu define mais exatamente um campo como um universo no qual as características dos agentes são definidas pelo lugar que ocupam em um certo espaço de relações objetivas. Quer se trate da moda (Texto 35), da ciência ou da política, a estrutura do campo é um estado das relações de força entre os agentes (dominantes e dominados) e as instituições envolvidos na luta. As lutas, travadas no campo, têm como objeto de disputa a apropriação de um ganho específico (político, científico...) assim como o monopólio da legitimidade ou, caso se prefira, a conservação e/ou a subversão da estrutura de distribuição do capital próprio do campo. Todos os agentes envolvidos em um campo têm portanto em comum um certo número de interesses fundamentais. Por esse fato, aqueles que participam da luta contribuem para a reprodução do jogo dado que, dominantes ou dominados, mantêm a crença no valor dos desafios.

Texto 35

BOURDIEU – O campo da alta costura

Minha tese se baseia sobre a homologia de estrutura entre o campo de produção desta categoria particular de produção de bens de luxo, os artigos da moda, e o campo de produção desta outra categoria de bens de luxo, que são os bens de cultura legítima, como a música, a poesia ou a filosofia etc. Por isso, ao falar da alta cultura não cessarei [...].

Começarei descrevendo muito rapidamente a estrutura do campo de produção da alta costura. Dou o nome de "campo" a um espaço de jogo, um campo de relações objetivas entre indivíduos ou instituições em competição para um desafio idêntico. Os dominantes neste campo particular, que é o mundo da alta costura, são aqueles que têm no sumo grau o poder de constituir objetos como raros pelo processo da "grife"; aqueles cuja grife tem o preço maior. Num campo, e esta é a lei geral dos campos, os detentores da posição dominante, aqueles que têm o máximo de capital específico, se opõem sob um número enorme de relações aos emergentes (tomo propositalmente de empréstimo à economia esta metáfora), recém-chegados, mas que chegaram tarde, recém-chegados que não possuem muito capital específico. Os antigos têm *estratégias de conservação* com o objetivo de obter lucro de um capital progressivamente acumulado. Os emergentes têm *estratégias de subversão* orientadas para uma acumulação de capital específico que supõe uma reviravolta mais ou menos radical da escala de valores, uma redefinição mais ou menos revolucionária dos princípios de produção e de apreciação dos produtos e, ao mesmo tempo, de uma desvalorização do capital nas mãos dos dominantes.

No decorrer de um debate televisivo entre Balmain e Scherrer, você poderia logo compreender, simplesmente pelo jeito de cada um falar, quem estava à "direita" e quem à "esquerda" (no espaço relativamente autônomo do campo). [...] Balmain fazia frases longuíssimas, um tanto pomposas, defendendo a qualidade francesa, a criação etc. Scherrer falava como um líder de maio

de 1968, isto é, com frases truncadas, reticências em toda a parte etc. Da mesma forma, destaquei na imprensa feminina os adjetivos mais freqüentemente associados com os diferentes costureiros. De um lado, você vai encontrar: "luxuoso, exclusivo, prestigioso, tradicional, requintado, selecionado, equilibrado, durável". No outro extremo: "superchique, kitsch, humorístico, simpático, engraçado, radiante, livre, entusiasta, estruturado, funcional". A partir das posições que os diferentes agentes ou instituições ocupam na estrutura do campo e que, neste caso, correspondem muito estritamente à sua antigüidade, pode-se prever, e em todo caso compreender, as suas tomadas de posição estéticas, assim como se exprimem nos adjetivos usados para descrever os seus produtos ou em qualquer outro indicado: quanto mais se vai do pólo dominante para o pólo dominado, tanto maior o número de calças nas coleções; tanto menor o número de provas; quanto mais cinzenta a moqueta, os monogramas são substituídos por vendedoras em minissaia e pelo alumínio; quanto mais se vai da margem direita para a esquerda (P. Bourdieu. *Questions de sociologie*. Paris, Ed. de Minuit, 1980, p. 196-199).

Para Pierre Bourdieu, os agentes sociais são vítimas da "magia social" das instituições que erigem em interesse específico os apelos ligados ao funcionamento de cada campo da prática. Este apelo é ao mesmo tempo interesse e ilusão (*illusio*, em latim, quer dizer: "lançar-se em um jogo e enganar-se", "jogar e ser o joguete de"). Pode-se então compreender o conceito de investimento definido como "inclinação a agir que se gera na relação entre um espaço de jogos propondo certos desafios (o campo) e um sistema de disposições ajustadas a este jogo (habitus)" (*Questões de sociologia*, 1980). Se é que há algum investimento, então os agentes sociais podem ter, conscientemente ou não, estratégias de longo prazo com vista, pelo jogo da metamorfose do capital, à valorização do seu patrimônio global (Texto 36).

Texto 36

CAILLÉ – Pierre Bourdieu e o econômico

A afirmação da causalidade econômica, por mais indireta e mediatizada que se queira, é muito massiva e freqüente na sua obra [a de Pierre Bourdieu] para que se possa fazer como se se tratasse de um simples adendo adventício que se poderia facilmente pôr de lado. Trata-se com certeza, aqui, não de superar a economia política, em um marx-estruturalismo indeterminado mas, repetimos, de generalizá-la. O que Bourdieu censura ao que ele chama de economismo não é o fato de hipostasiar o modelo do *Homo oeconomicus* e do cálculo dos interesses, de não ver que seu alcance e seu campo de validade são universais. "O economismo – escreve ele – não pode integrar nas suas análises e menos ainda nos seus cálculos nenhuma forma de interesse 'não econômico': como se o cálculo econômico não tivesse sido capaz de apropriar-se do terreno objetivamente entregue à impiedosa lógica do 'interesse nu', como diz Marx, a não ser abandonando uma ilhota de sagrado miraculosamente poupada 'pela água glacial do cálculo egoísta', asilo do que não tem preço, por excesso ou por falta" (*Le sens pratique*. Paris, Éd. de Minuit, 1988, p. 192). Em certo sentido Bourdieu está com a razão. A economia política efetivamente se constituiu tomando por base uma cisão entre o econômico e o resto, abandonado à sociologia ou a quem houvesse por bem ocupar-se com essas coisas vagas e destituídas de importância. Ora, o que tem em mira Bourdieu não é pensar o econômico – diversamente de Louis Dumont, por exemplo, e de modo mais geral do conjunto da tradição sociológica clássica – como um subconjunto da sociedade, mas ao contrário, conceituar a relação social como uma modalidade ampliada da relação econômica. Mas ele se engana claramente ao sugerir que esse esforço de generalização estaria reservado aos sociólogos, e como que interdito aos economistas. O essencial da tradição sociológica, e até Marx à sua maneira, partiu sempre do postulado inverso tentando mostrar, no mínimo, que a totalidade da relação social não podia ser absorvida, nem teórica nem prati-

camente, nas relações de mercado (cf. Nisbet. *La tradition sociologique*. Paris, PUF, 1985). Ao contrário, muitos economistas modernos, seguindo os passos de Milton Friedman e de Gary Becker, ampliam, da mesma forma que Bourdieu, mas independentemente dele, a análise econômica e a estendem à totalidade das esferas da prática social. A única diferença entre eles e Bourdieu é que são de inspiração neoliberal ali onde Bourdieu se inspira em um tipo de neomarxismo. Diferença que se deve levar em conta, é verdade, mas que não permite corroborar a idéia que a universalização do paradigma econômico seria tarefa reservada ao sociólogo (sobre este ponto, cf. A. Caillé. A sociologia do interesse é interessante? *Sociologie du travail*, 4, 1981) (A. Caillé. Crítica de P. Bourdieu – 1: O economismo. *Bulletin du Mauss*, 22, jun./1987, p. 138-139).

2.4. Estruturas e redes

Armados, da mesma forma que Giddens e Bourdieu, com esta mesma vontade de acabar com as oposições do tipo holismo/individualismo, os sociólogos que utilizam o enfoque pelas redes defendem, por seu turno, a extensão de um paradigma batizado de "neo-estruturalismo" nos EUA ou "interacionismo estrutural" na França. A intuição em virtude da qual as redes são suportes que determinam relações e práticas sociais não é certamente nova. Já se pode encontrá-la esboçada em autores como Célestin Bouglé ou Georg Simmel. Mas, sob o impulso particularmente de Harrison White (*Anatomy of Kinship*, 1965), as reflexões e os trabalhos não se desenvolvem em torno deste tema a não ser apenas a partir da segunda metade do século XX. De fato, as análises em termos de redes não se impõem plenamente no cenário sociológico a não ser a partir da década de 1980 (A. Degenne, M. Forsé. *As redes sociais*, 1994. – *Revue Française de Sociologie*, número especial: "redes sociais", XXXVI, 1995).

Conjunto de contatos diretos ou indiretos, uma rede é o produto de interações entre atores (indivíduos, famílias, empresas...). As redes estruturam, deste modo, cadeias de relações cujas características salientes (formas, densidade, prestígio...) se pode tipificar, graças à teoria dos grafos. Esta recensão das formas elementares da sociabilidade permite pôr em evidência a importância das relações (capital social). As sondagens empíricas de opinião mostram assim que quanto mais diversificada é uma rede, tanto mais rica é a informação adquirida por seus membros. Da mesma forma, quanto maior é uma rede, tanto maiores as suas chances de se diversificar. Hoje se sabe também que as redes têm efeitos diferenciados sobre a ação e as trajetórias dos atores. Neste espírito, há muitos terrenos que dão ensejo à investigação: relações de parentesco, sociabilidade, empresas e mercado de trabalho, campo do poder, ação coletiva etc.

O estudo de Mark Granovetter (*Getting a Job*, 1974) se configura sob este aspecto como um trabalho pioneiro. Com o auxílio de questionários e de diálogos, o sociólogo fez uma série de pesquisas de opinião em uma pequena cidade do Estado de Massachusetts, a fim de saber de que modo os seus interlocutores tinham conseguido arranjar um emprego. Os resultados são os seguintes: 56% por contatos pessoais, 19% por meios formais (anúncios, escritórios especializados...) e 19% por iniciativa pessoal. Mas a principal conclusão a que Granovetter chegou é outra: os que conseguem o melhor resultado (trabalho bem remunerado, estabilidade no emprego etc.) são pessoas que puderam mobilizar contatos profissionais ao invés das relações familiares ou de amizade. Noutras palavras, os vínculos fracos (contatos pouco freqüentes, fraca intensidade emocional, intimidade reduzida...) são mais eficazes que os vínculos fortes e as cadeiras relacionais curtas. Esta é, em suma, a tese da força dos vínculos fracos. Esse tipo de raciocínio fez escola. Neste espírito, Michael Suk-Young Chwe (Estrutura e estratégia na ação coletiva. *American Journal of Sociology*, vol.

105, n. 1, jul./1999) afirma, por exemplo, que a existência de vínculos fortes é, ao contrário, uma condição importante para permitir a ação coletiva quando se está lidando com pessoas que, em virtude das suas posições e desafios da ação, já se acham mais predispostas a se mobilizar.

Não sem parentesco imediato com a teoria dos vínculos fracos, a teoria dos buracos estruturais constitui outro resultado interessante desses enfoques pelas redes. Ainda que se preste a controvérsias, a tese de Ronald Burt (*Structural Holes: the Social Structure of Competition*, 1992) oferece nesta matéria uma ilustração de primeira ordem. Segundo a tese de Burt, quanto mais rica é uma rede em buracos estruturais (coisa que significa em suma "vazios entre contatos não redundantes") (Texto 37), tanto mais informações e meios de controle propicia àqueles que estão inseridos no seu seio. E efetivamente, depois de ter estudado a carreira interna de diferentes quadros de uma grande empresa, Burt constata que o tipo de rede determina com certeza, caso não se alterem todos os fatores, por outro lado, o destino profissional: os diretores postos em redes extensas e dotadas de muitos buracos estruturais terão a vantagem de uma carreira mais rápida que os outros.

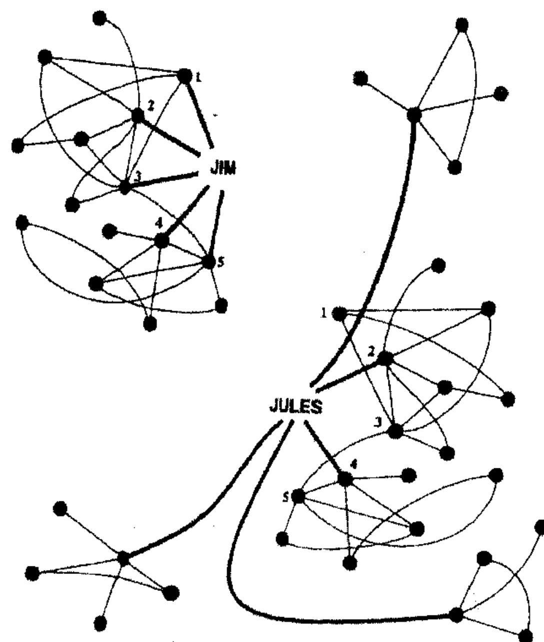
Texto 37

BURT – Buraco estrutural, o que é?

Em uma rede temos dois contatos redundantes, quando proporcionam os mesmos benefícios em informação. A coesão é um indicador de redundância: contatos fortemente conectados uns aos outros ministram provavelmente as mesmas informações, proporcionando assim os mesmos benefícios. A equivalência estrutural é outro indicador: contatos que, independentemente das relações que tenham entre si, ligam o diretor às mesmas terças

partes, têm as mesmas fontes de informação e proporcionam os mesmos benefícios. Os buracos estruturais são os vazios entre contatos não redundantes. O buraco é um tampão, tal como um isolador em um circuito elétrico. Dois contatos separados por um buraco propiciam benefícios de rede que se somam quanto menos se repetem. De modo geral, os contatos de um diretor se conhecem entre si, mas estão de fato desconectados por se acharem muito ocupados para se manter diretamente em relação.

A figura, a seguir, ilustra o papel dos buracos estruturais. Jules e Jim são dois diretores com o mesmo emprego. Jules foi promovido a esse cargo depois da saída de Jim. Jim realizava seu trabalho com uma rede de cinco contatos diretos, e estes ligados a dez contatos suplementares. No entanto, esses quinze contatos constituem apenas dois subconjuntos de contatos não redundantes. Os contatos 2 e 3 são redundantes na medida em que se acham ligados um ao outro e contactam as mesmas pessoas (critérios de coesão e de equivalência estrutural). Os contatos 4 e 5 são também redundantes. O contato 1 não está conectado diretamente ao 2, mas está ligado aos mesmos contatos secundários; 1 e 2 propiciam portanto benefícios de rede redundantes segundo o critério de equivalência estrutural. Os contatos 3 e 5 estão conectados, mas não são redundantes porque cada um contata subconjuntos diferentes de contatos secundários, sempre segundo o critério da equivalência estrutural. Quando Jules ocupa o posto de Jim, redefine o trabalho daquele. Utiliza menos contatos para se comunicar com os de Jim: o contato 2 permite ligar-se com o primeiro subconjunto da rede de Jim, o contato 4 o segundo subconjunto. O tempo e a energia economizados graças ao fato de utilizar menos elos podem ser aproveitados para se desenvolver novos contatos. Jules e Jim têm portanto o mesmo número de contatos, mas a rede de Jules é mais rica em buracos estruturais.



R. Burt. O capital social, os buracos estruturais e o empresário. *Revue Française de Sociologie*, XXXVI, 1995, p. 602-603.

PARTE III
Contradições do social

6.

Depois de Marx: teorias críticas e sociologias radicais

Acusado inúmeras vezes, por causa de um determinismo econômico insuportável ou ainda em vista dos objetivos militantes que veicula, o marxismo jamais foi capaz de estabelecer posição hegemônica no seio do campo sociológico dos países industriais e democráticos. E ainda por cima, mesmo que tenha inspirado, e inspire ainda, um número não desprezível de trabalhos sociológicos, Marx é o objeto de (re)leituras muitas vezes contraditórias: embora alguns autores, no início do século XX, tenham voltado às fontes hegelianas do pensamento marxiano, os anos 1960 consagram, com o filósofo francês Louis Althusser, uma visão teórica anti-humanista da obra de Marx (cf. *supra*). Esta leitura, sem dúvida alguma, não obtém um consenso geral. Mas fica sempre de pé que em sociedades industriais, que começam a duvidar da perfeição do próprio modelo de desenvolvimento, Marx encontra um novo vigor nos anos 1960. O livro de Henri Lefebvre – *Sociologia de Marx* (1966) – não mostrava que se Marx não tinha sido sociólogo, existiria, apesar de tudo, a possibilidade de uma sociologia marxista? O sucesso dos teóricos da Escola de Frankfurt (de Marcuse particularmente no momento das revoltas estudantis que sacodem a Europa e os EUA) e a afirmação de uma sociologia radical nos EUA

atestam a atualidade de um pensamento crítico amplamente corrigido dos seus lastros iniciais. Com os anos 1980, o pêndulo se move em sentido completamente contrário. Surgem interpretações que pretendem conjugar Marx com a filosofia analítica de matriz anglo-saxã e estas expurgam, deste modo, do marxismo o potencial subversivo que lhe estava associado.

1. (Re)leituras de Marx

1.1. Ideologia e utopia

A obra de Marx constitui por si só um continente intelectual que foi e continua sendo explorado de múltiplas maneiras. Com as obras de Karl Korsch, Georg Lukács e Antônio Gramsci (Baliza 20), os trabalhos de Karl Mannheim constituem, sem dúvida, no início do século XX, uma das tentativas mais vigorosas de superação

Baliza 20

Quatro figuras marxistas heterodoxas

Georg Lukács (1885-1971)

Antes de sua autocrítica, este autor húngaro publica *História e consciência de classe* (1923), pedra crítica no jardim do marxismo ortodoxo economicista e do revisionismo. Além dos trabalhos sobre a literatura (*Teoria do romance*, 1920), deve-se a Lukács uma reflexão sobre a alienação como reificação e falsa consciência. A sociedade capitalista tem a tendência a transformar os seres e as coisas em simples mercadorias. Ela insufla deste modo o esquecimento e a perda do sentido.

Antônio Gramsci (1891-1937)

Comunista italiano que morreu depois de haver passado uma década nas prisões de Mussolini. Gramsci rompe com o revisionismo e

defende um original ponto de vista materialista. Gramsci utiliza a noção de "bloco histórico" para designar a ligação dialética, e não mecânica, entre infra-estrutura e superestrutura. Para ele, a classe dominante retarda o jogo explosivo da contradição entre estes dois níveis graças a uma ação hegemônica (múltiplas formas de influência sociopolítica que garantem a coesão da sociedade). O Estado, o direito, a ideologia, a escola, a religião, a cultura... tudo isto deve ser considerado, neste sentido, como instrumentos de poder cuja eficácia não provém exclusivamente da dominação econômica ou da pura coerção, mas também da moral, da cosmovisão e do senso comum veiculado na sociedade.

Karl Mannheim (1893-1947)

Exilado húngaro, que se refugia na Alemanha e mais tarde na Inglaterra, Mannheim inscreve a sua reflexão em um sulco hegeliano-marxista. Sofre igualmente a influência da sociologia do conhecimento de Max Scheler (*Probleme der Wissensoziologie*, 1924) e da sociologia compreensiva alemã. Ainda que tenha publicado estudos notáveis sobre a família, as gerações e as transformações culturais (*Mensch und Gesellschaft im Zeitalter des Umbaus*, 1935), a sua obra mais célebre ainda é *Ideologia e utopia*, de 1929.

Karl Korsch (1896-1961)

Este militante comunista alemão, que se costuma associar à ultra-esquerda radical e à crítica do revisionismo marxista, alimenta a persuasão, pelo menos em seu *Marxismo e filosofia*, de 1923, que não se poderia esmigalhar o marxismo em uma série de disciplinas múltiplas (economia política, sociologia, história...) e que importa, acima de tudo, mantê-lo na sua função primeira de teoria da revolução em prol da classe proletária. Nos EUA, para onde finalmente emigrou, vai colaborar com o psicossociólogo Kurt Lewin (teórico dos campos e da dinâmica de grupo).

da análise marxista ortodoxa. Apesar de Mannheim não se haver restringido apenas ao campo da sociologia do conhecimento (ele é um dos primeiros a tratar cientificamente a questão das gerações), seu nome continua, no entanto, associado a este domínio de investigação. O livro *Ideologia e Utopia*, publicado em 1929, defende uma tese impregnada de sentido, aquela em virtude da qual "o pensamento é um processo determinado por forças sociais reais". Partindo desse postulado, Mannheim procura dar um conteúdo à sociologia do conhecimento: tratar-se-á de estudar a transformação de certos projetos e interesses próprios dos grupos sociais em teorias, doutrinas e movimentos intelectuais.

Mannheim começa balizando o terreno com o auxílio de uma dupla definição de ideologia. Segundo ele, ideologia significa, em primeiro lugar, no sentido particular, que um interesse especial pode ser a causa de uma certa mentira ou de um engano. Em seu sentido pleno, ela revela uma correspondência entre a situação de um grupo social e um ponto de vista dado. Essa concepção total desencadeia então uma dinâmica de percepção global do mundo (*Weltanschauung*). Para escapar a um relativismo destruidor (não existiria verdade em si, na medida em que todo pensamento é determinado por um conjunto de interesses sociais), Mannheim procura descobrir por que meios o pensamento pode libertar-se de todo determinismo ideológico. Sua resposta se desdobra em duas faces. Ele defende em primeiro lugar uma tese "relacionista": a verdade total seria a síntese dos diversos pontos de vista parciais. E depois, à maneira de Hegel (que alimentava a convicção de que o espírito absoluto era a medula de sua própria filosofia), de Marx (para quem o proletariado era o portador de um pensamento autêntico), Mannheim reconhece aos intelectuais sem grilhões sociais a capacidade de superar o condicionamento do saber e assumir o papel de fiadores de uma verdadeira abertura cognitiva.

Dando continuidade a seu trabalho exploratório, Mannheim propõe, por outro lado, que se trabalhe com o binômio ideologia/utopia. Estes dois sistemas de pensamento têm em comum o fato de não se acharem de acordo com a realidade, mas de transcendê-la. Assim, a ideologia total não passa de uma "falsa consciência", efeito de uma estrutura mental deformada e que se mostra ora atrasada ora avançada quanto à realidade. Por exemplo, em uma sociedade baseada na escravidão, a idéia de amor fraterno (tal como a desenvolve a doutrina cristã) é irrealizável. Fica portanto subordinada à ideologia, mesmo que o significado intencional fosse, de boa-fé, um motivo da conduta do indivíduo.

Enquanto a ideologia tem por objetivo justificar a ordem social em nome de princípios que estão fora de sintonia com a realidade, constitui a utopia uma orientação que tende a sacudir e subverter a ordem social vigente: "enquanto a ordem medieval foi capaz de situar seu paraíso fora da sociedade, em alguma esfera de outro mundo que transcendia a história e enfraquecia o seu alcance revolucionário, a idéia de paraíso era ainda um elemento integrante da sociedade medieval. Quando alguns grupos sociais encarnaram essas quimeras em seu comportamento real e tentaram dar-lhes realidade, só então é que essas ideologias se tornaram utópicas" (*Ideologia e utopia. Op. cit.*). Não contente no entanto simplesmente com uma definição geral, Mannheim mostra que as diferentes formas de utopias ativas apareceram historicamente em ligação com certas camadas sociais em luta pela supremacia (quiliasmo orgiástico dos anabatistas, humanitarismo liberal, mentalidade conservadora, utopia socialista-comunista).

1.2. Os primeiros trabalhos sociológicos da Escola de Frankfurt

Se, antes de 1933, eles, por vezes, se acham lado a lado no seio do *Institut für Sozialforschung*, Karl Mannheim e os sociólogos da Escola de Frankfurt militam com posições teóricas bem definidas. Max Horkheimer e seus colegas não podem aceitar com efeito o relativismo de Mannheim e defendem, por seu turno, uma teoria da verdade inscrita sob a égide do marxismo e da psicanálise. Por outro

lado, a sociologia, tal como é praticada no Instituto, pretende ser acima de tudo uma crítica da dominação. Antes de 1930, os primeiros trabalhos de sociologia da Escola de Frankfurt se orientam, por uma diretriz ainda bastante positivista (K.A. Wittfogel. *Economia e sociedade na China*, 1926-1931. – F. Pollock. *Experiências de planejamento econômico na União Soviética*, 1929). Mas, em pouco tempo, quando a cátedra de "sociologia" se transformou em cátedra de "filosofia social", o trabalho sociológico assume também o caráter de uma crítica filosófica. O desafio é explícito: trata-se de ligar indivíduo e totalidade social ou, noutras palavras, não se quer reduzir a investigação sociológica a um trabalho empírico pulverizado que subtrairia todo sentido ao fato de que, como membros de comunidades, os indivíduos participam do devir do Universal.

O estudo (nunca publicado) da mentalidade social dos operários sob a República de Weimar pretende articular neste sentido um questionamento teórico (a relação ideologia/economia) com um material de estudo visado. Max Horkheimer, que assume a direção do Instituto em 1930, impulsiona a investigação a fim de, segundo objetivo, elucidar o enigma não resolvido do marxismo tradicional: o de um proletariado que jamais se tornou o arauto tão esperado da história. Esse trabalho empírico, do qual participa Paul Lazarsfeld, toma a forma de três mil questionários, cujos itens principais colhem informações sobre a educação dos filhos, a racionalização da produção industrial, as possibilidades de evitar uma nova guerra e o lugar do poder real no Estado. Amarga premonição, os resultados obtidos insinuam que a classe operária alemã se oporia muito menos firmemente a uma tomada de poder pela direita do que seria capaz de acreditar a ideologia militante.

Em 1923 soa o alarme para o exílio. Acolhido nos EUA, o Instituto não altera o rumo de suas atividades. Deste modo, embora influenciados em parte pelo *Middletown* de Lynd, os estudos sobre a autoridade e a família (*Studien über Autorität und Familie*, 1936), efetuados com base em material colhido essencialmente na Europa, continuam se movendo no eixo teórico definido por Horkheimer: o de um questionamento crítico da família como engrenagem situada entre as instâncias econômicas, políticas e culturais. Na sua contribuição para a monumental obra coletiva (mais de novecentas páginas), onde apresenta os motivos desse trabalho para o qual as forças vivas do Instituto foram mobilizadas, Horkheimer destaca as mudanças do papel da família no processo de socialização. Atenua-se a autoridade na família contemporânea e, ao mesmo tempo, outras instituições vão ocupando o lugar desta última para assegurar a integração dos indivíduos à sociedade. Graças ao material recolhido, foi possível definir três tipos psicológicos: autoritário, revolucionário (ou democrático, segundo a terminologia ulteriormente empregada em *The Authoritarian Personality*) e ambivalente. O estudo de Mirra Komarovsky sobre *O desempregado e sua família*, publicado em 1940, deveria confirmar o alcance dessa tipologia, da mesma forma aliás que os trabalhos sobre o anti-semitismo realizados entre 1939 e 1945 graças ao financiamento do *Jewish Labor Committee* e com o apoio técnico dos maiores sindicatos americanos.

2. Marxismo e crítica do capitalismo avançado

2.1. A degenerescência da razão

As aventuras do marxismo não terminam com a Segunda Guerra Mundial. Tanto na Europa como nos EUA, as reconstruções e os debates sobre a atualidade de Marx ganham novo vigor a partir do começo dos anos 1960. Na França, como vimos, no lado oposto da leitura marxista existencialista de Jean-Paul Sartre ou da sociologia de Henri Lefebvre (que combate vigorosamente a onda estruturalista que, no hexágono, submerge o mundo intelectual), o filósofo Louis Althusser propõe uma interpretação estruturalista de Marx.

Na Alemanha, marcada pelo traumatismo do totalitarismo nazista, os filósofos e sociólogos da Escola de Frankfurt de volta do

exílio desenvolvem uma crítica da razão contemporânea demasiadamente disposta, segundo eles, a vacilar a serviço da dominação. Para Horkheimer e Adorno (*A dialética da razão*, 1944), a Filosofia das Luzes não foi capaz de validar o princípio de razão que ela manipulava como a arma adequada para derrubar os mitos e a magia. A própria razão se tornou um mito que se encarna de modo dramático na vida humana: a degenerescência em razão científica ou em razão de Estado a serviço dos projetos mais desumanos (como a vontade racional de exterminar uma parte da humanidade) marca esse vacilar rumo a um horizonte totalitário. Longe de realizar as promessas de franca prosperidade e felicidade da burguesia liberal, a sociedade contemporânea consagra a cooptação das classes proletárias pelo fascismo e mais tarde por um capitalismo de organização (manipulação dos indivíduos pelos monopólios) que acaba acarretando a uniformização, a inautenticidade, o anonimato e a desumanização.

Promovendo o consumo passivo de bens e obras padronizados, a cultura de massa sanciona esse adeus à racionalidade, à imaginação e à sensibilidade individuais (W. Benjamin. *A obra de arte na época de sua reproduzibilidade técnica*, 1936. – T. Adorno, M. Horkheimer. *A dialética da razão. Op. cit.*) (Texto 38). Em Marcuse, esse libelo assume a forma de uma denúncia das sociedades contemporâneas como espaços totalitários e integradores em cujo seio se multiplicam novos modos de controle (*mass media*, linguagem funcional, colisão entre capital e trabalho, racionalização técnica e industrial, contração da esfera das experiências eróticas...): "quanto mais racional, produtiva, técnica e total se torna a administração da sociedade repressiva, tanto maior a dificuldade que os indivíduos têm para imaginar os meios que lhes permitiriam quebrar seus grilhões e obter a liberdade" (*O homem unidimensional*, 1964).

Este diagnóstico geral se faz ao preço de um duplo distanciamento. À semelhança de Marcuse e de Adorno, os filósofos e sociólogos de Frankfurt mostram uma radical suspeita em face de todo pensamento e de toda estrutura de poder integrados e poten-

cialmente totalitários. Defendem, pelo contrário, as virtudes de um pensamento negativo apto a considerar alternativas à realidade tal como é (Marcuse) ou de uma dialética negativa e propositalmente anti-hegeliana (Adorno). Essa desconfiança diante da razão é tal que Adorno não verá a não ser a experiência estética como a garantia de um autêntico retorno à subjetividade. O segundo distanciamento assume a forma de uma relação mais fraca do que nunca entre a teoria crítica e o trabalho empírico. A "nova querela dos métodos" (*Positivismusstreit*) que, na Alemanha, tem lugar desde meados dos anos 1950 até meados dos anos 1960, conhece o apogeu no decorrer da assembléia da Sociedade Alemã de Sociologia de Tübingen, em 1961. Nessa ocasião, Theodor Adorno vai enfrentar o positivismo lógico, representado por Karl Popper. Contra a redução de uma investigação científica simplesmente ao princípio da refutabilidade (segundo Popper, uma teoria é científica se pode ser contradita pelos fatos), Adorno sugere um enfoque mais geral. A teoria crítica deve tentar apreender o desenvolvimento das contradições da realidade através do conhecimento destas e questionar, coisa que a teoria tradicional não faz, os interesses e condições sócio-históricas que servem de fundamento para a produção do saber científico.

Texto 38

HORKHEIMER – Crítica da cultura de massa

Segundo os sociólogos, o desaparecimento dos esteios que eram tradicionalmente oferecidos por uma religião objetiva, a desagregação dos últimos resíduos pré-capitalistas, a diferenciação técnica e social e a extrema especialização transformaram o setor da cultura em um verdadeiro caos. Esta tese é desmentida todo dia pelos fatos. Pois a civilização atual confere a tudo um ar de semelhança. O filme, a emissão radiofônica e as revistas ilustradas constituem um sistema. Cada setor é uniformizado e todos o são, uns em relação aos outros. Até as manifestações de oposição política em suas expressões estéticas são unânimes para can-

tar os louvores do ritmo férreo deste sistema. Dos países totalitários aos outros países, quase todos os prédios administrativos e os centros de exposições industriais são semelhantes pela sua decoração. Os edifícios claros e monumentais que vão surgindo por toda a parte são os sinais exteriores da engenhosa racionalidade dos grandes cartéis internacionais para os quais afluíram as livres empresas em plena expansão, cujos monumentos eram os sombrios imóveis habitacionais ou escritórios em cidades sem alma. As casas mais antigas em torno dos centros urbanos de concreto já se assemelham a cortiços e os novos bangalôs situados às bordas das cidades são como as frágeis construções das feiras internacionais, monumentos erigidos ao progresso técnico e que convidam a desembaraçar-se deles depois de um breve período de utilização, assim como alguém se desembaraça de latas de conservas vazias. Mas os projetos de urbanismo que, em pequenas residências higiênicas, deveriam assegurar a perenidade do indivíduo como ser independente, o submetem ainda mais totalmente ao poder absoluto do capital que é de fato seu inimigo. Da mesma forma que os habitantes são enviados para os centros urbanos para aí trabalharem e se divertirem como produtores e consumidores, assim também as células habitacionais se aglomeram em conjuntos bem organizados. A evidente unidade entre macrocosmo e microcosmo apresenta aos homens o modelo de sua civilização: a falsa identidade do geral e do particular. Sob o peso dos monopólios, toda cultura de massa é idêntica e a ossatura do seu esqueleto conceitual fabricado por este modelo começa a aparecer. Os dirigentes nem sequer se preocupam em dissimulá-la; a sua violência cresce à medida que sua brutalidade ousa mostrar-se à plena luz do dia. O filme e o rádio não têm mais necessidade de fingirem que são arte. São apenas *business*: eis a sua verdade e a sua ideologia que utilizam para legitimar a mercadoria barata que produzem deliberadamente. Definem-se a si mesmos como uma indústria e, ao publicarem o montante dos rendimentos dos seus diretores gerais, fazem emudecer todas as dúvidas sobre a necessidade social de seus produtos (M. Horkheimer, T. Adorno. *A dialética da razão* (1944). Paris, Gallimard, 1974, p. 130-131 [Col. Tel]).

2.2. Para uma crítica do capitalismo avançado

Nos EUA, terra onde obteve acolhida o *Institut für Sozialforschung* nos anos da guerra, surge igualmente uma sociologia crítica durante a década de 1960. Com os "liberais", ela assume de início a forma de uma denúncia do processo de tecnocratização e de politização sutil da pesquisa em ciências sociais (cf. *supra*). Tendência teórica dos numerosos movimentos sociais que sacodem o conformismo americano do fim dos anos 1960, surge então uma outra forma de sociologia militante (a sociologia radical) (cf. Baliza 21). Sob muitos aspectos, ela surge como a expressão mais viva de uma revolta contra os valores utilitaristas que configuram o estilo de vida das classes médias americanas.

Baliza 21

Uma sociologia crítica da sociologia

Não contentes em apenas criticar de maneira feroz o capitalismo avançado, os radicais americanos marcam o seu afastamento da comunidade dos sociólogos a serviço do *establishment*. Melhor ainda, pretendem voltar as armas sociológicas contra a própria sociologia e fecundar assim uma verdadeira sociologia da sociologia. *Radical Sociology*, publicada em 1971 sob a responsabilidade de J.D. Colfax e J.L. Roach, fixa como seu objetivo explícito "combater" o ponto de vista "profissional" da sociologia ortodoxa. Contra a pressão institucional, os sociólogos radicais vão procurar, mesmo no seio da universidade, promover uma reflexão e uma prática definidas como radicais. Esta empreitada está por vezes ligada a um engajamento na militância (em favor dos negros, das mulheres, contra as instituições psiquiátricas...).

Como observa N. Herpin, alguns sociólogos, "por este motivo, abandonaram a sociologia; outros puseram a serviço desta sua nova convicção a fama que haviam adquirido na sociologia. Um bom exemplo é o de Thomas Scheff que, depois de haver escrito diversas obras notáveis sobre a doença mental e a instituição psiquiátrica,

agora se consagra a fundar comunidades autônomas de ajuda mútua, onde pela confissão, quer pública, quer em dupla, os participantes procuram "reavaliar" o sentido emocional de suas experiências traumáticas passadas, sem apelar à psiquiatria ou à psicanálise"*.

Entre aqueles que, como sociólogos, passaram pelo crivo da análise o seu campo disciplinar, merecem uma particular menção A. Gouldner, autor de *The Coming Crisis of Western* Sociology (1971).

Partindo de uma constatação paradoxal – a sociologia se beneficia financeiramente com o desenvolvimento do Estado-providência, mas este desenvolvimento não se dá sem contradições com as hipóteses centrais do próprio corpo teórico – Gouldner estabelece conexões esclarecedoras entre estrutura social e teoria sociológica. Ele sugere assim que se ligue funcionalismo e lógica do valor de uso, interacionismo (o de Goffman em primeiro lugar) e valor de troca. Enquanto a análise de Parsons mergulhava as raízes no utilitarismo e na moral, a sociologia de Goffman é, à sua maneira, uma condenação da velha burguesia e uma celebração das virtudes das novas classes médias. Na sociologia goffmaniana a interação social fica efetivamente reduzida a um jogo de aparências onde os indivíduos procuram acima de tudo "livrar a cara". O que importa não é tanto a utilidade da atividade dos seres humanos, mas sim uma aparência permutável, isto é, aceitável pelos outros.

Falando em termos gerais, a sociologia de Goffman reflete, aos olhos de Gouldner, aquela América dos anos 1950 onde o jogo das aparências mistura as linhas tradicionais de demarcação: a *pop art* de Andy Wahrol decreta a abolição das fronteiras entre a arte tradicional e a publicidade, os mafiosos se tornam *businessmen*, a polícia não se diferencia dos bandidos a não ser pelo uniforme, a televisão passa a ser o instrumento que forja a realidade etc.

* N. Herpin. *Les sociologues américains et le siècle. Op. cit.*

Na certeza de que o capitalismo evoluiu e muitas das análises de Marx e Engels se tornaram obsoletas, os radicais pretendem elaborar novos esquemas que permitam esclarecer a evolução dos valores, a realidade das estruturas de classe, o mercado de trabalho e sua segmentação, o imperialismo norte-americano, a organização das empresas, a disjunção entre discurso igualitário e a permanência dos vírus racistas etc. Para este fim, e de modo semelhante à teoria crítica alemã, a sociologia radical inscreve o seu questionamento sob o signo da contradição. Como observa Alvin Gouldner, no prefácio de *The Coming Crisis of Western Sociology* (1971), uma das canções mais populares no momento em que está redigindo seu livro é *Come on baby, light my fire*. Esta canção dos Doors não é característica da época? Verdadeira apologia da revolta urbana, ela é, ao mesmo tempo, um suporte privilegiado para uma indústria cultural e comercial de massa.

Em outros planos ainda, a América rica da década de 1960 já não tem muita relação com a sociedade industrial analisada por Karl Marx. O movimento de secularização (do protestantismo em primeiro lugar) foi tão forte que refreou a emergência de qualquer inquietação extramaterial. O liberalismo americano, nestas circunstâncias, se tornou uma curiosa mistura de materialismo empresarial e egoísmo vulgar. Tendo ainda como fundo uma fragmentação étnica, e contrariando as profecias marxistas mais ortodoxas, surge uma nova classe média (quadros, vendedores, funcionários de escritórios...) que afirma a sua independência. Por esta razão, C. Wright Mills não demora em consagrar um estudo aos cidadãos que, embora estejam todos a serviço das burocracias e das administrações, não formam mesmo assim um estrato social homogêneo: constituem até uma nova pirâmide no interior da antiga hierarquia social (*Os colarinhos brancos*, 1951) (Texto 39). Os colarinhos brancos têm, no entanto, algo em comum: é que todos eles se acham empenhados em uma corrida atrás do prestígio e do sucesso, valores típicos da civilização americana. Mas essa corrida leva a um impasse. Desprovidos de crenças fortes e de lazeres que plenifiquem o ser, sem cultura própria nem laços comunitários, os

colarinhos brancos vendem a própria personalidade às empresas que lhes dão emprego. São, portanto, mais alienados até que os operários. Prisioneiros da normalização destilada pelas comunicações de massa, essa retaguarda da contestação política constitui, segundo Mills, "a vanguarda involuntária da sociedade moderna".

Texto 39

MILLS – Os colarinhos brancos

O mercado da personalidade

No mundo do pequeno empresário, os homens vendiam mercadorias; na nova sociedade dos empregados, vendem antes de tudo os seus serviços. Aquele que se utiliza de serviços manuais compra o trabalho, a energia e a habilidade do operário; na maior parte das profissões de colarinho branco, sobretudo a venda, o usuário dos serviços compra também a personalidade dos empregados. Trabalhar por um salário na propriedade industrial de um outro implica que se sacrifique ao empregador o próprio tempo, a força e a energia; trabalhar como empregado implica muitas vezes que se tenha de sacrificar também a própria personalidade a um grande número de "consumidores", de clientes ou diretores. A utilização de traços de caráter nas tarefas geralmente monótonas que se deve realizar é uma causa freqüente da "incapacidade de permanecer em um emprego". Por isso, toda teoria sobre a "pauperização" deve levar em conta os aspectos psicológicos do trabalho nos colarinhos brancos.

Em uma sociedade de empregados, dominada pelo espírito mercantilista, é inevitável que apareça um mercado da personalidade. Pois no curso desta transformação capital, que substitui a habilidade manual pela arte de manipular pessoas, de lhes vender, e de servir a elas, os traços pessoais, até os mais íntimos, do empregado caem no domínio das trocas e se tornam fatores comerciais, bens de consumo no mercado de trabalho. Toda vez que um indivíduo transmite o seu poder sobre sua própria personalidade a outro indivíduo mediante finanças, toda vez que vende traços de caráter essenciais à opinião que os outros fazem sobre ele, cria para si um mercado da personalidade.

O prestígio dos colarinhos brancos

O grau social dos empregados é um dos elementos mais válidos que se pode tomar como base para defini-los como uma classe, e é o ponto essencial de toda tentativa que pensa em situá-los na estrutura social contemporânea. [...] De fato, pode-se geralmente definir a sua psicologia como a de uma corrida atrás do prestígio. [...]

As reivindicações dos colarinhos brancos se exprimem, como o nome deles implica, em seu aspecto exterior. As suas ocupações lhes permitem, e às vezes obrigam, a usar roupas de cidade para trabalhar. Embora se exija deles que se vistam com sobriedade, sua roupa de trabalho não é porém um uniforme, e a roupa usada por eles não difere em nada do tipo de roupa que se usa geralmente na cidade. A padronização e a produção em série das roupas da moda suprimiram muitas distinções que tinham antigamente enorme importância antes do início do século XX, mas não eliminaram a distinção, ainda muito nítida nos dias de hoje, entre o colarinho branco e o operário. Sem dúvida, o operário pode usar roupas padronizadas fora do seu trabalho, mas o colarinho branco as usa também para o seu trabalho. Essa diferença dá na vista, caso se compare o orçamento para o vestuário dos operários e o dos empregados, sobretudo das jovens e das mulheres. Depois da adolescência, as empregadas gastam muito mais para se vestir do que as operárias com a mesma renda; isto é também verdade para os homens, mas em proporção menor (C.W. Mills. *Les Cols blancs – Essai sur les classes moyennes américaines* (1951) [Trad. francesa: Paris, Maspero, 1966, p. 191, 244-245]).

Assim como comprovam as pesquisas sobre a classe operária, esta classe não pode se prevalecer de uma homogeneidade social mais consistente que os colarinhos brancos. Ainda nos EUA, o fra-

casso das políticas de luta contra a pobreza revela assim, no final da década dos 1960, uma segmentação do mercado do trabalho (P. Doeringer, P. Piore. *Internal Labor Markets And Manpower Analysis,* 1971) e uma fragmentação da classe operária (N. Birnbaum. *Toward a critical sociology*, 1971): de um lado, uma nova aristocracia produtiva e, do outro, um lumpen-proletariado, pobres, na maioria negros e prisioneiros dos guetos urbanos. A constatação não é tão diferente assim no continente europeu. Deste modo, o mercado de trabalho se torna um pretexto para investigação socioeconômica, ensejo para certos pesquisadores servirem-se de novo do marxismo como arma analítica (M. Paci. *Mercato del lavoro e classi sociali in Italia*, 1975).

2.3. Dominação e Estado

Os modos de dominação vão também evoluindo com as transformações das estruturas de classes no seu conjunto. Por essa razão, Tom Bottomore (Professor na London School of Economics e Secretário-geral da *International Sociological Association* de 1974 a 1978) empreende uma releitura marxista das questões de classe e de elite (*Classes in Modern Society*, 1973). No entanto, muito antes ainda Mills fizera um diagnóstico original: o de uma América dominada por pequenos grupos constituídos pelos homens de negócio, políticos e militares (veja *supra*). Acresce a isto o sentimento de uma dominação da economia e do Estado pelas grandes empresas cuja propriedade é agora cada vez mais impessoal (as ações se acham distribuídas entre *holdings*, seguradoras etc.). A clássica oposição marxista entre os detentores dos meios de produção e os assalariados perde então qualquer pertinência. Difunde-se então uma nova tese "heterodoxa": no cenário do capitalismo contemporâneo o poder passa das mãos dos proprietários para as mãos dos diretores (J. Burnham. *A era dos organizadores*, 1941). John K. Galbraith (*O novo Estado industrial*, 1967) contribui para popularizar essa idéia. Constatando que os dirigentes de empresas não são

mais proprietários e que, além disso, o poder dos acionistas é nulo, Galbraith deduz daí que o poder agora pertence à "tecnoestrutura", complexo de cientistas, engenheiros e técnicos, administradores, juristas..., ou seja, um grupo de indivíduos dotados de conhecimentos, de *know-how* e experiências complementares, mas que tomados individualmente, de modo algum, seriam capazes de pôr a funcionar eficazmente a empresa.

Essas grandes empresas, por outro lado, são cada vez mais dependentes do Estado. Para Norman Birnbaum (*Para uma sociologia crítica. Op. cit.*), o capitalismo americano funciona deste modo mediante a "integração política": o Estado e o setor público atuam em simbiose com o sistema econômico na medida em que pilotam (pela política orçamentária e fiscal, pelo controle dos investimentos sociais...) o desenvolvimento do capitalismo e fornecem a este último um sem-número de infra-estruturas sem as quais seria impossível a acumulação do capital. Daí uma das intuições vigorosas dos sociólogos radicais e críticos quando, no princípio da década de 1970, estoura com toda a evidência a crise econômica: é impossível compreender as mutações em curso sem prévia análise da estreita articulação entre sistema econômico, Estado-providência e modo de legitimação cultural.

Esta é também a posição de Claus Offe que, na Alemanha, publica *Strukturprobleme des kapitalistischen Staates*, em 1972, para mostrar que a lei do valor posta em evidência ainda continua válida. Ligadas em primeira instância ao papel maior do Estado, as transformações do sistema capitalista perturbam as regulações antigas e, por isso, a crise é não somente a expressão de contradições econômicas, mas também o sinal do deslocamento das lutas de classes em direção a desafios novos (o controle dos gastos públicos, por exemplo). O conjunto revela as contradições do Estado-providência: a fim de compensar as fraquezas do sistema econômico, o Estado não cessa de estender o seu raio de ação, mas ao mesmo tempo perde com isto eficácia e legitimidade.

A crise tem igualmente implicações internacionais. Os países em via de desenvolvimento, mais sensíveis que os outros aos regimes ditatoriais, sofrem duramente a ruptura dos anos 1970. Por esse motivo, a noção de desenvolvimento revela sua carga explosiva: com o estímulo de marxistas como André Gunder-Frank (*Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina*, 1968) ou Samir Amin (*Desenvolvimento desigual*, 1977), as teses da dependência e do desenvolvimento desigual começam a ganhar terreno. Nos países do Leste, enfim, onde o marxismo constitui precisamente o substrato analítico oficial das ciências sociais, a submissão da pesquisa científica aos imperativos ideológicos obstaculiza qualquer verdadeira inovação intelectual.

3. O marxismo entre inflexão e estilhaçamento

Já declinado em registros tão diferentes como o existencialismo, o estruturalismo, o radicalismo..., nos anos que se estendem de 1950 a 1970, o marxismo revela ainda, nas décadas sucessivas, uma admirável plasticidade teórica. Reinvestem-se as análises marxianas de maneira totalmente opostas: ou para frisar a dinâmica histórica de longo prazo do capitalismo ou para mostrar que uma leitura individualista do pai do materialismo histórico conserva ainda o seu significado. A obra de Jürgen Habermas, estrela da última geração da Escola de Frankfurt, representa, então, uma tentativa de reconstrução completa que, apoiada em parte em fundamentos marxistas, renova com o máximo de profundidade o campo intelectual da sociologia crítica contemporânea.

3.1. Da história aos atores

Há em germe em alguns trabalhos publicados em meados dos anos 1960 (M. Dobb. *Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo*, 1964. – E. Hobsbawm. *Rebeldes primitivos*, 1965), a (re)descoberta de uma dinâmica de longo prazo das sociedades que constitui o ensejo para alguns marxistas contribuírem para o renascimento da sociologia histórica (veja Capítulo 7). Os trabalhos consagrados à evolução do capitalismo (passagem de uma fase de concorrência a uma fase monopolista) servem também de pano de fundo para toda uma parte da sociologia do trabalho produzida nos anos 1970 que, paradoxalmente, tira, sobretudo, partido das leituras históricas para marcar a permanência das distâncias entre es classes (H. Braverman. *Trabalho e capital monopolista*, 1974) ou de certas tendências de longo prazo do capitalismo: confisco dos saberes operários e controle maior da força de trabalho por múltiplas astúcias da razão (H. Kern, M. Schuman. *Industriearbeit und Arbeiterbewusstsein*, 1970. – M. Freyssenet. *A divisão capitalista do trabalho*, 1977. – M. Burawoy. *Manufacturing Consent: Changes In The Labor Process Under Monopoly Capital*, 1979, etc.).

A interpretação de Marx segue um movimento teórico quase oposto quando, graças às tendências da segunda metade dos anos 1970 e da década de 1980, o ator recupera uma posição central no campo da teoria sociológica. A revolução conceitual mais importante é a que recebe então o nome de "marxismo analítico". Produto do cruzamento entre Marx e a filosofia anglo-saxã, esta nova abordagem ambiciona dar um fundamento microssocial a uma análise que se alimentou sempre, por tradição, de uma perspectiva holística. O enxerto da filosofia analítica (J. Searle, H.P. Grice) em uma sociologia "individualista" é viável na medida em que se supõe, em cada um desses dois ramos analíticos, que uma teoria da ação não pode prescindir nem do princípio de racionalidade (postulado de ordem metodológica) nem do ponto de vista compreensivo (que leva em conta o sentido da ação).

Adam Przewoiski (O desafio do individualismo metodológico à análise marxista. *In*: P. Birnbaum, J. Leca. *Sobre o individualismo*, 1986), John Roemer (*A General Theory of Exploitation and Class*, 1982) ou ainda Jon Elster (*Making Sense of Marx*, 1985)

efetuam neste sentido uma leitura que reconcilia Marx e o individualismo metodológico, mas que supõe uma ruptura definitiva com as tradicionais dialética e escatologia marxistas. Pode-se deste modo analisar a crise em termos de efeitos involuntários: os agentes perseguem os seus próprios interesses e provocam conseqüências não intencionadas por estes mesmos agentes, fenômenos destrutivos para eles mesmos e o sistema capitalista. Na Alemanha, Hans Jonas (*Die Kreativität des Handeln*, 1992) mergulha em uma brecha semelhante. Cruzando marxismo e interrogações sobre os fundamentos das interações e das relações de intersubjetividades, despede-se também de um esquema analítico que insistia unicamente sobre os efeitos contraditórios das estruturas econômicas e das classes sociais.

3.2. Patologias sociais e colonização do mundo vivido

A sociologia crítica da Escola de Frankfurt não desaparece com os anos 1970 e 1980. Trent Schroyer (*A crítica da dominação*, 1973) reivindica por exemplo esta paternidade para desenvolver seus trabalhos sobre o capitalismo americano e mostrar que o liberalismo tradicional tem progressivamente dado lugar a uma estratégia tecnocrática que funde em um mesmo espaço ciência e política. Na Alemanha, diversos sociólogos perpetuam essa tradição teórica: é o caso, por exemplo, de Regina Becker-Schmitt, ex-assistente de Adorno, que analisa deste ponto de vista as relações sociais de gênero. É o caso igualmente de Gerhard Brandt, delfim de Adorno à frente do *Institut für Sozialforschung*. Mas, embora tenha renunciado a certas hipóteses, mesmo fundamentais, e desenvolvido um pensamento próprio, é, sobretudo, Jürgen Habermas (nascido em 1929) que surge sempre como o herdeiro e depositário oficial da teoria crítica.

Autor de uma obra pletórica, Habermas não esconde a sua ligação com Marx: se o marxismo conserva a seus olhos algum valor para se apreender o funcionamento do capitalismo, a teoria crítica

tal como renovada por ele deve assumir uma tripla ruptura com Marx: 1) deixar de lado antes de mais nada a tentação evolucionista; 2) recusar em segundo lugar o viés economicista (que consagra a preeminência das forças produtivas e do trabalho); 3) rejeitar enfim a tendência a perceber o social exclusivamente através do prisma da dominação. Ao contrário da ortodoxia marxista, Habermas sugere caminhos de emancipação que não seguem necessariamente a via da revolução: defende assim as virtudes libertadoras de um estado ideal de sociedade de comunicação pura e perfeita, situação de interação através do diálogo, onde não haveria dominação. Este ideal constitui, a seu ver, uma alternativa às outras formas de atividade (instrumental, estratégica) que, comandadas pela única esperança do sucesso, contribuíram para a perda do poder regulador próprio da tradição, dos costumes, dos valores.

Habermas estabelece o diagnóstico de uma patologia do mundo social graças a uma extensão das teses de Marx sobre o valor e a reificação: "Contrariamente ao monismo da teoria do valor, é necessário levar em conta dois meios reguladores e quatro canais graças aos quais dois subsistemas, que se completam reciprocamente, submetem o mundo da vida a seus imperativos. Os efeitos da reificação podem resultar tanto da burocratização como da monetarização das esferas da vida, tanto pública como privada" (*Teoria da ação comunicativa*, 1981). Esta tese da colonização do mundo da vida necessita de uma explicação. Deve-se relacionar a noção de mundo da vida (*Lebenswelt*) à tradição fenomenológica (Husserl e Schütz) e Habermas pretende assim dar toda a importância "às evidências compartilhadas que servem de pano de fundo e de contexto para as interações". Ao evocar o mundo da vida, Habermas reconhece que um mundo sociocultural só se torna inteligível e descritível sob a condição de se adquirir uma familiaridade de membro com as práticas em uso. Habermas, mesmo assim, não cede à tentação do subjetivismo e se compraz, pelo contrário, em sublinhar os limites de enfoques como o da fenomenologia que ig-

nora a maneira como o sistema excede os atores (as conseqüências das ações podem escapar à compreensão dos indivíduos, a reprodução material pesa, às vezes, gravemente sobre os comportamentos, as interações à distância são hoje possíveis...).

A colonização designa precisamente essa dominação crescente do sistema sobre o mundo da vida. Mediante uma dupla regulação (econômica e administrativa), essa colonização vai abranger tanto a esfera pública como a esfera privada. Na obra *O espaço público*, de 1962, Habermas havia mostrado como, graças a uma imprensa livre, aos anúncios, à publicidade das sentenças dos tribunais, aos debates nos parlamentos etc., a emergência de uma opinião pública tinha sido plenamente constitutiva da democracia moderna. Ora, no momento atual, assiste-se a uma forma de privatização e de mercantilização do espaço público. É o que se constata, por exemplo, com a multiplicação das sondagens de opinião ou ainda com o declínio do debate por argumentação. Na esfera privada, a colonização do mundo da vida também fica patente: as atividades de tipo educativo, artístico, científico, teórico... não são cada vez mais reguladas pelo dinheiro ou pelo Estado com o auxílio de instrumentos e de regras que destroem as formas tradicionais dos laços sociais?

3.3. O agir comunicacional como fundamento da integração social

Mesmo sem compartilhar o pessimismo radical de Horkheimer e Adorno, também Habermas constata, portanto, o domínio crescente da racionalidade instrumental sobre as práticas sociais. Mesmo sendo firmemente contrário aos tecnocratismos que caem na tentação de confiar às ciências empíricas e formais o cuidado de tomar as decisões importantes (*A técnica e a ciência como "ideologia"*, 1968) (Texto 40), Habermas não deixa de explorar as potencialidades de uma racionalidade prática: a da razão comunicativa. Trata-se para tanto de romper com o esquema da "autoconsciência, da auto-referência de um sujeito que conhece e age no isolamento", a fim de privilegiar "a relação intersubjetiva entre indivíduos que, socializados através da comunicação, se reconhecem reciprocamente" (*O discurso filosófico da modernidade*, 1985). Esse projeto ganha corpo na obra principal de Jürgen Habermas. *Teoria do agir comunicativo*, de 1981.

Texto 40

HABERMAS – A técnica e a ciência como "ideologia"

Desde o último quartel do século XIX, o mundo assiste a *duas evoluções tendenciais* nos países de capitalismo mais avançado: 1) um aumento da atividade intervencionista do Estado, que deve assegurar a estabilidade do sistema; 2) uma interdependência crescente da pesquisa e da técnica que faz com que as ciências representem agora a mais importante força produtiva. Estas duas tendências destroem o tipo de relações mantidas pelo quadro institucional e os subsistemas de atividade racional relacionados com um fim e que até o presente constituíam a originalidade do capitalismo liberal. Deste modo, não se cumprem mais algumas das condições de aplicação adequadas à economia política assim como com justa razão a formulara Marx com respeito ao capitalismo liberal. A meu ver, Marcuse oferece uma chave para a análise desta mudança de relações que ocorreu, defendendo a tese fundamental segundo a qual a ciência e a técnica, respectivamente, assumem hoje, portanto, a função de legitimar a dominação. [...]

Sem dúvida, os interesses sociais determinam ainda, como sempre acontecia, a direção, as funções e a rapidez do progresso técnico. Mas esses interesses definem o sistema social a tal ponto como um todo, que acabam coincidindo com o interesse que existe para manter o sistema. A forma privada de valorizar o capital e um sistema que reparte as gratificações sociais compensadoras, garantindo assim uma certa lealdade das massas, acham-se *como tais* subtraídos à discussão. E assim acontece que o progresso quase autônomo da ciência e da técnica, de que depende

efetivamente a variável mais importante do sistema, a saber, o crescimento econômico, assume então a forma de variável independente. Daí resulta uma perspectiva segundo a qual a evolução do sistema social parece ser determinada pela lógica do progresso científico e técnico. A dinâmica imanente a esse progresso parece produzir pressões objetivas às quais deve conformar-se uma política que responda a necessidades funcionais. Ora, uma vez que essa ilusão se ache bem implantada, a propaganda pode invocar o papel da ciência e da técnica para explicar e legitimar as razões pelas quais, nas sociedades modernas, um processo de formação democrática da vontade política relativa às questões da prática "deve" necessariamente perder toda função e ceder o lugar às decisões de natureza plebiscitária quanto às alternativas que ponham este ou aquele *pessoal* administrativo à frente do Estado. Esta é a tese da tecnocracia, e o discurso científico lhe desenvolveu a teoria em diferentes versões (J. Habermas. *La technique et la science comme "idéologie"* (1968). Paris, Gallimard, 1973, p. 36-37, 44-45 [Col. Les Essais]).

Para traçar o esboço da sua teoria do agir comunicativo, Habermas se utiliza, em primeiro lugar, de um postulado de George Mead, em virtude do qual a linguagem é ao mesmo tempo o fundo e a forma da sociabilidade. Graças à linguagem, o "com-viver" se torna possível: a linguagem cumpre com efeito uma tríplice função de atualizar as tradições (reprodução cultural), de coordenação dos planos propostos pelos diferentes atores na interação social (integração social) e de interpretação cultural das necessidades (socialização). De Ludwig Wittgenstein Habermas conserva o casamento original entre razão e linguagem. Mas, em assim fazendo, ele abandona o estatuto transcendental que Horkheimer e Adorno atribuíam à razão para rebaixar esta última à simples condição de instrumento. Habermas propõe então uma nova leitura do agir humano distinguindo, como Weber, o agir teleológico (com vista a um fim), o agir regulado por normas (que se referem aos membros de

um grupo social que orienta as suas ações segundo valores), o agir dramatúrgico (interação analisada de um ponto de vista goffmaniano como representação de si mesmo) e o agir comunicativo. Habermas dá o nome de comunicativas às interações em que os participantes se põem de acordo para coordenar em bom entendimento os seus planos de ação: o acordo obtido se acha então determinado à medida do reconhecimento intersubjetivo das exigências de validade (Texto 41).

Texto 41

HABERMAS – Agir comunicativo, o que é isto?

O conceito de atividade comunicativa pressupõe a linguagem como um meio para processos de intercompreensão de uma certa natureza, processos nos quais as pessoas envolvidas apresentam, cada uma em face da outra, com referência a um mundo, pretensões à validade que podem ser aceitas ou contestadas.

Este modelo de ação pressupõe que as partes envolvidas na interação mobilizem expressamente em busca de um entendimento para o qual cooperam o potencial de racionalidade que, em função da análise que fizemos até aqui, se investe nas três relações com o mundo. Se pomos de lado o aspecto da boa formação da expressão simbólica utilizada, um ator que busca a intercompreensão neste sentido é obrigado a apresentar implicitamente, exprimindo alguma coisa, exatamente três pretensões à validade, ou seja, pretender que:

• O enunciado efetuado é verdadeiro (ou ainda que se acham efetivamente cumpridas as pressuposições de existência de um conteúdo simplesmente evocado em uma proposição).

• O ato de linguagem está correto com relação a um contexto normativo em vigor (ou ainda que o contexto normativo a que deve responder é igualmente legítimo).

• A intenção manifestada pelo locutor é exatamente pensada por ele do mesmo modo como a exprime.

> Assim, o locutor tem a pretensão que sejam verdadeiros os enunciados ou pressupostos de existência, que sejam corretas as ações reguladas segundo a legitimidade assim como seu contexto normativo, bem como pretende que haja veracidade na sua comunicação (*Kundgabe*) de experiências vividas subjetivas. Nós aqui encontramos facilmente as três relações ator-mundo que o sociólogo pressupõe quando fala dos conceitos de ação analisados até aqui. Ora, quando apresentamos o conceito da atividade comunicativa, essas três relações são imputadas à perspectiva *dos próprios locutores e ouvintes*. São os próprios atores que procuram o consenso e tomam por medida a verdade, a exatidão e a veracidade – noutros termos, o *fit e o misfit* [adequação e inadequação] entre o ato de linguagem de uma parte e, da outra, os três mundos aos quais o ator se liga por sua expressão. Essa relação se dá cada vez entre a expressão e:
>
> • O mundo objetivo (como o conjunto de todos os seres cujo respeito se pode fazer enunciados verdadeiros).
>
> • O mundo social (como o conjunto de todas as relações interpessoais codificadas por leis).
>
> • O mundo subjetivo (como o conjunto das experiências de vida às quais o locutor tem acesso privilegiado) (J. Habermas. *Théorie de l'agir communicationnel* (1981). T. I. Paris, Fayard, p. 115-116).

Define-se, deste modo, uma ética da comunicação que se assenta sobre uma forma de imperativo categórico kantiano: aquele que Habermas chama de o princípio de universalização. Este princípio tem por corolário a necessária obtenção do consenso na interação entre as pessoas que tomam parte em uma discussão prática. Ele garante o fato de que, em um mesmo mundo da vida, uma norma não poderá pretender um mínimo de validade, a não ser sob a condição de exprimir uma vontade geral. Fora da clássica temática marxista da luta de classes, Habermas afirma então que a atividade comunicativa é verdadeiramente constitutiva do vínculo social e

político. A comunicação se faz necessária para produzir normas que permitam aos membros de uma sociedade coordenarem as suas ações com bom entendimento. A partir do enunciado desta tese importante, Habermas não se cansa de afinar suas posições e, deste modo, podemos ler suas obras mais recentes (*Direito e democracia*, 1992. – *Além do Estado-nação*, 1998) como novas tentativas de confirmar um ponto de vista que deliberadamente se inscreve na interface da sociologia e da filosofia política. Axel Honneth, seu sucessor em Frankfurt, situa-se nesta mesma linhagem intelectual. Deixando também de lado as fronteiras disciplinares, desenvolve hoje uma reflexão que se utiliza do interacionismo (G.H. Mead) e da moderna filosofia social (G.W. Hegel) para fundar uma teoria do homem e da sociedade que se possa aplicar em campos tão determinantes como o do poder (*Crítica do poder*, 1988) e da luta social (*Luta pelo reconhecimento*, 1992).



Conflitos e historicidade

As primeiras interpretações sociológicas da mudança social propostas por Comte, Spencer ou Marx tinham em comum este ponto: sugerir que se encontrasse uma pedra filosofal impossível de se achar, a do sentido da história. Rompendo com essas visões lineares e teleológicas, os sociólogos contemporâneos não se põem agora a estudar o destino das sociedades, mas de modo menos normativo, os motores da mudança social. Nesta perspectiva, o interesse dos cientistas sociais se volta para o progresso técnico (L. Mumford), para a demografia (D. Riesman), para os valores (R. Inglehart)... ou ainda para os conflitos. Depois de 1945, inspirados em múltiplas fontes teóricas, alguns pesquisadores restituem assim aos conflitos o lugar central que parecem ocupar no funcionamento das sociedades modernas. Contra as visões demasiadamente simplistas de uma sociedade industrial harmoniosa, as configurações sociais do pós-guerra não mostram, quando se olham com mais atenção, que os conflitos de classe estão longe de haver desaparecido e podem ser administrados mediante compromissos institucionais inéditos? Catalisadores das novas reflexões sobre a ação coletiva, os movimentos sociais do fim da década de 1960 confirmam, aliás bem cedo, que as sociedades estão longe de ser entidades rígidas. Embora não estejam isentas de alguma fraqueza meto-

dológica, as novas alianças estabelecidas entre a sociologia e a história permitem assim controlar a sua prova. Nesse impulso, os sociólogos levam em conta as transformações de fundo que afetam a sociedade industrial e tentam diagnosticar a nova natureza da sociedade em que agora vivemos.

1. Mudança social e conflitos de classes na sociedade industrial

1.1. A dialética conflito/compromisso

Se é ponto pacífico, desde Simmel pelo menos, que os conflitos não se reduzem a bolhas de irracionalidade e de absurdo, fica ainda de pé a tarefa de lhes dar um sentido sociológico (Baliza 22). No quadro dessa interrogação, deve-se em primeiro lugar a Thomas H. Marshall (*Classe, cidadania e desenvolvimento social*, 1965) uma estimulante leitura das grandes rupturas e revoltas que pontilharam a história das sociedades, hoje qualificadas de modernas. Marshall atribui três dimensões à cidadania: civil, política e social. Para Marshall, os países mais esclarecidos se aplicaram, com um século de diferença mais ou menos, a cada um destes aspectos: no século XVIII, as grandes batalhas – à imagem das revoluções francesa e americana – têm por fim a instituição dos direitos civis (liberdade de palavra, de pensamento, de religião, igualdade perante a lei e todas as outras formas de liberdades individuais...). No século seguinte, a extensão do direito de sufrágio a uma faixa sempre maior da população é o objeto dos grandes conflitos. E no século XX, enfim, as forças vivas da contestação favorecem o surgimento de um Estado-providência. Este último vai estender a noção de cidadania ao domínio econômico e social reconhecendo que condições mínimas de instrução, de saúde, de bem-estar econômico e de segurança dirigem o modo de vida civilizado tanto como os direitos civis e políticos.

Privilegiando igualmente o prisma do conflito, o sociólogo alemão Ralf Dahrendorf (*Classes e conflitos de classe na sociedade*

industrial, 1957) propôs por seu turno uma leitura crítica das teses de Marx sobre as classes sociais. Dahrendorf não hesita em reconhecer a seu eminente compatriota a pertinência das análises que situam o conflito no coração das sociedades e fazem dele um dos motores da história. Mas, assim como comprovam as evoluções do século XX, Marx se equivocou ao situar a origem das classes e dos conflitos de classe nas relações de produção. De fato, o que hoje é pertinente considerar não é tanto a propriedade, mas sobretudo o controle dos meios de produção e da dominação. Ou mais precisamente ainda, é a desigual distribuição da autoridade (já que a autoridade se define em sentido weberiano como a probabilidade que uma certa ordem com um determinado conteúdo específico determine a obediência de um grupo dado de pessoas) entre pessoas e grupos que constitui, aos olhos de Dahrendorf, a fonte estrutural dos conflitos. A distribuição desigual da autoridade nas igrejas, na indústria e nas associações... priva muitos indivíduos desse recurso. Mais ainda, a superposição dessas numerosas linhas de diferenciação aumenta as desigualdades e suscita, portanto, a sublevação.

Baliza 22

As funções do conflito social

Ao consagrar bom número de páginas ao conflito, Georg Simmel concedia a este último uma autêntica função social. Segundo Simmel, a sociedade tem, efetivamente, tanta necessidade de associação como de competição. Longe de se confundir com uma causa desastrosa de mau funcionamento, o conflito vem a ser uma fonte de regulação que perpassa e estrutura grande número de campos e de formas sociais (família, partidos políticos, indústria, igrejas...). Em seus textos Simmel faz uma lista das numerosas propriedades do conflito: concede ao indivíduo o sentimento de não se deixar esmagar completamente em uma relação social, este é tanto mais vivo quanto mais familiares são os interactantes, faz aparecer as dissensões internas (quando os alunos se unem contra o professor, logo se destacam do grupo os elementos menos ligados a este último antes

da entrada em conflito), estrutura as relações coletivas e reforça, quando não a cria, a identidade social, etc.

Reivindicando, por vezes abusivamente, a paternidade de Simmel, Lewis Coser – professor de sociologia em Nova Iorque – desenvolve uma análise funcionalista dos conflitos sociais e da violência (*Funções do conflito social*, 1956; *O estudo do conflito social*, 1967). Na sua primeira obra, Coser resgata e comenta as principais intuições de Simmel. O que está em jogo é simples: trata-se de pôr em evidência o caráter funcional do conflito social: é um vetor de coesão do grupo, serve de válvula de segurança e evita assim a ruptura das relações entre antagonistas etc. No seu segundo ensaio, Coser prolonga esta análise e distingue três dimensões funcionais da violência: 1) a violência em suas manifestações: desempenha um papel determinado para aqueles que a executam, visto que permite, por exemplo, assim como o mostraram R.A. Cloward e L.E. Ohlin (*Delinqüência e oportunidade*, 1960), aos jovens delinqüentes das áreas urbanas desorganizadas obter consideração e fama quando demonstram, no seio do seu bando, habilidade no exercício da violência; 2) a violência como sinal de perigo: a comunidade no seu conjunto tira por vezes vantagens da ação violenta. O movimento cartista, na Inglaterra, não foi um sinal de perigo que visava denunciar a situação dramática dos pobres? Pode-se alegar a partir desse fato que essa manifestação de violência foi uma centelha que contribuiu para abrir caminho para o aperfeiçoamento da legislação social; 3) a violência como catalisador: Coser considera para esse efeito as conseqüências da violência sobre aqueles que não participam do conflito. A violência empregada pelos indivíduos encarregados de impor o respeito à lei contra os negros do Sul, envolvidos em protestos ativos, parece, por exemplo, ter tido um grande impacto sobre a opinião pública e a legislação federal.

Alguns elementos bloqueiam, no entanto, as possibilidades de uma revolta generalizada. E Dahrendorf é o primeiro a reconhecer que os mecanismos ligados à democracia industrial (órgãos parlamentares de negociação, instituições de mediação e de arbitragem, representação formal do trabalho no interior da empresa...) e polí-

tica (possível mudança de governo, representação dos interesses de todos...) moderam o surgimento e a intensidade dos conflitos (Texto 42). Lewis Coser também insinua que a pertença múltipla dos indivíduos das sociedades modernas a grupos variados (igrejas, classes sociais, partidos políticos...) limita as veleidades conflituosas na medida em que aqueles não se identificam integralmente com um desses grupos de pertença. Seymour M. Lipset e Stein Rokkan (*Party Systems and Voter Alignments*, 1967) abundam no mesmo sentido ao observarem que os partidos políticos agora se assemelham muito mais a máquinas capacitadas a gerir reivindicações opostas do que a catalisadores de conflitos permanentes. Essas formas de estabilização são particularmente poderosas nos países social-democratas onde, sempre em nome dos interesses da classe operária, uma ação sindical cada vez mais integrada ao aparelho de Estado acabou substituindo o princípio da luta de classes pelo de co-gestão econômica (C. Crouch, A. Pizzorno. *The Resurgence of Class Conflict in Western Europe since 1968*, 1978).

Texto 42

DAHRENDORF – A pacificação dos conflitos industriais

A história do conflito industrial fornece muitos exemplos da maioria dos diversos modelos e tipos sociais propostos pela teoria do conflito de grupo nas associações regidas pela autoridade. Esses exemplos se tornam ainda mais interessantes à medida que os protagonistas do conflito industrial continuaram essencialmente os mesmos no decurso do desenvolvimento industrial. Vimos que tanto o capital como o trabalho conheceram um processo de decomposição no decorrer destes últimos cem anos. A classe capitalista unificada da época de Marx se subdividiu em numerosos elementos, como por exemplo os diretores, os simples proprietários, os financistas; a classe operária homogênea do século XIX viu nascer no seu seio linhas novas de diferenciação segundo a qualificação profissional, a renda ou o prestígio; enfim essas duas classes se viram aumentadas e mais complexas pelo surgimento de

uma "nova classe média" de burocratas e de empregados de escritório. Todavia, todas essas mudanças apenas ligeiramente modificaram a estrutura de autoridade da empresa industrial. Sempre há empregadores e empregados, empresários e trabalhadores; quanto à direção e ao trabalho, ambos constituem ainda hoje os quase-grupos subjacentes às próprias organizações portadoras da dinâmica do desenvolvimento social da indústria.

Mas as modalidades das suas inte-relações se modificaram bastante desde a época em que os luditas, na Inglaterra, lutavam contra sua alienação tentando quebrar as máquinas nas fábricas isoladas ou até a partir do tempo em que as forças policiais pagas pela direção procuravam dispersar à força os trabalhadores em greve. Isto por uma simples razão: é que a violência do conflito industrial diminuiu consideravelmente. Esta diminuição se deve mesmo em primeiro lugar ao próprio fato da organização das partes em conflito. Em segundo lugar, os sindicatos e as associações patronais constituíram um sistema muitas vezes complexo e protocolar de resolução dos conflitos. Antes de recorrer a manifestações violentas de conflito, eles se reúnem para discutir suas reivindicações, recorrem a um mediador e, conforme o caso, a um árbitro. Em suma, procuram resolver as divergências mediante o diálogo e não pelo combate. Esta redução da violência viu-se enormemente favorecida pela melhora do nível de vida dos trabalhadores. Na maior parte dos países que hoje se podem considerar como sociedades pós-capitalistas a privação total para o trabalhador na indústria cedeu o lugar a uma privação relativa no começo deste século, de modo que diminuiu o "custo" da vitória ou da derrota. Convém observar que essa redução da violência é ao mesmo tempo a causa e o efeito da institucionalização do conflito industrial: ao se organizarem para a defesa dos seus interesses, os diretores e os trabalhadores puderam fazer mudanças que, por sua vez, favoreceram o surgimento de uma regulamentação pacífica dos conflitos (R. Dahrendorf. *Classes et conflits de classe dans la société industrielle* (1957). Paris, Mouton, 1972, p. 279-280).

1.2. Historicidade e relações de classes

Igualmente atento às relações de classes na sociedade industrial, Alain Touraine, nascido em 1925, é um autor-ponte entre aqueles que refletiram sobre os conflitos e seu modo de gestão no pós-guerra e aqueles que, a contar da segunda metade dos anos sessenta, propõem novos modos de abordar a ação coletiva. Formado na escola francesa da sociologia do trabalho que então nascia, e se desenvolve depois de 1945 sob a batuta de Georges Friedmann, Touraine ganhou fama primeiro por uma pesquisa sobre *A evolução do trabalho operário nas fábricas Renault* (1955). Lança a seguir as bases de uma sociologia da ação (*Sociologia da ação*, 1965. – *Produção da sociedade*, 1973) que lhe fornece particularmente instrumentos aptos a esclarecer a passagem das sociedades industriais para um novo estádio (*A consciência operária*, 1966. – *A sociedade pós-industrial*, 1969). A partir de meados dos anos 1970, ele dá preferência ao estudo dos movimentos sociais graças à prática da intervenção sociológica (*Em prol da sociologia*, 1974).

Para compreender os mecanismos em jogo na produção da sociedade e desenvolver uma sociologia que não se contente nem com os determinismos econômicos dos marxistas nem com os esquemas funcionalistas dos americanos, o acionalismo de Touraine visa, em primeiro lugar, quebrar toda referência a fiadores meta-sociais, como por exemplo Deus, a Providência, o sentido da história..., considerados como possuidores das chaves do enigma da coesão e da mudança sociais. Touraine reflete, ao contrário, em termos de sistemas de ação ou, noutras palavras, de sistemas de atores definidos por intenções, orientações culturais e relações sociais. Não se poderia portanto reduzir uma sociedade a suas regras e a seus modos de funcionamento, ela age sempre no sentido de modificá-los ou ultrapassá-los. Neste quadro, Touraine dá o nome de *historicidade* à ação exercida pela sociedade sobre suas práticas sociais e culturais. A historicidade é, falando mais precisamente ainda, a combinação de três componentes: 1) o modo de conhecimento que forma uma imagem da sociedade e da natureza; 2) a acumulação que se apodera de uma parte do produto disponível e 3) o modelo cultural que apreende e interpreta a capacidade de ação da sociedade sobre si mesma.

Quanto à historicidade, Touraine defende um modelo hierarquizado em três níveis de condutas coletivas. Os dois andares de baixo são constituídos, por uma parte, pelas organizações sociais (conjunto dos meios reunidos por uma coletividade para enfrentar o seu ambiente) e, pelo outro lado, pelo sistema político ou institucional (instrumento de coerção e de legitimação). O campo da historicidade constitui o estrato superior do modelo. Neste nível se estabelece um vínculo direto entre historicidade, sistema de ação histórica (SAH) e relações de classe (Baliza 23).

O sistema de ação histórica se define por quatro elementos: um modelo cultural (produção), a mobilização (organização do trabalho), a hierarquização (distribuição dos recursos) e as necessidades de consumo. Rejeitando toda tentação evolucionista, Touraine examina a lógica de acumulação de cada um desses elementos e daí deduz a existência de quatro tipos ideais de sociedade (*Produção da sociedade. Op. cit.*):

1) As sociedades programadas ou pós-industriais: no seu seio não existe somente a acumulação dos bens de consumo, instrumentos de troca ou capital, mas também, e sobretudo, do conhecimento (modelo cultural). A educação, a pesquisa e a informação possuem portanto papel central.

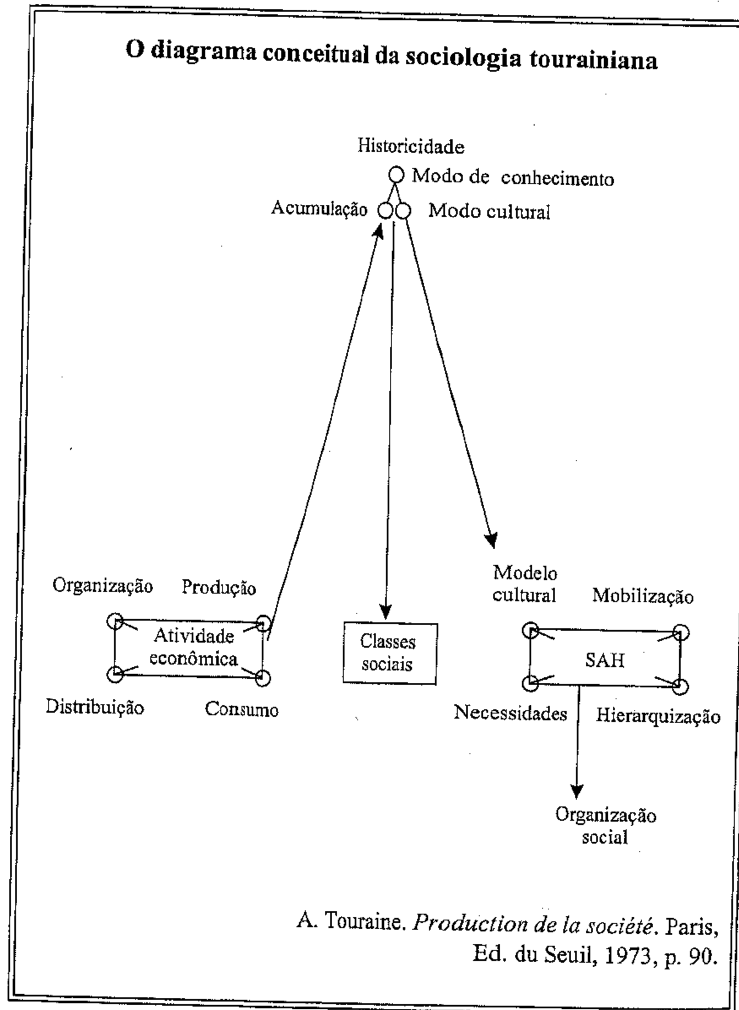
2) As sociedades industriais: a acumulação se refere acima de tudo à organização do trabalho (mobilização). O capital industrial designa aqui o dinheiro que se investe transformando as condições de trabalho nas manufaturas e nas fábricas.

3) As sociedades mercantis: a acumulação se refere à distribuição (hierarquização). O dinheiro não é investido por aqueles que o acumulam para transformar a organização do trabalho, mas para organizar, ou até concentrar, as trocas comerciais.

4) As sociedades agrárias: é fraco o nível da acumulação e tem em vista o consumo (aquisição de poupança simples).

Baliza 23

O diagrama conceitual da sociologia tourainiana



A. Touraine. *Production de la société*. Paris, Ed. du Seuil, 1973, p. 90.

As relações de classe, segundo componente do campo da historicidade, existem porque os adversários participam de um mesmo sistema de ação histórica que define os termos da luta. Baseadas sobre a acumulação, essas relações são dominadas por um desafio que ultrapassa o estrito campo da economia: o do domínio da historicidade. Daí, a dupla dialética das classes sociais:

> A classe dirigente se identifica com a historicidade, assume-a, dirige em particular o investimento, mas ela se torna dominante pelo movimento inverso que a leva a transformar essa direção em ordem e em mecanismo de defesa desta. A classe popular é dominada, passa então a sofrer não apenas a direção, mas sobretudo a dominação do seu adversário, mas é também contestadora pelo fato de se opor a esta ordem em nome da própria historicidade como também para sua própria libertação (Alain Touraine. *La voix et le regard*, 1978).

Enquanto as sociedades agrárias, mercantis e programadas vivem a sua historicidade no registro respectivo do religioso, do político e por ela mesma, as relações de classe se mostram determinantes para a sociedade industrial. Os conflitos de classe desempenham aí um papel mais importante na medida em que a ordem econômica predomina e o trabalho é objeto de uma atenção particular no seu modo de organização (formas múltiplas de divisão do trabalho). Assim se explica o desenvolvimento de uma vigorosa consciência operária nas grandes empresas e nos bastiões industriais que, na segunda metade do século XIX, concentram uma classe operária solidária e unida contra o domínio do capital. Estes foram igualmente os fundamentos sócio-históricos de um movimento operário poderoso, hoje inexistente enquanto verdadeiro movimento social (A. Touraine, M. Wievorka, F. Dubet (*O movimento operário*, 1984) e cuja sucessão, como ator central na produção da sociedade, não se acha hoje assegurada por outros protagonistas (como os movimentos estudantis, feministas, regionalistas...).

2. Ação coletiva e movimentos sociais

Já muito tempo antes de Alain Touraine, o sociólogo americano Robert Park havia dedicado particular atenção aos comportamentos coletivos do ponto de vista de motores da mudança social. Bem trabalhado hoje, o terreno das teorias da ação coletiva está estruturado por uma questão central: quais são as condições e quais os processos pelos quais um grupo latente (conjunto de pessoas que têm um interesse comum, como os consumidores, os operários, as mulheres...) pode vir a se tornar um grupo organizado que se arma com um mecanismo de decisões coletivas (como os sindicatos) para agir e defender os próprios interesses?

2.1. Deslocamento, comportamentos coletivos e frustração social

Um primeiro elemento de resposta é oferecido pelos teóricos da sociedade de massa, analistas entre os quais William Kornhauser (*The Politics of Mass Society*, 1959) é fora de qualquer dúvida uma figura de proa. Segundo este último, pode-se definir a sociedade de massa como uma sociedade atomizada onde a relação entre os indivíduos se mostra muito frouxa (ausência de grupos intermediários, estáveis e independentes). A dissolução do vínculo social é um fato que se constata em sociedades vítimas de urbanização e industrialização aceleradas ou ainda em sociedades que foram vítimas de uma crise econômica ou derrota militar. Kornhauser observa em um segundo passo que, em vista da pulverização social que a caracteriza, a sociedade de massa multiplica a capacidade de sedução dos discursos extremistas e favorece alguns tipos contestáveis de ação coletiva. A ideologia nazista deste modo obteve uma recepção particularmente favorável no seio das camadas sociais mais frágeis (intelectuais sem vínculo social, pequenos comerciantes e artesãos, agricultores de baixa renda...).

Simplista demais, este esquema se viu ultrapassado de múltiplas maneiras. Em *Theory of Collective Behavior*, de 1962, Neil Smelser utiliza a noção de "condutividade estrutural" com o intuito de mostrar que existem condições muito mais específicas e restritivas em favor da mobilização: possibilidade de fazer circular as informações e os boatos (sobre os mercados das bolsas, por exemplo, a densidade das interações favorece os movimentos de pânico), ausência de representação institucional para fazer valer os interesses de um grupo... Nesse mesmo período, James Davies (Para uma teoria da revolução. *American Sociological Review*, 1962) e Ted Gurr (*Por que os homens se revoltam*, 1970) conseguem conciliar os enfoques clássicos, e *a priori* antinômicos, de Marx e de Tocqueville. Segundo esses autores, se a distância entre as expectativas dos indivíduos e as necessidades efetivamente satisfeitas for claramente muito grande, irá desencadear-se então um movimento revolucionário. Aplicação da teoria da frustração relativa, esta grade de leitura permite compreender por que a degradação progressiva das condições de vida do proletariado (declínio das necessidades satisfeitas), cara a Marx, e o alívio súbito do peso da coerção (aumento das esperanças), evocado por Tocqueville, são dois fatores explicativos complementares, e não opostos, dos fenômenos revolucionários. Numa mesma linha psicologizante, Ronald Inglehart (*A revolução silenciosa*, 1977) se inspira na pirâmide das necessidades de Maslow (segundo este último autor, a satisfação das necessidades deve dar-se de maneira hierárquica: da satisfação das necessidades fisiológicas mais imediatas até a auto-realização do indivíduo) e afirma que depois da Segunda Guerra Mundial o crescimento permitiu inicialmente responder às necessidades de tipo primário (consumo, segurança...). Satisfeitas deste modo as exigências de primeira ordem, novas demandas e novos valores "pós-materialistas" puderam exprimir-se (cf. Capítulo 3). Inglehart explica desta maneira o surgimento dos movimentos estudantis, feministas, pacifistas, ecológicos... no decorrer da década de 1960.

2.2. Os mecanismos da ação coletiva

A teoria da mobilização dos recursos (J.M. Carthy, M. Zald. Mobilização dos recursos e movimentos sociais: uma teoria parcial. *American Journal of Sociology*, vol. 82, 1977) surge precisamente, claro que não por acaso, por ocasião dessa revivescência da revolta social que marca os anos 1960. Na pretensão de captar o fundamento político da ação coletiva (exigência de democracia), esse enfoque teórico é verdadeiramente inovador na medida em que mostrou, contra as teorias da sociedade de massa e da frustração relativa, que não é às margens do sistema, nas áreas onde a desintegração é mais forte, que germinam as sementes da contestação. Muito pelo contrário, e assim como o ilustra o modelo de Obershall (Baliza 24), a mobilização é tanto mais fácil quanto melhor organizadas as comunidades.

Baliza 24

O modelo da ação coletiva de Anthony Obershall

Obershall (*Conflito social e movimentos sociais*, 1973) afirma que a mobilização se torna tanto mais fácil quanto mais organizados forem os grupos envolvidos na ação coletiva. Seu modelo articula duas dimensões. Na primeira – a "horizontal" – pode-se inscrever o nível de coesão social de um grupo. Obershall mantém três casos de figuras possíveis: relações comunitárias (famílias, aldeias, grupos étnicos, tribos, clãs...) como nas sociedades tradicionais, relações de tipo associativo (grupos secundários de natureza profissional, religiosa, econômica...) como nas sociedades industriais e, finalmente, ausência, ou quase, de relações sociais. Quanto mais forte a coesão social, esta a convicção de Obershall, tanto mais alto será o potencial de mobilização. A segunda dimensão – a "vertical" – pode ser representada por um eixo no qual vai aparecer o nível de integração de um grupo à sociedade global. O indicador pertinente, aqui, é o tipo de vínculo mantido com o vértice da pirâmide social e política. Nas sociedades segmentadas, onde os grupos são pouco integrados, e onde é fraca a mobilidade ascendente, os grupos terão de contar

consigo mesmos para conseguir que se ouçam as suas reivindicações. A segmentação é portanto propícia à mobilização. Obershall sugere uma síntese dessas duas afirmações no quadro seguinte:

Dimensão horizontal	Vínculos no seio da coletividade		
	Comunitários	Fracos	Associativos
Dimensão vertical			
Integração	A	B	C
Segmentação	D	E	F

Obershall ilustra as modalidades diferenciadas de mobilização com o auxílio do caso dos negros norte-americanos do Sul e do Norte por ocasião dos levantes dos anos 1960. No Sul (caso F), acham-se reunidas condições favoráveis para tornar viável e eficaz o movimento dos direitos civis. Uma comunidade negra organizada (igrejas protestantes, associações como o *Negro National Congress*, etc.) e elites independentes de brancos permitem estruturar uma ação que foi capaz de ganhar, graças ao seu caráter não violento, a simpatia dos meios de massa e das autoridades políticas. No Norte (caso E), ao contrário, a ausência de verdadeira liderança, o estilhaçamento de uma comunidade menos bem enquadrada que no Sul e diretamente vítima da pobreza urbana explica que as revoltas (como a de Watts em Los Angeles em agosto de 1965) tenham ficado reduzidas a labaredas de violência que não culminaram em nenhuma ação política estável e organizada a longo prazo.

Esta teoria repousa, em segundo lugar, em cima de uma analogia econômica. Os movimentos sociais podem ser assimilados a empresas concorrentes que procuram mobilizar recursos internos (adeptos, dinheiro, tempo...) e externos (apoio dos meios de massa, da opinião pública, de membros do governo) para alcançarem os seus fins. Aqueles que fazem profissionalmente contestação são portanto empresários (mas empresários políticos) da mesma forma que os dirigentes de empresa. Como integram igualmente a dimensão "pressão" ao lado daquela dos "recursos", os trabalhos de Char-

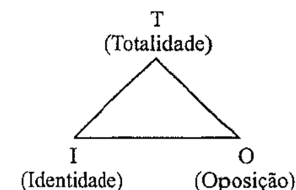
les Tilly privilegiam ainda a análise. Utilizando a dicotomia custos/vantagens, Tilly explica por que, na França, as greves são mais extensas e mais freqüentes na década de 1960 do que no curso dos anos 1830 (C. Tilly. *A França contesta de 1600 aos nossos dias*, 1986). No século XX a legislação autoriza as paralisações do trabalho: fazer greve, agora, é menos dispendioso que no passado. Da mesma forma, na medida em que finalmente conquistaram uma real legitimidade, os sindicatos vão constituir no século XX uma força que permite coordenar as greves em larga escala.

Na França, as teorias da ação coletiva se mostram muito menos permeáveis à analogia econômica. Podem-se distinguir, de fato, dois pólos. O primeiro congrega sociólogos que, da mesma forma que Denis Segretin (As comunidades pertinentes da ação coletiva. *Revue Française de Sociologie*, XXI-2, 1982), negam-se a considerar que conflitos e mobilizações possam ser explicados pela existência de problemas coletivos que se tornaram bastante agudos para pôr uma coletividade em movimento. À maneira de Obershall, eles frisam que não há mobilização sem integração social prévia em uma comunidade de base (a profissão, um grupo primário ou um território local). A escola de Alain Touraine pensa, ao contrário, que os movimentos sociais são antes de tudo comportamentos de classe cuja ação é sustentada por um projeto: o controle e a transformação do sistema de ação histórica. Touraine enumera três princípios cuja combinação fundamenta um verdadeiro movimento social: princípio de identidade (o movimento deve ter autoconsciência, consciência de sua identidade própria), princípio de oposição (o movimento deve identificar com clareza contra quem vai lutar) e princípio de totalidade (o movimento deve ter consciência do risco envolvido no combate: a historicidade) (Texto 43). Esta definição, onde se percebem ressonâncias hegelianas, orientou as inúmeras pesquisas consagradas por Touraine e sua equipe aos movimentos sociais que pontilharam os anos 1960 e 1970 e que, ulteriormente, se tornaram muito mais discretos (A. Touraine. *A volta do ator*, 1984).

Texto 43

TOURAINE – O que é um movimento social?

Um movimento social não é uma afirmação, uma intenção: é uma dupla relação, relação a um adversário e a um desafio. Jamais atinge a uma integração perfeita desses dois componentes e na maioria dos casos tem portanto apenas um nível de projeto baixo, isto é, uma fraca integração de sua virada do desafio cultural, do seu conflito com o adversário e do que liga essas duas relações, a saber, a representação que tem da dominação exercida por seu adversário sobre o desafio cultural da luta. Não se deve aceitar com muita facilidade o esquema que empreguei muitas vezes e que parece puramente descritivo.



O movimento social é aí apresentado como a combinação de um princípio de *identidade*, de um princípio de *oposição* e de um princípio de *totalidade*. Não será necessário, para travar um combate, saber em nome de quem, contra quem e em que terreno se vai combater? Reduzido a essas idéias simples, o esquema se aplica a todas as condutas sociais, dado que todas colocam o ator em uma relação e não há relação sem campo social. O que caracteriza o movimento social é, antes de mais nada, que o desafio aqui é a própria historicidade e não a decisão institucional ou a norma organizacional. Os atores são portanto classes únicas. Atores definidos por suas relações conflituosas com a historicidade; em segundo lugar, a interdependência dos desafios e dos atores, marcada na forma triangular do esquema, aí é total, enquanto não o é nunca nos outros tipos de condutas coletivas. Em um sistema político, os atores podem ser definidos independentemente uns dos outros, ao menos em certa medida, como dife-

rentes categorias sócio-econômicas que se esforçam para obter uma subvenção de um Estado ou um sistema fiscal que lhes seja favorável e o campo de suas lutas de influência é definido independentemente deles, pela lei ou pelo Estado. Em uma organização, as relações de autoridade se exercem no interior de normas gerais, o que explica por que neste nível existe a tentação de separar sistema e atores, estrutura e poder. Ao contrário, jamais repetirei o número suficiente de vezes que historicidade e classes sociais não podem ser concebidas em separado. É necessário, portanto, reconhecer, no esquema I-O-T, muito mais que uma descrição aceitável para todos sem dificuldade (A. Touraine. *La voix et le regard*. Paris, Ed. du Seuil, 1978, p. 108-110).

3. História e sociedade

Enquanto as preocupações históricas estavam intimamente ligadas às considerações dos pais da sociologia (Marx, Durkheim, Weber, Pareto...), as relações entre Clio e Minerva são mais frouxas no começo do século XX (Baliza 25). É necessário até esperar o fim da Segunda Guerra Mundial para que a Esfinge da sociologia histórica renasça enfim das suas cinzas (D. Smith, *The Rise of Historical Sociology*, 1991). A partir de então, e em geral, é possível assinalar três grandes fases (desenvolvimentista, crítica, teórica) nesse movimento renovador.

Baliza 25

Sociologia e história: o trabalho pioneiro de Norbert Elias

Com os historiadores Marc Bloch e Fernand Braudel, o sociólogo judeu alemão Norbert Elias (1897-1990) representa o papel de um pioneiro, desconhecido até por volta de 1970, da sociologia histórica. De início, estudante de filosofia e de medicina, Elias vai progressivamente romper com o idealismo transcendental e neokantiano do seu mestre R. Hönigwald. Torna-se de verdade sociólogo quando, procurando abraçar a carreira universitária, chega em 1925 a Heidelberg. Foge da Alemanha em 1933 e se refugia na França e, depois, na Inglaterra, onde vai lecionar até 1962. Passados dois anos em Gana, instala-se, depois de um breve regresso à Inglaterra e à Alemanha, a Amsterdã. Este percurso biográfico é pontilhado de escritos que abordam temas que variam do esporte e da morte a Mozart... Mas o pensamento do sociólogo alemão se desenvolve certamente com mais vigor em sua tese de habilitação (*A sociedade da corte*, 1933) e, sobretudo, no seu livro mais importante: *Über den Prozess der Zivilisation*, de 1939 (traduzido para o francês em dois volumes: *A civilização dos costumes* e *A dinâmica do Ocidente*).

Uma das constantes da obra de Elias se assemelha a uma negação categórica: a de sucumbir à oposição demasiadamente simplista entre sociedade e indivíduo. Pelo contrário, o sociólogo alemão insiste sobre a rede de interdependências em que estão presos os indivíduos e que os ata uns aos outros. Em longo prazo, a evolução contínua e muitas vezes imperceptível das malhas dessa rede é acompanhada de inflexões na personalidade e na gestão dos afetos do homem ocidental. *A sociedade da corte* descreve assim, sob a monarquia absoluta, as condições da transformação de uma aristocracia guerreira de cavaleiros em uma nobreza refinada. Elias pinta, com o auxílio de inúmeros detalhes, a vida na corte do Rei Sol (papel da etiqueta, pompa de Versalhes, despesas de prestígio...). A corte surge então como uma sociedade estritamente regrada em cujo âmbito os indivíduos concorrem entre si, lutam pelas oportunidades de prestígio e por sua posição na hierarquia da corte. Em seu *Processo da civilização*, Elias amplia a perspectiva weberiana, a sociogênese do moderno Estado francês na junção dos séculos XV e XVI. Ponto culminante da luta competitiva entre pequenas sociedades feudais, o Estado se define pelo monopólio da livre disposição dos recursos militares e da arrecadação de impostos. Pode-se então esclarecer a articulação entre evolução das estruturas e comportamentos individuais: nas sociedades onde a violência física não se acha monopolizada, a divisão das funções está pouco desenvolvida e as cadeias de ação e dependência que ligam os membros uns aos outros são curtas. Nas sociedades com características contrárias, o indivíduo é protegido das violências contra sua integridade, mas também se vê forçado, em compensação, a reprimir seus impul-

sos e pulsões agressivas. Como as funções são cada vez mais diferenciadas, as cadeias de dependência cada vez mais fortes, o homem incapaz de reprimir suas paixões seria com efeito marginalizado, o que comprometeria imediatamente a sua existência social: assim se forja o hábito de um homem civilizado, senhor de suas emoções e capaz, em um mundo cada vez mais complexo, de harmonizar suas ações com as dos outros.

3.1. A tentação desenvolvimentista

Depois de um longo período de torpor, a sociologia histórica ganha um novo vigor, depois de 1945, em países ainda cruelmente marcados pela experiência totalitarista. Logicamente e em pouco tempo, impõe-se uma dupla pergunta: como explicar a diferenciação das trajetórias nacionais entre as duas guerras? Quais as origens sociais dos diferentes regimes políticos? Apoiando-se em um método comparativo, os primeiros trabalhos apresentam um dado comum, dar uma resposta amplamente normativa. O desenvolvimento político dos Estados-nações é com efeito analisado em termos de desvio com relação a um modelo ideal: o modelo anglo-americano. Este é o sentido do trabalho empreendido por Talcott Parsons e Neil Smelser (*Social Change and the Industrial Revolution*, 1959), Seymour M. Lipset (*The First New Nation*, 1963) ou ainda de Reinhard Bendix (*Nation-Building and Citizenship*, 1969).

As análises de Barrington Moore também constituem uma boa ilustração dessa linha desenvolvimentista. Em *As origens sociais da ditadura e da democracia* (1966), Moore se interroga, como marxista, sobre o papel político das aristocracias fundiárias e das classes camponesas no movimento de industrialização das sociedades agrárias, movimento que, paralelamente, acabou desembocando na ditadura ou na democracia. Excluindo a Índia, onde a modernização foi particularmente fraca, Moore distingue três grandes tipos de evolução: o da revolução burguesa que dá à luz um sistema democrático (Grã-Bretanha, França, EUA); o de uma revolução de cima para baixo que, no quadro de um capitalismo reacionário, desemboca em uma ditadura (Alemanha e Japão); o tipo, enfim, de uma revolução camponesa acompanhada de uma passagem para o comunismo (Rússia, China).

No primeiro caso, a democracia é o fruto da ação das classes burguesas, classes abastadas, mas independentes do Estado e que, servindo-se de alianças variáveis conforme os Estados (apoio da aristocracia na Grã-Bretanha, dos camponeses na França, papel pouco relevante dos camponeses nos EUA), dão seu apoio a um impulso revolucionário. No segundo caso, a revolução de cima para baixo significa que a modernização tem caráter conservador. Ela se efetua sob os auspícios de um Estado que tem a função de máquina de acumulação primitiva coletando recursos e injetando-os na produção industrial. Enquanto o militarismo une as altas classes sociais concorrentes (aristocracia latifundiária e burguesia industrial), o fascismo aparece sob a pressão da industrialização (ele se apresenta como a resposta diante da intromissão do capitalismo na economia rural) e bloqueia ainda, como aconteceu na Alemanha, os riscos de uma revolução proletária. Já o comunismo é, finalmente, o produto de revoluções, com forte participação dos camponeses, orientadas contra uma autoridade central estatal que açambarcava os excedentes agrícolas. Esse movimento torna-se ainda mais forte se a aristocracia fundiária não consegue fazer frutificar as atividades comerciais e não consegue, conseqüentemente, manter seu nível de vida a não ser à custa de um campesinato explorado ao qual subtrai os seus excedentes produtivos.

3.2. Economia-mundo, Estados e revoluções

Como já se sugeriu anteriormente, as análises de Moore são representativas do desenvolvimentismo na medida em que acenam implicitamente à via anglo-saxã como o modo de acesso privilegiado à modernidade. Essa linha desenvolvimentista chega ao fim em meados dos anos 1970. Com o declínio da hegemonia americana so-

bre o mundo (declaração de inconversibilidade do dólar em ouro em agosto de 1971, conflito do Vietnã...), abre-se um espaço de interpelações muito mais críticas em face das concepções ocidentais da modernização. Passa-se a explorar duas novas pistas: a pista do "subdesenvolvimento" e a de uma sociologia histórica do Estado, ator cuja ação era até esse momento amplamente subestimada.

No primeiro caso, os trabalhos de Perry Anderson (*Passages from Antiquity to Feudalism*, 1974. – *Lineages of the Absolutist State*, 1974) e de Immanuel Wallerstein (*The Modern World-System*, 3 t., 1974-1989) são aqueles que melhor simbolizam as perspectivas abertas por um marxismo remoçado, atento de modo particular à herança do feudalismo na constituição dos regimes socioeconômicos atuais. Renunciando a todo modelo evolucionista, Wallerstein desenvolve uma teoria do sistema-mundo na qual ele confere um lugar excepcional à economia-mundo do capitalismo (a noção de economia-mundo é um empréstimo direto tomado aqui do historiador francês Fernand Braudel, que o criou para designar uma parte do planeta economicamente autônoma e senhora de um sistema de ligações e de trocas interiores que assegura a sua coerência orgânica). Para Wallerstein, as trocas internacionais têm lugar em um conjunto evolutivo onde se entrelaçam, embora não necessariamente criando um equilíbrio estável, redes que ligam Estados, nações, regiões, grupos étnicos, classes sociais e unidades produtivas. Revelador de uma estruturação mundial iníqua, o conjunto compõe um sistema tripartite que contém um centro (países industrializados onde o Estado é relativamente forte, a agricultura moderna, a burguesia urbana em situação de poder etc.), uma semiperiferia e uma periferia.

A introdução do Estado na reflexão sobre o dinamismo sócio-histórico é efetuada, com razoável brilhantismo metodológico (Texto 44), por pesquisadores como Bertrand Badie e Pierre Birnbaum (*Sociologia do Estado*, 1979) ou ainda Theda Skocpol (*Estado e revolução social*, 1979). Para Skocpol, por exemplo, as revoluções são menos o produto de uma ação deliberada que o resultado de efeitos emergentes possibilitados pela combinação favorável de alguns elementos-chave. Skocpol sugere assim que se leia a ocorrência das revoluções sociais com o auxílio de uma grade de análise que integre: 1) a posição no cenário internacional (um país em posição desfavorável no cenário internacional será terreno fértil para as ações revolucionárias; 2) o grau de estruturação burocrática do Estado; 3) as relações entre proprietários rurais de terras e, enfim, 4) a coesão social da classe camponesa. Segundo o autor, as revoluções sociais se desencadeariam prioritariamente em casos típicos (a França do fim do século XIX, a URSS do início do século XX, a China entre 1911 e 1949) onde um aparelho estatal burocratizado extremamente rígido esbarra na aristocracia, mas também em camponeses suficientemente solidários para levar a termo uma ofensiva revolucionária e liberados (graças à ação do Estado particularmente) do controle dos grandes proprietários de terras. Essas condições nem sempre se acham presentes em toda a parte: a ausência de um Estado poderoso na Inglaterra, a integração da aristocracia ao Estado na Prússia, a espoliação do poder da aristocracia em benefício do Estado imperial no Japão da era Meiji foram assim obstáculos à ocorrência de revoluções camponesas.

Texto 44

BADIE – Limites da sociologia histórica

Todos esses limites se cristalizam em um problema essencial que foi muitas vezes levantado pelos censores da sociologia histórica: a impossibilidade de verificar as hipóteses elaboradas. A diferença quanto a outras sociologias parece patente: a sociologia eleitora foi capaz, por exemplo, graças à análise multivariada e à quantificação, de chegar a um começo – ou ao menos uma séria pressuposição – de verificação. Demonstrar, contudo, o nexo cau-

sal que une o cristianismo romano à invenção do Estado ocidental, ou o Estado agrário a revolução social constitui uma das empreitadas mais arriscadas. É claro que o método das variações concomitantes não poderia mesmo se aplicar: as variáveis construídas são muito mais pesadas e complexas, os objetos analisados por demais extensivos para que a empreitada ganhe um sentido.

A seriedade da crítica só pode levar os adeptos da sociologia histórica a abandonar boa parte do território que julgavam haver conquistado: malgrado a contra-ofensiva de Theda Skocpol, está razoavelmente claro agora que a sociologia histórica não pode mais exibir a pretensão de causalidade e deve fundamentar de outro modo e com mais modéstia a sua pretensão explicativa. Heurística pelo menos, hermenêutica e compreensiva no melhor dos casos, a sociologia histórica analisa sociologicamente histórias: comparar estas consiste então em mostrar a sua pluralidade, o modo como se distinguem, e precisamente indicar por que não podem ser reduzidas às mesmas variáveis explicativas.

Além dessa "revisão redutora" da pretensão explicativa da sociologia histórica, levanta-se, mas de outra maneira, a questão da verificação. Como é que se pode, então, verificar a pertinência dos níveis de uma comparação que se pretende descritiva? Como é possível, por exemplo, verificar que o conceito de diferenciação constitui um discriminante útil e pertinente para pôr em evidência diferentes "trajetórias" ou modos de desenvolvimento? Por que a ausência de emergência de uma função pública é mais reveladora das diferenças de modelos de desenvolvimento entre a França e a Inglaterra do que a sua comum história de construção de um *Welfare State*?

Neste nível é provável que se toque o essencial do defeito metodológico típico da sociologia histórica. Não é certo que esta esteja pronta a superar esse *handicap* em um futuro próximo. A ausência de reflexão e até de preocupação neste domínio só pode ser inquietante. Talvez seja necessária uma pausa na obra de produção para permitir aos especialistas levantar esse gênero de problema e tentar solucioná-lo. No entanto, a amplidão dessas dificuldades metodológicas não deveria travar o avanço da perspectiva sócio-histórica: o seu uso não conhece substituto em ciências sociais, e a clareza comparativa que ela é capaz de fornecer não foi igualada. A metáfora do homem que só procura um objeto perdido sob a claridade de um bico de gás continua válida: as sombras que ainda pairam sobre a sociologia histórica não devem interromper as investigações do pesquisador, dadas as ricas potencialidades comparativas de que é portadora (B. Badie. Analyse comparative et sociologie historique. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n. 133, ago./1992, p. 370-371).

3.3. A volta da "grande teoria"

Duas tendências notáveis caracterizam a sociologia histórica desde a década de 1980. À semelhança de um Michael Mann que cobre, em *As fontes do poder social* (1986), um território e um período que se estendem desde a Mesopotâmia do ano 5000 aC ao capitalismo do noroeste europeu do princípio do século XIX, deve-se primeiramente constatar uma extensão do campo de análise e uma vontade de sobrevoar períodos cada vez mais longos. A seguir, com o auxílio de tipologias que pretendem declinar todas as formas societais possíveis entre sociedades primitivas e Estados-nações contemporâneos, os sociólogos se viram tentados a integrar os fenômenos históricos em esquemas sempre mais abstratos e destinados a ressaltar o sentido geral de que são portadores os fenômenos particulares (W.G. Runciman. *Tratado sobre teoria social*, 1989).

Os trabalhos de Anthony Giddens ilustram admiravelmente esta volta da "grande teoria" em sociologia histórica. No seio das sociedades de classe, a sociedade capitalista industrial chama particularmente a atenção do sociólogo inglês. Tal como Foucault, este último pensa que o capitalismo industrial não repousa mais sobre relações de classe violentas e exacerbadas, pois "diversamente dos anteriores sistemas de dominação de classe, a produção

necessita de relações fechadas e contínuas entre os grupos das principais classes. Isto supõe que se exerça o 'dobro' da vigilância, e que os modos de vigiar se tornem uma chave da evolução das organizações econômicas e do próprio Estado" (*The Nation-State and Violence*, 1985). A dinâmica dessa sociedade, assim como ele mostra em *As conseqüências da modernidade*, de 1990, dá atualmente à luz uma modernidade estruturada por quatro eixos de desenvolvimento: a extensão da economia-mundo capitalista; o industrialismo e o desenvolvimento da divisão internacional do trabalho; a produção de um crescente poder administrativo com o reforço de uma vigilância e de um maior controle das atividades da população; e, enfim, o controle dos meios de violência e o militarismo (formação de uma ordem militar mundial sob a batuta das grandes potências nacionais).

4. A natureza das sociedades contemporâneas

Convocar a história é uma forma de interrogar o passado para melhor sondar os mistérios do nosso presente. Não é sem razão que a sociologia histórica volta à cena em um período caracterizado por inúmeras interrogações sobre a evolução das sociedades contemporâneas. Desse ponto de vista, a idéia que a sociedade industrial não existe mais está ganhando consenso. O diagnóstico sobre a natureza do mundo social atual ainda está sujeito, porém, a uma ampla controvérsia.

4.1. O fim da sociedade industrial

Nos anos do pós-guerra, o fim das ideologias é celebrado no altar da paz recuperada. Dos dois lados do Atlântico há um amplo consenso: o totalitarismo foi derrotado e a onda comunista bloqueada. Forja-se então o consenso em torno de um modelo estável, composto de pluralismo político, de economia mista e uma dose de

proteção estatal. Na realidade, as sociedades dos países desenvolvidos entram em plena metamorfose. No momento dos primeiros sintomas de crise econômica e social, as teorias da sociedade pós-industrial (A. Touraine. *A sociedade pós-industrial*, 1969. – D. Bell. *Rumo à sociedade pós-industrial*, 1973) constatam estas mutações: desenvolvimento dos serviços, papel cada vez mais importante dos conhecimentos e da informação no desenvolvimento econômico e social... Em sua obra *As contradições culturais do capitalismo* (1976), Daniel Bell percebe tensões entre as diferentes instâncias (cultura, economia, política) constitutivas desta nova sociedade. Por exemplo, enquanto cultura agora se conjuga com subjetivismo e hedonismo (e não mais com ascetismo, como observara Weber), a esfera econômica funciona sempre em função da racionalidade e da performance. Touraine, por seu turno, constata uma evolução das relações com o trabalho (o trabalhador tem cada vez menos ação direta sobre a matéria) e, sobretudo, uma capacidade maior da sociedade para agir sobre si mesma. Nas relações sociais, o desafio central não é mais a alocação dos bens de produção, mas a utilização dos bens simbólicos produzidos em larga escala pela sociedade pós-industrial.

Constatando, assim como Touraine, as evoluções da organização do trabalho, o sociólogo e politólogo alemão Claus Offe (*Contradições do Estado de bem-estar social*, 1984. – *Capitalismo desorganizado*, 1985) é um representante típico das análises críticas que se desenvolvem com a entrada em crise permanente do sistema econômico ocidental no princípio da década de 1970. Offe analisa um capitalismo desorganizado trabalhado pela crise e em cujo seio se constata uma segmentação crescente entre trabalhadores e desempregados, um enfraquecimento dos tradicionais mecanismos de regulação política, um flagrante fracasso das políticas públicas etc. Na França, e mais recentemente, Robert Castel acentua ainda mais o traço quando, depois de haver narrado a crônica

do regime de salários desde a Idade Média aos nossos dias (*As metamorfoses da questão social*, 1995), vai concluir seu trabalho desta maneira tão paradoxal como irônica: no momento em que a condição do assalariado não é mais, finalmente, aviltada e indigna, esta se vê profundamente abalada em virtude do desemprego e da precariedade.

Estaremos aqui diante de uma nova astúcia do capitalismo, sistema capaz de integrar e fazer reverter a seu próprio serviço as críticas que lhe foram anteriormente dirigidas (L. Boltanski, E. Chiapello. *O novo espírito do capitalismo*, 1999)? Não há consenso nas respostas. É certo, porém, que a sociedade industrial teve uma boa vida. Em seu lugar e substituição, alguns sociólogos franceses (entre eles, François Dubet ou François de Singly) discernem um mundo social em cujo seio as instituições cada vez menos predeterminam os papéis e os comportamentos. Dessa "desinstitucionalização" da escola, da família, da religião etc. decorre o fato de que, como sujeitos, os indivíduos querem agora tornar-se capazes de escrever a sua própria história pessoal e isto a despeito da racionalização sufocante cada vez mais encarnada pelas lógicas do mercado ou pela pressão das comunidades (A. Touraine. *Crítica da modernidade*, 1992). O diagnóstico do sociólogo alemão Ulrich Beck nos deixa ouvir alguns ecos desta tese do divórcio do ator e do sistema. Autor de *A sociedade do risco*, obra muito comentada em sua publicação no ano de 1986, ano da catástrofe de Tchernobyl, Beck afirma que entramos em nossa época em uma sociedade do risco. A era pós-industrial é a era dos riscos globais, irreversíveis e supranacionais (Baliza 26).

Baliza 26

Risco e sociedade segundo Ulrich Beck

Riscos e perigos			
Sociedades	Cultura pré-industrial	Sociedade industrial clássica	Sociedade do risco
Tipo de risco e exemplo	Perigos (*Gefahren*), catástrofes naturais, peste...	Riscos (*Risiken*), acidentes (desemprego, transporte...)	Ameaças pessoais, catástrofes artificiais
Origem	Exteriorizada: causadas por deuses, demônios...	Internalizada: ligada ao desenvolvimento econômico: economia, técnica, organizações...	Internalizada: o átomo, a química, a indústria biogenética... e as garantias políticas.
Vontade individual no assumir o risco	Não	Sim (por exemplo, tabagismo, dirigir, esquiar, tipo de profissão...)	Não: decisões coletivas, não se pode evitar os riscos por decisão individual.
	Destino externo	Responsabilidades regulamentadas por leis, convenções...	Irresponsabilidade organizada coletivamente.
Extensões envolvidas na reviravolta	Países, povos, culturas	Localidades, um período de tempo, acontecimentos e perturbações socialmente circunscritas.	Acidentes com impactos sem limites.

Calculabilidade (causas, transformações, riscos, segurança)	Insegurança não calculável, neutralidade política, o destino se joga no presente.	Insegurança calculável (probabilidade, prejuízos...).	Perigos políticos explosivos que põem em causa os fundamentos dos cálculos e das previsões.

U. Beck. *Gegengifte – Die organisierte Unverantwortlichkeit.* Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1988, p. 121.

Mas é também o momento em que se esboça um retorno ao individualismo (*"Ich bin Ich"* = "Eu sou Eu"): a pregnância mais fraca das normas (menor apego a uma classe social, a um papel sexual), o declínio da audiência sindical, o maior peso dos tecnocratas na política, a ausência de democracia em economia, política e ciência... balizam – segundo U. Beck – "a estrada para outra modernidade".

4.2. Será que nos tornamos "pós-modernos?"

Modernidade e pós-modernidade, precisamente. Em torno desses termos se trava hoje um dos debates sociológicos mais importantes sobre a natureza das sociedades contemporâneas. Originária da crítica literária americana dos anos 1960, a noção de "pós-modernismo" designa processos variáveis e às vezes até contraditórios segundo os domínios em que tenha sido utilizada: arquitetura (C. Jencks), antropologia (C. Geertz), filosofia (J.-F. Lyotard, R. Rorty, G. Deleuze), geografia etc. Em sociologia, a partir da década de 1990, elaboraram inúmeras grades de leitura sociólogos ingleses como Sygmart Bauman ou David Harvey, em primeiro lugar (Texto 45).

Texto 45

HARVEY – Pós-modernismo, o que é?

Abro a minha exposição com o que me parece ser o fato mais impressionante do pós-modernismo: sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico, elementos que fundam pela metade a concepção baudelairiana da modernidade. Mas o pós-modernismo recupera por sua conta esses elementos em um sentido bem particular. Ele não faz nada para transcender ou se opor a essas tendências ou mesmo definir os elementos perenes e imutáveis que poderiam constituí-lo. O pós-modernismo navega, para não dizer que se compraz, no fragmentário e nos acontecimentos mais caóticos que constituem a mudança, como se esta se reduzisse apenas a essa dimensão. Foucault nos ensina, por exemplo, a pensar, agir e desejar por proliferação, justaposição e disjunção e a preferir o que é positivo e múltiplo, o que é diferente (ao invés do uniforme), o fluxo (em vez da unidade), os arranjos flexíveis (mais que o sistema). Deve-se estar convicto de que o produtivo é aquilo que é nômade, e não o sedentário. Por conseguinte, e na medida em que deve encontrar a sua legitimidade em referência a um passado encerrado, pode-se dizer que o pós-modernismo presta muita atenção a todas as correntes de pensamento, Nietzsche particularmente, que insistem sobre a instabilidade crônica da vida moderna e sobre a incapacidade das análises racionais para explicá-las (D. Harvey. *The Condition of Postmodernity.* Oxford, Blackwell, 1990, p. 44).

Em Quebeque, Michel Freitag (*Dialética e sociedade*, 1986) é a figura emblemática desta abordagem contemporânea. Na França não existe, propriamente falando, escola "pós-moderna", mas sob numerosos aspectos, os trabalhos de Jean Baudrillard ou de Michel Maffesoli têm com certeza afinidade com essa problemática. No mundo anglo-saxão, em todos os casos, os sociólogos pós-moder-

nos conquistaram o reconhecimento institucional graças às coleções publicadas por editores como Sage e Routledge e a revistas acadêmicas (*Sociological Review, Praxis International, Theory and Society* etc.).

No exame que consagrou a esses trabalhos recentes, Nicolas Herpin (Além do consumo de massa? – Uma discussão crítica dos sociólogos da pós-modernidade. *L'année sociologique*, 1993) observa que a despeito de sua grande diversidade, os autores "pós-modernos" são unânimes em identificar três tendências globais que marcam a ruptura com as sociedades modernas: diminuição do consumo de massa uniforme em prol de estilos de vida e de menor oposição entre cultura erudita e cultura popular, substituição da grande indústria por formas flexíveis de organização do trabalho dirigida por uma demanda sempre mais personalizada da parte dos consumidores e, enfim, flexibilização da hierarquia social. Mas há diversas fraquezas que limitam o alcance desses trabalhos: pobreza metodológica, ausência de coesão teórica ou ainda excessiva importância concedida ao consumo como motor da mudança socioeconômica.

Alguns sociólogos contestam ainda mais radicalmente este tipo de análise solapando a tese de base. George Ritzer (*The McDonaldization of Society*, 1992) acredita assim que as transformações de hoje somente aprofundam as tendências à racionalização já bem analisadas ontem por Max Weber. A rede McDonald's simplesmente substituiu a burocracia enquanto modelo típico da vida social contemporânea. À imagem do mundo criado por Disney, a nossa sociedade é lúdica só na aparência, mas muito desumana na realidade. Prova: condições de trabalho sempre muito pesadas, alimentação e moradia padronizadas, relações sociais de tipo impessoal... Assim como Giddens (*As conseqüências da modernidade*, 1990), Ritzer afirma então que as evoluções atuais são apenas as conseqüências da dinâmica característica da modernidade. O mesmo se pode dizer do alemão Peter Wagner (*Sociologia da modernidade*, 1995). De

acordo com este último, estamos vivendo certamente, hoje, o questionamento da sociedade industrial. O abalo das convenções e instituições econômicas e políticas e a perda de capacidade para ações coletivas (dos sindicatos, do Estado...) são dois sintomas desse estado de coisas. Mas essa crise não implica uma ruptura tão decisiva como acreditam os sociólogos pós-modernos. Ela assinala, ao contrário, a entrada em uma fase nova em que valores como diferença, pluralidade, socialidade, solidariedade, fecundam de modo inédito práticas oriundas da modernidade.

PARTE IV
Construção do social



Microssociologia, desempenhos de atores e metáfora do mercado

Inscritas muitas vezes sob a etiqueta da sociologia compreensiva de Max Weber, as assim chamadas abordagens "individualistas" (Baliza 27) têm como ponto comum colocar o indivíduo no coração da análise dos fatos sociais. Neste postulado se enxertam múltiplas variantes que, longe de ignorar os fenômenos macro, procuram muitas vezes, muito pelo contrário, explicá-los com o auxílio de seus instrumentos de análise. Para este fim, estes sociólogos do ator servem-se de bom grado das trilhas batidas da teoria econômica neoclássica, aquela que se utiliza simultaneamente do mercado como modelo de inteligibilidade das relações interindividuais e da ficção de um homem apto a efetuar uma ação racional em função de objetivos e de interesses bem compreendidos.

Baliza 27

Individualismo e *homo sociologicus*

Em seus trabalhos, o antropólogo Louis Dumont (*Ensaios sobre o individualismo*, 1983) contrapõe duas concepções simétricas do mundo dos seres humanos: o holismo e o individualismo. O primei-

ro, o holismo, é uma ideologia que valoriza a totalidade social e negligencia ou subordina o indivíduo humano. Por extensão, diz-se que uma sociologia é holista se parte da sociedade global e não do indivíduo suposto como um dado independente. Ao contrário, o individualismo é a ideologia que valoriza o indivíduo e dá menos importância à totalidade social ou lhe atribui um papel subalterno. Louis Dumont distingue mais exatamente duas definições do indivíduo: o sujeito empírico tal qual se pode encontrar em qualquer sociedade e o ser moral, independente e autônomo, característico da nossa ideologia moderna e da sociedade. Para Dumont, no decorrer dos dois últimos séculos a sociedade ocidental sofreu uma mutação de seus valores para definir o indivíduo, em virtude da segunda definição, como ser livre, igual ao Outro e cujas necessidades subordinam as da sociedade.

Muito anterior aos trabalhos de Dumont, a noção de individualismo acabou, com o uso, diluindo-se em uma multiplicidade de sentidos possíveis. Max Weber (*A ética protestante e o espírito do capitalismo*, 1964) não foi o primeiro a reconhecer que o termo abrange "as noções mais heterogêneas que se possa imaginar? Joseph Schumpeter também elencou diversas acepções possíveis e forjou o termo "individualismo metodológico" com o fito de designar a construção sociológica que consiste em partir do comportamento dado de indivíduos sem mesmo assim pressupor uma teoria da sociedade e do indivíduo (*História da análise econômica*, 1983). Neste contexto, assim como os economistas criaram com John Stuart Mill um *Homo oeconomicus* (modelo de indivíduo que procura, em função dos recursos de que dispõe, fazer a melhor escolha possível do ponto de vista de suas preferências), os psicólogos um homem psicológico (P. Rieff), o sociólogo alemão Ralf Dahrendorf inventou o *Homo sociologicus*, ficção heurística que tem como principal característica levar expressamente em conta os papéis sociais como determinantes fundamentais da ação (*Homo sociologicus*, série de dois artigos publicados em 1958 na *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*). Aproveitando essa deixa, Raymond Boudon observa que o *Homo sociologicus* supera o *Homo oeconomicus* pelo fato de que 1) o *Homo sociologicus* pode, em certos casos, fazer não o que prefere, mas aquilo que o hábito, os valores internalizados, lhe

ordenar; 2) em muitas situações, a noção de melhor escolha não é bem definida; 3) as preferências do *Homo sociologicus* não são nem constatadas nem deduzidas de uma antropologia elementar, mas tratadas como uma função do meio e da história passada do agente; 4) a racionalidade nunca é perfeita; 5) os indivíduos agem no quadro de papéis em que conservam, apesar de tudo, uma certa margem de manobra (cf. R. Boudon. *La logique du social*. Paris, Hachette, 1979, p. 236s).

Entre as diferentes versões da microssociologia que pretendem explicar a complexidade da estrutura da ação social (Baliza 28), o individualismo metodológico constitui atualmente um dos ramos mais ativos no seio da comunidade internacional. "Segundo este princípio, os elementos constitutivos últimos do mundo social são as pessoas individuais que agem de maneira mais ou menos apropriada, à luz de suas disposições e da compreensão que possuem da sua situação. Cada situação social complexa, cada instituição, cada acontecimento é o resultado de uma particular configuração de pessoas, de suas disposições, de suas situações, de suas crenças, dos recursos físicos e do ambiente" (J.W.N. Watkins, "Explanação histórica nas ciências sociais", em: P. Gardiner, *Theories of History*, 1959). Antes de explorar as implicações de uma definição como esta, vamos primeiramente abordar uma análise aparentada: a teoria da troca.

Baliza 28

Mapa das estruturas da ação social

A. Ações finalizadas.
F. Ações que têm conseqüências para muitos outros atores.
G. Ações criadoras de externalidades.
10
11
1
B. Transferência de direitos ou de recursos.
C. Transferência unilateral.
D. Direitos de controlar as ações de outrem.
E. Sistema de relações.
2
6
5
4
9
8
7
3

1. Ações privadas, "a-sociais", que não envolvem os outros (contemplar, sozinho, um pôr-de-sol...);
2. Relações de troca (de direitos ou de recursos) que escapam ao mercado (intercâmbio social);
3. Relações de troca em um mercado que não lesam protagonistas de seus direitos (intercâmbio econômico padrão);
4.7. Relações de troca que levam um dos protagonistas a depender, em parte, de um outro sem que as decisões deste último se encaminhem sempre no sentido do interesse do primeiro (um assalariado troca, assim, a subordinação por um salário);
5.8. Relações de troca que levam um protagonista a depender, em parte, de um outro, mas com a condição que as decisões deste último se encaminhem no sentido do interesse do primeiro (um assalariado se inscreve em um sindicato se isto lhe é vantajoso);
6.9. Relações de confiança;
10. Ações criadoras de externalidades, de efeitos perversos... e que levam, por agregação, a produzir normas sociais (a maneira de se vestir, por exemplo);
11. Ações criadoras de externalidades e que provocaram, a fim de atenuar os seus efeitos perversos, o aparecimento de instâncias de decisões coletivas, de organização... (caso do Estado, por exemplo, que obriga a pagar impostos que ninguém espontaneamente iria pagar) (J.S. Coleman. *Fundations of Social Theory*. Cambridge/London, The Belknap Press of Harvard University, 1990, p. 35).

1. Behaviorismo e teorias da troca

1.1. Pombos e seres humanos: Bringing people back in

A teoria da troca conhece o seu maior sucesso no decorrer dos anos 1950 e 1960 graças a Georges Homans, autor de *O grupo humano* (1951), *Comportamento social – Suas formas elementares* (1961) e *A natureza da ciência social* (1967). Sociólogo em Harvard, Homans se opõe particularmente ao enfoque culturalista, abordagem à qual dirige uma censura de peso: a de cair sob o charme inaceitável do relativismo. Colaborador de Elton Mayo, colega de Talcott Parsons, Homans está persuadido, ao contrário dos culturalistas, de que existem constantes da ação humana. Homans se propõe, deste modo, a missão de enunciar-lhe as propriedades de base. Tomando por base os resultados comprovados pela psicologia behaviorista, ele decodifica as formas elementares da vida social e propõe que se contemple "o comportamento social como uma troca de atividades, tangível ou impalpável, e mais ou menos vantajosa ou custosa, entre pelo menos duas pessoas" (*Social Behavior. Op. cit.*).

Visto que se interessa em primeiro lugar pelos indivíduos, Homans inscreve a sua reflexão em um horizonte amplamente limita-

do pela psicologia. Para inferir as leis do comportamento, o sociólogo se municia com os resultados de experiências realizadas por seu colega etólogo Burrhus F. Skinner. Quando é aprisionado em uma gaiola, um pombo explora o seu ambiente dando bicadas. Um dos experimentos levados a cabo por Skinner mostra que se um pombo dá uma bicada num alvo estrategicamente colocado e se nesse momento o psicólogo dá grãos de milho à ave, então é muito provável que o pombo vá novamente bicar o alvo. Daí conclui Homans que "o pombo aprendeu a bicar o alvo na medida em que foi recompensado para fazê-lo" (*ibidem*). Pode-se, com efeito, transpor esse simples resultado para a ordem do social. Forja-se assim a convicção central de Homans: podemos interpretar os comportamentos sociais e as interações humanas no registro da troca ou, em outras palavras, em termos de custos e benefícios. Existe interação entre dois indivíduos na medida em que esta implica uma troca de vantagens. Uma interação demasiadamente custosa para uma das partes tem, pelo contrário, poucas probabilidades de perdurar.

1.2. Alcance, limites e extensões das teorias da troca

Homans tira dessa primeira intuição toda uma série de proposições analíticas que se poderia resumir deste modo:

• Quanto mais benefícios e recompensas uma ação originou, no passado, tanto mais forte a probabilidade de que a ação se repita no futuro (Texto 46).

Texto 46

HOMANS – A análise do comportamento individual

Dito em termos científicos, o nosso *esquema conceitual* inclui, no ponto em que estamos, os indivíduos e três elementos relativos ao seu comportamento: *a atividade, a interação* e *o sentimento*. Vamos principiar por este conjunto de conceitos que depois iremos completar. Utilizando-os, vamos tentar levantar hipóteses

para descrever o comportamento das pessoas em grupo. Essas hipóteses dependem de três níveis diferentes. Mesmo ao risco da repetição, vamos tomar um exemplo tirado do material que acabamos de explorar. O primeiro nível consiste em descrever os acontecimentos individuais: um dia, por exemplo, em uma fazenda de County Clare, Mary Shaughnessy pega seu bebê, amamenta-o e acaricia. O segundo nível visa descrever o comportamento médio de um número limitado de pessoas em um espaço limitado e num tempo igualmente limitado: é costume dos camponeses irlandeses que as mulheres nunca se separem dos seus bebês para trabalhar e nada deve impedir a satisfação de suas necessidades. O terceiro momento da análise permite descrever um comportamento comum a numerosos grupos e pessoas – não necessariamente mães e filhos – em variadas situações de interação. Pode-se dizer, por exemplo, que quanto mais freqüentes e importantes as interações entre duas pessoas, tanto mais se desenvolverá, de modo geral, o afeto que sentem uma para com a outra. Este último tipo de proposição é uma hipótese analítica. Não devemos, por enquanto, ocupar-nos em saber se esta asserção é verdadeira. Esta questão virá mais tarde: por enquanto ilustramos simplesmente aquilo que pensamos [...]. Para cada grupo de indivíduos que estudamos não apresentamos uma só hipótese, mas uma série de hipóteses que formavam um sistema analítico pertinente para apreender o grupo em questão. [...] Neste sistema de hipóteses cada proposição limita a validade das outras. Para mostrá-lo, vamos novamente tomar um exemplo. Vimos que quanto mais freqüentes são as interações entre as pessoas, tanto mais importante, em geral, o sentimento de estarem ligadas ou de sentirem afeto umas pelas outras. Mas também vimos que quando uma pessoa dá uma ordem à qual outra pessoa deve submeter-se, a intensidade da interação tende a decrescer para se fixar à medida do que exige o sistema externo. Por outro lado, o sentimento experimentado pelo subordinado quanto a seu superior tende a ser mais da ordem do respeito que da amizade. A relação entre um responsável e seus subordinados vai depender então desses dois efeitos (G.C. Homans. *The Human Group* (1951). 5. ed. London, Routledge/Kegan Paul, 1965, p. 43-44, 443-444).

• Ações repetidas, por trazerem vantagens ao indivíduo, geram um efeito de aprendizagem: um pescador que conseguiu agarrar um peixe em um tanque de águas turvas aumenta a sua capacidade para pescar em águas turvas e de modo mais geral pescar em quaisquer condições.

• Para modificar o comportamento de um indivíduo, a estratégia da cenoura (recompensa) é mais eficaz que a do chicote (castigo).

• Assim como os economistas constatam rendimentos decrescentes nas empresas, o sociólogo deve observar que quanto mais recompensas uma pessoa recebeu pelo passado, tanto menos valorizadas serão as recompensas similares que lhe poderiam ser conferidas.

• Quando uma pessoa não ganha a recompensa com a qual contava, estará mais sujeita à tentação de adotar um comportamento agressivo, etc.

A redução do jogo social a um mecanismo de interesses que exclui tanto as paixões como as instituições e os valores não pode deixar indiferente. Em vista do seu simplismo, é fácil compreender que a análise de Homans tenha suscitado vivas críticas da parte de muitos outros sociólogos. Parsons foi um destes. Em "Níveis de organização e a mediação da interação social" (*Sociological Inquiry*, 34, 1964), o teórico do estrutural-funcionalismo censura assim o seu colega de Harvard por derivar com demasiada facilidade leis do comportamento humano de simples observações tiradas de um mundo (o mundo animal neste caso) estranho por definição à ordem do social. Observa Parsons, em segundo lugar, que os princípios psicológicos não poderia bastar por si sós para explicar níveis – os subsistemas de ação – que escapam à esfera da ação individual.

Procurando contornar o obstáculo do reducionismo, a teoria da troca deu lugar a alguns refinamentos muito mais interessantes, mas que afastam muito essa teoria do seu terreno intelectual de origem. Peter Singelmann ("A troca como interação simbólica", em *American Sociological Review*, 38, 1972) tentou, por exemplo,

uma síntese entre Mead e Homans. Resgatando as categorias de Blau, Goffman estabeleceu, por seu lado, uma nítida oposição entre troca econômica e troca social:

> Para todo objeto recebido em uma troca de tipo econômico, é necessário pagar imediatamente ou obter um prazo para isto; em uma troca social, ao contrário, caso se tenha de retribuir um favor quando a situação intersubjetiva assim o pedir, essa exigência não vale a não ser que a situação o torne necessário, isto é, quando aquele que tem direito à reciprocidade sinta a sua necessidade, ou quando se encontrar em uma situação onde se prodigalizem habitualmente as manifestações de atenção. É necessário, em uma troca social, estabilizar a relação... (E. Goffman. *Asiles*, 1961).

2. Individualismo metodológico e análise estratégica

Modo de apreensão do social que goza de novo vigor a partir da década de 1970, o individualismo metodológico (ou acionismo) repousa sobre dois postulados complementares. O indivíduo é, em primeiro lugar, o nível pertinente da análise sociológica na medida em que só este último pode dar um sentido à sua ação. Se for precisamente assim, o sociólogo pode munir-se de uma ficção heurística: a de um ator social consciente e responsável por seus atos (*O homo sociologicus*). Segundo postulado: é a justaposição de um conjunto de estratégias finalizadas que produz os fatos sociais (efeitos de composição) (Texto 47).

Texto 47

BOUDON – Individualismo metodológico: proposições de base

Estamos a esta altura em condição, cremos nós, de propor uma definição, se não da sociologia, ao menos das intenções difusas de inúmeros sociólogos. Malgrado as evidentes diferenças

que distinguem, por exemplo, a "sociologia de Durkheim", a "sociologia de Pareto", ou a "sociologia de Weber", pode-se mostrar entre esses autores e muitos outros, como que nas entrelinhas, um acordo fundamental sobre a natureza e os princípios da *sociologia simpliciter*. Vou descrever as bases desse acordo sob a forma de uma série de três proposições.

Proposição n. 1: apesar da diversidade dos seus temas, a sociologia não abrange mesmo assim atividades de irremediável heterogeneidade. Que o sociólogo estude fatos singulares, regularidades estatísticas ou então procure pôr em evidência relações gerais, a sua análise tende na maioria dos casos a pôr em evidência as propriedades do sistema de interação responsável pelos fatos singulares, regularidades ou relações observadas. Em outros termos, *os fenômenos* pelos quais o sociólogo se interessa são concebidos como explicáveis pela *estrutura do sistema de interação* em cujo seio esses fenômenos emergem.

Proposição n. 2: O átomo lógico da análise sociológica é portanto o ator individual*. Claro, este ator não age em um vácuo institucional e social. Mas o fato de a sua ação se desenrolar em um contexto de *pressão social*, isto é, de elementos que ele deve aceitar como *dados* que se lhe impõem não quer dizer que se possa fazer do seu comportamento a conseqüência exclusiva dessa pressão. A pressão social é apenas um dos elementos que permitem compreender a ação individual. Algumas das análises anteriores sugerem que a compreensão das relações de causalidade que o sociólogo descobre entre as propriedades dos sistemas de interação e o comportamento dos indivíduos não é geralmente possível a não ser que tais comportamentos sejam concebidos como ações dotadas de finalidade.

Proposição n. 3: Assim como o sugere a distinção paretiana entre ações lógicas e ações não lógicas, deve a sociologia, em muitos casos, utilizar esquemas de análise da ação individual mais

* Os atores individuais podem ser não só pessoas, mas toda unidade coletiva na medida em que se ache dotada de um poder de ação coletiva (empresa, nação).

complexos que aqueles usados, por exemplo, pelos economistas. Para o economista clássico, o asno de Buridan estava condenado a morrer de fome. Mas para o economista moderno, a maximização da satisfação do animal inclui a minimização dos seus custos de decisão: ele se lançará, portanto, ao acaso, sobre um dos dois sacos. Para o sociólogo, ele vai procurar – talvez – distinguir entre os dois sacos apoiando-se em *shadow motivations* (predominância da pata direita por exemplo), a menos que ele se entregue à autoridade do camponês que pendurou os dois sacos (R. Boudon. *La logique du social*. Paris, Hachette, 1979, p. 33-36).

2.1. Individualismo, racionalidade e intencionalidade

Apesar de uma denominação hoje estabilizada, o individualismo metodológico congrega sob sua bandeira autores cujas concepções estão longe de convergir em tudo. As abordagens mais radicais, amplamente inspiradas em temáticas da economia neoclássica, dependem da teoria da escolha racional. Deste ponto de vista, mesmo que as normas tenham de fato um poder coercitivo, o indivíduo age racionalmente: pode-se com efeito supor que as preferências e os fins dos indivíduos são dados, que os atores devem efetuar escolhas no uso de meios e que, por conseguinte, a seleção de uma seqüência de ação é racional. Deste modo o economista Gary Becker interpreta a divisão do trabalho entre homem e mulher no seio da família, os adeptos da escola da *Public Choice* (J. Buchanam, G. Tullock) fazem uma análise da vida política ou alguns sociólogos, como Michael Hechter (*The Microfoundations of Macrosociology*, 1983), explicam a solidariedade do grupo. Apesar da flexibilização que propõe (levando em conta as lógicas de interações entre indivíduos sobretudo), a teoria dos jogos está igualmente ligada a esta linha analítica (Baliza 29).

Baliza 29

Teoria dos jogos e dilema do prisioneiro

Método de análise que conheceu um certo sucesso no decurso das três últimas décadas, a teoria dos jogos foi mobilizada, em diversos graus e segundo modalidades variáveis, por sociólogos como E. Goffman, R. Boudon, M. Crozier. Pais desta teoria, J. Von Neumann e O. Morgenstern (*Teoria do jogo e comportamento econômico*, 1944) nutrem a ambição de formalizar situações em que as escolhas de um indivíduo e as conseqüências de sua ação vão interferir com as de outros protagonistas. Nesse caso, é possível mostrar que a racionalidade individual pode ocasionar efeitos perversos. A ilustração mais famosa é aquela do dilema do prisioneiro. (A. Rappaport, A.M. Chamnah. *O dilema do prisioneiro – Um estudo sobre conflito e cooperação*, 1965). Imaginemos que dois indivíduos (A e B), suspeitos de terem cometido de comum acordo um grave delito, tenham sido detidos. Interrogados separadamente, os dois prisioneiros – que não puderam previamente combinar o que diriam – têm diante de si a oferta seguinte: se um prisioneiro confessa, e é o único a confessar, então como permite o direito britânico, ele servirá de testemunha e não será condenado (0 ano de prisão), enquanto seu comparsa, mais obstinado, será severamente punido (15 anos de cadeia: - 15). Se os dois presos confessarem, serão condenados a uma pena menor (12 anos: - 12). Se nenhum deles confessar, a pena será ainda mais leve, dado que não há nenhuma prova. No máximo, a justiça lhes poderá infligir uma pena leve por vagabundagem ou algum outro pequeno delito (três meses de prisão, ou um quarto de ano: - 0,25). A seguinte matriz de vantagem formaliza esta situação:

Escolha de B / Escolha de A	Confessar (B1)	Não confessar (B2)
Confessar (A1)	- 12; - 12	0; - 15
Não confessar (A2)	- 15; 0	- 0,25; - 0,25

Logo se vê que, para os dois prisioneiros, a melhor estratégia global consiste em não confessar (caso A2, B2) ao invés de confessar juntos ou correr o risco de ficar preso por 15 anos (casos A2, B1 e A1, B2). Ora, cada prisioneiro vai raciocinar da maneira seguinte: se eu confesso, corro o risco, conforme os casos, ou de doze anos de prisão ou de ser solto; não confessar me condena ou a quinze anos, ou a três meses de prisão. É mais racional, nesta estrutura de escolha, procurar evitar a pena máxima e fazer a aposta na libertação. Confessar é portanto a estratégia mais racional. Como os dois prisioneiros têm a mesma forma de raciocínio, é a solução (A1, B1) que se impõe. Esta solução é quase-ótima porque enquanto eles poderiam passar três meses na prisão, os dois prisioneiros ficarão aí doze anos. Ainda que permita explicar certos efeitos perversos, esta abordagem continua sendo insatisfatória, pois ignora particularmente que os indivíduos são socializados de maneira diferente e que, por conseguinte, postos diante de uma mesma estrutura de escolha, agirão segundo lógicas que podem subordinar-se mais a uma fidelidade a certos valores ("vou ficar solidário com meu camarada"), a práticas codificadas segundo o grupo social de origem... do que, sempre e em toda a parte, a uma pura ação racional em finalidade.

Nos EUA, os trabalhos de James Coleman (*A matemática da ação coletiva*, 1973. – *Fundamentos da teoria social*, 1990) se inscrevem tipicamente nesta linha de reflexão em que se mesclam sociologia e modelização de tipo econômico. Falecido em 1995, até hoje Coleman continua sendo – graças a seus trabalhos sobre o capital social ou o jogo político – uma referência para todos aqueles que aderem ao individualismo metodológico e à microssociologia formalizada. Embora longe de compartilhar as mesmas opções teóricas e o nome de Marx voltar com muita freqüência sob sua pena, Randall Collins quer ser também o ardente defensor do ponto de vista microssociológico (*Sociologia do conflito*, 1975). Collins supõe, em primeiro lugar, que ação e interação sejam marcadas pela procura da maximização do *status* subjetivo (*subjective status*) dos atores sociais. Os recursos destes últimos, como aqueles aliás de que dispõem os indivíduos com os quais a troca se efe-

tua, condicionam o grau de realização desse objetivo. No entanto, se Collins coloca claramente o interesse no centro da ação dos indivíduos, não lhes atribui, ao contrário das teorias precedentes, plena racionalidade. O afetivo, os ritos, os hábitos... contribuem igualmente para a formalização das ações individuais.

A corrente "individualista" é igualmente vigorosa no continente europeu. Tem muita vitalidade na Alemanha com os trabalhos de Harmut Esser, de Karl Dieter Opp ou ainda de Franz Urban Pappi. Na França, Raymond Boudon, nascido em 1934, é incontestavelmente o cabeça de fila do individualismo metodológico. Boudon inscreve o seu ponto de vista na encruzilhada de uma tríplice lógica. O sociólogo francês defende, em primeiro lugar, uma representação utilitarista da ação, mas esta possui um "*status* metodológico e não ontológico: basta, para as necessidades da análise, adotar um esquema utilitarista simples, mesmo que este esquema se configure como irrealista, contanto que seja confrontado com um caso real qualquer" (*Efeitos perversos e ordem social*, 1977). Boudon preconiza, em segundo lugar, uma concepção limitada da racionalidade: sabendo-se que nunca é completa a informação à disposição dos indivíduos, os atores nem sempre podem efetuar uma escolha racional. Por isso, convém, sobretudo, reconhecer que "explicar o comportamento (as atitudes, as crenças etc.) do ator é pôr em evidência as boas razões que o levaram a adotar esse comportamento, reconhecendo ao mesmo tempo que essas razões podem, conforme o caso, ser do tipo utilitarista ou teleológico, mas igualmente pertencer a outros tipos" (*A ideologia*, 1986). Noutras palavras, é preferível interessar-se pelas intenções do ator a lhe atribuir uma improvável racionalidade perfeita.

Boudon leva em conta, em último lugar, as pressões que pesam sobre a ação dos atores. Se damos o nome de M ao fenômeno que se quer analisar, então, do ponto de vista do individualismo metodológico, a explicação consiste em mostrar que M é o produto agregado de comportamentos individuais. E Boudon formaliza

esta idéia assim: M = M (m), onde M tem o sentido de "função de" e onde m designa o comportamento de um indivíduo qualquer. Quanto a esse comportamento, ele mesmo é função da situação (S) do ator, ela mesma dependente de variáveis macrossociais (M'). De sorte que agora se pode escrever: M = M [m (S(M'))].

Este tipo de enunciado formal tem uma boa ilustração no estudo que Boudon consagra às desigualdades escolares (*A desigualdade das oportunidades*, 1973). De um ponto de vista contrário às análises funcionalistas, o sociólogo francês põe em evidência dois mecanismos que produzem desigualdade. Em virtude do primeiro, o meio social em que um jovem é educado gera vantagens ou desvantagens cognitivas e culturais determinantes do sucesso escolar. A segunda fonte, e a mais determinante, provém do fato de que as famílias apreciam de maneira diferente os riscos, os custos e as vantagens do investimento na escola (os indivíduos das classes sociais inferiores concedem em média um valor menor ao ensino como meio de sucesso, superestimam os riscos do investimento escolar...). Se queremos representar adequadamente o sistema educativo como um conjunto de pontos de bifurcação onde cada jovem e cada família decide modalidades da orientação, então é possível considerar essas decisões como racionais (e não como a resultante de alguma astúcia da reprodução social). As soluções adotadas pelas famílias são certamente variáveis – e elas contribuem para alimentar a desigualdade escolar – mas provêm simplesmente de pressões socialmente diferenciadas.

Se, no intuito de torná-lo operacional, Boudon amplia a flexibilidade do esquema utilitarista dos economistas (Baliza 30), nem por isso deixa de ver racionalidade ali onde ela ficou por muito tempo escondida, a saber, no domínio das idéias e das crenças (*A ideologia*, 1986. – *A arte de se persuadir*, 1990). A ideologia não é um fenômeno irracional; diversamente de Marx, que assimila ideologia e falsa consciência, ou ainda de Aron (*O ópio dos intelectuais*, 1955), que define a ideologia como uma mistura de juízos

de fato e juízos de valor (mistura que costuma produzir fanatismo), Boudon define a ideologia como "uma doutrina que tem por base uma argumentação científica e é dotada de uma credibilidade excessiva ou não fundada". Continuação da racionalidade, mas por outros meios, a ideologia é o produto de efeitos múltiplos. Um destes pode ser denominado "efeito de comunicação": em uma situação de recepção de uma idéia ou de um saber, um indivíduo está, em muitos casos, pouco inclinado a examinar a verdade dos conteúdos. Prefere pôr a confiança na autoridade que a exprime. Exigiria muito esforço, com efeito, procurar verificar uma informação televisionada ou uma teoria difundida, através dos meios, por uma autoridade científica.

Baliza 30

Um pragmatismo epistemológico

Quando compara o valor epistemológico das teorias sociológicas (paradigmas deterministas *versus* paradigmas interacionistas), R. Boudon adota dois postulados: 1) "não se pode julgar um paradigma no plano ontológico, mas somente no plano metodológico. A psicologia racional é sem dúvida alguma insuficiente para explicar a neurose, mas é amplamente suficiente para explicar muitos dos comportamentos cotidianos: aqueles que interessam em geral ao sociólogo" (R. Boudon. *Efeitos perversos e ordem social*. Paris, PUF/Quadrige, 1989, p. 251-252); 2) "a pertinência de um paradigma depende de modo decisivo do contexto da pesquisa e, sobretudo, da estrutura do fenômeno que se visa estudar" (*ibidem*, p. 252). Em vista do postulado número 2, o individualismo metodológico pode ser declinado em diversos paradigmas.

• Os paradigmas interacionistas de tipo *marxiano*, em primeiro lugar, se aplicam no caso em que as ações individuais não estão ligadas (as ações podem ser realizadas pelo agente social sem que este precise considerar os seus efeitos sobre outrem) e quando as preferências dos indivíduos, suficientemente claras, têm o *status* de variáveis independentes. O paradoxo de Olson ou a queda tendencial da taxa de lucro em Marx são duas ilustrações desse ponto.

• Os paradigmas *tocquevilianos* se mostram pertinentes quando os sistemas de preferência, e particularmente a valorização das alternativas da ação, são analisados a partir de dados característicos, não dos indivíduos, mas do sistema social a que pertencem. Desta maneira, pode Tocqueville explicar, por exemplo, a maior vivacidade, em comparação com a França, da agricultura capitalista e do comércio inglês do final do século XVIII. Na França, o fascínio dos cargos reais e a existência de isenções fiscais na cidade levaram os burgueses a optar por funções de prestígio, instalar-se na zona urbana e portanto abandonar o desenvolvimento do negócio e da agricultura (*ibidem*, p. 216).

• Os paradigmas *mertonianos*, em terceiro lugar, servem para explicar estruturas de interação em que os papéis que ligam os atores uns aos outros são determinantes (cf. as análises em termo de papéis e de *status* desenvolvidas neste sentido por Merton).

• Os paradigmas *weberianos*, enfim, são úteis quando certos elementos da ação (estruturação dos sistemas de preferências, escolha dos meios...) devem ser analisados com o auxílio de elementos anteriores às ações (como a origem social dos atores, suas crenças...). Deste modo, Max Weber compreende a gênese do capitalismo pelos valores que impregnam a atividade econômica dos protestantes.

2.2. Da microtranslação à sociologia dos efeitos perversos

A articulação entre realidade microssocial e fenômenos macrossociais é um problema de primeira importância para os adeptos do individualismo metodológico. Collins acredita a esse propósito que é possível descobrir "puros" princípios de explicações microssociológicas e que esses princípios devem constituir o coração das explicações empíricas causais em sociologia. A repetição de microssituações permite deduzir constantes que o sociólogo pode formalizar da seguinte maneira: se IV (variável independente), então DV (variável dependente). Exemplo de princípio microssociológico: quanto mais ordens um indivíduo dá, tanto mais há de se sentir orgulhoso, seguro de si mesmo, formal, e tanto mais se iden-

tificará com os ideais da organização em cujo nome essas ordens são dadas (Microtranslação como estratégia para a construção de uma teoria. *In*: K. Knorr-Cetina, A. Cicourel. *Toward an Integration of Micro and Macro-Sociologies*, 1981).

Collins se mostra, em segundo lugar, um fervoroso defensor da "microtranslação", método que consiste em desconstruir os macroconceitos tais como sociedade, Estado, sistema..., restituir-lhes a sua dimensão microscópica no intuito de testar-lhes a pertinência empírica, considerando que as "estruturas" não são senão o produto de interações individuais. Collins admite que existem alguns "puros" dados macrossociológicos, mas estes se limitam a três formas: o tempo, o espaço, o número (combinação de microssituações). Deste modo, um fenômeno como o da centralização da autoridade pode ser reduzido a uma soma de interações que se limitam a refletir a maneira como os atores mantêm e utilizam a autoridade de maneira situada no tempo e no espaço. O número remete, aqui, à quantidade de indivíduos implicados na organização e no comprimento da cadeia de comando.

Assim como Collins, Boudon acredita que por trás das regularidades estatísticas, deve o sociólogo procurar sempre a ação individual. Mas, diversamente do seu colega anglo-saxão, Boudon se interessa menos pela produção de princípios microssociológicos do que pelos modos de construção e de evolução dos fenômenos macrossociais. Nesta perspectiva, ele descarta a noção de lei para dar preferência à de modelo:

> É claro que um modelo, na medida em que repousa sobre as condições ideais, se aplica somente a um conjunto limitado de situações reais e, além disso, deve ser considerado como uma aproximação (Raymond Boudon, *La Place du désordre*, 1984).

Esta abordagem repousa sobre uma forma hipotético-dedutiva de construir o conhecimento: a partir de hipóteses sobre o mundo social, o sociólogo infere conseqüências e utiliza o modelo assim

produzido para explicar, esclarecer ou compreender a realidade. Não há necessidade alguma, nestas condições, de subscrever qualquer imperativo descritivo (monografia, observação participante...), dado que os modelos podem revelar os fenômenos que até a observação mais perfeita não seria capaz de descobrir.

Esses fenômenos são relativos à agregação dos comportamentos individuais, agregação que gera efeitos de conseqüências múltiplas e de nomes igualmente numerosos (efeito de composição, efeitos emergentes, efeito de agregação, efeito de sistemas...). Em outras palavras, o social é o produto de comportamentos individuais que, somados, geram resultados que não são necessariamente os esperados pelos atores. "Há tantos casos possíveis de acontecer quantas combinações entre os critérios seguintes: 1) nenhum societário atinge (1a), alguns societários (1b), todos os societários (1c) atingem os seus objetivos individuais; 2) produzindo simultaneamente bens (2a) ou males (2b) ou ainda bens e males coletivos (2c); 3) cada um desses bens e males se aplicando a alguns somente (3a), ou à totalidade dos societários" (R. Boudon. *Effets pervers et ordre social*, 1977).

Embora mais prudente hoje quanto ao uso do termo (*Tratado de sociologia*, 1992), Boudon não hesitava, em 1977, em dizer que os efeitos perversos estão muitas vezes presentes na vida social. Outro nome para fenômenos que recebem o nome de conseqüências inesperadas em Merton, contradições em Marx, contrafinalidade em Sartre, ações não lógicas em Pareto... o efeito perverso aparece "quando dois indivíduos (ou mais) à procura de um objetivo dado geram um estado de coisas não procurado e que pode ser indesejável do ponto de vista ou de cada um dos dois ou de um dos dois" (*ibidem*). Abundam os exemplos. O paradoxo da ação coletiva é um dos exemplos mais famosos (Baliza 31). Boudon se refere a essa lógica do efeito perverso a fim de mostrar que a democratização das oportunidades escolares não teve praticamente influência

Baliza 31

Lógica e paradoxo da ação coletiva

Deve-se a um economista americano, Mancur Olson (*Lógica da ação coletiva*, 1966), o fato de haver posto em evidência o seguinte paradoxo: embora dotados de meios para agir, indivíduos com interesses comuns e conscientes da existência desses interesses não empreenderão necessariamente uma ação coletiva para melhorar sua situação. Quando o produto que se pode obter pela ação é um bem ou um serviço coletivo*, e quando o grupo é suficientemente amplo para que pressões internas não possam ser eficazes, então aparece o fenômeno do passageiro clandestino (*free rider*): como o *eu* pode beneficiar-se com a ação do *outro* sem que ele mesmo precise agir, tem todo o interesse em deixar os outros gastar em seu tempo e energia para obter os bens públicos. Ora, se cada indivíduo raciocina desse jeito, ninguém vai agir e a ação coletiva não ocorre. Olson mostra que a coerção (o Estado obriga a pagar impostos para financiar bens públicos, dado que são poucos os contribuintes dispostos a pagar espontaneamente para a conservação das estradas...) e o estímulo seletivo (somente aqueles que agem se beneficiam de todos ou parte dos frutos da ação coletiva) constituem duas soluções para este paradoxo da ação coletiva.

No prefácio que redige para a tradução francesa da obra anteriormente citada, Raymond Boudon sugere, no espírito do autor americano, uma ilustração cifrada e imaginária de um exemplo utilizado pelo próprio Olson. Imaginem-se dez proprietários. Cada um possui bens no valor de 10 F e tem de pagar por isso um imposto territorial de 4 F. É possível imaginar que, reunindo-se, possam fazer pressão sobre as autoridades e obterem, caso todos atuem em conjunto, uma redução de 50% no tributo. Caso se calcule, ainda, que o tempo perdido para agir seja equivalente a 1 F, logo se vê o benefício da ação coletiva. Cada proprietário perderá sem dúvida 1 F, mas ganhará 2 F

* Na teoria econômica, diz-se que um bem é coletivo quando beneficia também aqueles que não pagam para obtê-lo e, por extensão, quando beneficia também aqueles que não agem em vista da sua obtenção.

(50% de 4 F). Não é improvável considerar, em segundo lugar, que o benefício realizado diminua com o tamanho do grupo ativo (45% de redução para nove membros ativos, 40% para 8..., 0% para 0 membro ativo). Qual será, nestas condições, a melhor estratégia individual? Cada indivíduo está de fato interessado em deixar os outros agirem porque, colhendo os frutos da ação coletiva, mesmo que não participe no esforço do grupo, é mais rentável para ele ver diminuir o número de membros ativos que sacrificar seu tempo à ação.

Com efeito, seu benefício será B = (4 F x 45%) – 0 F ou 1,8 F (ganho superior ao franco ganho no caso de todos participarem). O resultado é semelhante para 8 membros ativos (B = 1,6), 7 (1,4)... Se cada membro do grupo tiver o mesmo raciocínio, "ninguém vai participar de uma ação coletiva em que cada um teria interesse em ver todos participarem" (Boudon, *ibidem*).

sobre a igualdade das oportunidades de renda. Na medida em que cada unidade familiar manifesta uma procura escolar superior àquela que uma família comparável teria manifestado em um período anterior, isto tem por conseqüência que ninguém adquire o seu *status* social a um custo mais elevado.

Professor de Economia na Universidade de Maryland, Thomas Schelling também consagrou todo um livro a esta mesma questão do efeito perverso (*A tirania das pequenas decisões*, 1978). Prova Schelling, por exemplo, que a constituição de guetos pode ser analisada como a resultante de atitudes que nada têm de segregacionistas. Tomando por base uma experiência simples – um tabuleiro de xadrez e moedas com dois valores diferentes servem para ilustrar a evolução na coexistência de grupos sociais em um mesmo espaço – ele demonstra que ainda que os indivíduos não experimentem nenhum sentimento de malevolência uns em relação aos outros, basta querer que a metade dos seus vizinhos seja do mesmo grupo de pertença, para que todos os indivíduos que se reúnem acabem por se congregar e, finalmente, formem guetos.

2.3. A análise estratégica de Michel Crozier

Outra variação livre sobre o tema imposto da microssociologia, a análise estratégica deve essencialmente aos trabalhos de Michel Crozier (nascido em 1922), sociólogo francês das organizações que se notabilizou desde o início por suas pesquisas de campo apresentadas e teorizadas na obra *O fenômeno burocrático* (1963). Amplamente inspirados pelos estudos americanos sobre as burocracias, os trabalhos de M. Crozier dão inicialmente ouvidos ao canto das sereias culturalistas. Depois de haver esboçado o quadro ideal-típico da burocracia *à la française* – caracterizada pelo reinado da regra impessoal, a centralização dos poderes de decisão, a estratificação dos indivíduos em grupos homogêneos e fechados e, enfim, a constituição de poderes paralelos em torno de zonas de incerteza – Crozier conclui que este modelo organizacional é a resposta a certo número de valores típicos da cultura francesa. O medo das relações face a face, a exigência de igualdade e a repugnância quanto a dependências hierárquicas não caracterizam os comportamentos individuais que, nas grandes organizações, preferem perder em capacidade de iniciativa e ganhar em proteção bem como em segurança afetiva? Nessas burocracias a multiplicação dos círculos viciosos reforça a rigidez e a centralização (Baliza 32). Caso esteja em situação de monopólio, uma empresa ou uma administração pode, apesar de tudo, sobreviver, mas logo se torna

Baliza 32

Incerteza e poder nos setores de produção

Em *O fenômeno burocrático* (capítulo 2), Michel Crozier descreve uma situação organizacional onde aparecem, no seio dos setores de produção de uma burocracia (o monopólio industrial), três categorias de atores que se beneficiam sempre da segurança no emprego, mas possuem *status* e modos particulares de recrutamento. Trata-se dos chefes de setores (contramestres, responsáveis encarregados da supervisão, da contabilidade da produção do setor, do abastecimento, das transferências de postos...), dos operários de produção de baixa qualificação (entre 60 e 120 por setor, na maioria mulheres que ocupam postos ou de operadoras de máquinas ou de funcionárias da recepção e do setor de manutenção) e, enfim, de operários de manutenção de alta qualificação e hierarquicamente dependentes de um engenheiro exterior ao setor de produção (uma dúzia por setor, cuja tarefa consiste em manter e consertar as máquinas, sendo cada um responsável por um conjunto de três a seis dentre elas). Neste universo, a separação formal e a prescrição exata das tarefas, a existência de regras impessoais que visam prevenir todo problema eventual (em caso de vacância de um posto, prevê-se por exemplo que o mais antigo na hierarquia que for voluntário poderá ganhar o posto; se ninguém o quiser, então o assalariado menos antigo no setor será deslocado de posto) mostram uma organização onde o capricho não existe e onde dificilmente deveria surgir um conflito. De fato, na pesquisa feita nas fábricas que detêm um monopólio, M. Crozier constata que, no seio dos departamentos ou setores, as relações entre operários de produção e chefes de setores são fracas e pouco valorizadas, as relações entre operários de produção e operários de manutenção tensas e conflituosas e aquelas entre operários de manutenção e chefes de setores, enfim, abertamente hostis e conflituosas. Por quê? Porque nesta organização onde a rotina e as regras formais têm muita força, existe um imponderável, a saber, a pane das máquinas. Neste caso, somente os operários da manutenção são capazes de contornar a situação. Estes possuem, portanto, poder, visto controlarem uma área de incerteza. Esses operários fazem aliás todo o possível para dominar só para seu único proveito essa fonte de poder. O sociólogo constatou, por exemplo, que as anotações sobre manutenção e os planos das máquinas tinham desaparecido, de maneira que o saber dos operários do setor de manutenção fosse acessível e transmitido só por via oral apenas aos membros desse corpo profissional. Compreende-se então a estrutura informal das relações sociais e a estratégia de cada um desses grupos. Detentor de um poder ilegítimo, os operários de produção procuram consolidá-lo mostrando-se agressivos diante dos chefes de setores que aceitam de maneira apática – eles não têm na prática outra solução – essa dissimetria. Quanto aos operários de produção, são antes de tudo dependentes dos operários de manutenção e mostram isto de maneira ambivalente:

como são dominados, sentem-se forçados a manter, abertamente, boas relações, embora saibam manifestar igualmente uma hostilidade surda de modo a atenuar a dominação que suportam.

uma organização disfuncional. A França oferece, na opinião de Crozier, uma imagem deste tipo: ela constitui uma sociedade bloqueada por um Estado que limita a inovação e que deveria aceitar a descentralização, abrir-se aos pareceres expressos pelos usuários, reconhecer os benefícios da concorrência em certos domínios... (*A sociedade bloqueada*, 1970. – *Estado modesto, Estado moderno*, 1987).

Em *O ator e o sistema*, escrito com E. Friedberg (1977), Crozier se afasta do pressuposto culturalista para dar um verdadeiro embasamento teórico à análise estratégica. Michel Crozier e Erhard Friedberg concordam em princípio com o economista Herbert Simon ao reconhecerem que o ser humano é dotado de uma racionalidade limitada, e não absoluta. Noutras palavras, o ser humano é um animal que não procura necessariamente atingir o melhor de todos os resultados, mas opta muitas vezes pela solução que lhe traga uma satisfação das menores. Raramente dotados de objetivos precisos, os indivíduos aproveitam em geral oportunidades que surgem diante deles ao invés de executarem um projeto coerente e amadurecido de longa data. Segundo postulado: a organização nunca pressiona totalmente. Sejam quais forem as suas posições sociais, todos os indivíduos sempre gozam de uma margem de liberdade e de manobra, ainda que mínima. Os atores dispõem portanto de poder sobre outrem, poder tanto mais importante quanto mais a fonte de incerteza que controlam (domínio de uma competência particular, de uma fonte de informação, da aplicação de certas regras...) afetar fortemente as liberdades de ação dos outros membros da organização. Pode-se portanto analisar, no fim das contas, o comportamento do ator como a expressão de uma estratégia racional cujo fim é o aumento de ganhos pessoais conquistado graças a relações de poder. Mas essa prática só ganha sentido sob a condição de outra vez situar esta última em um sistema de ação concreto, conjunto humano estruturado que coordena as ações de seus participantes por mecanismos de jogos relativamente estáveis e sob a pressão de variáveis como o mercado, a tecnologia etc.

3. O alcance da microssociologia individualista

O individualismo metodológico está na origem de inúmeros debates que têm por ambição avaliar o alcance deste modo de questionar o social (J.O'Neill. *Modos de individualismo e coletivismo*, 1973. – P. Birnbaum, J. Leca. *Sobre o individualismo*, 1986) ou, mais precisamente, medir as implicações do seu uso na ordem do discurso político. Albert O. Hirschmann (*Dois séculos de retórica reacionária*, 1991), professor de Ciências Sociais em Princeton, pretende, segundo este último ponto de vista, que a tese do efeito perverso seja uma constante da retórica reacionária. É esta categoria, por exemplo, que mobiliza Burke para denunciar os males provocados pela Revolução Francesa; é a mesma categoria usada por Le Bon para justificar sua posição contra o sufrágio universal...

> O que estou asseverando – escreve Hirschmann – reduz-se a duas afirmações da mesma importância: 1) os pensadores reacionários dão um lugar eminente ao efeito perverso e 2) o papel real deste está provavelmente muito longe de alcançar a importância que esses autores lhe atribuem [...]. Pelo fim do século, quando os grandes países industriais europeus instituíram um sistema de seguro obrigatório contra os acidentes de trabalho, houve muitos empregadores e "peritos" de todo o tipo que acusaram os trabalhadores de praticar a automutilação: mas logo se verificou que os boatos espalhados a esse respeito eram muito exage-

rados (Albert O. Hirschmann. *Deux siècles de rhétorique réactionnaire*, 1991).

3.1. Algumas críticas internas

Caso se examinem agora as críticas internas, Raymond Boudon é o primeiro, na França, a elencar nos seus diversos artigos as críticas e refutações que regularmente se levantam contra o individualismo metodológico. A crítica behaviorista, em primeiro lugar, contesta o caráter científico de um paradigma que volta seu interesse para "estados de consciência individuais" por natureza inobserváveis. Quanto às críticas marxista e culturalista, não aceitam a validade da análise dos estados de consciência. Para os adeptos dessas abordagens globais, com efeito, a consciência dos atores é ora deformada por efeitos de dominação e alienação ora predeterminada por elementos exteriores (valores, normas) interiorizados por estes mesmos agentes. Não é então pertinente, nestas condições, interessar-se pelos pontos de vista individuais. Um terceiro tipo de crítica limita o alcance do individualismo metodológico às sociedades individualistas, isto é, às sociedades onde se acha desenvolvida a autonomia do indivíduo e onde o mercado atua como um elemento regulador essencial. Uma última crítica às vezes lançada critica os teóricos do individualismo metodológico por reduzirem a sociedade aos indivíduos que a compõem. Mas Durkheim não teria mostrado que, à maneira do fisiologista que trabalha sobre o corpo sem necessariamente servir-se da química molecular, o sociólogo pode raciocinar diretamente sobre o macrossocial sem pesquisar sistematicamente as competências e as qualidades individuais?

Stevem Lukes (O individualismo metodológico reconsiderado. *In*: S. Lukes. *Essays in Social Theory*, 1977) inscreve em parte sua crítica sob o registro desta última observação. Observa Lukes igualmente que a afirmação central do individualismo metodológico – isto é, "a sociedade se compõe de pessoas" – não passa de uma sentença trivial, necessariamente verdadeira e que, por isso mesmo,

não tem uma carga heurística forte. Aliás, essa proposição é suficientemente elástica para ser interpretada desta ou daquela maneira, variando a interpretação de acordo com este ou aquele tipo de individualismo metodológico. Assim, enquanto para Watkins os elementos últimos constitutivos do mundo social são necessariamente os indivíduos, Boudon reconhece que as pessoas são também decerto atores sociais, mas que se pode igualmente colocar nesta mesma categoria outras unidades conforme se achem munidas de algum poder de ação coletiva (empresa, nação...).

3.2. Dos limites de um paradigma às sociologias do simbólico e do imaginário

Pierre Favre (Necessária mas não suficiente – A sociologia dos "efeitos perversos", de Raymond Boudon. *Revue Française de Science Politique*, vol. 30, n. 6, dez./1980) acentua ainda outras fraquezas do individualismo metodológico. A leitura crítica do livro de Boudon consagrado aos efeitos perversos o leva a levantar as seguintes questões: pode-se verdadeiramente ficar satisfeito em acumular exemplos para fundamentar a legitimidade epistemológica da teoria dos efeitos perversos? O pressuposto dos modelos não será frágil na medida em que basta muitas vezes modificar alguns dados para chegar a resultados completamente diferentes? O individualismo metodológico não ignora sempre de novo as lógicas de disposição (a maneira como os atores estão socialmente predispostos a se comportar, a fazer escolhas...) em prol da mera lógica de situação (estruturação do jogo social segundo o modelo da concorrência comercial ou de acordo com o modelo mais sofisticado da teoria dos jogos)? Por fim – conclui Favre – o individualismo metodológico se mostra muito mais determinista que se poderia imaginar *a priori*, na medida em que, se os atores possuírem um mínimo de racionalidade, o seu comportamento é necessariamente previsível.

Daí aliás a falsa oposição entre a sociologia de Boudon e a de Bourdieu (Texto 48), falsa oposição que se destaca ainda mais claramente nas análises de Alain Caillé (*Crítica da razão utilitária*, 1989). Para Caillé, o utilitarismo é um traço comum a inúmeras

Texto 48

FAVRE – Boudon e Bourdieu: convergências e oposições

Caso aceitemos fazer este exercício de estilo que consiste em comparar a sociologia de Boudon e a sociologia de Bourdieu [...], deve-se sublinhar com muita força que, contrariamente ao que Boudon repete, ambas as sociologias são tanto esta como aquela, deterministas, holistas e construtivistas.

A sociologia dos efeitos perversos é antes de tudo uma sociologia determinista e não uma sociologia da liberdade. O ator racional de R. Boudon não é evidentemente livre, visto que seu comportamento é condicionado pela lógica da situação: o ator se vê presa de uma estrutura de interação que lhe deixa apenas a ilusão da liberdade [...]. O ator parece aliás tanto menos livre quanto mais o resultado de sua decisão – Boudon o demonstra sobejamente – é, na maior parte dos casos, contrário ao que ele buscava, pela própria lógica do efeito perverso. Embora por caminhos diferentes, a sociologia de Boudon em nada fica devendo à de Bourdieu no que tange ao determinismo. Ambas são igualmente holistas, dado que admitem por assentado que a estrutura do conjunto que consideram possui propriedades que não residem nos elementos do conjunto considerados um por um. Neste sentido, Boudon e Bourdieu poderiam ser classificados como "estruturalistas": ambos pensam que o arranjo dos elementos de um sistema tem efeitos determinantes. [...] Os dois admitem que, modificando-se um só elemento do sistema, o conjunto do sistema o é também automaticamente. Enfim, as duas sociologias são – como qualquer sociologia – construtivistas, na medida em que ambas se movem – embora aqui ainda de maneira extremamente diferente – do racional para o real. Elas não concedem o primado à observação ou ao registro passivo do "real" (ou dos elementos

do real que se manifestam...), mas ambas assumem a tarefa de construir sistemas de relações que esclarecem o funcionamento do real social sem a pretensão de oferecer uma descrição exaustiva deste último.

Se as duas sociologias se opõem, é que uma é sempre essencialmente analítica ao passo que a outra procura sem cessar articular diversos níveis de análise. A nota própria da sociologia de Boudon é com efeito isolar "problemas" que parecem resistir à explicação natural e tentar solucioná-los, um a um, e seja qual for o nível em que se situem [...]. A nota típica da sociologia de Bourdieu é, pelo contrário, relacionar constantemente diferentes níveis sociais construídos pelo sociólogo. [...] A partir dessa diferença que nos parece fundamental, os dois sociólogos se opõem ponto por ponto: a sociologia de Boudon é uma sociologia sem mediações, ao passo que a pesquisa das mediações está no coração da sociologia de Bourdieu. A sociologia de Boudon é uma sociologia a-histórica, dado que negligencia tanto os passados individuais como os passados sociais [...] onde a sociologia de Bourdieu procura ser uma sociologia da dinâmica social. E é um grande paradoxo da obra de Boudon apresentar-se de fato como uma sociologia sem sujeito, visto ser uma sociologia que não se preocupa em propor uma teoria da prática, que não deseja nunca remontar – ao menos como experiência de pensamento – aos indivíduos singulares, aos atores concretos na explicação de uma situação social dada (P. Favre. Necessária, mas não suficiente: a sociologia dos efeitos perversos de R. Boudon. *Revue Française de Science Politique*, vol. 30, n. 6, dez./1980, p. 1263-1266).

sociologias contemporâneas (R. Boudon, P. Bourdieu, M. Crozier...). Ora, o problema capital dessa axiomática que coloca o interesse como o fundamento de toda ação humana é que derrapa logo para um discurso tautológico e infalsificável: interpretar uma ação a partir de um suposto interesse permite explicar um fenômeno também como o seu contrário (pode-se assim analisar o altruísmo como uma vontade interessada, deliberada ou não, em parecer de-

sinteressada). O utilitarismo vai esbarrar em outras dificuldades ainda: ele não pode por exemplo explicar, sem negar sua axiomática de base, por que os indivíduos aceitam votar, dado que o custo ligado a esse comportamento (perda de tempo em detrimento de atividades mais prazerosas...) é mais alto que as vantagens decorrentes do ato de votar. A probabilidade de fazer oscilar, por um só e único voto, o resultado final no sentido desejado é com efeito praticamente nula.

Para elucidar esse tipo de problema, pode-se reconhecer a importância de interesses simbólicos e de lógicas identitárias (A. Pizzorno), de uma integração sistêmica (J. Habermas), ou até de um imaginário social (C. Castoriadis) (Baliza 33), todos fatores que excedem a consciência individual e no entanto contribuem para moldar a prática. Uma outra maneira de sair do impasse consiste

Baliza 33

O simbólico e o imaginário social

O protesto surdo contra uma sociologia acadêmica de tendência utilitarista, o conformismo intelectual e o tecnicismo (lógica dos contratos com empresas e órgãos administrativos) foi levantado, na França, por todos aqueles que procuram restituir ao simbólico e ao imaginário o lugar que por direito lhes cabe. Tal é por exemplo a atitude assumida em princípio por Gilbert Durand (*As estruturas antropológicas do imaginário*, 1969), discípulo de Gaston Bachelard que preconiza uma sociologia fenomenológica e antifuncionalista do símbolo, visto que "a simbólica se confunde com a caminhada de toda a cultura humana. Na irremediável ruptura entre a fugacidade da imagem e a perenidade do sentido contido no símbolo, abisma-se a totalidade da cultura humana, como perpétua mediação entre a esperança dos seres humanos e a sua condição temporal" (*A imaginação simbólica*, 1964 [2. ed., 1989]). Em outro registro, Jean Baudrillard, inicialmente sociólogo do consumo (*O sistema dos objetos*, 1968. – *A sociedade do consumo*, 1970), desenvolveu suas intuições para aplicar ao signo a crítica do valor de uso de Marx (*Para uma crítica da economia política do signo*, 1972). Deste ponto de vista, não é possível analisar o consumo dos objetos fora dos códigos que eles põem em jogo e dos signos que veiculam. Do mesmo modo que os dois autores precedentes, o filósofo Cornelius Castoriadis (*A instituição imaginária da sociedade*, 1975) não aceita analisar a sociedade apenas em sua dimensão material. Para ele, a sociedade se constrói também pela criação de imaginários sociais que congregam os seres humanos e dão sentido ao seu agir. Segundo Castoriadis, o imaginário social contemporâneo é trabalhado por duas componentes contraditórias: uma exigência democrática e uma vontade alienante de dominação racional. A exigência democrática, a primeira delas, já se havia desenvolvido plenamente na Grécia entre os séculos V e IV aC. Naquela época, os gregos demonstraram que eram capazes de deliberar explicitamente sobre suas próprias leis. Desde aquela época, são agora as lutas do movimento operário que, a partir do fim do século XIX, comprovam novamente esta vontade de auto-instituição explícita. Mas ela está debaixo de xeque pela heteronomia latente em germe na democracia indireta (que deixa a um pequeno grupo de pessoas o mais amplo espaço para manter as rédeas do poder) e no capitalismo burocrático de nossos dias. Neste sistema político-econômico, com efeito, as leis não são o resultado da deliberação de todos, mas o produto de uma entidade exterior (a técnica, os perigos...) que, à semelhança dos deuses nas sociedades selvagens, informa e dá sentido a este mundo.

em investir a tradição hermenêutica em sociologia, não mais para lhe hipertrofiar a dimensão individualista, mas a fim de conservar uma idéia sua simples e vigorosa: a necessária atenção aos múltiplos "nadas" que compõem a vida cotidiana. "Querendo ser científico – escreve neste sentido Michel Maffesoli – cai-se em um bizantinismo que só tem remotas relações com a existência social" (*O conhecimento ordinário*, 1985). Daí, mesmo correndo muitas vezes o risco do ensaísmo e do impressionismo, a vontade do sociólogo francês de interpretar segundo um esquema fenomenológico figuras sociais como as tribos modernas, as microssolidarie-

dades, a efervescência coletiva, o nomadismo etc., formas contemporâneas da sociabilidade que escapariam, segundo Maffesoli, a uma sociologia acadêmica perpetuamente prisioneira dos esquemas positivistas herdados do século XIX.

9.

A contingência da ordem social

Com os adeptos do individualismo metodológico, os sociólogos que inscrevem os seus trabalhos sob o selo do interacionismo compartilham uma concepção similar do ator social: todos eles recusam explicitamente considerá-lo, segundo a palavra de Harold Garfinkel, um idiota cultural (*cultural dope*). Em compensação, como o indica claramente o seu nome, o interacionismo focaliza a atenção sobre as relações sociais, a produção de uma identidade que se forja no contato com os outros... e não apenas sobre os simples comportamentos individuais (Texto 49).

Texto 49

STRAUSS – A aposta metodológica do interacionismo

Quem estuda a identidade deve necessariamente examinar a fundo a interação. Com efeito, é no decorrer do face a face interacional, e graças a este, que se pode avaliar melhor tanto a si mesmo como aos outros. É certo que o termo "interação" é tão ambivalente que não pode significar mais que encontro e efeito recíproco entre pessoas. Existem no entanto maneiras de considerar e analisar o processo de interação; e logo se poderá perceber que a minha é guiada por interesses de ordem teórica devidos

acima de tudo à minha posição de sociólogo. Estou, por exemplo, muito menos interessado nos processos interpessoais que os psiquiatras. Interesso-me, antes de tudo, pela interação entre pessoas enquanto membros de grupos, seja qual for a sutileza do caráter de sua pertença. Na preocupação de estudar e compreender as estruturas dos grupos e das instituições, alguns sociólogos propuseram métodos de análise convencionais, mas eficazes, da interação entre as pessoas pertencentes ou não ao mesmo *status* social [...].

A interação de tipo face a face é um processo fluido, dinâmico, "contínuo"; dá lugar a uma sucessão de reações recíprocas dos parceiros. Ora se afastam, ora evoluem ao ritmo de um balé psicológico, mas passam sempre por fases de posições sucessivas. A decifração inicial da identidade do outro limita-se a levantar o cenário onde se desenrolará a ação e oferece a cada ator algumas indicações sobre o seu papel. Os acontecimentos podem desenrolar-se como o previsto; sempre é possível que um observador atento, ao fundo, perceberá a presença de efeitos recíprocos que haviam passado despercebidos.

Pode-se às vezes, com fins determinados, contentar-se em descrever a interação como aquilo que se passa entre pessoas quando cada uma desempenha um papel ou ocupa uma certa condição social. Diz-se então que os atores apreendem a situação, conformam-se com o que está previsto segundo a condição social de cada um e adotam a linha de comportamento exigida ou escolhida. Se essa forma de descrição basta na maior parte dos casos para falar dos acontecimentos que ocorrem entre representantes de certas posições sociais, não convém a nossas finalidades. O fato de assumir um papel conhecido (por exemplo, o de um advogado dando um conselho) em face de uma pessoa cuja condição é determinada (um cliente) sugere simplesmente o quadro geral em cujo interior se desenrolará a ação. É evidente que o advogado respeitará os limites da conveniência e irá agir segundo os direitos e deveres da sua profissão, assim como os concebe. Mas a consciência da sua própria situação é o objeto de interações muito sutis. Os atores "representam seus papéis" – mas como? Os termos "representar" ou "desempenhar um papel" têm

um poder sugestivo, mas não abrangem nem a complexidade nem a evolução por fases da interdependência e não levam em conta os resultados verdadeiramente surpreendentes do drama interacional. O modelo da interação por desempenho de papel oferece todavia um bom ponto de partida para se estudar aquilo que acontece quando duas pessoas falam e agem no encontro face a face (A. Strauss. *Miroirs et masques* (1989). Paris, Métailié, 1992, p. 47 e 59).

Tratar-se-á então, para utilizar uma expressão de Karin Knorr-Cetina, de superar a oposição entre individualismo e holismo metodológicos, no intuito de explorar uma terceira via: a do "situacionismo metodológico" (K. Knorr-Cetina, A.V. Cicourel. *Toward an Integration of Micro and Macro Sociologies*, 1981). Herdeiros de Georg Simmel, de George Herbert Mead e da primeira escola de Chicago, os sociólogos que tentam dar um novo vigor a este tema da interação têm uma história que se declina em dois momentos importantes: o do interacionismo simbólico em primeiro lugar e aquele, mais recente, que assistiu ao desenvolvimento da visada etnometodológica.

1. Volta a Chicago – A renovação do interacionismo

1.1. Gênese do interacionismo simbólico

A escola de Chicago ganha um novo impulso a partir da década de 1940. Mas a "segunda escola de Chicago" não colhe o conjunto dos frutos cultivados por seus ancestrais. As gerações posteriores a Robert Park e a Ernest Burgess abandonam por exemplo todo o referencial darwiniano e não assumem todos os temas preferidos dos seus predecessores (como o desenvolvimento urbano). Os sucessores da primeira escola de Chicago herdam antes de tudo o pragmatismo próprio da empreitada antropológica bem como uma concepção "não holista" do mundo social. Por isso é possível conside-

rar o interacionismo simbólico como a etiqueta mais adequada para designar a "segunda escola de Chicago" (na medida em que é possível falar de escola a propósito de pesquisadores que recusam essa etiqueta).

A expressão "interação simbólica" data de 1937. Sua paternidade cabe a Herbert Blumer (1900-1987), professor em Chicago e importante personagem no cenário acadêmico americano (ele se torna presidente da *American Sociological Society* em 1956, redator do *American Journal of Sociology* de 1941 a 1952). Amplamente influenciado pelas teses de George H. Mead, Blumer é um firme anti-durkheimiano. Ele reconhece apenas a realidade individual como nível onde possa se exprimir um sentido. Noutras palavras, os indivíduos não sofrem os fatos sociais; ao contrário, não cessam de produzi-los. Interpretando a situação em que se acham imersos, os atores concebem e constroem a sua ação, mas sem que esta revista necessariamente um caráter extremamente racional. Nesta problemática, a vida de grupo e a ação coletiva podem ganhar um sentido, pois graças a uma interação preliminar os atores desenvolvem ou adquirem uma compreensão semelhante da situação.

Desta forma de conceber o mundo decorre a da ciência social: para Blumer, os pontos de vista e as representações dos atores constituem o objeto essencial da sociologia. No plano metodológico, esse ponto de vista *a priori* significa a rejeição dos métodos positivistas que criam artefatos. As sondagens de opinião por questionários ou os tratamentos estatísticos afastam com efeito o pesquisador do mundo social que ele quer estudar. Ao contrário, a observação *in situ* permite resgatar a experiência imediata e a maneira como, na e pela interação, os atores atribuem um sentido aos objetos, às situações e aos símbolos. Blumer legitima, deste modo, uma sociologia, amplamente inspirada no trabalho antropológico e que encontra com os estudos de comunidades (como os de L. Warner, de R. Redfield, de E. Goffman...) a expressão da sua operacionalidade e de sua fertilidade científicas.

1.2. Interações e negociações

Numerosas monografias, algumas das quais se tornaram clássicas atualmente, ilustram todo o interesse dessa linha de pesquisa. Howard Becker, um aluno de Hughes (Baliza 34), estuda nesta

Baliza 34

Trabalho e interação: a contribuição de Everett C. Hughes (1897-1983)

Ex-aluno de R. Park, E.C. Hughes se dedicou, no seio do Departamento de Sociologia de Chicago, onde lecionou de 1937 a 1963, a patrocinar muitas monografias e pesquisas de campo[1]. Na qualidade de pesquisador, aborda objetos como os grupos étnicos e suas culturas, as instituições ou ainda o trabalho e as profissões. Quanto a este último tema, a perspectiva adotada por E.C. Hughes merece um exame mais atento, sobretudo por estar em perfeita oposição ao esquema estrutural-funcionalista. Com efeito, E.C. Hughes rompe com a idéia de que os grupos profissionais (como por exemplo os advogados, os médicos, ...) são o fruto de uma divisão natural do trabalho. O sociólogo prova que são, ao contrário, o fruto de um trabalho de construção feito por atores que procuram estabilizar e institucionalizar um reconhecimento social. Da mesma forma, a fim de compreender a estruturação das situações de trabalho, E.C. Hughes privilegiou o estudo de profissões marginais, e isto em virtude de uma dupla justificação. Os detentores de profissões com *status* pouco elevado não sofrem tanto a tentação, em primeiro lugar, "de opor aos pesquisadores símbolos valorizados ('ética profissional', 'saber científico') aos quais estes são, pelo fato de sua própria posição social, levados a aderir"[2]. Em seguida, os estudos dessas profissões servem

1. E.C. Hughes não é todavia o arauto de um único método qualitativo. Ele mesmo recorreu à estatística em suas pesquisas (particularmente em *French Canada in Transition*, 1943) e espera que seus estudantes possam dominar as técnicas quantitativas de base. Cf. a este propósito J. Platt (Hughes e a escola de Chicago: métodos de pesquisa, reputação e realidades. *Sociétés Contemporaines*, n. 27, jul./1977.

2. J.M. Chapouille. E.C. Hughes e o desenvolvimento do trabalho de campo em sociologia. *Revue Française de Sociologie*, XXV, 1984.

como referencial comparativo para apreender a lógica da divisão do trabalho, do controle do processo de trabalho e do desenrolar das carreiras nas outras profissões. Hughes acredita com efeito que certos comportamentos ou fatores estruturantes da relação de trabalho se encontram tanto nas profissões mais valorizadas como no seio das mais marginais. Assim, por exemplo, o "dirty work" (trabalho sujo ou inferior) que é ignorado pelos estudos "oficiais" de sociologia do trabalho é um traço comum às relações empregada-locatário, médico-enfermeira, ou ainda guarda-diretor de prisão. Na lógica de E.C. Hughes, importa igualmente não pensar a divisão do trabalho como um fato preexistente, mas se questionar sobre as condições de sua produção. Noutros termos, em oposição à tradição funcionalista, E.C. Hughes considera que a divisão do trabalho deve ser compreendida como o resultado de processos sociais. Neste quadro, e reintegrada em uma análise global que liga profissão e sociedade, a profissão se define não mais como um conjunto particular de atividades, mas na base do papel que um indivíduo vai exercer no seio de um universo profissional. A noção de papel ganha corpo então, aqui, com a importante ativação do conceito de "carreira". Na sua dimensão objetiva, observa E.C. Hughes, uma carreira se compõe de uma série de *status* e de empregos claramente definidos, de seqüências de posições, de realizações, de responsabilidades e até de aventuras. Na sua dimensão subjetiva, uma carreira é feita de mudanças na perspectiva segundo a qual a pessoa percebe sua existência como uma totalidade e interpreta o significado de suas diversas características e ações, bem como tudo aquilo que lhe acontece"[3].

3. E.C. Hughes. Ofício institucional e a pessoa. *American Journal of Sociology*, XLIII, 1937.

perspectiva intérpretes de jazz (*Outsiders*, 1963). Ele mesmo, intérprete de jazz, revela a existência de uma cultura própria dessa profissão e mostra que aí existe um exemplo típico de problema com o qual topam os desviantes em contato com pessoas exteriores que tenham um ponto de vista diferente sobre suas atividades. Na carreira dos músicos isto assume concretamente a forma de um conflito constante entre dois objetivos: produzir "música comer-

cial" para alcançar o sucesso ou tocar segundo os cânones e as normas da profissão correndo o risco de ser condenado à marginalidade em face do grande público. Melville Danton (*Men who Manage*, 1959) analisa, por seu turno, o desvio de bens e serviços no seio da empresa. Tão antiga como o regime salarial, esta prática não pode ser assimilada a um simples roubo. Na lógica interacionista, deve ser compreendida como o produto da ação de dois atores (o assalariado e a empresa). Através da transgressão, o assalariado obtém gratificações que o recompensam por seu devotamento à empresa. Em compensação, o empregado se julga dispensado de estabelecer um sistema oficial de recompensas.

Os trabalhos de Barney Glaser e de Anselm Strauss sugerem ainda que a sociedade é uma "estrutura em processo", que a ordem social nunca é completamente predeterminada. Não é possível portanto contentar-se com simples montagens conceptuais para explicá-lo. É necessário, ao contrário, ancorar a teoria sociológica nos estudos de casos ou nas análises de discursos (*The Discovery of Grounded Theory*, 1967). No hospital que estudam, Glaser e Strauss constatam muito concretamente o peso das interações sociais. Até seu último suspiro, com efeito, os doentes têm de continuar representando seu papel: "quando um paciente sabe que vai morrer, deve apresentar uma espécie de *eu* moribundo aos outros. As pessoas não podem impedir-se de julgá-lo mesmo com normas divergentes e de modo algum explícitas" (B. Glaser, A. Strauss. *Awareness of Dying*, 1965). O hospital, porém, em nada se relaciona com um universo transparente e rigidamente controlado. Ninguém conhece de verdade todas as regras em vigor e o trabalho cotidiano constitui o objeto de múltiplos arranjos entre médicos, enfermeiras e assistentes sociais para determinar a divisão do trabalho, para saber em que serviço colocar este enfermo... Em suma, o "mundo social" do hospital é feito de negociações permanentes que envolvem os profissionais da saúde. Mas essas negociações

dizem também respeito aos enfermos. Estes sabem reivindicar (a propósito do barulho, do alimento...) e participar ao mesmo tempo na manutenção da ordem organizacional.

A partir desses trabalhos, a abordagem em termos de "negociação" ou de "mundo social" (entendido como universo aberto de respostas recíprocas regularizadas) conheceu inúmeras outras aplicações. Na França, por exemplo, ela tem alguma ligação com os desenvolvimentos consagrados por Jean-Daniel Reynaud (*As regras do jogo*, 1989) às organizações que moldam a vida social e que, segundo o autor, se organizam como outros tantos pequenos sistemas construídos com o auxílio de compromissos negociados, em equilíbrio precário e em situação de interdependência mútua.

1.3. O desvio como processo

O desvio constitui um outro ponto de aplicação famoso da abordagem interacionista. Os sociólogos que usam este ângulo de abordagem dão aliás origem às, assim chamadas, teorias da etiquetagem social (*label theory*). A tese proposta por autores como Howard Becker ou Erving Goffman é a seguinte: o desvio não é em si questão de transgressão das normas, mas consiste em ser qualificado como desviante por *outrem* (Texto 50). Noutros termos: o desvio é uma construção social pela qual certos indivíduos acabam sendo designados como delinqüentes, marginais etc.

> O desvio não é uma qualidade do ato cometido por uma pessoa, mas antes conseqüência da aplicação, pelos outros, de normas e sanções a um "transgressor". O desviante é aquele ao qual essa etiqueta foi aplicada com êxito e o comportamento desviante é aquele ao qual a coletividade cola essa etiqueta (H. Becker. *Outsiders*, 1963).

Texto 50

BECKER – Uma tipologia dos comportamentos desviantes

Não tenho aqui a intenção de afirmar que apenas os atos "realmente" desviantes são aqueles que os outros consideram como tais. Deve-se todavia reconhecer que esse aspecto é importante e deve ser levado em conta em toda análise do comportamento desviante. Combinando essa dimensão com o critério da conformidade (ou não-conformidade) de um ato com uma norma particular, pode-se construir o quadro abaixo, que permite distinguir diferentes tipos de desvio.

Tipos de comportamentos desviantes

	Obediente à norma	*Transgressor da norma*
Percebido como desviante	Acusado sem razão	Plenamente desviante
Não percebido como desviante	Conforme	Secretamente desviante

Dois desses tipos não precisam de muita explicação. O comportamento "conforme" é simplesmente aquele que respeita a norma e que os outros percebem assim; ao contrário, o comportamento "plenamente desviante" é o que infringe a norma e é percebido como tal. As duas outras possibilidades são mais interessantes. Na situação daquele que é "acusado sem razão" (muitas vezes evocada pelos criminosos como "armação"), os outros acreditam que a pessoa cometeu uma ação irregular ao passo que não houve nada disso. Levantam-se, fora de dúvida, falsas acusações até nos tribunais, onde os indivíduos são protegidos pelas regras das vias de direito e do testemunho. Ocorrem provavelmente ainda com mais freqüência nas situações extrajudiciárias onde os indivíduos não dispõem das garantias de um processo formal.

O caso oposto do "desvio secreto" é mais interessante ainda. Aqui, ocorre de fato um ato irregular, mas não é percebido por ninguém como uma transgressão das normas e não provoca reação nenhuma. Como se dá com a acusação falsa, ninguém conhece verdadeiramente a extensão do fenômeno [...].

Os quatro tipos de desvio, constituídos com o cruzamento da natureza do comportamento com as reações que desperta, distinguem fenômenos que diferem por aspectos importantes. Mas essas diferenças são geralmente negligenciadas e as explicações propostas para os fenômenos se mostram por conseguinte inadequadas. Um rapaz que, com toda a inocência, costuma freqüentar um bando delinqüente pode ser preso um belo dia com este grupo sob suspeita. Vai entrar nas estatísticas oficiais como delinqüente com tanta certeza como aqueles que de fato praticaram uma ação repreensível, e os pesquisadores em ciências sociais que tentam elaborar teorias explicativas da delinqüência irão tentar compreender a sua presença nos arquivos oficiais segundo raciocínios idênticos àqueles pelos quais interpretam a presença dos outros. Os dois casos são no entanto diferentes e não pode lhes convir a mesma explicação (H. Becker. *Outsiders* (1963). Paris, Métaillié, 1985, p. 43-45).

Nesta perspectiva, deve-se analisar o desvio como um processo. Para Becker, com efeito, a transgressão de uma norma (fumar um cigarro de maconha, por exemplo) não é senão uma primeira etapa cujo propósito ninguém pode garantir que leve automaticamente a ampliar a condição de desviante. O desvio pode ser considerado como um processo por uma segunda razão. São grupos sociais (sobretudo "empresários da moral"), que criam as normas cuja transgressão evoca o desvio. O coração do mecanismo não é portanto constituído tanto pela infração como tal, mas antes pela construção social das regras e num momento posterior pela designação dos desviantes. Logo, vemos as conclusões que essas considerações podem implicar: não apenas todos os indivíduos são desviantes potenciais (basta que um de seus atributos seja decretado não conforme à norma, para que sejam declarados desviantes, mas tudo acontece como se a transgressão das normas não fosse em si a questão importante. A verdadeira questão em pauta se refere à identificação social. É esta com efeito que dá aos grupos a ilusão de possuir regras de vida comum e que, por conseguinte, lhes proporciona o sentimento de existir como grupos.

Neste mesmo espírito analítico, Edwin Lemert (*Paranóia e a dinâmica da exclusão*, 1967) distingue desvio primário (ato de transgressão das normas) e desvio secundário (aplicação de uma etiqueta pelo meio social). Deste segundo processo participam ativamente, no caso dos enfermos mentais, tanto o psicólogo e a polícia, como a família e os parentes. Esta tese se vê amplamente verificada pelos trabalhos de Erwing Goffman (*Hospícios*, 1961). Graças à observação direta que realiza durante três anos, Goffman pôde descrever o mundo fechado e repressivo do hospital psiquiátrico, um tipo de "instituição totalitária" onde as pessoas de comum acordo levam uma vida reclusa cujas modalidades são impostas e minuciosamente regulamentadas. Na lógica interacionista, mostra Goffman que, neste universo fechado, a loucura não se reduz a uma pura alienação mental. Ela é amplamente reforçada por uma forma de alienação social ou, noutras palavras, pelo confinamento dos indivíduos em um papel de louco. Apesar de tudo e a despeito de um combate desigual que leva por vezes ao conflito, todos os doentes sabem aplicar receitas e múltiplos estratagemas a fim de resistir ao papel social que os membros do corpo médico ou seus parentes desejam vê-los representar (Texto 51).

O mesmo Goffman enriquece esta sociologia da negociação do *status* de desviante quando, em *Estigma* (1963), contrapõe dois tipos de identidades sociais: uma identidade social virtual (aquela que o *outro* pode atribuir com base em atributos manifestos) e uma identidade social real (atributos efetivamente possuídos). Algumas características (defeitos físicos, alcoolismo, raça...) marcam os in-

divíduos com o sinete do estigma e os diferenciam aos olhos daqueles que se consideram "normais". Na interação social o indivíduo estigmatizado oferece uma imagem de um *eu* precário de que pode utilizar-se positivamente ou, ao contrário, tentar corrigir o alcance fazendo valer certos traços de sua identidade virtual. Como observa Goffman, outra opção consiste em dissimular, ao

Texto 51

GOFFMAN – Adaptações primárias, adaptações secundárias

Em uma sociedade como a nossa, quando o indivíduo colabora em uma organização participando de uma atividade solicitada nas condições requeridas, sob o impulso das motivações correntes, como por exemplo a procura do bem-estar oferecido pela instituição, a energia propiciada pelos estímulos e valores associados e o temor de sanções previstas, se transforma em "colaborador" e se torna um membro "normal", "programado", ou incorporado. Ele dá e recebe, com o estado de espírito requerido, o que foi sistematicamente decidido, quer lhe custe muito ou pouco pessoalmente. Em suma, descobre que lhe pedem oficialmente não ser nem mais nem menos que aquilo para o qual está preparado e se acha obrigado a viver em um universo que é feito para ele. Diremos neste caso que existe da parte do indivíduo uma "adaptação primária" (*primary adjustement*) à organização, sem levar em conta o fato de que seria tão exato falar também da adaptação primária da organização ao indivíduo.

Fabriquei esta expressão bastante bárbara para depois introduzir uma segunda, a de "adaptação secundária" (*secundary adjustement*) que caracteriza toda disposição habitual que permite ao indivíduo utilizar meios proibidos ou alcançar fins ilícitos (ou ambos ao mesmo tempo) e driblar assim as pretensões da organização relativas ao que ele deveria fazer ou receber e, portanto, ao que deveria ser. As adaptações secundárias representam para o indivíduo o meio de se afastar do papel e da personagem que a instituição lhe designa naturalmente [...].

Para "explorar" eficazmente um sistema, deve-se ter deste último um conhecimento íntimo. Os doentes [do hospital estudado por Goffman: Nota do autor] em semiliberdade sabem muito bem que ao final dos espetáculos de caridade se distribuem em geral aos presentes cigarros ou doces. Aqueles que se aborrecem com esses espetáculos chegam alguns minutos antes do fim, simplesmente para poderem sair com os outros; outros dão um jeitinho de entrar diversas vezes na fila e ganhar assim mais do que seria legítimo. O pessoal está, é claro, a par dessas práticas e, quando ocorrem esses espetáculos, como festivais de dança apresentados pelos doentes, os retardatários, sob suspeita de virem somente para comer, encontram a porta fechada e ficam de fora. As senhoras da Assistência Judaica servem habitualmente, à saída do ofício matinal do sábado, uma refeição consistente, mas, como dizia um enfermo, "chegando na hora certa, pode-se ganhar a refeição e não assistir ao ofício". Um outro, informado do fato geralmente pouco conhecido de que o hospital dispõe para a conservação da roupa de uma equipe de costureiras, levava até lá suas roupas e as trocava por camisas e calças de boa qualidade, deixando, como sinal de gratidão, um ou dois maços de cigarros ou uma pequena gorjeta (E. Goffman. *Asiles* (1961). Paris, Éd. de Minuit, 1968, p. 245 e 267-268).

custo de múltiplas pequenas estratégias, uma faceta de personalidade potencialmente desvalorizadora (a homossexualidade, por exemplo).

1.4. Dramaturgia cotidiana e ordem do microssocial

Embora em parte integrada à teoria da etiquetagem, a sociologia de Goffman se estende muito além desse território das ciências sociais americanas. Goffman é antes de tudo um analista da dramaturgia cotidiana (Texto 52). Na esteira de outros, ele toma emprestado do modelo teatral para dissecar a lógica das representações de papéis que estruturam as mais banais das interações. Neste nível, o

nível das microrrelações, ergue-se também uma ordem social que se pode comparar (a imagem é tomada de E.A. Ross por Goffman) ao da circulação do trânsito. Neste último caso, a existência de regras e convenções explica a fraqueza das colisões entre automóveis. Da mesma forma, nas relações interindividuais, arranjos de quadro (*frame*), compromissos de trabalho (*working acceptance*, i.é, comportamentos indulgentes para com pessoas que rompem a ordem social) garantem a perenidade e a fluidez do mundo social. Este mundo possui, falando mais precisamente, uma dupla característica fundante: é, para usar os termos de um especialista em Goffman (Y. Wilkin), ao mesmo tempo venerável e vulnerável.

O mundo social é venerável. Seguindo os passos de Simmel e, sobretudo, de Durkheim, Goffman pensa as relações entre indivíduos conforme a pauta do sagrado e do ritual. Estar integrado na ordem social significa com efeito assumir papéis (sem jamais deixar-se fechar inteiramente nos papéis representados) e se portar na vida como se representasse um papel no teatro. Ora, o conjunto das relações entre atores é regulado por ritos, e estes não têm mais por meta organizar o reconhecimento dos deuses. Instalados no coração das interações cotidianas, eles organizam a sua coerência e lembram que o *eu social* (*Self*) pode ser considerado como um lugar de sacralidade que não se poderia violar impunemente. Goffman reforça esta intuição recorrendo à etologia animal. Cada indivíduo possui um território, um nicho ecológico, um espaço pessoal cuja legitimidade varia em função de justificações locais. Ir sentar-se bem ao lado de um desconhecido num transporte coletivo (um banco no metrô, por exemplo) pode ser vivenciado por este último como uma intrusão insuportável se, numa hora de fraca afluência, houver outros lugares livres. Nas horas de ponta, ao contrário, não é difícil desculpar o acotovelamento e a promiscuidade não constitui um problema. Para garantir seu espaço de liberdade, pode ainda o indivíduo, em outras circunstâncias, usar "marcadores", objetos (por exemplo um casaco ostensivamente posto sobre a ca-

deira do cinema, o armário que separa duas escrivaninhas...), destinados a traçar, à maneira dos animais, os limites do seu território (*A representação da vida cotidiana*, t. 2, 1971).

Texto 52

GOFFMAN – O mundo social como cerimônia

Quando um ator está representando um papel, pede implicitamente a seus parceiros que tomem a sério a impressão que ele produz. Pede-lhes que acreditem que a personagem que estão vendo possui realmente os atributos que aparenta possuir; que a atividade que ele está exercendo terá de fato as conseqüências que implicitamente se acredita implicar e que, de maneira geral, as coisas são precisamente o que aparentam ser. Nesta mesma perspectiva, admite-se de modo geral que o ator está representando e organizando o seu espetáculo "na intenção das outras" pessoas. Mas talvez seja útil inverter a perspectiva e examinar em que medida o próprio ator acredita na impressão de realidade que procura criar naqueles que o cercam. O ator pode estar completamente tomado por sua própria representação; pode estar sinceramente convencido de que a impressão de realidade que produz é a própria realidade. Quando seu público compartilha essa convicção – e este parece o caso mais freqüente – então, pelo menos momentaneamente, apenas o sociólogo, ou o misantropo, pode alimentar dúvidas sobre a "realidade" daquilo que o ator apresenta. Mas o ator pode também não alimentar ilusões quanto ao próprio desempenho. E isto é tanto melhor concebível quando se sabe que nenhum observador está melhor colocado para perceber a representação do ator que o próprio ator [...].

Assim, quando um ator se encontra diante de um público, sua representação tende a incorporar-se e a ilustrar os valores sociais oficialmente reconhecidos, muito mais de fato, do que tenderia ordinariamente o conjunto de seu comportamento. Trata-se aqui, de certo modo, adotando o ponto de vista de Durkheim e de Radcliffe-Brown, de uma cerimônia, de uma expressão revivificada

e de uma reafirmação dos valores morais da comunidade. Muito mais, na medida em que se acaba contemplando como se fosse realidade mesmo a expressão que lhe dão as representações, confere-se àquilo que se toma por real nesse momento uma espécie de consagração oficial. Ficar em um quarto separado da recepção, ou então longe do lugar onde o profissional atende seu cliente, isto significa ficar longe do lugar onde a realidade está sendo representada. O mundo, na verdade, é uma cerimônia.

A literatura relativa à mobilidade social fornece um material particularmente abundante sobre as representações idealizadas. Na maioria das sociedades, parece haver um sistema de estratificação dominante e, na maioria das sociedades estratificadas, idealizam-se as posições superiores e alimenta-se o sonho de passar das posições inferiores para as posições superiores. Esta atitude não traduz simplesmente o desejo de alcançar uma situação de prestígio, mas também o desejo de se aproximar do foco sagrado dos valores sociais estabelecidos. Como se constata freqüentemente, a ascensão social implica que se dêem representações apropriadas; os esforços dos indivíduos quer para subir na escala social quer para evitar cair supõe ainda que aceitem sacrifícios para manter a fachada. Uma vez que se tenha adquirido o repertório simbólico apropriado e se esteja familiarizado com o seu manejo, pode-se usá-lo para embelezar e abrilhantar as representações cotidianas, conferindo-lhes um estilo socialmente valorizado (E. Goffman. *La mise en scène de la vie quotidienne* (1959). Paris, Éd. de Minuit, t. 1, p. 25 e 41).

O mundo social é também vulnerável. Goffman compartilha com Parsons a convicção segundo a qual a estabilidade do mundo social nunca está garantida. Goffman acredita mais precisamente que a relação social de base – a interação – é sempre vivida na base de uma ambivalência fundadora: a da aposta e da reserva securitária. A interação é uma aposta na medida em que, a todo momento, o indivíduo corre o risco de fazer feio realizando um gesto inconveniente, ferindo pela palavra o interlocutor... Por isso, quando um indivíduo é apresentado a outras pessoas, estas procuram obter in-

formações a seu respeito. Essas informações (veiculadas pela linguagem, pelos gestos...) contribuem para definir a situação e permitem aos outros prever o que o seu parceiro deles espera e, correlativamente, o que podem esperar dele. Essa incerteza qualitativa explica que não podemos alcançar nossas metas na vida cotidiana nem por meio de cálculos estatísticos nem por métodos científicos: vivemos em cima de hipóteses. Cada participante numa interação reprime seus sentimentos profundos imediatos para exprimir uma vista da situação que ele considera aceitável, ao menos provisoriamente, por seus interlocutores.

A manutenção desse acordo superficial se acha facilitada pelo fato de que cada pessoa oculta seus desejos pessoais por trás de declarações que fazem referência a valores e normas aos quais todas as pessoas presentes se sentem obrigadas a prestar homenagem. Podem assim se efetuarem as reservas securitárias:

> Como são inúmeras essas normas e estão presentes em toda a parte, os atores vivem, muito mais do que se poderia crer em um universo moral. Mas na medida em que são atores, o que preocupa os indivíduos é menos a questão moral da atualização dessas normas e mais a questão amoral de procurar causar uma impressão própria para fazer crer que estejam atualizando essas normas [...]. São, sob este aspecto, comerciantes da moralidade: a necessidade e o próprio interesse de sacrificar às aparências da moralidade mais irrepreensível a que deve submeter-se, em seu próprio interesse, todo indivíduo que deseja ser socialmente aceito, lhe impõem ter uma grande experiência das técnicas da representação (Erving Goffman. *La mise en scène de la vie quotidienne*, 1971).

2. A etnometodologia

Deve-se relacionar a etnometodologia aos trabalhos precursores de Harold Garfinkel, nascido em 1917, sociólogo formado em

Harvard sob a orientação de Parsons e que lecionou na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, até se aposentar em 1988. Em 1954, ao ensejo de um trabalho de observação efetuado sobre as deliberações de jurados, Garfinkel tem sua atenção atraída pela capacidade destes não especialistas do direito para mobilizar um método de avaliação no sentido de julgar peças, argumentos, explicações..., apresentados e analisados no quadro do processo. Os jurados conseguem trabalhar buscando inspirar-se em um estoque de saberes e práticas que dependem de um senso comum. Impressionado vivamente pelo papel determinante desse senso comum compartilhado pelos membros de um grupo, Garfinkel volta a atenção para o estudo dos raciocínios práticos aplicados continuamente pelos indivíduos para viver no mundo social. Surge assim a etnometodologia: *etno*, que sugere que um membro dispõe do saber de senso comum da sociedade, a etnometodologia designa a ciência dos etnométodos (raciocínios sociológicos práticos) e não, como poderia insinuar esse título, um novo método de investigação sociológica.

2.1. Os fatos sociais não são coisas, mas "realizações práticas"

Na filiação da fenomenologia (Baliza 35) e das escolas de Chicago, a etnometodologia adquire seus primeiros títulos de nobreza com os trabalhos de Harold Garfinkel (*Estudos de etnometodologia*, 1967) e de Aaron Cicourel (*Método e mensuração em sociologia*, 1964. – *A sociologia cognitiva*, 1972). Garfinkel rompe com a tradição positivista que faz da sociedade uma realidade objetiva e do ator um agente sem história nem paixão e amplamente preso a um conjunto de valores que lhe predeterminam os comportamentos. Contra os sociólogos que valorizam indevidamente a estabilidade do fato social e a pregnância de estruturas, de normas e significados, Garfinkel pretende que o social seja um processo: é o fruto da atividade permanente dos membros da sociedade. Estes últimos são providos de um senso comum e de um cabedal de saberes práti-

cos que utilizam de modo rotineiro nas atividades mais corriqueiras do dia-a-dia.

Sendo exatas as hipóteses de Garfinkel, é necessário então depreender delas duas conseqüências. Deve-se, em primeiro lugar, prestar atenção a essas atividades, formas de "performances práticas", e isto sem aceitar ao mesmo tempo as teses funcionalistas que reduzem os fatos sociais ao *status* de coisas (Texto 53). Por esta razão, os etnometodólogos se interessam pelos atos da vida cotidiana que aos nossos olhos parecem os mais banais. Privilegiam para tanto uma abordagem etnográfica (observação direta, observação participante, diálogos, estudos de dossiês administrativos

Baliza 35

Da fenomenologia à sociologia

Da forma como a define o matemático e filósofo Edmund Husserl (1859-1938), a fenomenologia designa o estudo descritivo e rigoroso de todas as experiências que se oferecem à experiência do sujeito (*Idéias diretoras para uma fenomenologia e uma filosofia fenomenológica puras*, 2 vol., 1913 e 1912-1915), contra a tradição filosófica que contrapõe o sujeito consciente (*cogito*) e os objetos do mundo, Husserl (que se formou na universidade alemã) quer voltar "às coisas mesmas". Ele quer dizer com isto que o *cogito* não é nunca um ponto vazio e formal, pois a consciência é sempre consciência de algo. Noutros termos, o *cogito* inclui sempre em si os objetos do mundo que visa através dos seus atos. Por isso, a fenomenologia privilegia um discurso filosófico descritivo alimentado pelo mundo vivencial dos indivíduos, e Husserl define um método (a redução fenomenológica) que permite em particular identificar com precisão aquilo que, na multiplicidade e no fervilhar dos acontecimentos singulares, depende do universal e do necessário.

Advogado especialista em assuntos comerciais, em Viena, Alfred Schütz (1899-1959) é um autor familiarizado com a obra de Husserl. Em 1932, publica *Der Sinhafte Aufbau der sozialen Welt*, obra sobre a fenomenologia do mundo social. Fortemente influenciado por Berg-

son, Weber e Husserl, Schütz forja o projeto de uma sociologia fenomenológica que teria como material de base a experiência da vida cotidiana. Seu objetivo é a compreensão dos processos de interpretação que permitem dar sentido às nossas ações e às ações dos outros. Schütz se interessa, portanto, pelo mundo social tal qual é percebido de modo imediato e familiar graças a um conhecimento socialmente distribuído (por amigos, professores, pais...). Nesta perspectiva, ele se serve da noção husserliana de tipicidade. A tipicidade é um conjunto de esquemas interpretativos que caracterizam o nosso conhecimento familiar e comum das coisas percebidas pelo prisma de interesses e de senso comuns. A tipicidade não é portanto um estratagema heurístico que visa compreender melhor o mundo histórico (como é, ao contrário, a noção de tipo ideal em Max Weber), mas o produto de uma concepção do mundo compartilhada pelos atores.

Schütz teve uma influência decisiva sobre o desenvolvimento da etnometodologia, não como alguém que introduzisse Husserl em sociologia, mas antes pelo fato de que "Schütz foi relido de maneira muito pessoal por Garfinkel que privilegiou o tema, pouco desenvolvido no original, da 'reflexividade' do senso comum, isto é, a capacidade dos agentes de 'compreenderem' eles mesmos a sua prática anteriormente a toda prática científica" (F. Héran. La seconde nature de l'habitus. *Revue Française de Sociologie*, XXVIII-3, jul.-set./1987, p. 410). De modo mais geral, os trabalhos de Schütz servem como ponto de referência para inúmeros sociólogos que, adeptos ou não da etnometodologia, tiram proveito de uma abordagem fenomenológica da vida cotidiana.

e escolares, registro em vídeo, conversas com os atores...) que não implica necessariamente – heresia suprema aos olhos de muitos sociólogos – a emissão de hipóteses de trabalho antes de ir fazer pesquisas de campo.

Texto 53

GARFINKEL – **O que é a etnometodologia?**

Mesmo quando faz referência a fenômenos físicos ou biológicos, a sociologia, quer seja praticada por profanos ou profissionais, aplica-se ao "mundo real", a atividades organizadas da vida cotidiana. Por este motivo, contrariamente a certas formulações de Durkheim, que nos ensina que a realidade objetiva dos fatos sociais é o princípio fundamental da sociologia, vamos partir do princípio, e isto nos servirá de política de investigação, que para os membros[1] que fazem sociologia, o fenômeno fundamental é a realidade objetiva dos fatos sociais como a realização contínua das atividades combinadas da vida cotidiana dos membros que utilizam, considerando-os como conhecidos e evidentes, processos ordinários e engenhosos para essa realização. Os estudos etnometodológicos analisam as atividades cotidianas dos membros como métodos que tornam estas mesmas atividades visivelmente racionais e reportáveis para todos os fins práticos, isto é, descritíveis (*accountable*), enquanto organização ordinária das atividades de todos os dias. A reflexividade desse fenômeno é um traço singular das ações práticas, das circunstâncias práticas, do conhecimento comum das estruturas sociais e do raciocínio sociológico prático [...].

Os textos a seguir procuram apreender as atividades práticas, o estado das coisas e o raciocínio sociológico prático como temas de estudo empírico. Prestando atenção nas atividades mais banais da vida cotidiana, atenção que de ordinário se presta aos acontecimentos extraordinários, querem igualmente contribuir para o conhecimento desses fenômenos como tais. A idéia central destes textos é que os meios de que os membros se servem para produzir e administrar seus negócios do dia-a-dia são idên-

1. Quando usa o termo *membro*, H. Garfinkel não está tentando designar uma pessoa integrada em um universo social determinado, mas sobretudo significa que os indivíduos dominam uma linguagem natural comum que lhes permite descrever os fenômenos da vida cotidiana (Nota do autor).

ticos àqueles que empregam para dar conta desses acontecimentos cotidianos. O caráter "reflexivo" das práticas de que se dá conta constitui um ponto capital desta temática. Quando evoco o termo *accountable*, quero me referir às coisas seguintes. Quero em primeiro lugar significar observável e reportável. Noutras palavras, as práticas são acessíveis aos membros da sociedade na medida em que são práticas situadas que se pode observar e narrar. Quero dizer, também, que essas práticas consistem em realizações lábeis, em curso, contingentes (H. Garfinkel. *Studies in Ethnomethodology*. New Jersey, Prentice-Hall, 1967, p. VII e 1).

Em segundo lugar, e para retomar uma expressão feliz de Jean Widmer ("Goffman e Garfinkel. Quadros e organização da experiência", *Langage et société*, n. 59, mar./1992), a etnometodologia seculariza a sociologia. Seus defensores pensam, com efeito, que a "sociologia profissional" funciona conforme os mesmos esquemas que a "sociologia profana": a construção do mundo social se torna possível graças a saberes práticos, processos e regras de comportamento de que os indivíduos se apoderam e cujo conhecimento o sociólogo não possui o monopólio. Mais ainda, considera-se que todos os atores sociais sejam sociólogos, dado que ao se comunicarem eles descrevem o mundo e o formalizam. A etnometodologia privilegia por essa razão o estudo das práticas do discurso. Segundo ela, com efeito, a vida social se constitui em grande parte pela linguagem, vínculo privilegiado que permite aos indivíduos coordenarem-se, darem sentido às suas ações e, portanto, construírem um universo comum. Neste espírito, por exemplo, é que Emanuel A. Schegloff se dedicou ao estudo dos exórdios e dos finais das conversas telefônicas ("Identification and Recognition in Telephone Conversation Openings", in: G. Psathas, 1979). Os etnometodólogos insistem no fato de que o estudo da linguagem não pode ser feito *in abstracto*, pois ainda que a significação das palavras e das expressões seja o produto de um saber comum socialmente distribuído, esta não é verdadeiramente acessível a não ser quando situada no contexto local da produção falante.

Os etnometodólogos afirmam, de modo mais geral, que as práticas e a linguagem possuem três propriedades essenciais: a indexicalidade, a reflexividade e a descritibilidade (*accountability*). Garfinkel usa o termo indexicalidade para indicar que, ainda que uma palavra remeta a uma significação que ultrapassa o caráter contingente da situação descrita, ela deve ser indexada às circunstâncias locais: este é o caso dos indicadores como "aqui", "agora", "este"..., expressões despidas de sentido quando desligadas do seu contexto de utilização. A reflexividade traduz o fato de que a linguagem é uma prática que permite não somente descrever, mas igualmente construir uma ordem social. A descrição participa com efeito da instituição de uma situação. A *accountability*, enfim, é um postulado forte, visto que convida a reconhecer que, graças à linguagem, as ações – em todo o caso aquelas que não nos são exteriores – podem ser descritas, narradas e analisadas.

Em seus *Studies* Garfinkel convence sobre o interesse da abordagem etnometodológica recorrendo a estudos empíricos. Relata assim o caso Inês (Texto 54) e também a invenção do pulsar ótico por quatro astrofísicos americanos em 16 de janeiro de 1969. Com o auxílio do registro fonográfico das interações no decorrer da noite da descoberta, das notas manuscritas dos cientistas e do artigo que anunciava o seu achado, Garfinkel mostra que um ato científico depende do registro das práticas sociais dado que o pulsar foi progressivamente construído graças a um trabalho de partilha *in situ* entre os diferentes pesquisadores.

Texto 54

QUÉRÉ – O caso "Inês"

Garfinkel consagra o capítulo 5 dos *Studies* a uma longa análise do caso "Inês", um moço que decidiu mudar de sexo e fazer valer o seu direito de ser reconhecido como sendo realmente uma mulher, como "um caso da coisa real" (a mulher com os atributos habituais da feminilidade). O último parágrafo desse

capítulo (p. 181-185) se intitula: *Agnes, the doer of the accountable person*. Pode-se ver perfeitamente o interesse que esse caso apresenta para Garfinkel: tendo escolhido viver como mulher, embora tivesse sido educada como um rapaz, e embora possuidora de um pênis (que ela erradica e substitui por uma vagina), mas também, no momento em que Garfinkel a encontra, de uma morfologia feminina normal, Inês se encontra na situação de ter de atualizar, nos pormenores de suas atividades, interações e comportamentos cotidianos, os atributos culturais da mulher "normal". Ela se vê na necessidade de produzir o seu ser-mulher enquanto realização prática contínua, ordenada a partir de dentro, perfeitamente proporcionada às circunstâncias e às ocasiões. Pelo fato de não poder, no seu modo de se comportar, confiar, como as pessoas "normais", em um domínio prático rotinizado dos métodos de realização da sua feminilidade, ela é forçada a controlar quase reflexivamente todas as operações de atualização dos atributos da mulher "normal". Precisamente a maneira como Inês tem de lutar para "gerenciar" a sua mudança de sexo, que representa uma passagem jamais realizada de uma vez por todas, revela a ela mesma e a Garfinkel os métodos, processos, operações através dos quais a sexualidade normal é produzida e reconhecida na vida cotidiana através dos comportamentos, das conversas e de todo o tipo de interações. Pois ser-homem e ser-mulher, como "fatos naturais da vida humana", constituem uma produção socialmente gerenciada, uma realização prática nos pormenores da vida cotidiana, uma realização observável, avaliável e comentável, mas uma realização ordinariamente *seen but unnoticed* (vista, mas sem chamar a atenção de verdade).

Como é que Inês se desincumbe da tarefa de realizar praticamente a *accountability* do seu ser-mulher? Garantindo que se possa reconhecer ou "ler" os atributos da sexualidade normal em seus comportamentos e suas atividades; isto é, realizando esses atributos nas circunstâncias práticas de sua vida social cotidiana de sorte a poder ser reconhecida como um "caso da coisa real". O que separa Inês das pessoas "normais", deste ponto de vista, é que ela não pode garantir essa *accountability* de modo rotineiro, sem ter que pensar nisso. Com efeito, a realização que seu ser-homem e ser-mulher em uma cultura dada, que é uma realização que se efetua em colaboração com outros, é indissociavelmente questão de produção e objeto de reconhecimento de uma aparência de naturalidade. Por exemplo, Inês deve estar sempre atenta para evitar que seu comportamento e sua maneira de ser despertem suspeita sobre o caráter natural de sua feminilidade, sobre a correspondência espontânea presumida entre as aparências e a realidade, sobre o fato de que ela possa não ser "um caso da coisa real" (L. Quéré. L'argument sociologique de Garfinkel. *In*: Arguments ethnométhodologiques. *Problèmes d'épistémologie en sciences sociales*, Cems, 1984, p. 104-105).

2.2. Etnometodologia, papel e desigualdades sociais

Para dar mais concretude a esta problemática, Cicourel propõe uma síntese interessante entre etnometodologia e teoria do *status* e do papel. Com Erving Goffman, ele reconhece que, no mundo social, cada ator compõe o seu papel e procura ao mesmo tempo penetrar o mistério que o *outro* desempenha na interação com ele. A análise fica no entanto incompleta enquanto o pesquisador não pôs em evidência aquilo que, no terreno da lingüística, Noam Chomsky denominava de estruturas profundas. Cicourel dá o nome de "processos interpretativos" a essas estruturas profundas da interação. Com isso, ele entende um conjunto de propriedades invariáveis que regem uma interação e que indicam "a natureza das condições mínimas que permitem ao ator e ao observador decidir se essa interação é 'normal' e 'conveniente' e pode continuar. A aquisição e a utilização de processos interpretativos no tempo são uma organização dos conhecimentos que garante permanentemente um sentido da estrutura social" (*La Sociologie cognitive. Op. cit.*).

Os processos interpretativos elencados por Cicourel são os seguintes:

• a reciprocidade das perspectivas (postulado de um mundo comum, desenvolvido por A. Schütz);

• a sub-rotina (capacidade do ator para compreender um termo do léxico, ainda que ambíguo);

• as formas normais (a existência de um conjunto comum pré-constituído de conhecimentos);

• o sentido retrospectivo-prospectivo (capacidade de esperar que uma ambigüidade se esclareça ulteriormente no decorrer do diálogo);

• a reflexividade do discurso (capacidade de compreender, mediante os silêncios ou as hesitações, um contexto que não se acha expresso no conteúdo discursivo da interação);

• e, afinal, os vocabulários descritivos (o uso de um repertório de subentendidos).

Pedra de toque da interação, aqui se define a linguagem como um fenômeno que conjuga diversos níveis de informações significativas. A comunicação é, com efeito, lingüística e extralingüística (basta pensar por exemplo nos sinais do corpo, no papel do contexto...). É portanto a combinação dessas diferentes manifestações que é fundadora do vínculo social. Sem recorrer ao determinismo da sociologia estrutural-funcionalista, Cicourel chega assim a se persuadir de que há múltiplas interações não coordenadas que moldam a ordem social.

O campo da educação é um dos terrenos privilegiados da abordagem etnometodológica. Ainda que prefira falar de etnografia constitutiva, Hugh Mehan (*Learning Lessons*, 1979) se inscreve nessa linhagem analítica e seus trabalhos são perfeitamente representativos da ruptura introduzida em sociologia da educação por esse tipo de perspectiva. Mehan mostrou interesse pela interação em sala de aula e mostrou que nesse tipo particular de organização social os diferentes protagonistas (professores e alunos) usam gestos e palavras que pontuam as trocas de informação e dão sentido às interações. Por outro lado:

> Os alunos desenvolvem conscientemente as suas próprias estratégias a fim de levar a bom termo objetivos independentes daqueles do professor e governar assim os seus próprios assuntos. Nisso mostram os alunos a sua "competência interacional". Um certo número de regras gerais é baixado pelo professor, como por exemplo "não correr na sala de aula", "ser limpo", "respeitar os outros", mas nenhuma dessas regras diz quando e como devem ser aplicadas. Os alunos devem descobrir em cada situação, nas interações que realizam entre si mesmos e com o professor, a significação e o funcionamento dessas regras. Um aluno competente será, portanto, aquele que conseguir realizar a síntese entre o conteúdo acadêmico e as formas interacionais necessárias à realização de uma tarefa. Toda separação da forma e do conteúdo será imediatamente interpretada pelo professor como o sinal de uma incompetência (A. Coulon. *L'Ethnométhodologie*, 1987).

À semelhança dos trabalhos de Mehan que visam precisamente esclarecer as modalidades de constituição desta ordem social particular que é a classe escolar, outros estudos (sobre a realização de testes, o funcionamento dos conselhos de orientação, a socialização, a cultura e a competência dos mestres e dos alunos...) foram postos sob o selo da etnometodologia. Indo exatamente contra as análises, particularmente as da sociologia das décadas de 1950 e 1960, que se contentam em pensar o sistema educativo como uma "caixa preta" que produz reprodução, todos esses trabalhos de etnometodologia forçam a entrada na caixa preta a fim de apreender, de modo concreto e pela análise das interações, os processos que se desenrolam durante o ato educativo. No entanto, as conclusões não são fundamentalmente diferentes. Quanto aos etnometodólogos, também constatam que a escola não é socialmente neutra. Mas pelo menos terão compreendido como é que se constroem as desigualdades no dia-a-dia.

2.3. *Happening ou seita?*

Para provar que o mundo social se alicerça sobre um conjunto de interações que têm por fundo comum todo um conjunto de saberes e de processos que se tornam invisíveis graças a práticas implicitamente compartilhadas e consideradas como naturais pelos atores, Garfinkel realizou observações, montou experimentos e motivou seus estudantes para aplicar o método do *breaching* (ruptura da rotina). Este método consiste em exigir esclarecimentos sobre o que fica subentendido no discurso ("o que é que você quer dizer com *et caetera*?"), pôr em dúvida, e até pôr em xeque de maneira desconcertante regras habitualmente aceitas de comum acordo pelos atores (não respeitar, por exemplo, as regras do jogo de cartas em que estamos envolvidos). A desorientação ou a desorganização resultantes desse exercício põem a nu toda a importância da confiança em que se fundamenta o jogo social a que estamos acostumados.

Neste modo de agir, Alvin Gouldner (*The Coming Crisis of the Western Sociology*, 1971) vê um jeito de transformar a sociologia em *happening*. Tal como estudantes que perturbam o fluxo rotineiro da circulação dos carros jogando na rua galináceos que obrigam os motoristas a romperem seus automatismos de direção, Garfinkel se lança a um combate contra o senso comum da realidade quando pede a seus estudantes que sistematicamente questionem o sentido das expressões mais banais. E essa vontade de pôr a nu as regras, quebrar a rotina surge – e isto não se dá por acaso aos olhos de Gouldner – no momento em que se multiplicam as revoltas nos seio dos *campi* universitários americanos.

Se os etnometodólogos desarrumam a cada passo, para melhor entender seus mecanismos, as ordens sociais locais estabelecidas, abalaram muito mais fundamentalmente a comunidade sociológica universitária.

> Tudo se passa como se, pelo simples fato de proclamar a identidade formal dos raciocínios sociológicos que emanam dos profanos e dos profissionais, esta

> identidade que reside no seu comum caráter de realizações práticas, a etnometodologia principiasse a serrar o galho no qual está sentada (P. Pharo. A etnometodologia e a questão da interpretação. *Arguments ethnométhodologiques*, 1984).

Compreende-se em vista disso o vigor do ataque lançado em agosto de 1975 por Lewis Coser, por ocasião do discurso inaugural do Congresso Anual da Associação Americana de Sociologia (que então presidia). Coser censura a etnometodologia por ignorar o poder, as instituições, as estruturas latentes, e isto para se restringir à observação de interações microssociológicas (códigos de comunicação, gestualidade...) que levam a fatos às vezes tão triviais como atravessar a rua. Mais ainda, os etnometodólogos não formariam senão um pequeno grupo de sociólogos que nunca teriam procurado ser aceitos pelos outros. Possuiriam uma linguagem esotérica e produziriam uma literatura pouco acessível. Formariam, numa palavra, uma verdadeira seita.

Conclusão

Os canteiros de obras de um novo século

Passado mais de um século do dia em que foi levada à pia batismal, a sociologia é hoje uma disciplina reconhecida e plenamente integrada ao universo científico. Apesar de tamanho sucesso, uma sensação de amargura submerge por vezes o discurso dos sociólogos. A vivacidade das disputas de escolas não teria com efeito dissolvido todo o referencial teórico, metodológico e institucional que pudesse confederar a maioria dos pesquisadores e profissionais em exercício?

> A sociologia, na década de 1990, se acha a tal ponto dividida que se torna cada vez mais difícil definir qual é o seu objeto de estudo e obter a unanimidade na confusão das teorias e especialidades concorrentes. Por outro lado, e isto também está relacionado com essa situação, a sociologia está sendo alvo de administrações submetidas a pressões financeiras e que procuram as zonas de sombras mais facilmente realizáveis neste período de recessão (H.S. Becker, W.C. Rau. Sociologia nos anos 1990. *Society*, vol. 30, n. 1, dez./1992).

> [Mais ainda,] novas perspectivas intelectuais e sociais, como o feminismo, os *cultural studies*, o pós-modernismo ou os estudos sobre os gays e lésbicas deslocam a sociologia nas estantes das livrarias; as colunas dos jornais de maior circulação fazem cada vez me-

nos que antes menção da nossa disciplina, e é de se recear que esta perca o seu *status* nas gerações futuras (P. Bernard, M. Fournier, C. Saint-Pierre. *Sociologie et sociétés*, vol. XXX, primavera/1998).

Essa crise se faz sentir com tanta força que algumas noções antigamente centrais na disciplina (como a anomia, a desordem social, a alienação...) poderiam facilmente ser mobilizadas para descrever o atual estado da sociologia contemporânea. Parafraseando Michel Foucault, deve-se pensar então que, assim como um rosto que se afasta mar adentro, a sociologia corre o risco de sumir da paisagem científica nos próximos anos? Alguns sociólogos profissionais não hesitam em acreditar nessa possibilidade. Irving L. Horowitz (*A decomposição da sociologia*, 1994) prediz deste modo a morte da sociologia como disciplina acadêmica: como cedeu ao canto das sereias da facilidade e renunciou a qualquer pretensão de objetividade, esta seria agora somente uma forma de discurso ideológico entre muitos outros.

Na verdade, esta crítica não é tão nova assim. A crise da sociologia é com efeito um tema que surge sempre de novo há muitas décadas e, a despeito de sombrios diagnósticos que profetizam regularmente o crepúsculo da disciplina, esta goza sempre de boa saúde. Seria então arriscado prognosticar muito apressadamente uma derrota total da sociologia. Não é certo, em primeiro lugar, que a existência de um pluralismo explicativo seja sinal de bancarrota epistemológica. A diversidade das teorias pode, ao contrário, ser apreendida como penhor de vitalidade. A recomposição das fronteiras disciplinares e a abertura para novos territórios são, além disso, condições propícias a um novo impulso. Pois resta ainda muita coisa a pensar e a fazer. Os problemas sociais de fundo estão com efeito longe de se esgotarem: a volta da questão social (a nova pobreza) nos países industrializados, o recrudescimento de conflitos interétnicos na Europa Central, a penosa transição para a economia de mercado e o pluralismo político no Leste, a manutenção de gritantes

desigualdades entre os países do centro e os da periferia do Terceiro Mundo, a emergência de uma nova economia... obrigam desde já os pesquisadores a polir novos instrumentos de análise.

Neste momento, também, estão progressivamente se apagando as fronteiras dos velhos Estados-nações, com aquilo que isto significa como resistências socioculturais e implicações tecno-econômicas (M. Castells. *The Rise of Network Society*, 1996. – H. Mendras. *L'Europe des européens*, 1997. – U. Beck. *Was ist Globalisierung?*, 1999. – A. Giddens. *Runaway World*, 1999). Uma transformação desse porte acarreta múltiplos efeitos, inclusive sobre a sociologia enquanto disciplina acadêmica. A mundialização do intercâmbio científico e a rápida extensão do território das ciências sociais para o Leste e para o Sul obrigam efetivamente os ocidentais a descentrar mais ainda o olhar sobre a sua própria forma de vida em sociedade e a balizar, de maneira nova e original, o caminho das sociologias do século que se nos oferece.

Bibliografia

Esta bibliografia não apresenta todo o conjunto das referências citadas no corpo da obra. Indica apenas, de forma sistemática, os livros e artigos que serviram de base para os boxes. Apontam-se, em referências complementares, algumas obras e números de revistas que constituíram para o autor um guia precioso.

Obras gerais sobre a sociologia contemporânea

ALEXANDER, J.C. *Twenty Lectures Sociological Theory since World War II.* New York, Columbia University Press, 1987.

BERTHELOT, J.M. *La construction de la sociologie*. Paris, PUF, 1991.

BIRNBAUM, P., CHAZEL, F. *Théorie sociologique.* Paris, PUF, 1975.

BOUDON, R. *Traité de sociologie*. Paris, PUF, 1992.

BOUDON, R., BOURRICAUD, F. *Dictionnaire Critique de la Sociologie.* Paris, PUF, 1982.

CUIN, C.H., GRESLE, F. *Histoire de la sociologie*. 2 t. Paris, La Découverte, 1992.

Current Sociology. The Heritage of Sociology and the Future of the Social Sciences in the 21th Century, vol. 46, n. 2, abr./1998.

DURAND, J.P., WEIL, R. *Sociologie contemporaine.* Paris, Vigot, 1989.

ESSER, H. *Soziologie-Allgemeine Grundlagen*. Frankfurt am Main, Campus, 1993.

— *Soziologie-Spezielle Grundlagen*. 6 vol. Frankfurt am Main, Campus, 2000.

GENOV, N. *National Traditions in Sociology*. London, Sage, 1989.

GIDDENS A., TURNER, J. *Social Theory Today.* Cambridge, Polity Press, 1987.

GURVITCH, G. *Traité de sociologie*. T. 1 e 2. Paris, PUF, 1960.

HAWTHORN, G. *Enlightenment and Despair – A History of Sociology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1976.

HELLE, H.J., EISENSTADT, S.N. *Perspectives on Sociological Theory*. T. 1 e 2. London, Sage, 1985.

KÖNIG, R. *Sociologie* (1967). Paris, Flammarion, 1972.

MARTUCELLI, D. *Sociologies de la modernité*. Paris, Gallimard, 1999.

PARSONS, T., SHILS, E., NAEGELE, K.D., PITTS, J.R. *Theories of Societies*. New York, The Free Press, 1965.

Revue Internationale des Sciences Sociales. Sociologie: état des lieux, n. 139, fev./1994.

RITZER, G. *Sociological Theory*. 2. ed. (s.l.), McGraw Hill International Editions, 1988.

Sociologie et Sociétés. Le second souffle de la sociologie, vol. XXX, n. 1, primavera/1998.

TREIBEL, A. *Einführung in soziologische Theorien der Gegenwart*. Stuttgart, Leske/Budrich, 1997.

Parte I – Capítulo 1

HERPIN, N. *Les sociologues américains et le siècle*. Paris, PUF, 1973.

LAPASSADE, G. *L'ethnosociologie*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1991.

POLLACK, M. Paul Lazarsfeld, fondateur d'une multinationale scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 25, 1979 (s.n.t.).

ROETHLISBERGER, F.J., DICKSON, W.J. *Management and the Worker*. Cambridge, Harvard University Press, 1939.

SOROKIN, P. *Tendances et déboires de la sociologie américaine* (1956). Paris, Aubier/Montaigne, 1959.

Referências complementares

BOUDON, R., LAZARSFELD, P. *Méthodes de la sociologie*. Paris, Mouton [I: Le vocabulaire des sciences sociales (1965). – II: L'analyse empirique de la causalité (1966). – III: L'analyse des processus sociaux (1970), com F. Chazel].

DESMAREZ, P. *La sociologie industrielle aux États-Unis*. Paris, Colin, 1986.

HUACO, G. Ideology and General Theory: The Case of Sociological Functionalism. *Comparative Studies in Society and History*, 1986.

LAUTMAN, J., LÉCUYER, B.P. *Paul Lazarsfeld (1901-1976) – La sociologie de Vienne à New York*. Paris, L'Harmattan, 1998.

MADOO LENGERMAN, P. The Founding of the American Sociological Review. *American Sociological Review*, vol. 44, n. 2, abr./1979.

SOROKIN, P. *Society, Culture and Personnality* (1947). New York, Cooper Square, 1962.

WALLERSTEIN, I., COLEMAN, J., COLLINS, R. Dossiê "The current State of Sociology". *American Journal of Sociology*, vol. 91, n. 6, mai./1986. (s.n.t.).

Parte I – Capítulo 2

ASSOUN, P.L. *L'école de Francfort*. Paris, PUF, 1987.

BOSSERMAN, P. Georges Gurvitch et les durkheimiens en France avant et après la Seconde Guerre mondiale. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXX, 1981 (s.n.t.).

MANDEVILLE, L. La sociologie en URSS – Réalisme sociologique ou terrain privilégié de la politique d'ouverture? *Revue Française de Sociologie*, XXX, 1989 (s.n.t.).

PINTO, D. La sociologie dans l'Italie de l'après-guerre. *Revue Française de Sociologie*, XXI, 1980 (s.n.t.).

SCHELSKY, H. *Soziologie der sexualität*. Hamburg, Rowohlt Taschenbuch, 1955.

Referências complementares

ANSART, P. *Les sociologies contemporaines*. Paris, Seuil, 1990.

ARON, R. *Dix-huit leçons sur la société industrielle*. Paris, Gallimard, 1962.

— *La lutte des classes*. Paris, Gallimard, 1964.

— *Démocratie et totalitarisme*. Paris, Gallimard, 1965.

BERTHELOT, J.M. *La sociologie française contemporaine*. Paris, PUF, 2000.

BULMER, M. *Essays on the History of British Sociological Research*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

Cahiers Internationaux de Sociologie. Les métamorphoses de la sociologie allemande, vol. CVII, 1999 (s.n.t.) [número especial].

FRIEDMANN, G. *Problèmes humains du machinisme industriel*. Paris, Gallimard, 1946.

— *Le travail en miettes*. Paris, Gallimard, 1954.

GINER, S., MORENO, L. *Sociología en España*. Madrid, Csic, 1990.

GURVITCH, G. *La vocation actuelle de la sociologie*. Paris, PUF, 1950.

HEILBRON, J. Les métamorphoses du durkheimisme, 1920-1940. *Revue Française de Sociologie*, XXVI, 1985.

Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie. Deutsche Soziologie seit 1945. Sonderheft 21/1979.

KÖNIG, R. *Soziologie in Deutschland*. München, Hanser, 1987.

MENDRAS, H., VERRET, M. *Les champs de la sociologie française*. Paris, Colin, 1988.

PAPCKE, S. *Deutsche Soziologie im Exil*. Frankfurt am Main, Campus, 1993.

PINTO, D. *Contemporary Italian Sociology – A Reader*. Paris/Cambridge, MSH/Cambridge University Press, 1981.

RAMMSTEDT, O. *Deutsche Soziologie (1933-1945)*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1986.

Revue Française de Sociologie. La sociologie française dans l'entre-deux-guerres, abr.-jun./1985, XXVI-2. – Reconstructions de la sociologie française (1945-1960), jul.-set./1991, XXXII-3 (s.n.t.).

SCHÄFERS, B. *Soziologie in Deutschland*. Opladen, Leske/Budrich, 1995.

SCHEUCH, E. *Perspectives des sciences sociales en Allemagne aujourd'hui*. Paris, MSH, 1991.

SIMIRENKO, A. *Professionalization of Soviet Sociology*. Rutgers, Transaction Publishers, 1982.

Sociologie du Travail. Le paradoxe italien du désordre créatif, n. 1, 1996 (s.n.t.).

The British Journal of Sociology. Special Issue: Sociology in Britain, vol. 40, n. 3, set./1989 (s.n.t.).

VANDENBERGHE, F. *Une histoire critique de la sociologie allemande*. T. 2. Paris, La Découverte, 1998.

VV.AA. *Aspects de la sociologie française*. Paris. Ouvrières, 1966.

— *Sociologie en France*. Paris, La Découverte, 1988.

Parte II – Capítulo 3

BOUDON, R., BOURRICAUD, F. Culture et culturalisme. *Dictionnaire Critique de la Sociologie*. Paris, PUF, 1982.

BOURDIEU, P., PASSERON, J.-C. *Les héritiers*. Paris, Minuit, 1964.

DAVIS, A., GARDNER, B.B., GARDNER, M.R. *Deep South*. Chicago, Chicago University Press, 1941.

ELIAS, N. *La civilisation des moeurs* (1939). Paris, Calmann-Lévy, Agora, 1973.

HOGGART, R. *La culture du pauvre* (1957). Paris, Minuit, 1970.

INGLEHART, R.F. Choc des civilisations ou modernisation culturelle du monde? *Le Débat*, n. 105, mai.-ago./1999.

KARDINER, A. *L'individu dans as société* (1939). Paris, Gallimard, 1969.

KATZ, E. *Interpersonal Relations and Mass Communications: Studies in the Flow of Influence*. Columbia University, 1956.

LYND, R.S., LYND, H.M. *Middletown* (1929). New York, Harcourt Brace, 1956.

MEAD, M. *Moeurs et sexualité en Océanie* (1928, 1935). Paris, Plon, 1963.

ROCHER, G. *Introduction à la sociologie générale*. Paris, Seuil, 1968.

WARNER, W.L. *et alii*. *Yankee City* (1963). New Haven, Yale University Press, 1975.

Referências complementares

BENEDICT, R. *Échantillons de civilisations* (1934). Paris, Gallimard, 1950.

COHEN, A.K. *Deviance and control*. New Jersey, Prentice-Hall/Englewood Cliffs, 1966.

INGLEHART, R. *Modernization and Postmodernization*. Princeton (N.J.)/Chichester, Princeton University Press, 1997.

KATZ, E., LAZARSFELD, P. *Personal Influence* (1955). New York, The Free Press, 1965.

LINTON, R. *De l'homme* (1936). Paris, Minuit, 1968.

— *Le fondement culturel de la personnalité* (1945). Paris, Dunod, 1977.

RIESMAN, D. *La foule solitaire* (1950). Paris, Arthaud, 1964.

Parte II – Capítulo 4

GOLDTHORPE, J.H., LOCKWOOD, D. Affluence and the British Class Structure. *The Sociological Review*, vol. XI, n. 2, 1963 (s.n.t.).

LUHMANN, N. La société comme différence. *Sociétés*, n. 61, 3, 1998 (s.n.t.).

MERTON, R. *Éléments de théorie et de méthode sociologique* (1953). Paris, Plon, 1965.

PARSONS, T. *The Structure of Social Action* (1937). 2. ed. New York, The Free Press, 1949.

— *Sociétés – Essai sur leur évolution comparée* (1966). Paris, Dunod, 1973.

Referências complementares

BOURRICAUD, F. *L'individualisme institutionnel — Essai sur la sociologie de T. Parsons*. Paris, PUF, 1977.

CHAZEL, F. *La théorie analytique de la société dans l'oeuvre de T. Parsons*, Paris/La Haye, Mouton, 1974.

GOLDTHORPE, J.H. *et alii*. *L'ouvrier d'abondance* (1969-1971). Paris, Seuil, 1972.

HABERMAS, J., LUHMANN, N. *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1971.

LUHMANN, N. *Soziale System*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1984.

— *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1997.

MALINOWSKI, B. *Une théorie scientifique de la culture* (1944). Paris, Seuil, 1970.

MORIN, E. *La méthode*. 4 t. Paris, Seuil, 1977, 1980, 1986, 1991.

PARSONS, T. *The Social System*. New York, The Free Press, 1951.

— *Le système des sociétés modernes* (1971). Paris, Dunod, 1973.

Parte II – Capítulo 5

ALTHUSSER, L. Idéologie et appareils idéologiques d'État. *La Pensée*, n. 151, mai.-jun./1970.

BOURDIEU, P. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris-Genève, Droz, 1972.

— *Questions de sociologie*. Paris, Minuit, 1980.

CAILLÉ, A. Critique de P. Bourdieu – 1: L'économisme. *Bulletin du Mauss*, n. 22, jun./1987.

FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris, Gallimard, 1966.

GIDDENS, A. *La constitution de la société* (1984). Paris, PUF, 1987.

GOLDMANN, L. *Marxisme et sciences humaines*. Paris, Gallimard, 1970.

HÉRAN, F. La seconde nature de l'habitus. *Revue Française de Sociologie*, XXVIII-3, jul.-set./1987.

POULANTZAS, N. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris, Seuil, 1974.

Referências complementares

ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. Paris, Maspero, 1965.

BAUDELOT, C., ESTABLET, R. *L'école capitaliste en France*. Paris, Maspero, 1979.

BLAU, P. *Exchange and Power in Social Life*. New York, John Wiley & Sons, 1964.

BOURDIEU, P. *La distinction*. Paris, Minuit, 1979.

— *Le sens pratique*. Paris, Minuit, 1980.

— *Méditations pascaliennes*. Paris, Seuil, 1997.

CASTELLS, M. *La question urbaine*. Paris, Maspero, 1972.

DEGENNE, A., FORSÉ, M. *Les réseaux sociaux*. Paris, Colin, 1994.

DUMÉZIL, G. *Mythe et épopée*. T. 1. Paris, Gallimard, 1968.

DOSSE, F. *Histoire du structuralisme*. 2 t. Paris, La Découverte, 1991 e 1992.

FOUCAULT, M. *Surveiller et punir*. Paris, Gallimard, 1971.

LEFEBVRE, H. *La somme et le reste*. 2 vol. Paris, La Nef, 1959.

LÉVI-STRAUSS, C. *Anthropologie structurale*. Paris, Plon, 1958.

— *La pensée sauvage*. Paris, Plon, 1962.

— *Le cru et le cuit*. Paris, Plon, 1964.

PANOFSKY, E. *Architecture gothique et pensée scolastique*. Paris, Minuit, 1970.

Revue Française de Sociologie. Réseaux sociaux, XXXVI, 1995 [número especial].

Parte III – Capítulo 6

HABERMAS, J. *La Technique et la Science comme "idéologie"* (1968). Paris, Gallimard, 1973.

— *Théorie de l'agir communicationnel* (1981). 2 t. Paris, Fayard, 1987.

HORKHEIMER, M., ADORNO, T. *La dialectique de la raison* (1944). Paris, Gallimard, 1974.

MILLS, C.W. *Les cols blancs* (1951). Paris, Maspero, 1966.

Referências complementares

ADORNO, T. *Studien zum autorität Charakter* (1950). Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1973.

ADORNO, T., POPPER, K. *De Vienne à Francfort – La querelle allemande des sciences sociales* (1969). Bruxelles, Complexe, 1979.

BIRNBAUM, N. *Toward a Critical Sociology*. New York, Oxford University Press, 1971.

COLFAX, J.D., ROACH, J.L. *Radical Sociology*. London, Basic Books, 1971.

ELSTER, J. *Karl Marx – Une interprétation analytique* (1985). Paris, PUF, 1989.

GOULDNER, A.W. *The Coming Crisis of Western Sociology*, London, Heinemann, 1971.

HABER, S. *Habermas et la sociologie*. Paris, PUF, 1998.

HABERMAS, J. *Raison et légitimité* (1973). Paris, Payot, 1978.

LEFEBVRE, H. *Sociologie de Marx*. Paris, PUF, 1966.

MANNHEIM, K. *Idéologie et utopie* (1934). Paris, M. Rivière, 1945.

MARCUSE, H. *L'homme unidimensionnel* (1964). Paris, Minuit, 1968.

MILLS, C.W. *L'élite du pouvoir* (1956). Paris, Maspero, 1969.

— *L'imagination sociologique* (1959). Paris, Maspero, 1967.

Parte III – Capítulo 7

BADIE, B. Analyse comparative et sociologie historique. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n. 138, ago./1992.

BECK, U. Gegengifte. *Die organisierte Unverantwortlichkeit*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1988.

DAHRENDORF, R. *Classes et conflits de classe dans la société industrielle* (1957). Paris/La Haye, Mouton, 1972.

HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity*. Oxford, Blackwell, 1990.

TOURAINE, A. *Production de la société*. Paris, Seuil, 1973.

— *La voix et le regard*. Paris, Seuil, 1978.

Referências complementares

BADIE, B., BIRNBAUM, P. *Sociologie de l'État*. Paris, Grasset, 1979.

BAUHAN, Z. *Postmodernity and its Discontents*. Cambridge, Polity, 1977.

BECK, U. *Risikogesellschaft*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1986.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris, Fayard, 1995.

COSER, L. *Les fonctions du conflit social* (1956). Paris, PUF, 1982.

ELIAS, N. *La civilisation des moeurs* (1939). Paris, Calmann-Lévy, 1973.

— La dynamique de l'Occident (1939). Paris, Calmann-Lévy, 1973.

— *La société de cour* (1933). Paris, Calmann-Lévy, 1974.

KORNHAUSER, W. *The Politics of Mass Society*. Glencoe, The Free Press, 1959.

MOORE, B. *Origines sociales de la dictature et de la démocratie* (1966). Paris, Maspero, 1969.

OBERSHALL, O. *Social Conflict and Social Movements*. Prentice Hall, Englewood Cliffs, N.J., 1973.

OFFE, C. *Disorganized Capitalism*. Cambridge, Polity Press, 1985.

SIMMEL, G. *Le conflit*. Paris, Circé, 1992.

SMITH, D. *The Rise of Historical Sociology*. Cambridge, Polity Press, 1991.

SCKOPOL, T. *État et révolution sociale* (1979). Paris, Fayard, 1984.

SMELSER, N. *Theory of Collective Behaviour*. London, Routledge and Kegan, 1962.

TILLY, C. *From Mobilization to Revolution*. Addison-Wesley, Reading, Mass., 1976.

TOURAINE, A. *Critique de la modernité*. Paris, Fayard, 1992.

TURNER, B.S. *Theories of Modernity and Postmodernity*. London, Sage, 1990.

WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. New York, Acadmic Press, 1974.

— *The Modern World System II*. New York, Academic Press, 1980.

Parte IV – Capítulo 8

BOUDON, R. *La logique du social*. Paris, Hachette, 1979.

COLEMAN, J.S. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

FAVRE, P. Nécessaire mais non suffisante – La sociologie des "effets pervers" de R. Boudon. *Revue Française de Science Politique*, vol. 30, n. 6, dez./1980.

HOMANS, G.C. *The Human Group* (1951). 5. ed. London, Routledge/Kegan Paul, 1965.

Referências complementares

BIRNBAUM, P., LECA, J. *Sur l'individualisme*. Paris, Presses de la FNSP, 1986.

BOUDON, R. *L'inégalité des chances*. Paris, Colin, 1973.
— *Effets pervers et ordre social*. Paris, PUF, 1977.
— *La place du désordre*. Paris, PUF, 1984.
— *L'idéologie*. Paris, Fayard, 1986.
— *L'art de se persuader*. Paris, Fayard, 1990.
CAILLÉ, A. *Critique de la raison utilitaire*. Paris, La Découverte, 1989.
COLLINS, R. *Conflict Sociology*. New York, Academic Press, 1975.
— On the Microfoundations of Macrosociology. *American Journal of Sociology*, 86, 1981.
CROZIER, M. *Le phénomène bureaucratique*. Paris, Seuil, 1963.
— *État modeste, État moderne*. Paris, Fayard, 1987.
CROZIER, M., FRIEDBERG, E. *L'acteur et le système*. Paris, Seuil, 1977.
DAHRENDORF, R. *Homo sociologicus* (1958, 1964). (s.l.), Westdeutscher Verlag, 1977.
DUMONT, L. *Essais sur l'individualisme*. Paris, Seuil, 1983.
HIRSCHMAN, A.O. *Deux siècles de rhétorique réactionnaire*. Paris, Fayard, 1991.
HOMANS, G. *Social Behaviour*. New York, Harcourt/Brace and World, 1961.
MAFFESOLI, M. *La connaissance ordinaire*. Paris, Librairie des Méridiens, 1985.
OLSON, M. *La logique de l'action collective* (1966). Paris, PUF, 1978.
SCHELLING, T. *La tyrannie des petites décisions* (1978). Paris, PUF, 1980.

Parte IV – Capítulo 9

BECKER, H. *Outsiders* (1963). Paris, Métaillié, 1985.
GARFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*. New Jersey, Prentice-Hall/ Englewood Clifss, 1967.
GOFFMAN, E. *La mise en scène da la vie quotidienne* (1956, 1971). 2 t. Paris, Minuit, 1973.
QUÉRÉ, L. L'argument sociologique de Garfinkel. *In*: Arguments ethnométhodologiques. *Problèmes d'épistémologie en sciences sociales*, III (s.l.), Centre d'Études des Mouvements Sociaux, 1984.
STRAUSS, A. *Miroirs et masques* (1989). Paris, Métaillié, 1992.

Referências complementares

ATKINSON, P. Ethnomethodology: a Critical Review. *Annual Review of Sociology*, 1988.

BERGER, P., LUCKMANN, T. (1966). *La construction sociale de la réalité*. Paris, Méridiens-Klincksieck, 1986 [Trad. portuguesa: *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes].
CHAPOULIE, J.M. Everett C. – Hughes et le développement du travail de terrain en sociologie. *Revue Française de Sociologie*, XXV, 1984.
CICOUREL, A.V. *La sociologie cognitive* (1973). Paris, PUF, 1979.
COULON, A. *L'ethnométhodologie*. Paris, PUF, 1987.
GLASER, B., STRAUSS, A. *Awareness of Dying*. Chicago/Aldine/London, Weidenfeld & Nicolson, 1965.
HUGHES, E.C. *Le regard sociologique – Essais chosis*. Paris, Éd. de l'Ehess, 1996.
ISAMBERT, F.A. Alfred Schütz entre Weber et Husserl. *Revue Française de Sociologie*, XXX, 1989.
JOSEPH, I. *Erving Goffmann et la microsociologie*. Paris, PUF, 1998.
KNORR-CETINA, K., CICOUREL, A.V. *Toward an Integration of Micro and Macro Sociologies*. Boston, Routledge & Kegan Paul, 1981.
MEHAN, H. *Learning Lessons*. Cambridge Mass., Harvard University Press, 1979.
SCHÜTZ, A. *Le chercheur et son quotidien* (1971, 1973, 1975). Paris, Méridiens Klincksieck, 1987.
Sociétés contemporaines. Autour d'Everett Hughes, n. 27, jul./1997.
STRAUSS, A. *La trame de la négotiation*. Paris, L'Harmattan, 1992.

Conclusão

BECK, U. *Was ist Globalisierung?* Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1999.
CASTELLS, M. *The Rise of the Network Society*. Oxford, Blackwell Publishers, 1996 [Trad. francesa: *La société en réseaux*. Paris, Fayard, 1998].
GIDDENS, A. *Runaway World – How Globalisation is Reshapint our Lives*. London, Profile Books, 1999.
HOROWITZ, I.L. *The Decomposition of Sociology*. Oxford University Press, 1994.
MENDRAS, H. *L'Europe des européens*. Paris, Gallimard, 1997.

Índice